

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário  
ISSN 0870-1865

10 de Dezembro de 1992

Preço: 120\$00  
(IVA incluído)

N.º 990

Director:  
Carlos Brito

Álvaro Cunhal:

«O comunismo não morreu, antes está vivo e bem vivo nas aspirações mais profundas da Humanidade. A ele pertence o futuro.»

Páginas centrais



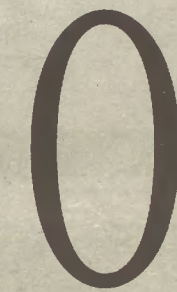
## Congresso de confirmação afirmação e renovação

Carlos Carvalhas: «Somos um partido de homens, mulheres e jovens que acreditam que a transformação da sociedade se faz com a luta e também com a inteligência, a criação, o sonho, a arte e a beleza.»

Páginas centrais



# Um incentivo poderoso



O XIV Congresso do PCP excedeu todas as expectativas, pela força colectiva e profundidade de reflexão que foram patenteadas e pela confiança e entusiasmo partidários que revelou.

Constituiu, por isso, um incentivo poderoso à luta dos comunistas, dos seus amigos e aliados e para o revigoramento da actividade das organizações do Partido.

Constituiu, também, uma razão de esperança para os trabalhadores e toda a população laboriosa e para os sectores sociais mais duramente atingidos pela política da direita, bem como para quantos acompanham com inquietação o processo de perversão do regime democrático.

Representa, sem dúvida, uma grande decepção para os que esperavam ver confirmadas as suas profecias sobre o «declínio irreversível» do PCP, para os que desejam vê-lo dividido e enfraquecido ou desfigurado pelo abandono dos princípios e da identidade.

O que o Congresso mostrou foi um Partido unido, forte, pleno de identidade, revolucionário, comunista.

É significativo que o comentário negativo mais usado para denegrir o XIV Congresso é o de considerá-lo «um Congresso sem novidades» ou «um Congresso que deixa tudo na mesma».

Ora, a atenção que lhe foi dada pela comunicação social, incluindo por alguma que insere aqueles comentários, demonstra precisamente o contrário.

E como poderia considerar-se sem novidade um Congresso que abordou com tanta profundidade os problemas nacionais, os problemas partidários e que procedeu a tão significativas alterações das estruturas da Direcção do Partido e da sua composição?

E como poderia considerar-se sem novidade um Congresso que se deteve com tanta atenção e rigor na apreciação da situação internacional e que constitui uma tão grande afirmação de solidariedade internacionalista?

A participação de 46 delegações estrangeiras é uma expressiva confirmação do prestígio internacional do PCP. As valiosas mensagens que nos transmitiram, especialmente as 15 que usaram da palavra na tribuna do Congresso e as muitas outras que o fizeram nos 7 comícios realizados em vários pontos do País, testemunham a compreensão do valor da amizade

e da cooperação entre Partidos Comunistas, entre forças democráticas, revolucionárias e de libertação nacional e de como a luta dos povos permanece, enfrenta e supera dificuldades e se desenvolve tomando como rumo a democracia e o socialismo.

A maior novidade do Congresso reside, contudo, no próprio conteúdo das suas deliberações e conclusões que, como salientou Álvaro Cunhal, «confirmaram a capacidade do Partido de responder de forma criativa às novas situações e aos novos fenómenos, de realizar, de corrigir, de aprofundar a reflexão, de encontrar formas flexíveis de intervenção, de organização e de concretização de alianças sociais e políticas.»

**O XIV Congresso do PCP é um justo motivo de orgulho para todo o Partido, mas comporta novos desafios e novas responsabilidades para os seus membros, organizações e Direcção.**

É esta capacidade de inovação conseguida nas análises e nas respostas que importa agora transpor para a actividade do Partido e para a luta.

O Programa, enriquecido, os Estatutos, mais adequados às necessidades do Partido, a Resolução Política, condensando orientações fundamentais, não podem ser transformados em documentos de arquivo ou em textos de consulta quando é preciso fazer uma intervenção em público, têm que inspirar a actividade diária do Partido e incorporar-se nela como instrumentos fundamentais do seu trabalho político e têm que ser amplamente polpularizados entre as massas.

As deficiências, as insuficiências, as fragilidades que se detectaram em várias áreas e aspectos do trabalho partidário não podem ficar como levantamentos autocríticos para tranquilidade das nossas consciências. É preciso e desde já considerar as medidas e os planos de actividade para dar

concretização às orientações apontadas pelo Congresso para a sua superação.

O XIV Congresso do PCP é um justo motivo de orgulho para todo o Partido, mas comporta novos desafios e novas responsabilidades para os seus membros, organizações e Direcção.

Na intervenção de encerramento do Congresso, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, assinalou: «Partimos destes três dias de trabalho, sem minimizar, nem dificuldades, nem reais perspectivas e potencialidades...»; e noutro passo: Partimos para o trabalho e para a luta com uma análise ampla e participada de que resultam propostas concretas e mobilizadoras...».

A situação reclama e favorece, com efeito, uma intervenção ainda mais revigorada do PCP.

É imperioso reforçar a luta popular de massas contra a desastrosa política económica e social do Governo do PSD, designadamente os seus planos de degradação salarial. É indispensável fortalecer a frente de resistência à aplicação da «lei dos disponíveis» e a outras medidas de despedimentos e precarização do emprego. É imprescindível continuar a intensificar a luta contra o Tratado de Maastricht, ainda que o PSD e o PS, em perfeita aliança, imponham a sua ratificação na Assembleia da República.

É absolutamente necessário prosseguir o combate às privatizações, através das quais, no meio dos maiores escândalos, estão a ser entregues a potentados estrangeiros avançadas fundamentais da economia nacional.

É urgente pôr de alerta toda a opinião democrática contra novas perversões do regime democrático que podem resultar de um entendimento PSD-PS para a revisão das várias leis eleitorais.

Nenhuma outra força política está em condições, como o PCP, pela sua orientação e capacidade de intervenção, para apoiar, estimular e incentivar estas batalhas de tão grande importância para a salvaguarda dos interesses do nosso povo e o futuro do nosso país.

Estes exemplos ajudam a compreender porquê e é que «o PCP é o Partido de que Portugal precisa. É um Partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o País», como conclui a Resolução Política aprovada no XIV Congresso do PCP.



Três dias de Congresso do PCP

## RESUMO

2

### Quarta-feira

Os ministros da Administração Interna e da Justiça da Comunidade Europeia concluem em Londres uma reunião de dois dias sobre emigração sem chegarem a qualquer acordo. É concluída a privatização do Crédito Predial Português, que passa a ser controlado pelo grupo espanhol Banesto e pelo Banco Totta e Açores. As autoridades regionais de Berlim aprovam um plano que prevê o envio dos jovens racistas alemães para campos de trabalho em vários países europeus durante um ano. Delegações do ANC e do Governo sul-africano iniciam negociações destinadas a acelerar o processo de reformas políticas no país. Guerrilheiros Khmers Vermelhos raptam seis soldados da força de manutenção de paz das Nações Unidas.

3

### Quinta-feira

Trabalhadores Função Pública realizam uma grande manifestação na Baixa lisboeta que terminou em frente do Ministério das Finanças, para protestarem contra a proposta de aumentos salariais do governo e contra a aplicação da lei dos disponíveis. O Presidente da República, Mário Soares, defende a necessidade de regulamentar rapidamente o direito das minorias étnicas residentes em Portugal de participar nas eleições autárquicas. Um comboio proveniente da Amadora descarrila à entrada do túnel da estação do Rossio. A França junta-se à força militar liderada pelos Estados Unidos, destinada a garantir a segurança da distribuição da ajuda alimentar à população da Somália. O projecto de acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos sobre a limitação da produção de oleaginosas na Comunidade é confirmado em Bruxelas, durante as negociações técnicas entre peritos das duas partes. Duas bombas explodem na cidade de Manchester, no Norte da Grã-Bretanha, ferindo 65 pessoas. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países islâmicos reunidos em Jidá, na Arábia Saudita, exortam a ONU a autorizar o envio de armas para a Bósnia-Herzegovina para defender as populações islâmicas. O ditador Suharto, presidente da Indonésia, condecora, em Jacarta, a ex-primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Um acidente com um petroleiro grego provoca o derrame de 83 mil toneladas de crude na costa da Corunha, Galiza.

4

### Sexta-feira

Começa, no pavilhão «Cidade de Almada», o 14º Congresso do PCP. A Federação da Função Pública decide suspender a greve dos museus e palácios, marcada para o feriado de terça-feira. O ex-presidente da Câmara Municipal de Gondomar é absolvido da acusação de crimes de falsificação de documentos e de violação das normas de execução orçamentais. O Congresso dos Deputados do Povo da Rússia aprova uma resolução preliminar que critica as reformas de Ielsin. O Conselho de Segurança das Nações Unidas dá «luz verde» à operação militar na Somália, sob o comando dos Estados Unidos. Toma posse em Luanda o novo governo angolano chefiado por Marcolino Moco, enquanto em Uíge a Unita accita encetar o diálogo com representantes governamentais. A África do Sul decide retirar os seus representantes de Angola.

5

### Sábado

O Alentejo é a zona do País com mais desemprego com 15,1 por cento da população activa, revela a

União dos Sindicatos de Distrito de Évora. Reunidos em Aveiro, os subinspectores da polícia manifestam o seu descontentamento com a sua situação profissional. Realiza-se, no Huambo, o funeral do médico David Bernardino, assassinado na sexta-feira à queima-roupa por um comando de três homens. Apoiantes da líder da oposição paquistanesa, Benazir Bhutto, invadem o Parlamento de Lahore, capital da província do Punjab. Inicia-se em Roma a primeira conferência sobre a fome, com a representação de 150 países e a presença do Papa João Paulo II.

6

### Domingo

Termina, em Almada, o 14º Congresso do PCP, que elige Carlos Carvalhas para o cargo de secretário-geral e Álvaro Cunhal para o cargo de presidente do Conselho Nacional do Partido. Os governos de Portugal e de Espanha consideram, no final da 7ª cimeira luso-espanhola, que a recente proposta da presidência britânica em matéria das finanças dos Doze é «irrealista e desfasada dos objectivos acordados em Maastricht». Os suíços recusam, num referendo, aderir ao Espaço Económico Europeu. Os eslovenos vão às urnas, nas primeiras eleições legislativas e presidenciais desde a separação da república da Federação Jugoslava. Os participantes na Conferência de Londres sobre Timor-Leste enviam ao secretário-geral da ONU, Butros Ghali, uma mensagem em que exigem a libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os timorenses presos pela Indonésia. Nove dias após a tentativa frustrada de golpe de Estado, os venezuelanos são chamados às urnas para escolher 22 governadores, 282 presidentes de Câmara e mais de 2 mil vereadores. Decorrem também em São Tomé e Príncipe as primeiras eleições autárquicas. Trezentas mil pessoas participam em Munique numa manifestação contra o racismo. A atleta portuguesa Albertina Dias vence a prova feminina do «Crosse des Morts», em França.

7

### Segunda-feira

Uma mancha de crude atinge 20 quilómetros de praias junto ao cabo Mondego. PCP apresenta na Assembleia da República um recurso de admissão da proposta para a ratificação do Tratado de União Europeia. Martins Goulart confirma que não se candidatará à liderança do PS-Açores no próximo Congresso Regional, marcado para Fevereiro. Dois delegados do Comité Internacional da Cruz Vermelha visitam Xanana Gusmão numa prisão de Jacarta. Prosseguem na Índia confrontos religiosos entre muçulmanos e hindus. Milhares de agricultores manifestam-se em Bruxelas no momento em que decorria uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura dos Doze, em protesto contra o acordo celebrado com os EUA no âmbito do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

8

### Terça-feira

Ultimam-se os preparativos para o desembarque das tropas norte-americanas que, em nome da ONU, vão levar a cabo na Somália a operação «Restaurar a Esperança», num país flagelado pela guerra civil e pela fome. Os chefes da diplomacia dos 12 países da Comunidade Europeia reúnem em Bruxelas sem conseguir progressos em matéria de acordo sobre o orçamento da Comunidade e de uma solução que leve a Dinamarca a ratificar Maastricht. O Benfica é apurado para os quartos-de-final da Taça UEFA ao bater, na Luz, o Dinamo de Moscovo por duas bolas a zero.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: na Luz, o Dinamo de Moscovo por duas bolas a zero.

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Gifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 8.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.





## Relógio

congresso  
PCP

Este relógio não mede o tempo. Pretende, tão-só, necessariamente subjectivo porque é o relógio de um pulso apenas — o do cronista —, marcar alguns dos momentos deste Congresso, que é o acerto de contas com o passado recente e o afinar de agulhas para o tempo que aí vem. No limiar de novo século...

### Sexta-feira

**10.50** — O Congresso já começou, e surge uma proposta alternativa de um camarada de Portalegre. Pretende que neste momento se decida sobre o voto secreto na eleição para o Comité Central. O Regulamento prevê que tal matéria seja abordada quando da eleição. A proposta do camarada é derrotada e o Regulamento aprovado com dois votos contra e duas abstenções. As televisões e as rádios precipitam-se sobre o delegado que apresentara a proposta alternativa.

**11.08** — Manuel Sobral saúda o Congresso, dá as boas-vindas. Lê a longa lista de delegações estrangeiras presentes. Os aplausos são como uma extensa e ondulante vaga. Pontos altos: MPLA, Cuba, Fretilin!

**12.59** — Álvaro Cunhal termina o seu último discurso como secretário-geral do Partido. A emoção é visível em todos os olhos. As palmas vão para a reafirmação da identidade comunista do Partido.

**15.18** — A presidente da Câmara de Almada, Maria Emília, pode considerar-se anfitriã deste Congresso do PCP, que tem lugar numa das mais belas obras realizadas na cidade. Aqui se realizou, há poucos dias, uma outra grande reunião, a da ANAFRE, que trouxe a Almada representantes das freguesias do País que criticaram o Governo pela sua política autárquica. Estalam os aplausos quando a delegada defende a abolição da portagem na Ponte 25 de Abril.

**16.14** — A camarada Branca de Carvalho, a presidir à sessão da tarde, anuncia que o Teatro de Campolide, em Almada, oferece ao PCP o espectáculo desta noite.

**17.00** — Intervalo. Tempo de abraços, de reconhecimento. Há tanta gente que não conhecemos e que o Partido conhece. Bebe-se um café, um sumo, come-se uma bifana. Mas não andamos aqui à procura da identidade comunista.

E não somos como aquele repórter que lê mal ao longe. A **Bagajeira** para os delegados não quer dizer, que os delegados se fiquem pela «bagajeira». Lemos melhor — não é um tempo de bastidores, o intervalo. É o tempo da fraternidade e dos comentários sem azedumes.

**18.34** — O pavilhão enche-se de palmas. Cuba! Jadira Garcia diz as palavras de que estamos certos — «Resistir e vencer. Sem vacilar, continuaremos!»

**20.18** — Finda a segunda sessão. Cá fora chove miudinho. «Sabes onde é Vale de Milhaços?» Os delegados procuram os seus alojamentos. Preparados para eles pelos camaradas da região. Espera-os o calor de um acolhimento especial. Amanhã há mais trabalho.

### Sábado

**8.57** — Boas abertas. Álvaro Cunhal chegou cedo, como sempre. À conversa com os delegados. Entre camaradas.

**9.04** — Como foi ontem? As delegações participaram em convívios. Abílio Martins, do CC, conta como a juventude de este presente animando o convívio em Santa Iria da Azóia; Marília Villaverde Cabral conta como foi na «Voz do Operário». Já não havia cadeiras para todos...

**10.39** — A vida das crianças portuguesas tem voz no Congresso. A camarada Deolinda, dos Pioneiros, intervém. E depois oferece ao Partido, nas mãos de Álvaro Cunhal, uma prenda. Flores.

**10.59** — A voz vibrante de Essop Pahad, do PC da África do Sul, apanha-nos a beber café, que acabou de abrir cá fora. «Avante, PCP!», diz em Português. «Amanhã!» Os aplausos contagiam-

comunistas, activas em todas as frentes de trabalho, e às funcionárias do PCP. Luísa Araújo discursa sobre a luta e a participação das mulheres.

**16.16** — O representante do Partido da Refundação Comunista, de Itália, realça o papel dos comunistas portugueses na Europa e em Portugal. E, em nome dos comunistas italianos, traz um abraço ao camarada Cunhal e aos militantes do PCP.

antes mesmo de ter sido eleito para o cargo de secretário-geral do Partido, já o Partido o reconhece nessa atribuição de responsabilidade. Um velho camarada que há longos anos conheço sempre jovem, abraça-me cá fora: «Então, diz que a vida continua, hem, camarada?» Continua mesmo. E vejo mais abraços silenciosos. As vezes não é preciso palavras.

**18.00** — João Lourenço, do MPLA, mostra a sua emoção pela solidariedade que os comunistas portugueses manifestam ao seu povo e ao seu Partido. É uma emoção partilhada, sublinhada várias vezes pelos aplausos do Congresso.

**18.42** — Um grande silêncio. De pé, o Congresso aprova por unanimidade uma moção repudiando o assassinato de David Bernardino pela Unita.

**19.45** — Os Estatutos são aprovados. Um voto contra, duas abstenções. Mais tarde é a sessão reservada a delegados, em que é eleito o Comité Central. Por fim, este reúne e elege os seus organismos executivos. Às 2 da manhã seguinte, os camaradas saem da reunião, aguardados por muitos jornalistas. Dão sopa... A composição dos organismos executivos será anunciada primeiro aos delegados do Congresso.

### Domingo

**10.18** — No final da sua intervenção, Jorge Amador, da JCP, entrega ao PCP a «prova» da grande movimen-

tação juvenil portuguesa. Uma prenda para o Partido. Fotografias das lutas dos estudantes.

**10.36** — Uma saudação calorosa do PCE ao camarada Álvaro Cunhal. Não é formal nem diplomática, diz Moneiro Peres. «Álvaro Cunhal, no acordo e sobretudo no desacordo, sempre se comportou com dignidade».

**11.08** — «Mais uma vez lhes dizemos que tenham paciência.» A frase é de José Casanova. Dirigida, desde o Congresso, a todos quantos gostariam que o PCP deixasse de ser o que é, para ser o que eles queriam que fosse...

**12.18** — A moção lida por Domingos Lopes, de solidariedade com os trabalhadores e os povos em luta, é aprovada por unanimidade. Vota-se depois as alterações ao Programa. Uma abstenção. As TV's correm para o camarada que se absteve. Mas a Resolução Política é aprovada por unanimidade...

**12.56** — Álvaro Cunhal inicia o seu discurso no encerramento dos trabalhos e a juventude invade o recinto com bandeiras. As galerias estão cheias, o Congresso deita por fora.

**13.06** — Termina o discurso de Álvaro Cunhal. O aplauso às suas palavras de confiança no Partido e no futuro confundem-se a seguir com a ovação ao anúncio de que Carlos Carvalhas vai tomar a palavra como secretário-geral.

**13.14** — Carvalhas finda a sua intervenção. Entre os aplausos, Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal erguem um aperto de mão. «Assim se vê a força do PC! A luta continua!» A sala flutua num abraço, as vozes mais jovens elevam-se a dizer que a juventude está presente, agora e sempre. Luísa Araújo, que preside à última sessão, interrompe os aplausos para encerrar os trabalhos. Os aplausos sobem de tom, e depois canta-se o «Avante, Camarada!», erguem-se depois os punhos com a «Internacional», e as vozes não se cansam e cantam-se o Hino Nacional. São 13.33 quando o Congresso termina. Os delegados saem. Cá fora, a luta não espera.



tes vêm do interior até aos arredores do Congresso.

**12.28** — Fernando Vicente anuncia a decisão, da reunião última do Comité Central cessante, de fazer a Festa do «Avante!» nos dias 3, 4 e 5 de Setembro de 1993!

**12.37** — Uma homenagem especial às mulheres

**16.42** — O Congresso levanta-se à uma, ao anúncio da intervenção de Carlos Carvalhas.

**17.01** — Quanto tempo duraram os aplausos a Carlos Carvalhas? Desculpem, não tomei nota. Dizem-me que foram 5 minutos e 17 segundos! Foi longo e entusiasmado! Foi longo e entusiasmado o apoio às suas palavras. E,





## Discurso de Álvaro Cunhal Um Partido firme e convicto com ideias para o presente e uma rota clara para o futuro

Camaradas:

O nosso Partido apresenta-se, neste XIV Congresso, não, como esperavam alguns, para traçar uma linha de recuo, de defensiva, de desesperada conservação, a partir da ideia do "declínio irreversível" que para aí anunciavam as aves agorentas, mas sim para traçar uma linha de confirmação e afirmação de ideais e objectivos, de abertura para as realidades, de resposta às situações e aos problemas, de avanço na acção política, na ligação com os trabalhadores e as massas populares, na intervenção construtiva em toda a vida nacional.

O Partido apresenta-se, neste XIV Congresso, não, como esperavam alguns, desanimado pelos acontecimentos, com o norte perdido e lutando pela sobrevivência, mas sim firme, convicto, com ideias fundamentais acerca do presente e com uma rota clara traçada para um futuro não apenas de consolidação, mas de iniciativa política em todas as frentes de actividade.

O Partido apresenta-se, neste XIV Congresso, não, como esperavam alguns, desarticulado e abalado por conflitos internos, mas sim com uma admirável unidade assente na ímpar democracia da vida partidária, no respeito pelas opiniões dos militantes e na elevada consciência e maturidade política do nosso grande colectivo comunista.

O Partido apresenta-se, neste XIV Congresso, não como esperavam alguns, envolvido e afogado em problemas da sua própria vida, mas sim com a sua vida democrática serena e normal e voltado para fora, para os trabalhadores, para as massas, para a acção.

O Partido apresenta-se, neste XIV Congresso, não, como esperavam alguns, fixado num imobilismo dogmático, mas com ideias, projectos e propostas vivas e criativas resultantes do ar livre e fresco da reflexão individual e colectiva e empenhado não só em confirmar-se e afirmar-se mas em renovar-se respondendo à vida.

### A SITUAÇÃO MUNDIAL E A LUTA DOS POVOS NO FIM DO SÉCULO XX

Duas ideias fundamentais são de reter ao abordarmos a situação internacional.

A primeira: que a desagregação da URSS e dos países do leste da Europa significou uma súbita e radical alteração da correlação mundial de forças, ficando o imperialismo em condições de pretender restabelecer a sua hegemonia mundial.

A segunda: que essa alteração não significa que o capitalismo seja um sistema superior e final e que se tenha esgotado historicamente o projecto de construção de uma sociedade socialista que, ao contrário daqueles que anunciam "o fim do comunismo" continua tendo inteira validade. Porque a luta dos trabalhadores e dos povos continua com a perspectiva de recuperação e de novo avanço das forças progressistas e revolucionárias.

#### 1.1. O comunismo não morreu — a ele pertence o futuro

Nada pode prejudicar mais uma visão clara e objectiva da actual situação mundial e das perspectivas da sua evolução do que uma avaliação apressada e negativa do século XX, reescrevendo a história ao sabor da pressão dos acontecimentos e da ofensiva ideológica do imperialismo.

O século XX ficou sem dúvida marcado na história da humanidade por extraordinários e revolucionários avanços da ciência e das tecnologias, que permitiram um desenvolvimento vertiginoso das forças produtivas, grandes conquistas do ser humano e introduziram profundas mudanças na vida, nas relações e na influência recíproca das sociedades.

Mas, o século XX fica também marcado na história pelo início de uma nova fase da evolução da sociedade

de com profundas e radicais transformações revolucionárias a nível planetário.

Pela primeira vez em milénios de história o homem se lançou, com a revolução de Outubro de 1917 e revoluções ulteriores, à construção de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados, uma sociedade onde fossem erradicadas as grandes desigualdades, injustiças e flagelos sociais.

Nós não esquecemos e actuamos para que não sejam esquecidas as grandes conquistas sociais, políticas e culturais que foram alcançadas na URSS e em numerosos outros países. Não esquecemos e actuamos para que não seja esquecido o papel da URSS e da luta dos comunistas para livrar o mundo da barbárie e terror nazi e fascista na Segunda Guerra Mundial, nem os exemplos e apoios solidários que estimularam a luta e valiosas conquistas dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, a derrocada do sistema colonial e a conquista da independência por povos secularmente explorados e oprimidos por países estrangeiros.

É entretanto uma verdade que nos obriga a profunda reflexão e à colheita de valiosos ensinamentos que a construção da nova sociedade defrontou dificuldades e obstáculos muito superiores aos que haviam sido previstos e anunciados. Acreditou-se demasiado na irreversibilidade dos processos revolucionários e numa evolução mundial e modificação da correlação de forças favorável ao socialismo igualmente irreversível. Considerou-se como adquirido que o modo de produção socialista era de tal forma superior que se excluía que pudesse bloquear o desenvolvimento das forças produtivas, e se tinha por certo que a URSS e os outros países socialistas viriam a ganhar inevitavelmente e no processo já em curso a com-

petição com o sistema mundial do capitalismo. Tomaram-se tendências e hipóteses como se fossem leis objectivas que conduziriam fatalmente, num processo histórico relativamente curto, à derrocada do capitalismo e à vitória mundial do socialismo. Menosprezaram-se os factores subjectivos e a possibilidade de em países socialistas e a partir do próprio poder se verificar de tal forma o afastamento dos ideais comunistas que o povo se viesse a voltar contra o regime existente.

E entretanto isso veio a verificar-se.

Impunha-se ultrapassar esse "modelo" e por isso considerámos à partida como positiva a "perestroika" soviética tendo como objectivo central e fundamental a renovação e reforço do socialismo. Mas desde logo o nosso Partido se distanciou de certas orientações e teorizações e expressou a sua preocupação pelo desenvolvimento, à sombra da "perestroika" e com a cumplicidade de alguns dos mais altos dirigentes do Partido e do Estado, de um processo contra-revolucionário que invocando a "perestroika", visava manifestamente a destruição do socialismo. Por isso nos acusaram de estar contra a "perestroika". A verdade é que em relação a essa falsa "perestroika" sempre de facto estivemos contra e o dissemos em tempo devido.

Os acontecimentos deram-nos razão. O processo acabou por conduzir a URSS à desagregação, ao caos, a um processo voltado para a restauração do capitalismo - a essa grande catástrofe social e política não apenas para o povo soviético mas para os trabalhadores e os povos de todo o mundo, para toda a humanidade.

Deste grande desastre há que tirar os necessários ensinamentos. Não porém concluindo que as revoluções do século XX foram episódios que dentro em pouco serão esquecidos pela história. Porque se mantém a nossa convicção profunda de que a causa por que lutou o nosso Partido ao longo de mais de 70 anos da sua existência, a causa por que lutaram heroicamente gerações e gerações de comunistas em todo o mundo ao longo do século, a causa cujo caminho está marcado por dedicações e vidas que são orgulho do género humano, a causa comunista continuará a merecer e a exigir a nossa convicção e a nossa luta.

Ao contrário do que proclamam os teóricos e propagandistas do capitalismo, não foi o ideal comunista que fracassou, mas "um modelo" que se afastou do ideal comunista em aspectos essenciais relativos ao poder político, à democracia participativa, ao papel do Partido, à teoria, e que perdeu de vista um princípio essencial do ideal dos comunistas: que uma sociedade socialista só pode ser construída pela acção revolucionária e o empenhamento dos trabalhadores e das massas populares, nunca sem o seu empenhamento e muito menos contra a sua vontade.

Ao contrário do que proclamam os teóricos e propagandistas do capitalismo, o comunismo que através dos séculos foi sonho, aspiração, utopia e projecto não morreu no século XX que agora finda, antes o século XX foi o século em que o comunismo nasceu como empenhamento de transformação concreta e efectiva da sociedade.



## PCP

Ao contrário do que proclamam os teóricos e propagandistas do capitalismo, o comunismo não é um ideal que com a derrocada da URSS perdeu a razão de ser e por isso pertence ao passado, antes, fazendo face ao capitalismo incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade, mantém inteira validade **como projecto de construção de uma nova sociedade, e por isso tem o futuro à sua frente.**

Ao contrário do que proclamam os teóricos e propagandistas do capitalismo, os partidos comunistas não estão condenados ao "declínio irreversível", antes, como partidos dos trabalhadores, partidos do povo, partidos dedicados e convictos na luta pela sua causa justa, continuam sendo tão necessários que é nossa convicção profunda que, **onde quer que desapareçam partidos comunistas os trabalhadores e os povos acabarão por criá-los de novo, com esse ou com outro nome, sem dúvida com particularidades resultantes da situação concreta em que actuam e da própria história e experiência, mas com características que a nosso ver são elementos constitutivos essenciais de uma identidade comunista.**

## 1.2. O capitalismo no findar do século

Com a derrocada da URSS e dos países do leste da Europa, o capitalismo pretende aparecer neste final do século como um sistema triunfante na batalha que travou contra o sistema socialista, como sistema superior, único, capaz de resolver os grandes problemas da humanidade.

Impõe-se responder convictamente a tal pretensão que numa gigantesca propaganda procura inculcar nos povos.

Neste findar do século o capitalismo tem, como era inevitável, características diferentes das traçadas por Marx há 150 anos e por Lênine há quase 100 anos. Por motivo do seu próprio desenvolvimento. E por motivo das transformações impostas no mundo pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Ao contrário das previsões, desenvolvendo e assimilando conquistas científicas e novas e fulgurantes tecnologias, o capitalismo conseguiu nos países mais poderosos um notável desenvolvimento das forças produtivas. **Mas nada alterou da sua essência.**

Se os propagandistas ressuscitam as velhas e estafadas teorias do "capitalismo popular" e da "democratização do capital" há que responder que o capitalismo mantém, reforça e refina a exploração, à escala de cada país e à escala mundial.

E no que respeita a democracia, não só os países capitalistas dão o espectáculo de constantes medidas antidemocráticas como a corrupção generalizada e o apodrecimento que se observa na situação social e nas instituições está conduzindo a um inquietante desenvolvimento de forças de extrema direita, fascistas e fascizantes, racistas, xenófobas, chauvinistas, fundamentalistas.

Se os propagandistas ressuscitam as velhas e estafadas teorias da conciliação de classes e da identidade de interesses dos capitalistas e trabalhadores, há que responder com a realidade, com a vida que os nossos olhos observam comprovando dia a dia as ideias de Marx e Lênine acerca das contradições de classes e da luta de classes, como eixo e motor da política do Governo e do Estado no sistema capitalista.

Se os propagandistas apregoam o papel pacífico e pacificador do imperialismo e da "Nova Ordem Internacional" que este pretende impor, há que responder também com a realidade, com os acontecimentos que dia a dia comprovam a natureza agressiva do imperialismo, de que são exemplos ainda recentes, entre muitos outros, as invasões de Granada e do Panamá, as agressões à Líbia, o apoio às forças da reacção na Nicarágua e no Afeganistão, a guerra do Golfo e os apoios aos racistas sul-africanos, à UNITA e à RENAMO, aos sionistas em Israel, aos militares fascistas indonésios para levarem por diante o genocídio do povo de Timor. E outros exemplos da actualidade (o bloqueio a Cuba, o odioso apoio financeiro e militar a movimentos terroristas em países do chamado Terceiro Mundo, a intervenção na Jugoslávia).

**O capitalismo mantém a sua natureza exploradora e agressiva, ofende e contraria necessidades vitais, aspirações e a vontade expressa dos povos, é incapaz de resolver os mais graves problemas da sociedade e do mundo.**

Comprova-se que a **acumulação do capital e a exploração dos trabalhadores** são dois processos e realidades inseparáveis; que a criação de gigantes grupos económicos assenta na acrescida exploração e em novos métodos para assegurá-la; que se instala como realidade permanente o desemprego massivo, compreendendo a teoria de Marx segundo a qual com o desenvolvimento do capitalismo aumenta o capital constante (empregue em meios de produção) e diminui o capital variável (utilizado na compra da força de trabalho), e assim o "exército de reserva" torna-se uma realidade intrínseca do capitalismo.

A formação de grandes pólos de riqueza é em si mesma uma expressão do aprofundamento das desigualdades sociais em cada país e à escala mundial, e têm como contrapartida o desenvolvimento de pólos de pobreza, de miséria, de doença, de marginalização, de corrupção generalizada, com a marca de grandes flagelos sociais como a prostituição, as crianças abandonadas, a droga e a toxicodependência, o crime organizado. No contexto das desigualdades mundiais os problemas do subdesenvolvimento, da fome, da doença, do esgotamento dos recursos naturais, da desflorestação, da desertificação, da poluição, atingem em algumas regiões do mundo o nível de verdadeiras catástrofes.

**O pólo de riqueza acumulada e o pólo de acumulação de pobreza são duas faces da medalha capitalista. Em cada país e a nível mundial.**

Os novos processos de desenvolvimento à escala nacional e internacional não desmentem antes confirmam a natureza exploradora do capitalismo.

O capitalismo monopolista no findar do século com as gigantescas transnacionais necessita de mecanismos e órgãos de regularização da produção e dos mercados, da internacionalização dos processos económicos e da divisão internacional do trabalho.

Assim um dos aspectos mais característicos da evolução do capitalismo é não só a transformação nos países mais desenvolvidos do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado mas também, com a **evolução para um capitalismo monopolista multiestatal, com gigantescas e dominantes empresas multinacionais ou transnacionais, os processos de internacionalização da economia e da integração económica, tendência para soluções políticas multinacionais mais ou menos formalizadas e institucionalizadas, ou seja para a criação de poderes políticos supranacionais ao serviço dos monopólios transnacionais.**

O projecto da União Política Europeia é um exemplo dessa evolução do capitalismo.

**A Europa assim criada é à partida a Europa não dos povos mas dos monopólios.**

Processos diferenciados inserindo-se na mesma tendência.

Com a desagregação da URSS e a alteração da correlação mundial de forças **o imperialismo procura aproveitar a situação para reconquistar a hegemonia mundial.** Nomeadamente os Estados Unidos tentam impor o que chamam a "Nova Ordem Internacional". Ou seja: um sistema mundial do imperialismo comandado pelos Estados Unidos, estabelecendo (com completa subversão de princípios fundamentais do direito) o "direito" da ingerência, da intervenção na vida interna de outros povos, da imposição pelo imperialismo de governos e de regimes, e da utilização para o efeito de todas as armas: económicas, políticas, diplomáticas, psicológicas e militares, incluindo a agressão e o genocídio. **Uma tal "Nova Ordem" é o caminho para a instabilidade e a desordem internacional.**

O FMI e o Banco Mundial obrigam países em dificuldades a adoptar medidas que, destruindo ou bloqueando as estruturas produtivas próprias, não servem os povos respectivos e os tornam presa da ganância dos monopólios e de obrigações financeiras internacionais. A NATO é readaptada e a UEO considerada ou não como "pilar europeu da NATO" visa dotar a CEE de meios militares de intervenção. A ONU é instrumentalizada. **O capitalismo não consegue ultrapassar antes tende a agravar as suas contradições fundamentais, porque estas constituem a sua própria essência.** Entre a produção que adquire cada vez mais um carácter social e a apropriação cujo carácter privado se acentua. Entre o capital e o trabalho. Entre os povos explorados e oprimidos e os países capitalistas mais desenvolvidos. Entre os próprios países imperialistas.

As forças produtivas são refreadas, e, confirmando a esterilidade da produção pela produção, assiste-se ao absurdo de investir capitais não para aumentar a produção mas para limitá-la ou impedi-la. As crises de carácter económico e social explodem contra a vontade do capitalismo. Os conflitos sociais, nomeadamente as lutas dos trabalhadores assim como as lutas de povos oprimidos pela independência, tendem a conhecer novos surtos e níveis mais elevados. Agravam-se também as contradições e conflitos entre os países capitalistas mais desenvolvidos e dominantes e os países capitalistas menos desenvolvidos e dominados. E, em vez da harmonia do sistema mundial do capitalismo, agravam-se os conflitos entre as grandes potências particularmente agora porque desaparecido o grande confronto do imperialismo com a União Soviética.

O capitalismo tem pela frente a agudização das suas próprias contradições. **E como factor central que determinará a evolução mundial, conta-se a luta dos trabalhadores e dos povos.**

## 1.3. A luta dos trabalhadores e dos povos

É necessário ter plena consciência de que a **situação mundial actual é de refluxo revolucionário.** Com a desagregação da URSS e de outros países socialistas, com derrotas sofridas pelas forças progressistas e nacional-libertadoras, com transformações e queda vertical da influência de numerosos partidos comunistas.

Numa frase simples: os comunistas, as forças progressistas do mundo estão lutando contra a corrente, con-

tra os ventos predominantes e é uma virtude que tenham convicção e coragem bastantes para lutar e para confiar.

Entretanto a perspectiva não é o prolongamento incessante e imparável do refluxo, mas a recomposição e recuperação de forças, a luta, a retomada da ofensiva. Apresentar tal perspectiva não traduz que se tomem os desejos por realidades mas que as realidades correspondem a esses nossos desejos.

A própria natureza do capitalismo e o reforço da sua agressividade de classe agudizam contradições, acentuam desigualdades e injustiças, ferem interesses vitais dos trabalhadores, dos povos, de nações e ampliam a frente de forças sociais objectivamente interessadas na luta contra o imperialismo.

**Isto explica por que embora em condições mais difíceis, numa situação geral de refluxo, a luta dos trabalhadores e dos povos continua.**

Na pessoa dos nossos convidados que aqui representam partidos e movimentos lutando em tão diversas condições - continuando uns corajosamente a construção da sociedade socialista, lutando outros para contrariarem processos contra-revolucionários, resistindo outros à agressão imperialista, empenhados outros na luta pela democracia, o progresso social, a independência nacional e a paz, - **nós saudamos a vontade inquebrantável de todos aqueles que no mundo não capitulam ante os maiores obstáculos, não se vergam, mantêm-se de pé, firmes e convitos, enriquecidos pela experiência, empenhados na luta presente e de olhos confiantes postos no futuro.**

**Se as forças do capital se unem contra os trabalhadores e os povos, se coordenam a sua acção para a rapina dos recursos naturais, para abafarem processos de libertação, para partilharem zonas de dominação e de influência, para desencadearem actos de agressão e de guerra, tal situação torna mais necessário que nunca o reforço dos laços de amizade, cooperação e solidariedade entre os comunistas e outras forças revolucionárias e progressistas.**

O leque dessas forças é amplo, diversificado e com imensas possibilidades de desenvolvimento. Tendo um alto apreço pelo valor e pelo papel daqueles que, não sendo comunistas, travam tal como os comunistas uma luta convicta na defesa dos interesses e aspirações dos respectivos povos, é entretanto de sublinhar que no imenso quadro de forças progressistas, o movimento comunista - com nova configuração, composição renovada, diferenças resultantes da diversidade de situações e de experiências - continua a ser necessário e insubstituível. A perda da identidade dos partidos comunistas e a sua diluição em movimentos políticos unitários priva os povos de uma força indispensável para o desenvolvimento da sua luta.

O reconhecimento da continuação da existência do movimento comunista e o empenhamento no seu relançamento e reforço em nada contraria os laços de amizade, cooperação e solidariedade, com todas as forças revolucionárias e progressistas.

Quase sem necessidade de lembrar as diferenças de opinião e de projecto e sublinhando o muito e fundamental que nos é comum - aqui expressamos a nossa solidariedade para com Cuba, a China, a Coreia, o Vietname, o Laos e outros países e povos que, com as suas soluções próprias, continuam a construção da sociedade nova; para com o povo de Angola e o MPLA nesta hora difícil; para com a FRELIMO e o povo moçambicano; para com o PC Sul-Africano e o ANC; para com a OLP e o povo palestino; para com o povo de Timor-Leste; para com aqueles que na antiga União Soviética e nos países do leste da Europa continuam a resistir e a lutar; para com todos presentes e ausentes que não foram invocados mas que não estão esquecidos antes estão vivos na nossa lembrança e nos nossos corações.

Os nossos inimigos e adversários conduzem uma insidiosa campanha contra o nosso Partido pela firmeza das nossas posições internacionalistas.

Vê-se que esta gente conhece e compreende mal os comunistas. **O nosso grande colectivo partidário jamais voltará as costas àqueles que corajosamente lutam nos outros países. Somos activamente solidários para com todos eles e o nosso XIV Congresso de certeza o confirmará.**

Por muito escândalo que as posições do nosso Partido continuem a provocar nas boas almas que gostariam de ter a certeza da eternidade do capitalismo, nós continuamos a afirmar convictos que a luta dos trabalhadores e dos povos continua a desenvolver-se e conduzirá o mundo a retomar o curso de grandes transformações revolucionárias que, no essencial, são a marca do século XX na história.

Por muito escândalo que a nossa afirmação provoque nessas boas almas, continuamos a afirmar convictos que **por muitas voltas que o mundo dê será o socialismo e comunismo e não o capitalismo o futuro da humanidade.**

## II

## A POLÍTICA DE DIREITA, CAPITALISMO MONOPOLISTA E PERVERSÃO DA DEMOCRACIA

**A democracia tem quatro vertentes inseparáveis** (a económica, a social, a política e a cultural). No processo contra-revolucionário visando a liquidação das grandes conquistas de Abril, a **acção do Governo dirige-se simultaneamente e de forma igualmente inseparável contra essas quatro vertentes da democracia.**

O **objectivo estratégico central é a restauração do capitalismo monopolista, através da reconstituição e restauração de grandes grupos económicos dominantes. A exploração dos trabalhadores e a liquidação de mui-**

**tos dos seus direitos e direitos sociais da população, o espartilhamento, degradação e perversão da democracia política e a degradação cultural são corolários e no fim de contas elementos integrantes da restauração do capitalismo monopolista.**

Daí o nosso alerta: **Portugal está a ser conduzido a uma mudança qualitativa profunda do sistema socio-económico e do regime político. Economia e recursos do país nas mãos do grande capital, domínio da economia e da política por grandes grupos capitalistas**



congresso  
ALVARO G. L. DE BEZERRA 1992  
PCP

PCP

impondo condições gravosas de trabalho e de vida, e um regime político de cariz antidemocrático e autoritário. Tal mudança é conduzida no quadro da aceitação e mesmo promoção de limitações da soberania e da independência nacionais.

Esta nossa afirmação não é uma prevenção alarmista. Ela corresponde à realidade da situação actual. Ela mostra que este Governo e esta política não servem nem o povo nem o país. Que é preciso travar combate. Que é preciso não apenas combater a política do Governo, mas abrir caminho à sua substituição e a uma alternativa democrática.

## II.1. A restauração do capitalismo monopolista

A restauração do capitalismo monopolista é a história sinistra de uma cruzada de espoliações conduzida pela política de direita - um cortejo de inconstitucionalidades, ilegalidades, violências, fraudes, especulações, benesses, negociatas, tráfico de influências, corrupção e escândalos envolvendo as mais altas instâncias da governação.

Neste processo, a veloz centralização de capitais não se dá no essencial em resultado da dinâmica económica normal da economia capitalista (produção de mais-valia e acumulação de capital) mas em resultado da intervenção brutal do poder do Estado sem admitir qualquer controlo ou fiscalização. Temos por vezes apelidado de **mafioso** o processo das privatizações. A palavra pode ser estranha ao léxico político, mas difícil é encontrar outra melhor.

O processo das privatizações é na verdade tenebroso. Nomeação de administradores cuja missão não foi o êxito das empresas nacionalizadas, mas criar dentro delas condições para privatizá-las. Política de crédito e fiscal concebida para afogá-las financeiramente. Transformação das empresas públicas em sociedades anónimas com admissão de participação de capital privado até posições maioritárias. Operações de vendas e leilões ao desbarato (OPVs) por vezes com conluio e arranjos prévios para se apresentar um só concorrente. Vultosas indemnizações aos grupos detentores das empresas no tempo do fascismo para agora as comprarem por tuta e meia. Arrematação de empresas públicas por capitalistas que sendo ou não seus gestores as subavaliaram para depois as comprarem. Desmembramento de empresas e entrega dos sectores rentáveis. Créditos de favor, benefícios fiscais, atribuição ao grande capital de fundos do PEDIP e de fundos agrícolas. Tudo foi e é imaginado, planejado, permitido para alcançar o fim em vista.

O processo não está concluído. A formação, arrumação, grau de enlace com grupos estrangeiros e força relativa ainda estão em movimento. Formaram-se novos grupos. Pela mão do Governo, que lhes entrega colossais somas dos dinheiros públicos, ressurgem e estão em vias de refazer-se (na banca, na indústria, nos serviços) os velhos e poderosos grupos dos grandes senhores da ditadura fascista (os Mellos, os Champalimaud, os Espírito Santo e outros).

Ao contrário do que afirmam alguns pseudoteóricos a liquidação do Sector Empresarial do Estado e a formação de fortes grupos económicos portugueses conduz à entrega a grupos estrangeiros de **alavancas fundamentais da economia portuguesa**. Porque por um lado, os grupos estrangeiros avançam quase livremente em sectores básicos. E, por outro lado, os grupos portugueses associam-se às transnacionais se a associação lhes permite partilhar do regabofe.

Há quem pretenda fazer esquecer, mas nós não esquecemos, que, como componente do mesmo processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, tem de considerar-se a **liquidação da reforma agrária** com a reconstituição da propriedade latifundiária, com o conseqüente retrocesso agrícola, de novo o abandono de terras, a liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho, a emigração em massa, o envelhecimento da população e a desertificação de vastas regiões.

Na propaganda oficial, a liquidação do Sector Empresarial do Estado e as privatizações, assim como a liquidação da reforma agrária, foram sempre apresentadas como necessárias para o desenvolvimento económico. Ora não há verdadeiro desenvolvimento económico sem desenvolvimento do aparelho produtivo e da respectiva produção e isso não se verifica. O que caracteriza a evolução no processo de restauração monopolista é o primado de operações financeiras de carácter especulativo, actividades parasitárias e o enfraquecimento efectivo do aparelho produtivo nacional.

Não se nega que tenha havido um crescimento económico com a realização de programas de infra-estruturas graças nomeadamente aos fundos estruturais da CEE, mas esse crescimento não significa um efectivo desenvolvimento económico.



## «Portugal está a ser conduzido a uma mudança qualitativa do sistema socioeconómico e do regime político»

A organização económica nacional foi desestabilizada. Não se verificaram alterações significativas na estrutura da especialização produtiva. O aparelho produtivo não se renovou nem modernizou. Desacelera-se o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A indústria está estagnada, com sectores em crise, encerramento de empresas, recessão em alguns sectores. A agricultura foi mergulhada numa crise profunda com a liquidação da reforma agrária e o abandono de terras nas propriedades latifundiárias restauradas, a liquidação de milhares de pequenas explorações, preços não compensadores, dificuldades no escoamento dos produtos, concorrência de importações maciças. Nas pescas a tendência é para a baixa das capturas e, igualmente, o aumento das importações. Aprofundam-se as assimetrias regionais.

Vê-se que a **restauração do capitalismo monopolista não só não fortalece como enfraquece a economia nacional**.

## II.2. Agravamento da exploração e da situação social

Como elemento inseparável e instrumento da política de restauração do capitalismo monopolista opera-se e intensifica-se através de uma ofensiva geral, diversificada e permanente a exploração dos trabalhadores, limitam-se e liquidam-se muitos dos seus direitos, o Estado alija as suas responsabilidades em domínios essenciais das condições de vida dos portugueses.

Baixos níveis salariais, tectos salariais procurando fixar os aumentos abaixo dos índices da inflação antecipadamente subavaliada. Emprego precário. Desemprego. Prolongamento da jornada de trabalho e trabalho extraordinário muitas vezes não pago. Períodos experimentais. Limitação e bloqueio da contratação colectiva e sua recusa aos trabalhadores da Administração Pública. Arbitragem obrigatória. Despedimentos colectivos e individuais, incluindo o conceito de inadaptação que abre espaço à generalização de despedimentos sem justa causa. Situação particularmente gravosa dos trabalhadores de diversas etnias relativamente a salários, condições de trabalho e habitação. Acréscimo dos acidentes de trabalho com triste recorde na Europa.

Evidenciando ainda mais a política de classe do Governo, acentuam-se a injusta repartição do rendimento nacional, as desigualdades sociais e o alargamento da mancha de pobreza contrastando com a formação de um polo de ostensiva e arrogante concentração de riqueza.

A par da liquidação de direitos e liberdades vitais dos trabalhadores como é o caso da revisão do direito à greve, regista-se a repressão patronal e a proibição em centenas de empresas do exercício dos direitos de organização sindical e das Comissões de Trabalhadores.

Como elemento dessa ofensiva, contam-se os ataques ao sistema de **segurança social**, o não cumprimento das respectivas obrigações financeiras do Estado, a transformação de uma obrigação social do Estado em chorudos negócios de empresas privadas.

A fuga às obrigações sociais do Estado e a fúria das privatizações invade a saúde e o ensino.

Na **saúde** o Governo impulsiona a liquidação do Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito segundo a Constituição, transformando-o num serviço limitado, pago e de difícil acesso. Carência de verbas, agravamento das taxas moderadoras, encerramento de serviços e pagamento de outros até agora gratuitos, aumentos brutais dos preços dos medicamentos, carência de pessoal, degradação das condições de tra-

balho e de vida, exercício da clínica privada em instalações do Estado e mesmo o propósito da entrega de valiosas instalações ao capital privado.

No **ensino** o Governo degrada o ensino público e reduz o seu papel, impulsiona o ensino privado, aumenta as propinas, adopta critérios elitistas de acesso, e a sua política conduz a baixos índices de escolarização e a níveis elevados de insucesso escolar.

O problema da **habitação** continua a agravar-se. Sob o dífice da habitação e, enquanto o Estado se desresponsabiliza das suas obrigações para com a solução de tão grave problema, grassa a especulação imobiliária e tornam-se inacessíveis para a maioria da população as rendas de casa e a aquisição de habitação própria.

As **mulheres** são particularmente atingidas pelo desemprego, por formas de trabalho precário, por discriminações salariais e profissionais, pela ausência de infra-estruturas de apoio à criança e à família, pelo não cumprimento das leis de Protecção à Maternidade/Paternidade e da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Os **jovens** vêem igualmente agravados os problemas e discriminações que os atingem, pela precariedade do emprego, pelo aumento das propinas, pela falta de saídas profissionais e de acesso à habitação, pelas insuficientes condições para a prática desportiva e tempos livres.

Os **reformados, pensionistas e idosos**, mais de 2 milhões e 300 mil, com baixas pensões de reforma, com o deficiente apoio dos serviços de saúde e o aumento dos preços dos medicamentos, continuam sujeitos a difíceis condições de vida atingindo para muitos um nível de profunda miséria. Os **deficientes** vivem em grande número em condições de pobreza, aumentando as discriminações e marginalização.

Os **emigrantes**, sem o apoio e a protecção que lhes deve o Estado português, vivem dificuldades e as incertezas relativamente ao futuro.

As **populações das zonas rurais** de zonas do interior sofrem em resultado da política de direita a desertificação e o envelhecimento.

Nas cidades acentuam-se as situações de segregação, marginalização e exclusão sociais, aprofundam-se flagelos sociais como a mortalidade infantil (em que Portugal é o primeiro da Europa), a mendicidade, a toxicod dependência, o narcotráfico, o alcoolismo, a SIDA, a prostituição e a criminalidade. Por incúria do Governo agravam-se os problemas ambientais, com a poluição dos rios, das zonas costeiras e da atmosfera, a deficiência do tratamento das águas residuais e de resíduos sólidos, a expansão de lixeiras, os incêndios florestais, a degradação dos solos - atingindo em alguns casos o nível de verdadeiros desastres ecológicos.

O Governo apregoa a conciliação de classes, a comunhão de interesses entre o capital e o trabalho e a chamada concertação social e cria organismos com composição, funções e finalidades eivadas de concepções corporativas.

Os factos evidenciam porém a natureza de classe da política do Governo. Evidenciam que o Governo conduz uma feroz luta de classes utilizando o poder, os instrumentos e os meios do Estado. Nós defendemos que os trabalhadores actuem no quadro das instituições. Mas a própria actuação do movimento sindical no Conselho Permanente de Concertação Social só pode ser entendida como forma de luta articulada com a acção sindical de massas como o entende a CGTP e não como forma de conciliação de classes e de colaboracionismo com o patronato como o entende a UGT ao assinar o "pacote laboral" e outros compromissos lesivos dos interesses dos trabalhadores.

A luta do capital contra os trabalhadores têm os trabalhadores de responder com a luta contra o capi-



tal. **À luta do Governo de direita contra as massas populares têm as massas populares de responder com a luta contra o Governo.**

### II.3. A desfiguração e perversão do regime democrático

Não há qualquer exagero ao afirmarmos que o Governo está conduzindo um processo de desfiguração e perversão da democracia política, de alteração qualitativa e efectiva mudança do regime. Trata-se de facto de conduzir, passo a passo, com a destruição de elementos integrantes fundamentais da democracia alcançada com a revolução de Abril, à instauração de um regime político de cariz autoritário.

Podem arrumar-se em seis aspectos fundamentais o processo de tal mudança.

O primeiro é a **governamentalização do poder**. Cavaco contesta o exercício das competências pelo Presidente da República; transforma a Assembleia da República (através das ordens que, de cana na mão, dá aos seus deputados) num órgão dócil da acção do Governo; contesta as decisões do Tribunal Constitucional quando lhe são desfavoráveis e cerceia a independência dos tribunais e a autonomia no Ministério Público ao mesmo tempo que degrada, encarece e burocratiza os serviços judiciais. E quando o funcionamento normal das instituições contraria os seus abusos do poder **grita que o Governo está a ser vítima do bloqueio das instituições, quando a verdade é que o funcionamento normal das instituições é que está a ser bloqueado pelo Governo.**

A governamentalização do poder é acompanhada da **partidarização do Estado** e sua dominação pelas clientelas do PSD na administração pública, nas forças armadas, nas forças de segurança e de uma forma geral em todos os pontos nevrálgicos da vida nacional.

E também a **governamentalização e partidarização da televisão e dos principais grandes meios de comunicação social**, abafando o pluralismo, entregando a grupos económicos afectos ao PSD a imprensa diária do sector público, aplicando o compadrio no licenciamento das rádios, e abrindo a televisão à iniciativa privada, de forma a entregar dois canais aos grandes grupos multimédia e a reservar para si próprio a RTP sobre a qual exerce apertado comando.

O segundo é a **eliminação progressiva dos mecanismos de fiscalização da acção governativa**. O Governo nega o exercício de competências do Presidente da República (nomeadamente em relação ao veto político e à fiscalização prévia da constitucionalidade de diplomas), da Assembleia da República como tal (nomeadamente com a sabotagem dos inquéritos parlamentares) e do Tribunal Constitucional. Tenta furta-se à fiscalização do Tribunal de Contas e eliminar praticamente o Provedor de Justiça, limita a autonomia do Ministério Público. Liquida órgãos plurais de fiscalização (caso do Conselho de Comunicação Social). Tenta aprovar uma lei de Segredo do Estado que, instituindo formas drásticas de censura e penalização, alarga de tal forma os segredos da acção governativa que instaura a impunidade da corrupção e do abuso do poder do Governo em áreas da sua actividade discricionariamente definidas por ele próprio.

O terceiro é a **limitação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e especialmente dos trabalhadores**, - o "pacote laboral" e a Lei anti-Greve, as discriminações político-partidárias no acesso a cargos e promoções (na administração pública, nas forças armadas, etc.) reservados às clientelas reforçadamente protegidas com a "lei dos disponíveis" que servirá também para afastar quem não seja afecto ao PSD.

O quarto é a **tentativa de sufocar o poder local** através de ingerências, pressões e discriminações, do corte de verbas, da transferência de obrigações que cabem ao Governo sem a transferência correspondente de recursos financeiros, das formas diversas de centralização efectiva de decisões que deveriam caber aos órgãos autárquicos.

O quinto é a **tentativa de impor a revisão das leis eleitorais** com o colaboracionismo do PS pondo em causa princípios fundamentais da democracia das eleições (nomeadamente o princípio da proporcionalidade) e abrindo caminho a um processo eleitoral que, na previsão do PSD perder a maioria dos votos em futuras eleições, lhe permita apesar disso manter maioria na Assembleia da República, manter-se no Governo, ascender à Presidência da República com o voto sem controlo de falsos emigrantes definidos abusivamente como eleitores pela lei da nacionalidade e pela concessão fraudulenta de passaportes portugueses a estrangeiros, e finalmente alcançar a supremacia no poder local através de artificiais maiorias nas Câmaras Municipais.

O sexto é o **reforço do aparelho especial de repressão** com serviços próprios de uma polícia política (SIS) aos quais se confere elevado grau de discricionabilidade, impunidade e direito a violarem direitos fundamentais dos cidadãos, com o SIM (Serviço de Informações Militares) envolvido em actividades terroristas, e com um sistema informático multinacional de informações em consequência do Acordo de Schengen.

Não há o perigo de instauração de uma ditadura fascista. **Nem há o perigo de instauração de um regime de partido único. Mas há o perigo, que poderá concretizar-se a curto prazo, da absolutização do poder por um único partido, a instauração efectiva de um regime de cariz autoritário de um único partido no poder** ao serviço não do povo português mas ao serviço do grande capital.

Tem de sublinhar-se que a perversão da democracia é acompanhada por um importante processo de degradação cultural: no sistema educativo, na intervenção diri-

gista, arbitrária e intolerante, nas obras de fachada, na subordinação a leis de mercado, nas discriminações por motivos políticos, na liquidação de estruturas científicas, na substituição de quadros qualificados por gente de confiança do Governo, no espalhar de valores obscurantistas e retrógrados, incluindo através da falsificação da história.

A perversão da democracia política conduz à degradação cultural. Sendo a cultura um valor inalienável da democracia justifica-se que incluamos no nosso projecto de democracia a democracia cultural.

### II.4. A integração europeia, Maastricht e a Independência nacional

**A luta pela democracia em todas as suas vertentes e a luta para que sejam asseguradas a independência e a soberania nacionais são lutas complementares e inseparáveis.**

Não negamos, antes pelo contrário afirmamos, que a divisão internacional do trabalho, a internacionalização dos processos produtivos, a cooperação internacional, os sistemas de integração, constituem resultado e um elemento do desenvolvimento económico, seja no sistema capitalista, seja no sistema socialista.

O nosso Partido rejeita soluções autárquicas e isolacionistas. Nas circunstâncias actuais, em que a integração na CEE constitui uma realidade objectiva da situação, o PCP defende e propõe para Portugal uma política que tem em conta essa realidade. Mas isto significa que o Governo português deverá defender na CEE os interesses portugueses, e lutar firmemente para que as decisões sejam alcançadas em pé de igualdade, com reciprocidade de vantagens e no respeito pela independência e soberania dos Estados membros.

O nosso Partido contraria firmemente a dependência que sacrifica os interesses nacionais a interesses estrangeiros, a acentuação de desigualdades e formas de integração com instâncias supranacionais que imponham aos países mais pequenos, mais fracos e mais pobres os interesses e as decisões dos mais poderosos e mais ricos.

Tal como o nosso Partido previra e prevenira, a integração de Portugal na CEE teve consequências graves nas estruturas da economia portuguesa: desprezo pelo aproveitamento dos recursos e potencialidades nacionais de desenvolvimento, efectivo bloqueio à modernização e especialização, estagnação e desordenamento do aparelho produtivo, crise profunda na agricultura e em vários ramos da indústria, frota de pesca reduzida ou imobilizada, concorrência no mercado interno de produtos importados provocando a recessão e mesmo a ruína de produtores portugueses, degradação da balança comercial.

Os Fundos da CEE transferidos para Portugal atingiram montantes elevados. Mas não só a sua aplicação tem sido de critérios duvidosos como não dinamizaram o aparelho produtivo, elemento essencial do desenvolvimento.

Neste processo têm-se agravado progressiva e perigosamente os laços de dependência de Portugal.

A **dependência económica**, agravou-se com a tomada crescente pelo capital estrangeiro de posições dominantes na economia nacional, particularmente em sectores estratégicos como a banca, os seguros e também nos combustíveis e em importantes sectores da indústria tão importantes como a extractiva, a química, a agroalimentar, a celulose de papel, o material eléctrico e de precisão, a indústria automóvel, o vestuário e ainda o comércio, o turismo e a hotelaria. Agrava-se com o aumento dos défices agroalimentar e de bens de equipamento, e do défice da balança comercial. Agrava-se com a submissão da política económica a interesses estrangeiros que está conduzindo à diminuição da produção agrícola e piscatória, a desindustrialização, a incapacitação do aparelho produtivo nacional.

A **dependência militar** agrava-se com a submissão aos objectivos estratégicos dos Estados Unidos, da NATO e da UE, com o abandono da prioridade da defesa militar de Portugal, com uma política de integração em forças armadas multinacionais sob comando estrangeiro, com a aquisição de armamento e a profissionalização das Forças Armadas com tal perspectiva. Nós defendemos que Portugal tenha forças armadas prontas e capazes de defender a independência nacional, mas não que as forças armadas portuguesas sejam organizadas e equipadas para sob comando estrangeiro serem chamadas a intervir noutros países e a dar a vida dos nossos soldados em operações sujas de intervenção e agressão imperialista.

A **dependência na vida cultural e na informação** agravam-se com o abandono por parte do Estado da defesa da identidade cultural portuguesa, com um processo de colonização cultural que nada tem a ver com intercâmbio, com exemplos que se sucedem de condicionalismo de apoios financeiros, com a estrangeirização da televisão, e de critérios economicistas na produção cultural.

E finalmente, a **dependência política** acompanha inevitavelmente nas circunstâncias actuais a dependência nas outras vertentes e tem expressão directa em graves limitações de soberania. O Tratado de Maastricht que o Governo e o PS pretendem precipitadamente ratificar, atingirá um grau qualitativamente novo no caminho da perda efectiva de poderes e competências que são atributo da independência nacional.

Combatemos a transformação do Mercado Comum numa União Política Europeia de carácter federalista concebida como um Estado de Estados constituindo um bloco político-militar de natureza imperialista com instâncias supranacionais.

Se for aprovado o **Tratado de Maastricht**, Portugal deixará de poder decidir do seu desenvolvimento, da sua política económica, da sua política industrial, da sua política agrícola e de pescas, do seu aparelho produtivo, do que pode e não pode produzir o quê e quanto, da sua política financeira, monetária, cambial e orçamental, da sua política externa, da sua política de defesa, da sua política de segurança, da organização e funções das suas polícias. Em todas essas áreas de competência irrecusável de qualquer país soberano, as orientações e as medidas fundamentais deixarão de ser decididas por portugueses e passarão a ser decididas no estrangeiro segundo os interesses de outros países e das transnacionais.

**Nós propomos uma política portuguesa no quadro da CEE no pressuposto de um Portugal independente e respeitado no quadro da cooperação europeia. Não aceitamos que Portugal venha a ser uma província da Europa com um Governo estrangeiro instalado em Bruxelas ou Estrasburgo.**

Que não se tenha o cinismo de fazer propaganda às limitações de soberania em nome dos fundos a receber. Nós defendemos que, sendo Portugal membro da Comunidade Europeia, lhe sejam atribuídos fundos mais vultosos. **Mas assim como a liberdade se perde sejam de aço ou de ouro as algemas, assim os interesses nacionais não podem ser traídos nem por 30 dinheiros, nem por milhões de contos, porque a independência nacional é um valor que não tem preço.**

Cita-se muito uma "coesão económica" e uma "coesão social". Mas a tendência é para desprezar a dimensão social do desenvolvimento, para um desenvolvimento económico "a duas velocidades" e também para uma política social "a duas velocidades". **Com Maastricht, não se vê como a tartaruga dos mais atrasados possa vir a atingir a lebre dos mais desenvolvidos.**

Entretanto, o Governo, o PSD e o PS são tão exaltados defensores do Tratado de Maastricht que, tendo recusado um grande debate nacional e tendo recusado uma consulta popular através de um referendo (que o nosso Partido defendeu e propôs), tenham apressadamente avançado na revisão de alguns artigos da Constituição para amoldar a Constituição ao Tratado e se aprestem para apressar a ratificação nas costas do povo português.

Certos de que a posição do nosso Partido corresponde aos interesses dos trabalhadores, do povo, do país, da democracia e da independência nacional, **assumimos uma atitude clara e firme: "Não a Maastricht!". Estamos convictos de que os acontecimentos confirmarão a justeza desta nossa atitude.**

O "Não" da Dinamarca, a votação no referendo em França, as discordâncias e conflitos em curso, o fracasso à partida da União Económica e Monetária são só por si elementos bastantes para fazer duvidar da viabilidade e sensatez dos projectos federalistas.

A Europa é um continente em que a história de séculos e a realidade actual estão marcados com fortíssimas expressões de identidades nacionais. A supranacionalidade impondo a política dos mais fortes, mais poderosos e mais ricos aos mais fracos, mais pequenos e mais pobres é caldo de cultura de conflitos nacionais e explosões de radicalismo nacionalista. O federalismo europeu e as teorias da soberania partilhada contêm em si mesmos factores de desenvolvimentos antidemocráticos.

Daí uma convicção: uma Europa federal, se vier a concretizar-se com poderes supranacionais centralizados, não resistirá às provas da história.

Para a compreensão de todo o significado da política de direita, interessa ainda desmistificar e esclarecer três questões.

A primeira: **a natureza de classe do Governo e da sua política** ao serviço do grande capital, a natureza de classe presente e evidente em todas as suas orientações, decisões e medidas. Essa natureza de classe desmente a propaganda de uma suposta "conciliação de classes" e toda a ideologia relativa à democratização do capitalismo e ao fim da luta de classes. O Estado nas mãos da direita é um instrumento da luta de classes contra os trabalhadores, contra a maioria esmagadora do povo português.

A segunda: **o desrespeito brutal através dos factos do proclamado respeito pelo princípio constitucional do Estado de direito**, cuja acepção mais profunda significa um regime em que o Estado se submete ao direito, ou, num aspecto mais restrito, em que o poder político dá ele próprio o exemplo do respeito pela legalidade. O que sucede é porém o contrário. Sucede que o Governo viola as leis e depois as altera criando uma nova legalidade. Sucede que o Governo dá o exemplo acabado do abuso do poder, da tentativa de impor leis inconstitucionais, do desrespeito sistemático e afrontamento da legalidade, a começar pelo desrespeito da Constituição da República e dos princípios constitucionais da separação, independência e complementaridade dos órgãos de soberania.

A terceira: **a falsa estabilidade do país pois a estabilidade governativa, a permanência por vários anos de um Governo do PSD com Cavaco Silva como Primeiro-Ministro tem significado a desestabilização geral do País**. Desestabilização económica com a destruição do SEE, o processo acidentado e mafioso das privatizações e a desorganização do aparelho produtivo.

Desestabilização social com a liquidação de direitos e liberdades que provocam uma constante movimentação social. Desestabilização política, com golpes e mais golpes na democracia, com alterações profundas no regime. Desestabilização cultural, com a degradação do ensino, o desprezo pelos valores nacionais, a restauração de valores do passado, a reanimação do obscurantismo e da superstição. E até desestabilização nacional, na medida em que o Governo com novas capitulações está comprometendo dia a dia a independência e a soberania nacionais.



## III

## A VASTA FRENTE SOCIAL ANTIMONOPOLISTA, A CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA E A LUTA POR UMA ALTERNATIVA

Tendo em conta a perversão da democracia política visando a perpetuação do PSD no poder e a colaboração do PS com o PSD muitos portugueses descrevem da possibilidade de uma alternativa.

A nossa maneira de ver as coisas comporta porém dois elementos inseparáveis. Por um lado apontamos a gravidade da situação. Por outro lado apontamos não só a necessidade, mas a possibilidade de uma alternativa, porque consideramos que a democracia tem potencialmente forças para assegurá-la. Esta ideia tem como um dos seus principais fundamentos a visão clara e objectiva da arrumação das forças de classe.

### III.1. A arrumação das forças de classe e o sistema de alianças sociais

A arrumação das forças de classe é uma questão essencial para discernir das contradições de classe, da correlação real de forças, das alianças sociais, dos objectivos da luta imediata e mediata, das perspectivas de luta, da evolução da situação e das possibilidades de uma alternativa à política de direita.

Uma ideia fundamental é que a política do Governo é uma política de classe, ao serviço do grande capital e que a reestruturação e restauração do capitalismo monopolista atinge interesses vitais não apenas da classe operária e de todos os trabalhadores cuja exploração é um corolário dessa reestruturação e restauração, mas também de outros vastíssimos sectores sociais.

**A principal linha divisória de interesses, contradições e confrontos coloca de um lado o grande capital, os grandes latifundiários, sectores da média burguesia e clientelas políticas que beneficiam da política de direita e de outro lado classes e camadas sociais que constituem a maioria esmagadora da população portuguesa.**

As Teses submetidas pelo Comité Central ao debate no Partido adiantam importantes elementos novos que mostram terem-se operado nos últimos anos na sociedade portuguesa alterações importantes na composição e arrumação das forças de classe e na rede de interesses comuns, contradições e confrontos sociais.

Referindo apenas alguns dados mais significativos, destacam-se a estratificação social com um pólo do grande capital e grande burguesia e um pólo de assalariados abrangendo a classe operária e amplos sectores proletarizados. E se é certo que a classe operária mantém ainda um peso dominante observam-se alterações significativas. Acentua-se o recuo do sector primário com declínio do proletariado agrícola e da população agrícola activa em geral. O sector secundário evolui com a introdução e repercussões de novas tecnologias. No sector terciário novas especializações tornam-se indispensáveis para os sectores produtivos. Os intelectuais e quadros técnicos ganham uma acrescida importância, tal como sucede com o que se caracteriza como classes e camadas intermédias não assalariadas.

Alguns grupos sociais diferenciados (reformados, estudantes, mulheres, domésticas) representam pouco menos de um terço da população adulta.

Envelhecimento da população, participação crescente das mulheres na actividade económica, crescimento dos polos urbanos, concentração de actividades no litoral e desertificação no interior são outros traços das alterações no tecido social.

A arrumação das forças de classe indica a existência de uma vasta frente social antimonopolista e contém fundamentos para a definição de uma política de alianças.

Compreende-se assim que, tendo em conta as mudanças sociais verificadas, seja proposto ao Congresso (na alteração ao artº 8º dos Estatutos) a definição dessa vasta frente social abrangendo os operários, os empregados, os intelectuais e quadros técnicos, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios empresários do comércio, indústria e serviços, bem como as mulheres, os jovens, os reformados e pensionistas, os deficientes, forças sociais que intervêm na vida nacional com aspirações e objectivos específicos.

Compreende-se também a razão da proposta de que à aliança da classe operária com o campesinato se acrescente uma outra aliança social básica: a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias.

O âmbito, sentido e objectivos da movimentação social, nomeadamente das lutas de massas, constituem também um seguro índice para avaliar a arrumação das forças de classe e as alianças sociais contra a política de direita.

Os 4 anos decorridos desde o XII Congresso do Partido mostram a grande amplitude da resistência social à política do Governo, traduzindo-se num curso permanente embora irregular da luta de massas com objectivos imediatos de protesto e de carácter reivindicativo. Objectivos que, como a experiência de há muito ensinou, são, nas condições actuais, o ponto de partida quase obrigatório para a mobilização e o desenvolvimento das acções de massas, que depois, na sua dinâmica própria, adquirem o carácter aberto de oposição ao Governo e à política de direita.

Nos 4 anos decorridos desde o XII Congresso até hoje a luta de massas (desenvolvida em formas muito diver-

sas) adquiriu grande amplitude e vigor. Num processo com uma clara linha de continuidade e grande pujança, adquirindo por vezes o carácter de grandiosas jornadas e surtos grevistas com a participação de centenas de milhar de trabalhadores, assim como grandes e corajosas manifestações, desenvolveram-se lutas de trabalhadores da indústria, dos serviços e da Administração Central e Local, dos agricultores, dos professores, dos médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde, dos magistrados, dos intelectuais e artistas, da juventude nomeadamente de estudantes em grandiosas movimentações, das mulheres, dos oficiais e sargentos, dos profissionais da PSP, da GNR e da Guarda Fiscal, dos agentes aduaneiros, dos reformados e deficientes, das populações.

Em qualquer destas movimentações são de destacar a clareza e precisão das reivindicações concretas, a firme insistência e a unidade dos trabalhadores e das massas participantes.

Só quem queira fechar os olhos às realidades é que não vê o profundo significado de toda esta vastíssima movimentação. **Anunciando a paz e harmonia de classes como produto da sua política, Cavaco Silva tem conduzido de facto uma verdadeira guerra social. O povo português tem-lhe dado resposta.**

Pela sua amplitude e grandiosidade, a própria movimentação tem o valor de uma inequívoca afirmação dos interesses e anseios populares. As lutas em muitos casos alcançaram êxitos, totais ou parciais, relativos a objectivos imediatos, desempenharam papel determinante na defesa dos interesses populares e da democracia, atrasaram, diminuíram o alcance, obrigaram a recuos e a adiamentos a concretização de muitos aspectos da política e das medidas do Governo de direita.

**Uma grande frente social antimonopolista está em movimento. A vida mostra que a restauração do capitalismo monopolista reduz a base social de apoio à política de direita e alarga objectivamente a base social de apoio a uma alternativa democrática.**

Esta é uma ideia fundamental para a compreensão das grandes direcções de luta a empreender e para uma reforçada confiança.

### III.2. As organizações e movimentos unitários

**A frente social que se opõe à política de direita assenta numa rede muito diversificada de organizações, movimentos e estruturas que constituem elementos essenciais para que a frente social se concretize numa intervenção social de massas e se venha a traduzir numa frente política.**

Este facto explica a importância que o nosso Partido atribui aos movimentos e organizações unitárias e à acção dos comunistas que nelas participam para que se reforcem, engrandecem e estreitem a ligação com as massas.

**Nós compreendemos essa nossa acção não com um critério estreito de ganhar influência política directa, mas com a compreensão da importância desses movimentos e organizações unitárias para defesa dos interesses e aspirações populares, para a resistência à política de direita, para a defesa da democracia e dos seus valores.**

No quadro dos movimentos e organizações unitárias destaca-se o movimento sindical organizado em torno da CGTP.

**A força, a vitalidade, a influência e apoio de massas, a capacidade de mobilização da CGTP resulta das características fundamentais da sua identidade: organização de classe, unitária, de massas, independente e democrática.**

É porque uma tal central sindical, criação e motivo de orgulho dos trabalhadores portugueses, é poderoso instrumento da sua luta, que as forças do capital e da direita desencadeiam uma violenta ofensiva contra a CGTP. Usam as mais variadas formas de pressão para conduzi-la à sua descaracterização. Apoiam e valorizam a acção oportunista e divisionista da UGT. Intrigam para tentar provocar fracturas e divisões. Propagam a ideia da criação de um movimento sindical único de carácter reformista e mesmo a ideia de que os sindicatos podem vir a ser dispensados. E porque os comunistas, ao lado dos seus companheiros não comunistas, têm sempre sido e continuam a ser um elemento fundamental da existência, vida, acção e influência da CGTP, as forças do capital e a direita conduzem uma insistente campanha com as mais variadas pressões externas e também com lamentáveis pressões internas, para que seja limitada e diminuída a influência dos comunistas nas diversas estruturas sindicais. Este tornou-se um objectivo central das campanhas contra a CGTP.

A tais campanhas devemos serenamente responder que não há melhores defensores da unidade, da independência e da vida democrática do movimento sindical unitário que os comunistas. Que os propósitos de diminuição da influência dos comunistas caminham a par de ideias de descaracterização da CGTP. E que, não sendo por vontade dos trabalhadores e por vontade democraticamente expressa no movimento sindical, ninguém pode pretender decretar que diminua a participação dos comunistas nas estruturas directivas.

Nas organizações e movimentos unitários, os comunistas não pretendem impor a sua vontade. Defendem o que entendem serem justas orientações. Esforçam-se

para que, no quadro da vida democrática das organizações unitárias, se consigam decisões em que todos participem em pé de igualdade, sem discriminações políticas. Nomeadamente no movimento sindical, os comunistas não pretendem criar situações em que as várias opções políticas se venham a traduzir em tendências organizadas que sistematicamente se contrariem e digladiem. **Os comunistas procuram opiniões comuns expressas em consensos. Mas se é legítimo desejar (e nós assim o desejamos) que, mesmo estando em maioria, os comunistas procurem democraticamente o acordo e o consenso com os seus companheiros não comunistas, não é menos legítimo desejar que aqueles que estão em minoria não procurem impor a sua opinião sob ameaças constantes de ruptura caso ela não seja aceite.**

E também é legítimo desejar que não se invoquem pressões externas e muito menos directivas externas para determinar as orientações e decisões da CGTP, como há dias sucedeu com um sindicalista que em artigo num jornal defendia um *sim* a Maastricht porque entre outras razões mais que discutíveis a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) tinha dado indicações para que o movimento sindical apoie a nível europeu e nos diferentes Estados membros a ratificação do Tratado. **A CGTP é suficientemente adulta e os trabalhadores portugueses são suficientemente conscientes para decidirem por si próprios das suas orientações e das suas acções.**

Nós apelamos a todos os sindicalistas para que saibam defender a unidade da CGTP. Para que insistam na defesa da unidade dos trabalhadores e no concreto a unidade da acção incluindo com sindicalistas da UGT. Para que todos se empenhem em vencer as dificuldades e problemas que defronta o movimento sindical como a diminuição da sindicalização, a insuficiente renovação de quadros, as limitações às actividades nas empresas, as carências financeiras, as actuações divisionistas da UGT.

Estas dificuldades e problemas resultam principalmente de razões objectivas como o desmembramento do SEE, o desemprego, a precarização do emprego, o encerramento de empresas, a redução de pessoal em sectores chave, a desactivação de grandes áreas industriais, a veloz redução do proletariado agrícola, a repressão patronal nas empresas.

Com a firme vontade e determinação dos trabalhadores tais problemas podem ser superados com êxito. É com tal objectivo que actuam os comunistas.

**Os movimentos, organizações e estruturas unitárias relativas às outras classes e estratos sociais que fazem parte da frente social antimonopolista constituem também valiosas forças do povo e da democracia.**

Citem-se, embora num breve enunciado: o movimento dos agricultores no qual se destacam com papel central a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e as numerosas organizações suas associadas, movimento com desenvolvimento irregular, mas com lutas de grande amplitude e vigor e frequentes surtos de grande combatividade; o movimento da juventude, com referência à JCP pela intensa actividade, iniciativa e participação de relevo na orientação e dinamização das lutas juvenis e às organizações de massas que constituem uma base essencial para o seu desenvolvimento - associações de estudantes, Interjovem, colectividades, poder local e outras formas de organização; o movimento dos intelectuais e quadros técnicos e científicos com um conjunto muito diversificado de problemas, objectivos, linhas de intervenção e iniciativas, formas de associação igualmente diversificadas e lutas de grande dinamismo; o movimento das mulheres, com referência ao MDM, com expressões e objectivos igualmente diversificados mas que se inserem nos ideais de emancipação das mulheres; o movimento dos pequenos e médios comerciantes e industriais cujos problemas se agravam com a restauração do capitalismo monopolista; o movimento dos reformados, com especial referência ao MURPI e à Inter-Reformados, assim como o movimento dos deficientes, com especial referência à UCNOD; o movimento associativo, com uma ampla e rica variedade de organizações cujo papel efectivo na sociedade portuguesa está longe de corresponder às suas potencialidades; e ainda o movimento cooperativo, o movimento ecologista e o movimento pela paz e solidariedade para com os povos em luta, e outras formas de intervenção e organização unitária de massas.

**Os movimentos e organizações unitárias desempenham um papel em muitos aspectos decisivos não só para defesa de interesses imediatos específicos como para fazer frente à política de direita e criar condições para uma alternativa democrática.**

Daí a importância que lhe atribuímos.

A influência dos comunistas nos movimentos unitários resulta do seu empenhamento na actividade respectiva, do reconhecimento pelas orientações que defendem, da confiança que neles é depositada, da sua contribuição para a unidade, a vida democrática e o êxito da actividade respectiva.

Actuando assim, é perfeitamente natural que, ao contrário do que alguns proclamam, a influência dos comunistas não tenda a diminuir mas a aumentar.

### III.3. O quadro político-partidário e as direcções principais da luta

O desajustamento entre a vastíssima oposição de massas à política de direita e a votação alcançada por essa mesma direita é indicativo seguro de que não há correspondência entre a arrumação das forças sociais e a arrumação das forças político-partidárias.



PCP

congresso  
PCP

## «O nosso Partido é na sociedade portuguesa um partido necessário indispensável e insubstituível»

Em termos de correlação de forças sociais, a frente social antimonopolista é incomparavelmente mais vasta que os grupos monopolistas e suas clientelas, e o núcleo social governante. E entretanto em termos de correlação de forças políticas o PSD, partido que conduz a política dos monopólios contra os interesses da frente social tem alcançado maioria eleitoral e dispõe da força do poder e do Estado.

O PS mantém o estatuto de partido da oposição e dispõe de importante influência eleitoral, mas converge com o PSD e o Governo em aspectos fundamentais (revisão da Constituição, privatizações e Sector Empresarial do Estado, liquidação da reforma agrária, pacote laboral, leis eleitorais, Tratado de Maastricht, política externa, etc.).

O nosso Partido está profundamente identificado com os interesses e aspirações da grande frente social largamente maioritária na população, é o principal dinamizador político da movimentação social e entretanto o seu apoio eleitoral, apesar das brilhantes campanhas eleitorais conduzidas pelo PCP e a CDU, não tem aumentado e está longe do apoio eleitoral do PSD e do PS.

São de tirar duas importantes conclusões:

A primeira: que a vastíssima movimentação social contra leis, decisões e medidas do Governo, abrangendo sectores que têm constituído importantes áreas do eleitorado do PSD mostram que o apoio social à política do Governo PSD é bastante mais restrita que o apoio político e eleitoral e que a política ao serviço dos monopólios tenderá a reduzi-lo progressivamente. A segunda: que, a nível social, existe potencialmente uma base política e eleitoral para uma alternativa democrática.

Estas duas conclusões não chegam porém para caracterizar a situação e discernir a perspectiva.

É necessário acrescentar que o voto no PS, e nomeadamente o "voto útil" no PS, não abre caminho a uma alternativa. As pretensões hegemónicas e bipolarizantes do PS, ao mesmo tempo que se entende com o PSD e volta as costas à Esquerda assim como a ilusão do "voto útil" no PS só servem a direita e constituem um real obstáculo a uma viragem democrática na política portuguesa.

Clara e frontalmente criticamos as posições do PS. Mas ao mesmo tempo insistimos em que para derrotar a direita e afastá-la do poder se impõe a convergência das forças democráticas e nomeadamente do PS e do PCP. Insistimos na nossa prontidão para acordar uma plataforma comum. Insistimos em que para se chegar a tal resultado há um caminho a percorrer e que um elemento essencial para percorrer esse caminho é a acção comum, a luta comum a todos os níveis, contra o Governo e a sua política, com objectivos concretos de carácter democrático. E insistimos (com mil razões que a experiência inteiramente justifica) que quanto mais forte for o PCP na sua influência social, política e eleitoral, mais possível se tornará a convergência democrática.

Por isso, em toda a complexa arrumação actual de forças sociais e políticas o nosso Partido define um objectivo cuja concretização acabará por ser decisiva: transformar a oposição social à política de direita numa oposição política e a oposição política na opção de voto na democracia, concretamente no PCP.

De facto a evolução da situação política depende em termos institucionais dos resultados das futuras eleições.

Assim, as eleições autárquicas de Dezembro de 1993 assumem particular importância. Todos os partidos estão já lançados na sua preparação e devemos ter em conta que um dos objectivos comuns já declarados pelo PSD e pelo PS é reduzir as posições do PCP e da CDU. A preparação para as eleições autárquicas de 1993 é uma das tarefas prioritárias que se colocam ao nosso Partido.

Partimos de uma realidade que nos dá muita força: o notável trabalho realizado pelo PCP e a CDU nas autarquias, seja nas 50 Câmaras Municipais e nas centenas de freguesias em que os nossos eleitores constituem a maioria, seja onde estão em minoria. É significativo dispor de maioria em 11 das 18 Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e serem camaradas nossos eleitos nas mais altas responsabilidades dos respectivos órgãos dirigentes.

Embora a batalha seja difícil, embora tenhamos de contar com a intensificação da campanha contra o PCP e a CDU, embora haja o perigo que é necessário conjurar de alterações antidemocráticas do sistema eleitoral, - há condições para alcançar um importante êxito.

Continuando a trabalhar com dedicação, honestidade e competência. Aprofundando a ligação às populações e a realização de obras em curso. Apresentando candidatos qualificados. Travando a batalha com confiança.

É proposto ao XIV Congresso que confirme a orientação já definida de como regra, concorrer em todo o país, no quadro da CDU (com o Partido Ecologista Os Verdes, a Intervenção Democrática e democratas independentes). E a nossa disponibilidade para, nos termos acordados nas eleições autárquicas anteriores, concorrer no quadro da Coligação "Por Lisboa!" - valioso

exemplo e experiência que permitiu uma retumbante vitória eleitoral, retirar à direita a gestão da Câmara e de numerosas Juntas de Freguesia e com outros democratas assegurar na capital do país uma gestão comunista-socialista.

O objectivo está definido: não só manter como reforçar posições.

Também desde já preparamos trabalho para as eleições para o Parlamento Europeu a realizar no primeiro semestre de 1994; para as próximas eleições para a Assembleia da República no Outono de 1995 que poderão ter um papel decisivo para afastar a direita do poder, alcançar uma maioria democrática; para as eleições para a Presidência da República nas quais se impõe a eleição de um candidato democrático derrotando os planos da direita de se apossar deste órgão de soberania; e para as eleições para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira (em 1996) de forma a reforçar as posições que acabam de ser alcançadas.

O nosso Partido prepara-se para as eleições considerando que se trata de batalhas que decidirão durante anos a questão do poder - central e local.

Damos toda a importância à representação e intervenção nos órgãos do Estado: à acção do nosso Grupo Parlamentar, competente e dinâmico, que em conjugação com as lutas de massas tem desenvolvido uma intensa acção através de uma constante intervenção política, de iniciativas legislativas, de interpelações ao Governo, da exigência de fiscalização da acção governativa. Ao trabalho desenvolvido pelos nossos eleitos nas Autarquias, que, pela sua honestidade e competência, pela sua ligação às populações, pela obra notável realizada grangearam merecido prestígio e influência; à acção dos

nossos eleitos no Parlamento Europeu, pautada pela defesa intransigente dos interesses nacionais.

E está sempre presente que toda esta intensa acção ao nível das instituições se articula com a acção política geral do Partido e com a luta da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares - direcção fundamental da nossa orientação e acção.

Já foi referido o papel essencial e determinante das organizações e movimentos unitários na direcção e desenvolvimento das lutas de massas. Mas, no plano político-partidário, é indubitável que o nosso Partido não só é o único grande partido que dá o seu apoio como, através dos seus militantes, desempenha um papel muitas vezes decisivo na movimentação social.

É nossa tarefa apoiar por um lado as organizações e movimentos unitários de massas, aprofundar por outro lado a ligação partidária com os trabalhadores e com todas as classes e camadas antimonopolistas empenhando as nossas organizações e militantes na mobilização, organização, dinamização e unidade das massas em movimento.

Por objectivos imediatos. Contra a política do Governo. Com confiança (confirmada pela experiência) que com a luta se pode fazer recuar o Governo e alcançar importantes êxitos.

Além do mais, as lutas de massas têm influência que pode ser determinante para a tomada de consciência política e a opção eleitoral dos cidadãos. As campanhas eleitorais decidem muito, mas as lutas de massas anteriores podem, para as eleições, decidir tudo.

Cavaco Silva julga-se já senhor do país e do seu futuro. Mas será o povo e não Cavaco Silva quem dirá a última palavra.

## IV

### O PCP O PARTIDO DE QUE PORTUGAL PRECISA DEMOCRACIA E SOCIALISMO - O FUTURO DE PORTUGAL

Desiludindo aqueles que gostariam que o PCP desaparecesse da cena política portuguesa, passasse a ser um partido inofensivo social-democratizado. O PCP está vivo, de boa saúde e para viver, e, pela sua intensa actividade em todas as áreas da sociedade, pelas soluções que propõe para os problemas nacionais, pela sua firmeza, coerência e dedicação na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do país, da democracia que confirma a nossa conhecida consigna de que é o Partido de que Portugal precisa.

#### IV.1. Por uma democracia avançada com o socialismo no horizonte

O Primeiro-Ministro insiste em afirmar que nenhuma força da oposição apresenta uma política alternativa à política do PSD. Sabe-se que o Primeiro-Ministro é confesadamente um homem de poucas leituras. Mas não lhe faria mal ler os documentos do PCP para evitar fazer tão insensata afirmação.

Porque se tal afirmação é pertinente em relação ao PS que se identifica em aspectos fundamentais com a política do PSD, é falsa no que respeita ao PCP. Porque, de facto, o PCP não é um Partido que se limite a criticar, a desmascarar e a combater o Governo e a sua política. O PCP não só constantemente, dia a dia, tem uma intervenção construtiva em toda a vida nacional, não só dia a dia na acção política geral e na acção parlamentar apresenta projectos válidos para a solução dos grandes problemas existentes, como apresenta e propõe ao povo português um Programa que constitui a definição de uma política democrática alternativa à política de direita.

O Programa do Partido, que se propõe que o Congresso confirme com as alterações propostas, é, como se sabe, o Programa de "uma democracia avançada no limiar do século XXI".

O Programa situa-se na linha da actividade histórica e dos objectivos fundamentais da luta do Partido pela revolução antifascista e dos ideais, das conquistas e das realizações de valor igualmente histórico da Revolução de Abril.

Combatemos as tentativas de reinventar o passado, de, entre outras coisas, absolver e repintar a imagem da

tenebrosa ditadura de Salazar e Caetano e de traduzir na acção governativa elementos desse passado, de que são peças significativas a entrega de novo do poder económico aos grupos económicos do tempo do fascismo e a concessão pelo Primeiro-Ministro de pensões vitalícias aos torturadores e criminosos da PIDE "por serviços excepcionais e relevantes ao País".

Não somos daqueles que enjeitam o heróico passado de luta e reescrevem apressadamente a história ao sabor da pressão dos ventos dominantes.

Ao mesmo tempo, partindo da análise do período de vida nacional actualmente em curso o Programa dá respostas criativas à situação existente e em movimento apontando e desenvolvendo cinco objectivos ou componentes fundamentais da democracia avançada:

O primeiro objectivo é um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado, eficiente e moderno.

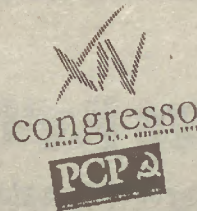
A democracia política, é elemento integrante da democracia avançada. Democracia política caracterizada pela efectiva garantia das liberdades e direitos dos cidadãos (incluindo as liberdades de imprensa, de constituição de partidos, assim como a liberdade sindical e o direito à greve e uma comunicação social democrática, plural e responsável), pela realização de eleições cuja democraticidade assegure a real manifestação da vontade popular, pela separação e interdependência dos órgãos de soberania; pelo poder local democrático, a regionalização e a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas; por uma Administração Pública, Forças Armadas e Serviços de Segurança concebidos como elementos do Estado democrático.

O segundo objectivo da democracia avançada é um desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País.

Interessa salientar que a economia mista que propomos admite sectores de propriedade diversificados com dinâmicas próprias e complementares (sector empresarial do Estado, sector cooperativo e sector privado com empresas de variada dimensão, com relevo para pequenas e médias empresas e pequenas e médias explorações agrícolas) mas sublinhamos que um SEE abrangendo



PCP



## «A vida mostra que a restauração do capitalismo monopolista reduz a base social de apoio à política da direita»

a banca, seguros e outros sectores básicos e estratégicos da economia é essencial para o desenvolvimento económico e para contrariar o assalto das transnacionais às alavancas da economia portuguesa. E que se não continue a utilizar o cínico argumento de que as nacionalizações não asseguram uma boa gestão e a rentabilidade das empresas porque sucessivos governos prosseguiram uma autêntica guerra contra as empresas nacionalizadas, procurando criar-lhes dificuldades, conduzi-las a difíceis situações financeiras e pretextar a sua privatização.

E se insistimos também, a par da valorização da pequena e média exploração agrícola, na transformação da estrutura agrária com uma reforma agrária que liquide essa monstruosidade obsoleta que é a propriedade latifundiária agora restaurada e que não se continue a utilizar o cínico argumento de que a reforma agrária fracassou é porque a verdade é que a reforma agrária foi uma obra grandiosa de transformação económica e de progresso agrícola e social na zona do latifúndio, obra destruída por anos e anos de ofensivas violentas e criminosas. Tendo como base socioeconómica uma economia mista, o Programa define uma política de desenvolvimento com o aproveitamento, mobilização e gestão adequadas dos recursos naturais, a intervenção crescente da ciência e das novas tecnologias, a modernização do aparelho produtivo, o aumento da produtividade, o planeamento descentralizado e participado e a cooperação económica internacional.

O nosso Programa traça as grandes linhas de uma política científica e tecnológica, de uma política financeira, de uma política industrial, de uma política agrícola, de uma política de pescas, de uma política de transportes, de uma política para as comunicações e telecomunicações, de uma política de turismo, de políticas de comércio interno e de comércio externo.

Não é um programa de Governo, mas entretanto indica orientações e medidas fundamentais para a política de um Governo de alternativa democrática.

O terceiro objectivo da democracia avançada é uma política social que garanta a melhoria generalizada das condições de vida do povo.

O Programa considera que o desenvolvimento económico tem de considerar-se inseparável da sua vertente social.

Daí definirmos como um dos objectivos essenciais a garantia dos direitos sociais: o direito ao trabalho, o direito à segurança social, o direito à saúde, o direito à educação, ao ensino, à cultura e ao desporto, o direito à habitação, o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, o direito à tranquilidade e segurança das populações, o direito das mulheres à igualdade, o direito dos jovens à realização pessoal e profissional, o direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso, o direito dos idosos, reformados e pensionistas a uma vida digna, o direito dos deficientes a uma vida integrada na sociedade, o direito dos emigrantes à protecção dos seus interesses, e o direito dos imigrantes e das etnias à protecção dos seus interesses.

As orientações e medidas relativas a cada um destes direitos são largamente desenvolvidas no Programa indicando como concretizá-los pois não basta definir direitos (isso é fácil mesmo para quem os liquida ou desrespeita como faz o Governo actual) mas é necessário assegurá-los na prática.

O quarto objectivo da democracia avançada: uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais.

Isto significa que deve ser garantido o efectivo exercício dos direitos culturais, criando-se condições para o desenvolvimento integral da pessoa humana e dos valores culturais da sociedade. E assim deverão ser eliminadas as discriminações económicas, sociais, de sexo e regionais no acesso aos conhecimentos e à actividade cultural; erradicado o analfabetismo; criada uma Escola para a educação permanente, apoiada e potenciada na sua função cultural; reconhecidos a valorização e função social dos trabalhadores da área cultural; respeitados a pluralidade das opções estéticas e a controvérsia científica; expandido o ensino científico; dado apoio ao livre desenvolvimento das forças populares de criação; elevado o papel cultural da comunicação social; descentralizadas estruturas; salvaguardado o património; intensificado, a par do combate à colonização cultural e da defesa da identidade nacional, o intercâmbio com outros povos com a abertura aos valores da cultura da humanidade.

Segundo o nosso Programa, a democracia cultural é um factor de emancipação individual, social e nacional, um incentivo ao diálogo das culturas e um dos elementos fundamentais da democracia.

O quinto objectivo da democracia avançada: uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

O programa inscreve e desenvolve como elementos da independência e soberania portuguesas - valores inalienáveis da Nação, do Estado e do povo - a independência económica no quadro da cooperação e da integração

na CEE, a definição nacional da política de defesa, a autonomia da decisão e relacionamento diplomático, a salvaguarda e desenvolvimento da cultura portuguesa, o desenvolvimento nacional da ciência e tecnologia e uma política externa tendo como vectores principais, as relações com a Comunidade Europeia entendida como a cooperação mutuamente vantajosa entre Estados livres e soberanos; uma ampla diversificação das relações com outros países; o descomprometimento progressivo com a NATO, a progressiva desactivação das bases estrangeiras, a recusa do envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em acções de ingerência na vida interna de outros países, e a solidariedade activa com os povos em luta.

Para nós, comunistas, ao contrário de outros partidos, um pressuposto da política externa, tal como da política interna é que Portugal salvaguardará o seu pleno direito de decidir do seu próprio sistema económico e do seu próprio regime político, do seu futuro e do seu destino.

Partindo da reflexão e experiências próprias e das experiências internacionais positivas e negativas o Programa aponta o projecto da construção ulterior de uma sociedade socialista que incorpore e desenvolva elementos constitutivos fundamentais da democracia avançada.

ta alguma vez registada na história; o avanço do processo contra-revolucionário em Portugal tendo entre outras consequências atingido a organização do Partido com o encerramento e desagregação de centenas de empresas, despedimentos em massa, liquidação de postos de trabalho e emigração; e ainda a actuação dentro e fora do Partido de um grupo fraccionista que juntando-se à campanha anti-PCP tentou conduzir o Partido à sua liquidação como partido comunista. Trata-se de um conjunto de factores de desmobilização e de enfraquecimento da organização e da base de apoio.

Existe porém outro aspecto que sobreleva o anterior. É o facto de num período tão difícil e complexo, o nosso Partido ter desenvolvido e desenvolve uma intensa actividade na dinamização da luta popular, nas instituições, nas eleições, no Parlamento, nas autarquias, ter realizado com êxito o XIII Congresso (Extraordinário). Defrontar com âmbulos obstáculos e dificuldades. Continuar a dar uma resposta viva aos acontecimentos. Desenvolver uma intensa actividade em ligação estreita com as massas. Contar com um núcleo de milhares de dedicados militantes e poder apresentar um efectivo de mais de 160 000 inscritos no Partido. Manter-se de pé, firme e convicto, coeso e unido, e convocar este nosso XIV Congresso confiante na sua força e no seu futuro.

Insistimos não apenas em aguentar as tempestades, mas em defrontá-las com êxito e conseguir avançar contra elas. Se estamos convictos e de pé, não é (como dizem os nossos adversários) para morrermos de pé, mas para vivermos e lutarmos de pé, para assegurarmos a vida e o futuro.

Este Congresso desmente os arautos do "declínio irreversível" do Partido. Serenos e confiantes, traçamos orientações e medidas para o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade.

Anotando apenas algumas das orientações e tarefas expressas na proposta de Resolução Política interessa anotar:

**O reforço do trabalho de Direcção**, com a superação de insuficiências, novas medidas de estruturação, melhoramento do trabalho colectivo e do estilo de trabalho, renovação da composição, responsabilização de novos e valiosos quadros.

**O reforço da política de quadros** para confirmar e enriquecer o magnífico colectivo militante que é o nosso Partido. Superar as dificuldades resultantes das condições objectivas adversas e da diminuição do número de funcionários. Formar novos quadros, sobretudo operários, jovens e mulheres e chamá-los a novas responsabilidades. Estimular a reflexão individual e colectiva e promover a expressão viva e livre das opiniões e o debate. Ganhar mais qualificada intervenção em todas as sectores e áreas da vida nacional.

**O reforço da organização**, procurando que as novas adesões compensem naturais baixas, que o Partido se implante e organize onde quer que as massas se encontrem, que a estruturação em organismos concebidos com flexibilidade se alargue a um maior número de membros do Partido, que se envolvam na actividade corrente milhares de camaradas que nela não têm participado, que se dinamize a organização e se alargue a sua influência em ligação com o trabalho de massas.

**O reforço do trabalho ideológico** ligando mais estreitamente a investigação, o debate, a iniciativa e a definição de temáticas prioritárias à actividade prática e às tarefas e experiência do Partido, e abrindo espaços de comunicação e projecção do pensamento do Partido.

**O reforço da informação, propaganda e imprensa do Partido** com uma maior rentabilização dos meios e recursos materiais e humanos. Com o cuidado tanto no plano da informação e da abordagem dos temas como no plano de distribuição (com relevo para a venda militante), de concretizar condições para maior relevo do papel do "Avante!". Com a ligação ainda mais estreita de "O Militante" à vida e experiência do Partido. Com uma melhor coordenação da informação, propaganda, imprensa, edições e relações com a comunicação social. Com um departamento de informação e propaganda dinâmico e



Sociedade onde o poder dos trabalhadores, o poder do povo, não só é institucionalizado como é assegurado pela estrutura do Estado por formas participativas e pela fiscalização permanente da acção governativa.

Sociedade em que a democracia política, o desenvolvimento das forças produtivas e o bem-estar material e cultural do povo são elementos inseparáveis.

Sociedade libertada da exploração do homem pelo homem na qual sejam assegurados a todos os cidadãos os direitos ao trabalho, à saúde, ao ensino, à habitação e à reforma e da qual sejam erradicadas as grandes desigualdades, injustiças, discriminações e flagelos sociais.

Esta ligação entre a democracia avançada que é proposta e a sociedade socialista que apontamos no horizonte está radicada na nossa intervenção constante na sociedade. **O ideal comunista é, para nós, não só um projecto para o futuro, mas um ideal cuja concretização se prepara e desenvolve numa atitude de reflexão, de crítica, de intervenção, de luta incessante e convicta para transformar o presente.**

### IV.2. Reforçar o Partido

Se, como afirmamos com fundamento, o PCP é o partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para o povo, para a democracia, para a independência nacional, para uma alternativa à política de direita, podemos afirmar igualmente com fundamento que a força e o reforço do PCP é do interesse, não apenas dos comunistas, mas de todos os trabalhadores, de todo o povo, de todos os verdadeiros democratas e patriotas.

No período decorrido desde o XII Congresso, o nosso Partido defrontou circunstâncias particularmente adversas: o abalo nas convicções e nas perspectivas provocado pela derrocada da União Soviética e dos países do leste da Europa; a mais violenta campanha anticomunis-



## PCP

qualificado, não contrariando antes estimulando a descentralização da iniciativa.

O reforço da política financeira do Partido, na base da militância e dedicação dos membros do Partido, reforçando as receitas, limitando despesas, melhorando a recolha da quotização, multiplicando e descentralizando iniciativas, apurando o controlo financeiro, conservando e rentabilizando o património de forma a garantir a normal actividade do Partido e uma gestão rigorosa e eficaz.

Os Estatutos com as alterações propostas serão também uma contribuição para o reforço do Partido.

Tendo por certo que os Estatutos não se podem considerar como um código de princípios e normas fixas e intemporais, as alterações propostas correspondem à necessidade por um lado de consagrar com maior rigor na lei fundamental do Partido características da identidade do Partido; visam por outro lado enriquecer os princípios relativos à orgânica e ao funcionamento do Partido com ensinamentos da nossa própria experiência.

A discussão em todo o Partido das alterações aos Estatutos foi rica, criativa, por vezes apaixonada. Pode dizer-se que se manifestaram dois sentidos contrários das observações: umas com receio de que as alterações conduzissem à descaracterização do Partido; outras considerando que as alterações deveriam ser mais profundas. Pensamos que, havendo é certo opiniões diferenciadas, as propostas de alterações agora sujeitas ao Congresso - nomeadamente as relativas à definição da natureza de classe do Partido, ao sistema de alianças, ao papel de vanguarda, ao marxismo-leninismo, ao centralismo democrático, às condições para ser membro do Partido e aos deveres dos militantes - correspondem a um acerto da opinião do nosso grande colectivo partidário.

Sendo aprovadas as alterações propostas, a lei do Partido - os Estatutos - será actual, viva, flexível, criativa e dinâmica. Será uma renovação no melhor sentido.

### IV.3. Renovação e Estruturas de Direcção

Entre as medidas do reforço do Partido, são submetidas ao Congresso propostas relativas às Estruturas de Direcção e à sua renovação.

Certos órgãos de comunicação social e certos comentadores, ávidos por descobrir no PCP sinais de conflitos, divisões e perspectivas de evolução negativa logo fizeram ecoar por isso desde já nesta intervenção no princípio dos trabalhos do Congresso dar um esclarecimento que dissipe tão abusivas interpretações e elucubrações. No nosso Partido não há rivalidades pessoais nem luta pelo poder. Há trabalho colectivo, respeito pelas opiniões, busca fraterna de consensos.

O Comité Central cessante resolveu trazer ao Congresso uma proposta (que será apreciada na altura devida dos nossos trabalhos) relativa à eleição do novo Comité Central e resolveu também transmitir ao Comité Central que o XIV Congresso irá eleger algumas recomendações relativas à estrutura da Direcção Central e à composição dos organismos executivos respectivos.

Entre essas recomendações (lembro aqui) há recomendações para que o Comité Central mantenha aproximadamente o mesmo número de membros, que a Comissão Política seja reforçada com uma ligação mais estreita às Organizações Regionais e frentes de trabalho, que o Secretariado mantenha a sua operacionalidade, que a Comissão Executiva Nacional seja extinta, que seja constituído um novo organismo de coordenação e dinamização dos organismos executivos e das Organizações Regionais e frentes de trabalho, que seja eleito um novo Secretário-geral do Partido, que seja extinto o cargo de Secretário-geral Adjunto e que ao actual Secretário-geral sejam atribuídas e institucionalizadas responsabilidades que conforme proposta feita se admite possam ter expressão estatutária.

As soluções que serão propostas correspondem a um largo consenso da actual Direcção Central do Partido e foram estudadas e encontradas em resultado de uma análise objectiva, tranquila e fraterna dos problemas de Direcção e da renovação que se colocam na actualidade ao Partido. São propostas voltadas para o futuro. Visam garantir que a renovação orgânica e de quadros que se impõe seja realizada, não para pôr em causa (como gostariam os nossos adversários), mas para garantir que o PCP continue a afirmar convicto a sua identidade, os seus objectivos, a sua natureza de classe, os seus ideais, a sua democracia interna, a sua unidade.

Que se desiludam os especuladores que já manifestam esperança de que a renovação proposta poderá abrir caminho a uma mudança da natureza e da identidade do PCP. Que se desiludam aqueles que manifestam a ideia de que com tal renovação ficaria aberto o caminho a uma suposta 4ª, 5ª ou 6ª via que

levaria o Partido mais ou menos para aquilo que há tempos pretenderam dentro do Partido e fracassaram alguns que hoje já cá não se encontram.

Este nosso XIV Congresso, estamos certos, dará uma firme resposta a tais esperanças e especulações. E dará tal resposta porque o nosso grande colectivo está convicto da sua causa e dos seus ideais e orgulhoso do seu partido que sempre foi, é e o XIV Congresso de certeza resolverá que continue a ser um partido comunista digno desse nome.

Já agora talvez sejam oportunas ainda meia dúzia de palavras sobre a matéria. Que se desiludam aqueles que cuidam que um comunista, porque as leis da natureza lhe encurtam o futuro pessoal, deixe de intervir e de lutar. Muitos camaradas que temos presentes na nossa memória assim o mostraram. E creio ser motivo justo de alegria íntima de um comunista poder dizer que continuará lutando com os seus camaradas e o seu povo enquanto tiver um sopro de vida.

### IV.4. A identidade comunista

Só sendo o partido que é, e não o que os nossos adversários gostariam que fosse, o PCP pode defender com êxito os interesses dos trabalhadores, do povo e do país, ser uma força fundamental na democracia e da independência nacional, ser a força mais coerente e convicta na luta por uma alternativa democrática.

**A identidade do nosso Partido adquire assim particular importância e relevo. A identidade comunista é a base das bases da nossa força e capacidade de intervenção na vida nacional.**

A identidade do nosso Partido não constitui uma definição de características fundamentais concebida em abstracto, num plano meramente teórico e de forma intemporal e imobilista. É sim, apurado pela reflexão colectiva, um produto da própria vida, da própria experiência, da já longa história de combate e suas lições, da intervenção dedicada e tantas vezes heróica dos militantes, da ligação profunda aos problemas, às aspirações e às lutas dos trabalhadores e das massas populares, do desenvolvimento criativo, pelo próprio Partido, de princípios, conceitos e práticas.

Alguns traços fundamentais definem a identidade do primeiro é a sua natureza de classe, definindo-se como o partido do proletariado, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Não se trata de uma definição apenas teórica. Trata-se de razão de ser da sua existência e da sua luta. Trata-se de um traço presente em toda a sua história, na sua acção, nos seus objectivos, na sua ideologia, na sua composição social na qual 55% dos membros são operários e 76% operários e empregados, na sua independência relativamente à influência ideológica, política e económica das forças do capital.

O segundo traço da identidade do PCP é o objectivo da construção de uma sociedade nova, uma sociedade libertada da exploração, das discriminações, desigualdades, injustiças e flagelos sociais do capitalismo - uma sociedade socialista.

Sociedade socialista concebida não segundo qualquer "modelo", não segundo um "modelo" que fracassou por se ter afastado dos ideais comunistas mas concebida sim na base da reflexão e experiência do nosso próprio Partido e tendo em conta as experiências positivas e negativas e as lições do movimento revolucionário mundial.

O terceiro traço da identidade do PCP é ter uma teoria revolucionária, materialista, dialéctica, criativa, contrária tanto à dogmatização e cristalização como à revisão de princípios e conceitos essenciais - uma teoria que nasce da vida e à vida responde.

A evolução e as modificações do capitalismo, as experiências revolucionárias, nomeadamente na construção do socialismo, os novos conhecimentos científicos e a análise objectiva da história tornam necessárias não só

correções a formulações anteriores como novos desenvolvimentos teóricos que entretanto não contrariam antes enriquecem o marxismo-leninismo.

O quarto traço da identidade do PCP são os seus princípios orgânicos, a concepção da sua estrutura e funcionamento em que se articulam as concepções e as exigências de uma única orientação geral, de uma única direcção central e de uma profunda democracia.

Os clássicos princípios do centralismo democrático foram aprofundados no nosso Partido e enriquecidos com novos elementos decorrentes da experiência, da reflexão teórica, da prática, do estilo que se foi criando.

Por isso, no artº 16º dos Estatutos, se propõe que onde se dizia que a estrutura e o funcionamento no Partido assentam no centralismo democrático, se passa a dizer que assentam no desenvolvimento criativo do centralismo democrático.

O quinto traço da identidade do PCP é a sua estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares, não apenas como objectivo, mas como uma realidade que se criou com a luta ao longo dos anos e se tornou elemento integrante da sua própria existência do Partido. Em toda a sua intervenção na vida nacional, o PCP afirma-se e confirma-se como um grande partido nacional, profundamente ligado ao povo e identificado com o povo, as suas aspirações e as suas lutas.

De tal forma que podemos afirmar e reafirmar com verdade que a luta da classe operária e das massas populares é inseparável da acção do PCP e a acção do PCP é inseparável da luta da classe operária e das massas populares.

Finalmente, um sexto traço da identidade do PCP é o seu patriotismo e internacionalismo.

Patriotismo, expresso na defesa firme e coerente dos interesses nacionais que cada vez com mais nitidez se identificam com os interesses dos trabalhadores e da população laboriosa em geral.

Internacionalismo, expresso na solidariedade activa com os trabalhadores, os povos, as forças revolucionárias dos outros países, solidariedade recíproca que se torna no momento actual particularmente necessária e imperativa, dado o avanço da agressividade do imperialismo e a sua pretensão de hegemonia mundial.

Assim somos e assim o nosso grande colectivo partidário quer que continuemos

\*  
\* \*

Ao afirmarmos e confirmarmos a identidade do nosso Partido afirmamos simultaneamente (e não é uma frase de propaganda) que o nosso Partido é na sociedade portuguesa um partido necessário, indispensável e insubstituível. Pela defesa convicta e incansável dos interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares, da democracia e dos seus valores, do país e da sua independência.

Somos um partido que tem um elevado ideal que corresponde às mais profundas aspirações populares; que fala verdade e cumpre a sua palavra; que não capitula nem se curva perante os obstáculos e dificuldades; que não cede nem a pressões nem a ameaças; que não teme porque não deve; que luta com coragem e dedicação; que defronta as situações, mesmo as mais complexas e desfavoráveis com passo firme e cabeça erguida; que aprende com a vida e a experiência e dá respostas novas às novas situações; que confia em si próprio e confia no povo.

O XIV Congresso confirmará que o PCP, dando resposta às novas situações, continuará a ser um partido digno do seu heróico passado de luta, firme e convicto na sua luta presente, de olhos confiantes postos no futuro - um partido comunista digno deste nome.

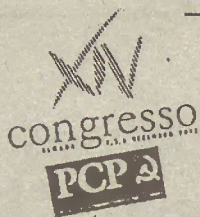
Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo.

Viva o Partido Comunista Português!

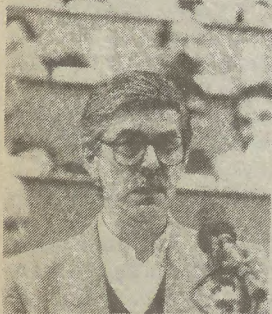




# Saudação de abertura



PCP



Apresentada por

**Manuel Sobral**  
membro da DORS e da CEN

Em nome do Comité Central, cordiais saudações para todos vós. Bem-vindos ao XIV Congresso do Partido Comunista Português.

Por intermédio dos delegados queremos saudar em especial todo o nosso grande Partido e, em particular os muitos milhares de militantes que, no debate preparatório, contribuíram com as suas opiniões para as análises e propostas que estão colocadas à apreciação do Congresso.

Contribuições, análises e propostas que reflectem por si só um Partido com uma grande democracia interna, com uma estreita ligação à vida, uma ligação aos seus anseios e aspirações.

Partido que, aprendendo com a experiência e sempre aberto à colocação das novas perspectivas e caminhos que a vida sugere, recusa no entanto as vantagens de momento e os caminhos fáceis do oportunismo.

Assim, enfrentámos todo este percurso complexo e adverso desde o XII Congresso no Porto. Soubemos não só reflectir sobre os graves acontecimentos que se deram e resistir a toda a ofensiva que contra nós se tem desencadeado mas, ao mesmo tempo, conseguimos estar, sem recuarmos, na primeira linha da luta dos trabalhadores e do povo português, na defesa dos seus interesses e direitos na defesa da solidariedade e da democracia do nosso país.

Chegamos mais uma vez a um novo Congresso, certamente para surpresa de alguns, como um Partido forte, unido, convicto dos seus ideais e consciente do importante papel que desempenha na sociedade portuguesa. Como cabe a um verdadeiro partido da classe operária e dos trabalhadores que somos e queremos continuar a ser.

Correspondendo ao convite que fizemos, estão presentes no nosso Congresso representantes de instituições, delegações de partidos e de forças políticas.

Permiti que lhes dirija as nossas saudações, com desculpas antecipadas por qualquer involuntária omissão.

Saudamos e agradecemos a presença:

- de representantes da Casa Civil da Presidência da República;
- da Assembleia da República;
- da Presidente da Câmara Municipal de Almada;
- da Associação Nacional de Freguesias;
- da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- de delegações do Partido Socialista, da Intervenção Democrática, do Partido Ecologista Os Verdes, da UDP, do PRD.

Igualmente saudamos e agradecemos a presença de muitas destacadas entidades e personalidades da vida política,

cultural, económica e social do nosso país.

Permitam que saúde com particular calor as delegações da CGTP, Federações, Uniões e Sindicatos.

Saudações cordiais igualmente para:

- O Movimento Democrático de Mulheres (MDM);
- O Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI);
- A Associação Portuguesa de Deficientes (APD);
- A Confederação Nacional de Agricultores (CNA); e muitas outras delegações de Movimentos e Associações presentes neste Congresso.

É também com grande satisfação que temos no nosso Congresso delegações de Partidos Comunistas e Operários, de Movimentos de Libertação e representantes de organizações e forças progressistas de vários países.

As nossas fraternais saudações para as delegações presentes no Congresso:

- Partido Comunista Sul-Africano
- Partido Comunista Alemão
- Partido do Socialismo Democrático da Alemanha
- MPLA (Angola)
- Partido Comunista da Argentina
- Partido Comunista da Áustria
- Frente de Libertação Nacional do Barhein
- Frente Popular do Barhein
- Partido Comunista do Brasil
- P.A.I.C.V./Cabo Verde
- Partido Comunista do Chile
- Partido Comunista da China
- Partido Progressista do Povo Trabalhador Akel (Chipre)
- Partido Comunista Colombiano
- Partido do Trabalho da Coreia
- Partido Comunista de Cuba
- Partido Comunista da Dinamarca
- Partido Comunista dos E.U.A.
- Partido Comunista de Espanha
- Esquerda Unida/Espanha
- Partido Comunista da Finlândia
- Partido Comunista Francês
- Partido Comunista da Grécia
- Partido Operário Socialista Húngaro
- Partido Comunista da Índia (Marxista)
- Partido do Povo do Irão
- Partido dos Trabalhadores (Irlanda)
- Partido da Esquerda Democrática (Itália)
- Partido da Refundação Comunista (Itália)
- Partido Comunista Japonês
- Partido Comunista Jordano
- Partido Comunista Libanês
- Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos)
- Partido Popular Socialista (México)
- Partido FRELIMO (Moçambique)
- Frente Popular de Libertação do Omã
- FATAH (Palestina)
- Frente Democrática da Libertação da Palestina
- OLP (Organização de Libertação da Palestina)
- Partido Popular Palestino
- Frente Polisário (Sahara Ocidental)
- Partido Comunista Sírio
- F.R.E.T.I.L.I.N. (Timor-Leste)
- Partido de União Socialista da Turquia

- Partido Comunista do Vietname

e, como observadores:

- do Partido dos Comunistas da Catalunha

- Aliança da Esquerda da Finlândia

- "Morning Star"/Grã-Bretanha

- "Pravda"

Das 50 delegações mencionadas, três delas chegarão apenas amanhã.

Agradecemos também as saudações enviadas ao nosso Congresso pelos:

- Partido Socialista da Austrália
- Partido dos Trabalhadores (Brasil)
- Partido Socialista Búlgaro
- Partido Comunista da Bohémia e Morávia
- Forum Comunista (Dinamarca)
- Partido Comunista de El Salvador
- Partido Comunista das Filipinas
- Frente Democrática Nacional das Filipinas
- Partido Social Democrata da Finlândia
- Partido Comunista da Índia
- Partido Comunista Iraquiano
- Partido Comunista da Irlanda
- Partido Comunista de Israel burguês
- União Socialista das Forças Populares (Marrocos)
- Partido Comunista Martiniquês
- Partido da Revolução Democrática (México)
- Partido Comunista Paraguai
- Partido Progressista Democrático SanMarinense
- Partido Comunista Tunisino
- Partido Comunista do Uruguai.

Permiti-me ainda uma breve palavra sobre a realização do nosso Congresso.

Depois do Barreiro, com o IX Congresso em 1979, coube agora à cidade de Almada acolher o XIV Congresso do Partido. Tal constituiu um motivo de satisfação acrescida para a Organização Regional de Setúbal. De satisfação acrescida mas também de trabalho acrescido ao qual tentámos corresponder da melhor forma.

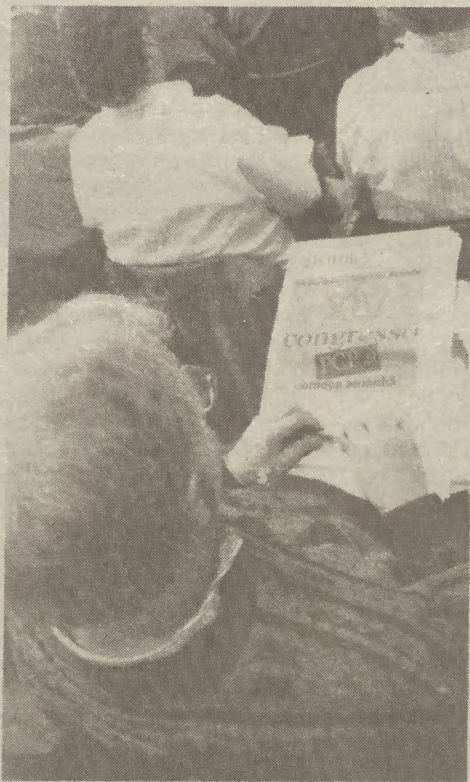
Não é fácil a preparação técnica para a realização de um Congresso com esta dimensão.

Para que o Congresso pudesse funcionar nas melhores condições tivemos a colaboração preciosa de várias instituições e entidades às quais queremos expressar o nosso agradecimento. Permiti que entre todas destaques a Câmara Municipal de Almada.

O nosso reconhecimento abrange os funcionários da Câmara e particularmente os que trabalham neste belo Pavilhão; as Colectividades e Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, nomeadamente o Clube Recreativo do Feijó e a Companhia de Teatro de Almada, os Bombeiros Voluntários de Cacilhas e a PSP.

Por último, uma saudação muito especial para as muitas centenas de camaradas de vários pontos do país, mas em particular para as Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal do P.C.P., e, nomeadamente, para a Organização Concelhia de Almada, que não pouparam esforços para que o funcionamento do XIV Congresso decorresse da melhor forma. Estaremos certos que assim será.

Camaradas e amigos, é hora de dar a palavra a todo o Partido através dos delegados que representam a sua vontade.





# A situação actual do País e a política alternativa



**Carlos Carvalho**  
Secretário-Geral Adjunto  
do PCP

No actual momento da vida nacional entre os grandes objectivos políticos imediatos nada é mais necessário, mais indispensável e mais urgente do que denunciar a ofensiva global que o Governo do PSD está a lançar contra o regime, contra os interesses e as condições de vida dos trabalhadores e de vastas camadas da população, a investida geral a que está a proceder de saque aos recursos do Estado e da privatização de serviços públicos essenciais, a clínica desresponsabilização das suas obrigações em áreas decisivas como a saúde, segurança social, ensino e habitação.

Mas no momento actual, face a esta ofensiva global, é igualmente imperativo, indispensável e urgente continuar a alargar a justa consciência de que está ao alcance do protesto e da luta, de que está ao alcance da acção unida dos trabalhadores e do povo fazer recuar esta política, deixando bem claro que os trabalhado-

res não estão dispostos a conformar-se com as injustiças, as prepotências e as medidas desumanas impostas pelo Governo, que não estão dispostos a deixar-se sangrar em vida, a deixar apagar conquistas, regalias, direitos e aspirações que estão no coração dos portugueses e são componentes essenciais do Portugal democrático.

É de luta, mobilização e intervenção que falamos quando o objectivo estratégico do PSD é não a modernização do País como diz, mas a liquidação das estruturas socioeconómicas surgidas em o 25 de Abril. A concretização desta estratégia tem sido acompanhada, objectivamente, pela corrupção e pelo desvio de importantes recursos do investimento produtivo, pela entrega de alavancas fundamentais da economia para o controlo estrangeiro, pela intensificação da exploração dos trabalhadores e pela degradação da democracia política.

Degradação da democracia política que mostra, ao contrário do que afirma Cavaco Silva, haver em Portugal não só uma questão de desenvolvimento

mas também de liberdades e de desfiguração do regime democrático.

São factos indesmentíveis que o comprovam, a limitação dos direitos dos trabalhadores nas empresas e fora delas; o esvaziamento dos poderes de fiscalização da Assembleia da República; a governamentalização do Estado, a contestação dos órgãos de soberania quando no uso das suas competências se opõem à política do Governo; a asfixia do Poder Local; as propostas de alteração das leis eleitorais para o PSD se perpetuar no poder; o assalto pelos membros do PSD e pelas suas clientelas a todo o aparelho de Estado; a exorbitação descarada das funções dos serviços de informações que tendem a actuar como se tratasse de uma política política... Com o PSD, o Estado de direito democrático tem-se caracterizado no seu funcionamento, frequentemente, pela violação das leis pelo próprio Governo, pelo carácter moroso e caro da Justiça e pela inconstitucionalidade por omissão, em particular na área dos direitos económicos, sociais, culturais e da regionalização.

São factos que não se apagam com truques, artifícios de retórica ou com as afirmações mentirosas do Primeiro-Ministro.

O País encontra-se hoje numa difícil situação e com perspectivas sombrias em relação ao seu futuro.

Depois destes anos de governos do PSD, de uma política neoliberal ao serviço da restauração do capitalismo monopolista, amortecida nos seus efeitos mais graves por uma conjuntura externa favorável e temperada demagogicamente pelos ciclos eleitoralistas, é hoje reconhecido e indelével que a recessão atinge vários sectores da actividade produtiva. A agricultura, as pescas e importantes sectores da indústria transformadora estão em crise ou em recessão. Estamos a dois passos do Mercado Único e a economia portuguesa mantém as mesmas vulnerabilidades de ontem e não se encontra preparada para os embates que daí decorrem.

- Perderam-se oportunidades e desperdiçaram-se meios significativos que não foram utilizados nem na melhoria da especialização produtiva, nem na correcção dos desequilíbrios regionais.

- Promoveram-se as actividades especulativas e parasitárias e penalizaram-se as actividades produtivas. Só a Banca, organizada em cartel, obtve uma drenagem importante de recursos da economia produtiva através de juros artificialmente altos e de taxas de intermediação financeira, que chegaram a ultrapassar os 10 pontos percentuais! Mas agora, com as empresas asfixiadas financeiramente, com o crédito malparado a subir rapidamente, são já as vozes do meio a afirmar que muitos serão os bancos que, para fugir às falências, só lhes restará as fusões e as absorções pelo estrangeiro.

- Endeusou-se o mercado mas agora já se grita "quem lhe acode!". No mercado de capitais é a baixa contínua das cotações e os escândalos atrás dos escândalos em que o caso Pedro Caldeira é apenas um epifenómeno.

- Sobrevalorizou-se o escudo artificialmente e propagan-

deu-se, para foguetório político, a receita do escudo forte, mas passados dois meses, após a tempestade monetária, lá temos o escudo na "corda bamba", depois de se terem gasto centenas de milhões de contos para o aguentar e de se terem criado sérias dificuldades no sector exportador.

Esta situação mostra, camaradas, com toda a clareza, como são justas as propostas do PCP sobre a política económica e como eram correctas as advertências e críticas sobre a precipitada entrada do escudo no SME e sobre a política cambial do PSD.

É preciso dizer BASTA! a esta política e a este governo. É preciso dizer BASTA! a um governo serventuário dos poderosos e penalizador de quem trabalha. A um governo que sacrifica o nível de vida de milhares de famílias e que promove e sacraliza o negociadismo e os lucros do grande capital. A um governo para quem o rei-dinheiro é a medida de todas as coisas e para quem os direitos dos trabalhadores são incómodas realidades a liquidar. A um governo para quem a participação da mulher em igualdade não passa o pátamar da retórica e do discurso político de circunstância. A um governo e a uma política insensível aos dramas e dificuldades que marcam a vida e as perspectivas da juventude e que esquece a dramática situação de tantos e tantos deficientes, reformados e pensionistas, de quem se lembra apenas em época de eleições.

É preciso dizer BASTA! a um governo que mercantiliza e elitiza a cultura e que no Orçamento de Estado enquadrado pelos critérios de Maastricht, diz não haver dinheiro para as reformas e outras prestações da segurança social, para a saúde, para o ensino e para a habitação social, mas que paralelamente propõe de novo, e desta feita, para 270 milhões de contos as chamadas indemnizações aos grandes senhores do 24 de Abril!

Nós dizemos Não a esta política e proclamamos, alto e bom som, que não é agravando os problemas dos portugueses que se resolvem os problemas de Portugal!

Nós consideramos inaceitável e intolerável que a saúde dos portugueses seja entendida como uma mercadoria e objecto de lucro fácil, como o ilustra os casos dramáticos dos hemofílicos, vítimas de sangue contaminado e a marginalização de problemas terríveis como a SIDA.

Nós consideramos inaceitável e intolerável que a propagandada contenção nas despesas do funcionamento do Estado signifique, no essencial, a redução dos salários dos trabalhadores da Função Pública e que no Orçamento da Segurança Social as duas rubricas que apresentam as dotações mais reduzidas sejam as referentes ao subsídio de doença e ao subsídio de desemprego, o que só por si desmascara a retórica da justiça social do PSD.

Mas em relação ao Orçamento de Estado é também necessário lembrar que os que estão com Maastricht, seja qual for a cortina de fumo que utilizem, estão objectivamente com a convergência monetarista, com o sacrifício do desenvolvimento, com a desvitalização da economia.

Maastricht é a ideologia da concorrência, da lei do mais forte, da desregulamentação, da subalternização da questão social e é, no interesse das transnacionais, a amputação da soberania e da independência nacional. E é preciso sublinhar que, ao contrário do que os nossos adversários procuram fazer crer, a mais forte exigência que emerge do mundo contemporâneo não é de humilhantes abdicções da soberania, nem de passividade perante os fundamentalismos nacionalistas, os racismos e as xenofobias, mas a afirmação da riqueza das diferenças das identidades nacionais, da diversificada contribuição que dão para a civilização, da igualdade de direitos e da cooperação mutuamente vantajosa, componentes de uma concepção internacionalista e solidária e de um verdadeiro processo de construção de uma Europa inteira de paz e justiça.

Digam o que disserem, diga o PS o que quiser, estar com Maastricht significa, objectivamente, estar de acordo com a política neoliberal e o capitalismo monopolista, a alienação da soberania e com a primazia da convergência monetária e, portanto, com um Orçamento deflacionista e restritivo e com as suas consequências; falências, mais precarização e desemprego e atraso no crescimento económico. No entanto, mantendo-se autistas em relação a estes factos e mesmo quando crescem as dúvidas nos mais diversos sectores sobre o Tratado, quando o Pacote Delors II é cada vez mais contestado, o PS e PSD insistem em ratificar a toda a pressa o Tratado de Maastricht, com total desprezo pela opinião do povo português. Importa por isso que o PS assumas as responsabilidades das suas opções.

Que assumas que, apoiando Maastricht, revendo a Constituição com o PSD, silenciando as privatizações e os seus escândalos, o PS apresentasse aos portugueses relativamente à política do PSD com uma diferença apenas de ritmo ou de grau. Ironizando, pode-se dizer que as diferenças se situam numas tantas grammas de inflação, de défice orçamental e dívida pública, isto é, a diferença que separa a cópia do original.

Isto põe em evidência, tal como afirmamos nas Teses, que o PCP, com as raízes profundas que mantém na classe operária e em amplos sectores sociais, é um elemento indispensável em termos de coerência democrática, em termos de influência e como impulsor da luta de massas para possibilitar uma maioria democrática de alternativa à maioria de direita.

A existência, a luta, a capacidade de intervenção, as propostas e o projecto do PCP são não apenas um importante obstáculo ao avanço da política de direita, e um elemento de travagem à trajectória do PS no sentido dos compromissos com o PSD, mas também o principal factor de garantia, de confiança e de esperança numa nova política ao serviço do povo e do País.

O PCP, ao mesmo tempo que apresenta soluções concretas e imediatas e que defende a unidade da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares e a conver-

gência das forças democráticas com objectivos concretos e específicos, propõe ao povo português um projecto político próprio. O projecto de uma democracia avançada que se traduz em cinco objectivos fundamentais largamente desenvolvidos no seu Programa, tendo no horizonte, com a ponderação crítica das experiências negativas e positivas, a construção de uma sociedade sem classes antagonicas, inspirada pelos valores humanistas, a sociedade socialista.

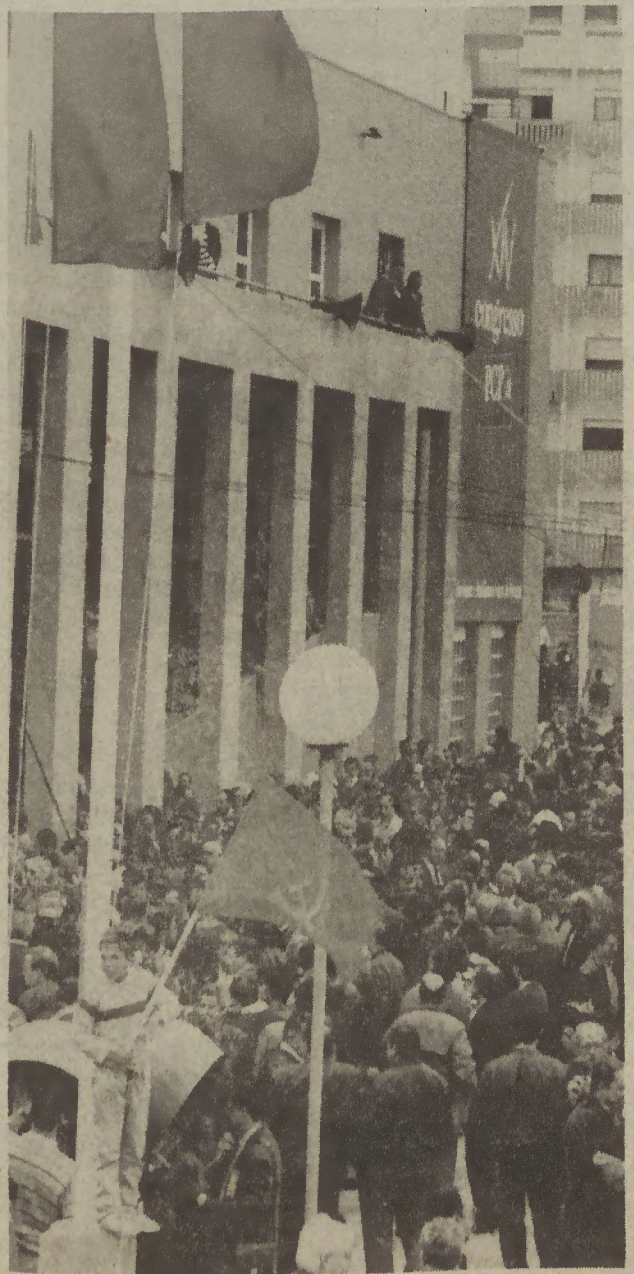
Um projecto cuja construção se apresenta inteiramente correspondente aos interesses populares e às necessidades nacionais. Um projecto de democracia que compreenda na sua complementaridade as vertentes política, económica, social e cultural e que salvaguarde a soberania e a independência de Portugal. Um projecto de liberdade, feito para o homem porque não há verdadeiro futuro, nem para a sociedade portuguesa, nem para a civilização humana, sem a sua libertação de todas as formas de alienação, opressão e exploração.

E por isso aqui estamos no nosso Congresso, de confirmação, afirmação e renovação, não para deixarmos de ser comunistas, mas para sermos comunistas do nosso tempo, não para nos acomodarmos ao capitalismo ou à social democracia como alguns gostariam, mas para darmos ao nosso combate maior exigência de acordo com as aspirações dos trabalhadores e as realidades do nosso país e da nossa época.

E por isso aqui estamos de cara levantada, orgulhosos do nosso passado e voltados para o futuro, unidos, combativos, tolerantes, confiantes, atentos à vida e ao mundo, não numa escuta passiva, mas em permanente acção e intervenção, membros de um Partido coerente de convicções profundas, pronto a enfrentar as dificuldades e para quem a política é inseparável dos valores éticos, nas concepções e no procedimento. Partido Comunista Português, portanto democrático, moderno, inovador, revolucionário!

Estamos certos, camaradas, que o XIV Congresso constitui e constituirá uma forte afirmação do destacado papel do PCP na vida nacional e na democracia portuguesa, da sua empenhada contribuição para a luta por uma real alternativa democrática, uma forte afirmação dum partido que critica e constrói, dum partido com que os portugueses e as portuguesas podem contar nas horas boas e nas horas más.

Mas este Congresso é também uma forte afirmação do PCP de combate à resignação, ao conformismo e à abdicção, uma forte afirmação das ideias, valores e propostas de esquerda. Um renovado testemunho da força e do valor da sua identidade, dos seus generosos ideais e do seu projecto político de Partido Comunista que se orgulha de ser e de querer continuar a ser, da sua ligação aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, da serenidade, da firmeza e confiança com que se dispõe a enfrentar os desafios do presente e a lutar pelo futuro democrático e socialista de Portugal.





# Intervenções de delegações estrangeiras

**Jadira Garcia**

Membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista de Cuba

Permitam-me, antes de tudo o mais, em nome do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, expressar-vos as nossas saudações militantes e as mais sinceras felicitações aos comunistas portugueses pelo destacado papel que desempenham na luta pela defesa do socialismo, única opção verdadeira de esperança e justiça social para os povos em que o homem alcança a dimensão de um ser humano superior capaz de desenvolver o respeito e a dignidade, o sentimento internacionalista, o amor pelo povo e a satisfação de desempenhar uma tarefa histórica e de vencer todas as dificuldades.



Aos que tanto se regozijam com o sudecido em algumas sociedades socialistas caberia perguntar se o capitalismo resolveu os problemas da humanidade; a sua experiência acumulada ao longo de séculos serviu apenas para a exploração do ser humano e da natureza. Estamos convictos de que o capitalismo e a sua política neoliberal apenas consegue gerar sociedades intrinsecamente injustas em que o consumo irracional ameaça a sobrevivência da espécie humana e a própria vida no nosso planeta.

É certo que profundas perturbações se produziram nas forças comunistas e progressistas como consequência das modificações ocorridas nos países socialistas da Europa de Leste e do desmembramento da URSS.

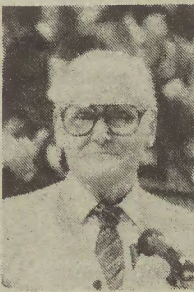
Para o nosso povo, são os princípios, a moral, o espírito de sacrifício, o altruísmo a matéria prima que nos tem feito resistir e vencer ao longo de mais de três décadas a política de agressão de oito administrações yankees que têm tentado impor-nos os seus desígnios económicos, políticos e sociais mediante os mais diversos meios, desde a intervenção militar directa até ao que constitui o elemento-chave da sua política: o bloqueio económico-comercial e financeiro.

Enfrentamos uma situação económica extremamente difícil em consequência da dissolução do campo socialista, da desintegração da URSS e do reforço do bloqueio dos Estados Unidos estabelecido pela chamada lei Torricelli ou «Acta para a Democracia em Cuba em 1992», que pretende criar condições de fome e miséria que conduzam à rendição do nosso povo.

**Gus Hall**

Presidente Nacional do PC USA

Por ocasião do vosso XIV Congresso, tenho a honra de vos trazer calorosas saudações de solidariedade internacionalista do Partido Comunista dos EUA, do povo trabalhador dos EUA e do povo norte-americano.



Trazemos saudações do país do imperialismo clássico, um país com o maior índice de exploração de classe, de excessivo racismo e violência racista, onde as mulheres trabalhadoras recebem 60% do salário dos homens. Nos últimos 10 anos os salários de todos os trabalhadores americanos têm sofrido uma baixa constante.

No nosso país o capitalismo tem tido todas as vantagens e muito poucas desvantagens do funcionamento de um sistema capitalista desenvolvido e florescente. Mas, apesar de todos os recursos humanos e materiais, o capitalismo americano encontra-se agora numa profunda e prolongada crise sistémica. O total da

Mas a revolução cubana aí está, firme, segura, sem vacilar. Continuaremos a enfrentar todos os obstáculos. Por duras e difíceis que sejam as circunstâncias, a nossa alternativa é resistir e vencer e essa é a vontade que inspira o movimento de solidariedade com Cuba cuja acção foi importante para o triunfo político e diplomático alcançado recentemente pelo nosso país na Assembleia Geral da ONU.

A aprovação pelas Nações Unidas da resolução contra o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba; o êxito da Caravana de Amizade EUA-Cuba promovida pela organização norte-americana Pastores em Defesa da Paz e a recente eleição de Cuba como membro do Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas são, entre outras, demonstrações esclarecedoras de que, como afirma o camarada Fidel, «o tempo está a nosso favor».

A nossa sociedade socialista empenha-se entretanto num processo de constante aperfeiçoamento da vida económica e política conduzindo, neste último aspecto, ao esforço para uma participação mais efectiva do povo no governo e nos assuntos públicos, combatendo a mediocridade, a burocracia e assegurando um consenso maioritário na defesa da nossa independência e soberania nacional.

Queridos camaradas, queremos reafirmar hoje, ante os comunistas portugueses e outras forças progressistas presentes, a vontade dos revolucionários cubanos: em Cuba o socialismo chegou para ficar e, em sua defesa, todos os cubanos patriotas, revolucionários e comunistas estão, unidos, dispostos a enfrentar os maiores sacrifícios certos de que essa é a única via possível para preservar a Pátria, a nação e a independência nacional.

Este duro e difícil período de sobrevivência é, simultaneamente, a nossa solução segura para o desenvolvimento.

Camaradas, Aceitem o mais sentido agradecimento do povo cubano às constantes manifestações de solidariedade e apoio que nos têm sido pelos comunistas portugueses ao longo de todos estes anos. Ambos nos mantemos firmes em defesa do socialismo.

Desejamo-vos os maiores êxitos ao Congresso e, em particular, ao trabalho futuro do Partido. Aproveitamos também esta ocasião para vos transmitir uma saudação especial do nosso Comandante em Chefe, Fidel Castro, a todos vós e em particular ao dirigente histórico Álvaro Cunhal, lendário símbolo de resistência. Em vós tem o movimento revolucionário e progressista do mundo um sólido e inextinguível destacamento que trabalha com segurança e optimismo pela democracia, pelo socialismo e pelo futuro de Portugal.

dívida governamental, empresarial e nacional de 5 triliões de dólares transformou os Estados Unidos do maior credor mundial no país mais devedor do mundo.

Em tempos, o nosso país não tinha desalojados, havia pouca fome e pouca pobreza. Mas hoje, dezenas de milhões não possuem habitação, alimentação, educação nem cuidados médicos. Hoje, na América, existem 3 milhões de desalojados, 33 milhões a viver abaixo do nível de pobreza e 30 milhões tratados como cidadãos de segunda classe, sob um sistema de opressão racial e nacional e violência racista — pessoas discriminadas no emprego, habitação e ensino e em que 2 em cada 5 crianças vão para a cama com fome.

Os Estados Unidos partilham com a África do Sul a vergonhosa singularidade de negar ao seu povo qualquer espécie de cuidados de saúde, suportados pelo Estado. Existem 34 milhões de americanos sem qualquer espécie de cobertura médica.

Com o desmantelamento da União Soviética, os Estados Unidos autoproclamam-se a única superpotência mundial. Mais do que qualquer outro país na História, os Estados Unidos prosseguem uma política externa de total domínio nuclear militar e económico. A guerra-fria acabou, mas o aumento do poderio nuclear e

PCP



## Chuva

Sexta-feira era dia de trabalho. E foi também trabalho — embora em festa — o que levou a Almada, de todo o País, os milhares de comunistas, entre delegados e convidados. Os itinerários estavam explicados no «Avante!», para que não conhecesse ainda o lugar e o novo Pavilhão. Muitos transportes públicos terão registado um certo aumento de passageiros em sentido inverso ao do costume. De Norte para Sul, a atravessar o Tejo, de barco ou de autocarro. E muitos carros, quase todos cheios a dar boleia a camaradas, demandaram Almada, deram a volta para o Laranjeiro, subiram as ruas que levam ao Pavilhão. Fizemos o percurso a pé, desde os acessos da

Ponte, enquanto a chuva moída ensopava a paisagem. Mas não fomos longe assim. Uma carrinha, cheia de camaradas, tinha lugar para mais um e parou à beira da estrada. Não levávamos bandeira nem um passo inconfundível. O certo era que nós conhecíamos, e os camaradas iam à espreita de algum caminhante a precisar de boleia. Vinham de Beja, os camaradas. A ouvir na rádio notícias sobre o Congresso que ia começar dentro em pouco. A locutora proferia alguns chavões e pedia sobre eles um depoimento a um dirigente do PCP, que aproveitou para dar uma breve ideia dos trabalhos que nos esperavam, delegados e convidados que ali seguíamos.

Poupado um quilómetro a pé, apeámo-nos num dos vários parques de estacionamento previstos. E lá fomos, entre sacos e saquinhos dos que de mais longe vinham, a começar a ouvir os variados sotaques que ali se juntaram, a começar os primeiros abraços e a abordar em vagas de gente o pavilhão. Cada um puxava dos seus cartões, os vermelhos dos delegados aglomerando-se a uma das portas, os verdes dos convidados, os lilases de personalidades que ali também estiveram presentes, os azuis de representações estrangeiras. E depois, à hora certa, a Internacional a deixar ouvir os primeiros acordes, iniciou-se o Congresso. Alguns de nós tinham as faces molhadas da chuva. Ou seria da emoção?



## O sossego internacional

Instalado num amplo ginásio que bons decoradores transformaram num salão onde nada faltava — sofás, mesas cadeiras, circuito interno de televisão, serviço de cafetaria, apoios de tradução, etc. —, o bar-convívio dos convidados estrangeiros foi uma zona do Congresso onde se respirou uma curiosa contradição: um fervilhar de gestos e linguajares a par de uma delicada tranquilidade, para o que muito contribuiu o discreto e

permanente acompanhamento dedicado aos convidados e um certo ar de encantamento que estes, visivelmente, ostentavam.

Todavia, o espaço não foi apenas utilizado como local de repouso, convívio e descontração. Entrevistas e encontros foram ali regularmente realizados, produzindo vizinhanças algo babilónicas e um engraçado «bruá» multilíngue, às vezes animado por gargalhadas mais sonoras ou

cumprimentos mais efusivos. Entretanto, a atenção aos trabalhos do Congresso não dispensava miradas regulares aos monitores que os transmitiam em circuito interno, nem esta ou aquela solicitação aos tradutores para apoio e esclarecimento. A ocasião e o local foram iguais e amplamente aproveitados para «diálogos internacionais» entre os convidados e, naturalmente, com dirigentes do PCP, aliás, intensamente solicitados.

## Um café com muita nata

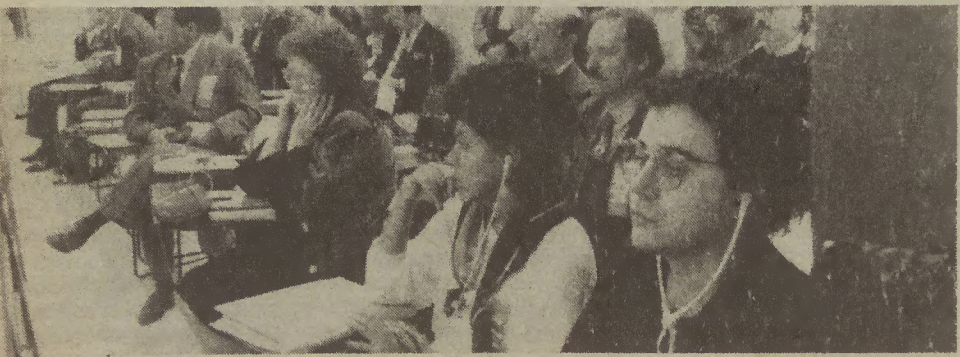
A bica do Sul, o cimbalião do Norte — isso. Coisa de portugueses, que adoram conviver, ou, para evitar equívocos chauvinistas, o café que é muito nosso e dos outros também. No XIV Congresso tomou-se abundantemente também por que — e importa sublinhá-lo — eficientes vagemestres espalharam por tudo o que era sítio o precioso líquido a sair das mais surpreendentes maquinarias. Houve marcas que até fizeram questão em fornecê-lo graciosamente a zonas do

Congresso, mas a verdadeira festa do café assentou arraias nas zonas circundantes do pavilhão. Aí — nos vários «aí» — o café andou de boca em boca a propósito de todas as alegrias que, na circunstância, tinham trajecto definido — do pavilhão para a chávana e vice-versa.

Todavia, era nos intervalos que o café respirava o seu reinado. À volta dele organizavam-se então as mirabolâncias tão lusitanas de construir convívios com o simples remexer duma colher.

Com alguns pormenores, o menos irrelevante dos quais não terá sido a hegemónica mania de impor aos parceiros a obrigação de não pagar, pela ditadura (obviamente m-i) de ser o próprio a ter o gosto da despesa. E o mais relevante dos quais não terá sido a facilidade com que permanentemente se brincava com tudo e com todos, com o gosto mais sério do mundo.

Um gosto — inequivocamente português — a café. Com muita, muita nata.





## Até à despedida

Milhares de pessoas a sair dum recinto é sempre um espectáculo. A multidão que, até aí, se concentrara sossegadamente à volta dum objectivo, fragmenta-se no momento da partida em grupos de pressa mais ou menos educada, em filas de espera mais ou menos impaciente, e a visão de conjunto resulta invariavelmente em irradiantes caudais que apontam para um único objectivo - sair dali o mais rapidamente possível.

Os comunistas são originais em várias coisas e, pelos vistos, até na maneira como têm pressa. Não há dúvida que toda a gente desatou a sair após o encerramento do

Congresso - e nem o longo arpejo que emocionou o final dos trabalhos aparafusou quem quer que fosse ao recinto; também foi óbvio que, meia hora depois de intensas manobras de trânsito em local ainda verde para tanta solicitação, o tráfego estava limpo de confusões. Todavia...

Todavia a pressa que por ali se viu andava, sem dúvida, devagar. E às vezes ao contrário, com os fragmentos da multidão a cruzar trajectos opostos; e às vezes como de costume, com os azimutes de saída todos apontadinhos para o mesmo lado; e muitas vezes - dize-

mos nós, com um saber de experiência feito - a harmonizar um princípio de despedida com uns restos de convívio sem que, com isso, se compromettesse a eficácia da retirada, o que é obra.

Uma obra que nada tem a ver (e desiludam-se os ledores da paráfrase bacoca) com misteriosos poderes tipo "máquina comunista", tal como pouco terá a ver com o inevitável acaso. A coisa é muito mais simples, pois tem por origem a vida tomada de dentro para fora e como decorrência um natural gosto de estar com os outros. Também em multidão. E até à despedida.



## Solidariedade Uma preocupação comum

Terminados os trabalhos do XIV Congresso do PCP, no passado domingo, a solicitação de vários partidos, reuniram-se, num encontro informal para troca de informações sobre questões de solidariedade, cerca de quatro dezenas de convidados, representantes de delegações estrangeiras.

O encontro, que contou com a presença dos camaradas Albano Nunes, Aboim Inglês e Domingos Lopes, da Secção Internacional do Partido, teve como objectivo permitir um melhor conhecimento da realidade interna de cada país e da luta travada pelos respectivos partidos comunistas, operários e progressistas, e o desenvolvimento de acções futuras de solidariedade internacional.

As diversas formas de que se reveste a solidariedade, desde o apoio institucional,

político e moral, às medidas concretas de recolhas de fundos e bens essenciais, foram abordadas nas 21 intervenções, tendo como tónica comum a extraordinária importância desta forma de cooperação para a vitória dos povos em luta pela liberdade, a paz, o progresso, a democracia, a independência nacional, o direito à autodeterminação.

Diferentes são as situações em que se encontram os países mais carenciados de solidariedade, como diferentes são as formas encontradas para expressar essa solidariedade. Sem pretensões exclusivistas, pode dizer-se no entanto que alguns casos particulares estão no centro das atenções: Angola, Cuba, África do Sul, Palestina, Timor-Leste. Mas esta chamada para primeiro plano de situações que, pela sua

importância e repercussão regional e internacional ultrapassam em muito os limites nacionais, não deixa de fora, como foi abundantemente referido no encontro, todos quantos, do Leste da Europa à Ásia, África, Médio Oriente e América Latina continuam a necessitar, como um estímulo e um incentivo à sua luta, da solidariedade internacionalista.

Lembraram-no, entre outros, os camaradas de Chipre e da Hungria, da Índia e Colômbia, dos EUA e da África do Sul, do México e de Angola.

A comprovar que, para além de todas as diferenças de situação e de opinião, como diria no final do encontro a representante de Cuba, se mantêm mais actuais do que nunca as palavras de Martí: "Éstes tiempos son de unir!"

## Intervenções de delegações estrangeiras

militar dos Estados Unidos continua a toda a velocidade. A guerra-fria acabou mas a política americana de verdadeira agressão contra Cuba continua em força.

O nosso Partido foi sempre um grande defensor da fraternidade comunista internacional. Somos defensores activos da solidariedade e trocas de teoria e prática entre os partidos e movimentos da classe operária. Mais do que nunca, os interesses de todos os trabalhadores do mundo exigem a troca das variadas e ricas misturas de ideias e experiências em décadas de luta.

Deixem-me aproveitar esta oportunidade para dizer aos lutadores comunistas de todo o mundo: «Vamo-nos reunir, conversar e repartir juntos o pão».

O chamado «pensamento novo» de Gorbachov não criou raízes profundas no nosso Partido. A razão principal é por ser difícil no nosso país pretender que a luta de classes desapareceu, ou que a classe dominante do capitalismo monopolista se transformou numa organização benevolente e caridosa, que abandonou a sua fome insaciável de obter lucro, ou que o imperi-

alismo americano desistiu da sua campanha de 75 anos para destruir o socialismo.

Num país cada vez mais agressivo, como são hoje os Estados Unidos, a realidade tende a estilhaçar as ilusões que são a base do novo pensamento oportunista.

Como muitos partidos comunistas e trabalhadores em todo o mundo, o nosso Partido defendeu com êxito a sua ideologia e os seus princípios orgânicos da tentativa dos oportunistas de direita de se apoderarem e de o destruir. Na nossa 25ª Convenção Nacional, realizada no ano passado, o nosso Partido reafirmou o seu compromisso firme para com os trabalhadores, a sua conduta marxista-leninista revolucionária e a inevitável meta socialista. Acreditamos que esta será a marcha final de todas as sociedades.

A civilização não pode adiar por muito mais tempo o estágio socialista do seu desenvolvimento. O capitalismo não tem futuro a longo prazo.

Em nome do nosso Partido e da sua Direcção, desejamo-vos um Congresso frutífero e coroado de êxito.

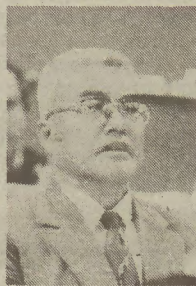
### Huang Huang Membro do Comité Central do Partido Comunista da China

Caros camaradas e amigos,

Estou muito contente por ter oportunidade de assistir, como delegado do PCCh, ao XIV Congresso do PCP. Antes de tudo, encarregado pelo Comité Central do PCCh, apresento calorosas saudações e, por intermédio do Congresso, os melhores votos para todos os militantes do PCP e para o povo português.

Embora seja muito grande a distância que separa a China e Portugal, os laços de amizade, que ligam os nossos dois partidos e povos, são já muito antigos. Nós lutamos e apoiamos a mesma causa. Os comunistas chineses alimentam sentimentos de amizade pelo PCP e têm acompanhado com atenção todos os êxitos alcançados por ele. Desde há muito que o PCP contribui positivamente para salvaguardar e promover as relações amistosas entre os nossos dois países e povos. Agradecemos sinceramente a simpatia e o apoio que o PCP tem demonstrado à China na sua luta pela construção do socialismo.

Nos últimos catorze anos, em que a China aplica a política de reforma e abertura, a construção de modernização socialista no nosso país tem obtido êxitos notáveis em todos os sectores e as condições de vida do nosso povo têm melhorado de forma evidente. A causa fundamental do nosso sucesso reside em que o povo chinês dirigido pelo nosso partido tem seguido o seu próprio caminho de construir o socialismo de acordo com a realidade concreta da China. O XVI Congresso do PCCh, realizado há pouco tempo, persistindo na combinação dos princípios básicos do marxismo com a realidade concreta da China, fez os balanços das experiências da prática da reforma e abertura nos últimos 14 anos e salientou a necessidade de alargar ainda mais a abertura daqui em diante e tomar como o objectivo de reforma da estrutura eco-



nómica o estabelecimento dos mecanismos da economia do mercado socialista, acelerando os passos da construção económica. Este Congresso reveste-se de grande importância para o desenvolvimento da China tanto no fim deste século como nos meados do próximo século. O PCCh está a conduzir o povo chinês na luta pela transformação da China num país socialista moderno, próspero, democrático e civilizado.

Nós vamos fazer esforços incansáveis, em conjunto com o povo português e outros povos do mundo, no sentido de defender a paz mundial, impulsionar o desenvolvimento do mundo e promover o progresso da Humanidade.

Camaradas e amigos, permitam-me ler a mensagem de saudação do Comité Central do PCCh para o XIV Congresso do PCP:

Ao XIV Congresso do PCP

Queridos camaradas,

Por ocasião do XIV Congresso do PCP, o Comité Central do PCCh envia, por vosso intermédio, calorosas saudações a todos os comunistas portugueses.

O PCP é um partido com a gloriosa tradição revolucionária, ricas experiências e ampla implantação nas massas. Durante o longo período de luta, o PCP, junto com as forças democráticas, tem dado grandes e positivas contribuições no sentido de impulsionar a transformação democrática, lutar pela democracia e progresso social, defender os direitos e interesses dos trabalhadores, salvaguardar a independência nacional, combater o imperialismo e o colonialismo e apoiar a luta pela libertação nacional dos diversos países. Na actual situação internacional complicada e cheia de mudanças, os comunistas portugueses continuam a lutar pelo ideal socialista, superando todas as dificuldades.

O PCCh mantém a amizade tradicional com o PCP. Estamos dispostos a desenvolver ainda mais as relações de amizade e cooperação existentes entre os nossos dois partidos e fazer esforços activos para promover a amizade entre os nossos dois países e dois povos, de acordo com os princípios de independência e autonomia, igualmente completa, respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos um do outro.

Fazemos os melhores votos de sucesso para os trabalhos do XIV Congresso do PCP.

### Gisele Moreau Secretária do Comité Central do Partido Comunista Francês

Queridos Camaradas,  
É com grande prazer e emoção que venho hoje trazer as saudações fraternas calorosas do Partido Comunista Francês ao vosso XIV Congresso.

A amizade e solidariedade têm contribuído desde sempre para unir comunistas portugueses e franceses. O eco das vossas lutas, travadas durante a longa noite fascista e no decorrer da Revolução de Abril, está sempre presente entre nós.

Nessas páginas de história, tanto na defesa das conquistas democráticas do vosso povo, como na acção por uma mudança da sociedade e por uma nova Europa, o Partido Comunista Português tem tido um papel decisivo.

Em França, o nosso povo enfrenta uma política de austeridade, com 3 milhões de desempregados e 5 milhões de trabalhadores precários. Esta é a política de Maastricht; e hoje, com a imposição arbitrária do GATT,

feita pelos americanos, sentimos bem o peso das ameaças que impendem sobre os trabalhadores, os agricultores e as famílias dos nossos dois países.

Em França, a nossa actividade defronta-se com uma situação nova, cheia por certo de obstáculos, mas também com novas potencialidades.

Por duas vezes, os franceses tiveram ocasião de exprimir a sua rejeição da política capitalista, em Março e em Setembro deste ano, com um NÃO a Maastricht que roçou a maioria; e que foi mesmo maioritário entre as forças vivas do país, particularmente entre a população feminina activa.

O nosso Partido colaborou nesta batalha com todas as suas forças. Actualmente, o Partido convida os franceses a rejeitarem o falso dilema em que os pretendem encurralar: ou a manutenção da política actual, ou o regresso das forças de direita, apoiadas pela extrema-direita.

Uma terceira via pode ser considerada: em Março de 92, uma larga percentagem de eleitores não votaram nem pela direita, nem pelo Partido Socialista.

Coloca-se a todas as forças progressistas e de esquerda a questão de uma outra perspectiva, a qual depende de um amplo reagrupamento das forças populares à volta de um novo projecto de sociedade a fim de modificar a relação





## Intervenções de delegações estrangeiras

### Rikkai Sasaki

Membro do Presidium permanente do CC Vice-responsável do Secretariado Responsável pela Comissão Internacional do CC do PC do Japão

Queridos Camaradas,

Em nome do Comité Central do Partido Comunista do Japão, transmito a nossa solidariedade a todos os vossos delegados e militantes. Em Julho do ano passado, efectuei-me extensas conversações entre os nossos dois partidos, por ocasião da primeira visita ao Japão do vosso Secretário-Geral, Álvaro Cunhal. Espero que a compreensão mútua entre os dois partidos venha a ter ainda maior aprofundamento.

Camaradas, em relação à situação na ex-União Soviética e na Europa de Leste, propusemos os seguintes três princípios como pontos essenciais para o desenvolvimento do movimento do socialismo científico no mundo:

A invasão da Checoslováquia e do Afeganistão pela União Soviética e a sua interferência em muitos partidos comunistas são graves erros que esmagaram os ideais fundamentais do socialismo científico. Ao mesmo tempo, deve ser referido que se espalhou entre os movimentos comunistas mundiais uma subserviência a este hegemonismo, o que contribuiu para a confusão.

Assim, o primeiro ponto é eliminar totalmente todas as tendências de hegemonia e toda a subserviência para com a hegemonia.

O segundo é contrariar e combater firmemente o argumento de que os acontecimentos na União Soviética e na Europa de Leste representam o colapso da causa do socialismo científico.

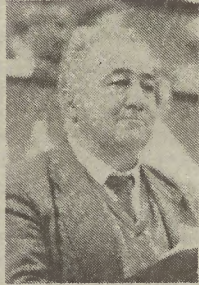


### Donis Christofinis

Membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Progressista e dos Trabalhadores (AKEL) do Chipre

Caros Camaradas,

É para mim uma grande honra, e é com grande prazer que o faço, dirigir-vos uma militante e fraternal saudação por parte do Comité Central do Partido Progressista e dos Trabalhadores do Chipre e desejar-vos grande sucesso para o XIV Congresso.



Temos a certeza de que o vosso Congresso será um marco importante na longa e heróica do vosso Partido. As novas e adversas situações no mundo, que advieram da derrocada da União Soviética e de todo o bloco de Leste, com o colapso do Socialismo (mesmo com algumas falhas que tenham existido), tudo isto desafia os nossos padrões ideológicos e políticos. Paralelamente a esta situação, surgem os EUA como a única superpotência que ameaça a independência dos povos e coloca em risco as grandes conquistas dos trabalhadores em todo o mundo.

Estamos seguramente convencidos de que o vosso Congresso reafirmará a validade dos ideais marxistas-leninistas e a solidariedade internacional, bem como afirmará o Socialismo como a solução futura da Humanidade, conquanto o capitalismo assente na exploração não poderá nunca resolver os problemas do mundo, pelo contrário irá apenas agravá-los.

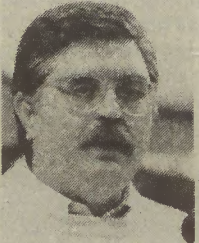
### Manuel Moreno Perez

Membro do Secretariado do Comité Federal e Secretário do Departamento Ideológico do Partido Comunista de Espanha

Queridos Camaradas,

É para mim uma grande honra poder saudar, em nome do Partido Comunista de Espanha, especialmente de Julio Anguita e de Francisco Frutos, todos os delegados e delegadas a este XIV Congresso do PCP.

Os comunistas, todos os comunistas, temos estado submetidos a uma pressão duríssima nestes últimos anos. A desintegração da URSS e a dissolução do que se chamou o sistema socialista mundial afectou e continuará a afectar durante muito tempo os trabalhadores e povos, os homens e mulheres que de uma forma ou de outra se revelam contra esta sociedade profundamente injusta e desigual. Não podia ser de outra forma: o fracasso da experiência histórica mais importante de uma nova sociedade, como diz a Internacional sobre «novas bases», afectou directa ou indirectamente o conjunto da esquer-



Não vemos como absolutas todas as afirmações de Marx e Lenine pela hegemonia de superpoder de Estaline e dos seus sucessores.

O terceiro é tomar a posição de promover a sociedade de acordo com as leis do desenvolvimento social, regida pela perspectiva do socialismo científico como um guia vivo para actuação, sempre que se abordarem os diversos problemas que surgem em cada país e no mundo de hoje.

A presente realidade mundial mostra que as perspectivas para alterar a estrutura do capitalismo, e para o desenvolvimento social baseado no socialismo científico, continuam hoje válidas. Na antiga União Soviética e nos países da Europa de Leste, tem vindo a prevalecer nos últimos anos o argumento de que o capitalismo iria dar todas as respostas, o que resultou numa profunda confusão e em maior sofrimento para o povo. Os erros cometidos no passado foram tão graves que mesmo no futuro o julgamento e os erros irão continuar. No entanto, estamos confiantes que a História confirmará que o único caminho para um desenvolvimento social que sirva os interesses do povo é o socialismo independente e saudável, e não o capitalismo.

Camaradas, nas eleições para o Parlamento Japonês no passado mês de Julho, o nosso partido conseguiu uma subida, tanto no número de lugares como na percentagem de votos, relativamente às eleições de três anos antes. Esta subida foi o resultado do combate à propagação das forças reacçãoárias por todo o país, que afirmava que o colapso da União Soviética significava o colapso do socialismo. Este resultado proporciona uma base significativa para o avanço futuro do nosso partido.

Actualmente temos cerca de 4000 membros no parlamento nacional e nas assembleias locais, e três milhões de leitores do jornal do partido. Estamos determinados a lutar com todas as nossas forças para as eleições gerais no Japão que se prevê venham a ter lugar num futuro próximo.

O Partido Progressista e dos Trabalhadores do Chipre, a par do povo cipriota, está a encetar uma luta dura para a implementação de uma resolução das Nações Unidas no Chipre. Lutamos por uma solução de paz para o problema do nosso país, contra a ocupação de tropas da Turquia e pela reunificação da nossa ilha segundo uma Federação, na qual todos os Direitos Humanos serão garantidos a todos os cidadãos.

Recentemente, houve uma conclusão na ronda de conversações ao mais alto nível, segundo os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas. Embora não se tenha verificado o progresso desejado na direcção da solução ideal para o nosso caso, devido à intransigência por parte do Governo turco e do Sr. Deukash, consideramos no entanto que o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas e a Resolução n.º 789 do Conselho de Segurança oferecem uma poderosa arma política ao nosso povo.

Para a solução do problema, continuamos a avançar com a luta, no sentido de trabalharmos para uma reaproximação de solidariedade internacional no sentido de quebrarmos a intransigência turca e a uma viável e justa solução.

Dentro de dois meses, iremos ter eleições presidenciais no Chipre. Estamos optimistas no que diz respeito a reeleição do Sr. George Vassiliou, com o nosso apoio para a promoção de uma solução para o problema do Chipre e para a consolidação da Democracia no nosso país.

A terminar, queremos expressar os nossos agradecimentos pela solidariedade prestada ao nosso povo, e daremos todo o nosso apoio ao vosso Partido, na defesa e na solidariedade para com todas as grandes questões nacionais e internacionais, caso do apoio a Cuba, África do Sul, Palestina, Timor-Leste e em todas as lutas dos povos pela sua independência nacional, pela Democracia e pelo Progresso.

da. As ideias que foram transmitidas pelos centros de poder dominantes foram claras e distintas: o capitalismo, o capitalismo existe realmente e não tem alternativa.

Tanto a pretensão, repetida mil vezes, de equiparar o impulso historicamente decisivo da Revolução de Outubro com os crimes do estalinismo, como o esforço sistemático para apresentar a luta pela democracia e pela defesa dos interesses populares protagonizada pelos comunistas durante décadas como algo de estranho às tradições e práticas da esquerda europeia, ou ainda, a desvalorização de uma atitude internacionalista e solidária como simples dependência dos ditos da União Soviética, têm como objectivo reduzir à sua expressão mínima e, neste caso, liquidar a componente anticapitalista e internacionalista do movimento trabalhador.

O debate sobre o Tratado da União Europeia pôs de novo em evidência dois aspectos extremamente importantes: a hegemonia conservadora no processo de construção europeia e a falta de um projecto realmente alternativo da esquerda. Para o PCP, este é um elemento decisivo: a necessidade de construir um referente ideal e moral, um projecto supranacional a nível europeu que seja capaz de reunir, com base num programa comum, as forças que apostam numa transformação socialista, ou seja, os comunistas, os verdes, os

## Vieram de todo o País...

Vieram de todo o País ao Congresso em Almada. Os 1737 delegados levaram a experiência própria e a vivência das regiões e organismos que representaram. Falámos com alguns deles, num levantamento não sistematizado, que no entanto é uma amostra de expectativas, problemas e ideias partilhados pelos comunistas portugueses em todo o País. Depoimentos a ilustrar uma realidade que os três dias de debate amplamente reflectiram. Uma colecção de pequenas histórias a que daremos continuidade no próximo número do «Avante!».

### Maria da Luz

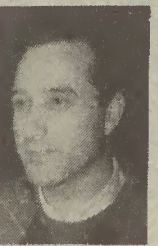
Foi eleita por Pateias, no concelho de Alcobaça, de onde vieram mais três delegados.



Actualmente está sem emprego, porque foi despedida da escola onde era funcionária com contrato a prazo: «Estava lá já ia para quatro anos, entretanto sindicalizei-me e sindicalizei mais cinco, houve uma greve com muito boa adesão... Nem esperaram pelo fim do contrato para me mandar embora.» Houve então um grupo de alunos que lançou um abaixo-assinado para que não fosse despedida; chamados ao conselho directivo, foram ameaçados e tiveram que rasgar os papéis. «Depois, vieram-me entregar os bocadinhos, dentro dum envelope. Ainda os tenho lá em casa.» Ultimamente mais activa no trabalho do Partido, espera agora o julgamento em que se vai decidir o destino do companheiro, despedido da Cimpor, depois de 17 anos como dirigente sindical. Do que for decidido no próximo dia 15 depende a forma como vai participar na actividade pós-congresso. Mas já está a pensar que vêm aí as autárquicas e não vai faltar que fazer...

### Domingos Tavares dos Santos

É da concelhia de Ovar membro da célula da EFA-CEC, empresa onde «a administração pretende despedir 27 trabalhadores sem que nenhuma das razões que a nova legislação laboral determina para um despedimento com justa causa ali se verifique. O que eles pretendem é diminuir o número de trabalhadores efectivos e aumentar os contratados a prazo». O tema da degradação dos postos de trabalho e do desemprego surgiu naturalmente como um dos mais debatidos na fase preparatória do Congresso em Ovar, achando este delegado que deveriam ter existido em



Almada condições para um maior número de intervenções «de base», «para um retrato mais profundo da realidade da própria organização do Partido». Mas Domingos Tavares acrescenta: «O tempo é curto e se calhar não se pode ir tão longe quanto queríamos.»

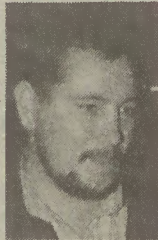
### Francisco Luís

Já foi trabalhador agrícola na UCP «A Luta é de Todos» e agora é cantoneiro de limpeza na JF de Mora. Está no PCP desde 1977, foi dirigente sindical e hoje é o responsável pelo concelho na direcção regional do Partido. Gostaria que as assembleias que precederam o Congresso tivessem sido mais participadas, apontando uma grande taxa de analfabetismo como obstáculo a uma mais ampla leitura e compreensão dos documentos. Do que se estava a passar no pavilhão «Cidade de Almada» realça a participação dos convidados: «Aquele bancada tem estado sempre cheia!»



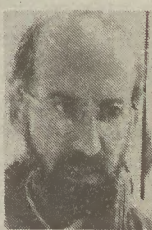
### Vitor Manuel Martins

É membro da DOR-Bragança e foi a terceira vez que esteve presente num Congresso do PCP, apesar de ser um jovem com apenas 28 anos. «Este é um Congresso que marcará a história e o futuro do nosso Partido». A fase preparatória correu satisfatoriamente em Bragança apesar de «ser sempre difícil o nosso trabalho, porque vivemos numa zona do interior, onde a desertificação é muito grande, onde os quadros mais jovens do Partido acabam por emigrar». O debate foi no entanto intenso, sobretudo no que diz respeito às Teses, em capítulos como a situação internacional ou nacional. Sobre este Congresso afirma: «é um grande momento na nossa vida partidária. Estou deslumbrado...»



### Fernando Martins

Tripeiro que já foi emigrante, vive em Faro há 17 anos. É membro do PCP desde 1977-78,



«mas já era comunista antes» e até esteve filiado no PCF. Hoje é da Concelhia e foi eleito delegado num plenário de intelectuais e outros sectores. É professor do secundário e faz parte da Junta de Freguesia da Sé, manifestando o seu empenho sempre que as coisas viram para o debate ideológico. Com as devidas ressalvas, pensa que «estamos num momento histórico semelhante a Maio de 68, porventura mais decisivo porque pretendem pôr em causa conquistas históricas da Humanidade». Fez sete propostas de alteração aos documentos, e já tinha verificado, sexta-feira à noite, que algumas haviam sido contempladas. Quando lhe pedimos para concretizar o que acha que «temos que fazer mais» no futuro, aponta imediatamente o trabalho com a juventude. «Somos acusados de autoritarismo e sectarismo, mas pecamos muitas vezes é por demissionismo, por não contrapormos as nossas posições», diz em jeito de autocritica alargada.

### Fernanda Carvalho Pinto

É médica em Coruche. Vive no Couço há sete anos e desde 1989 é presidente da Assembleia de Freguesia.



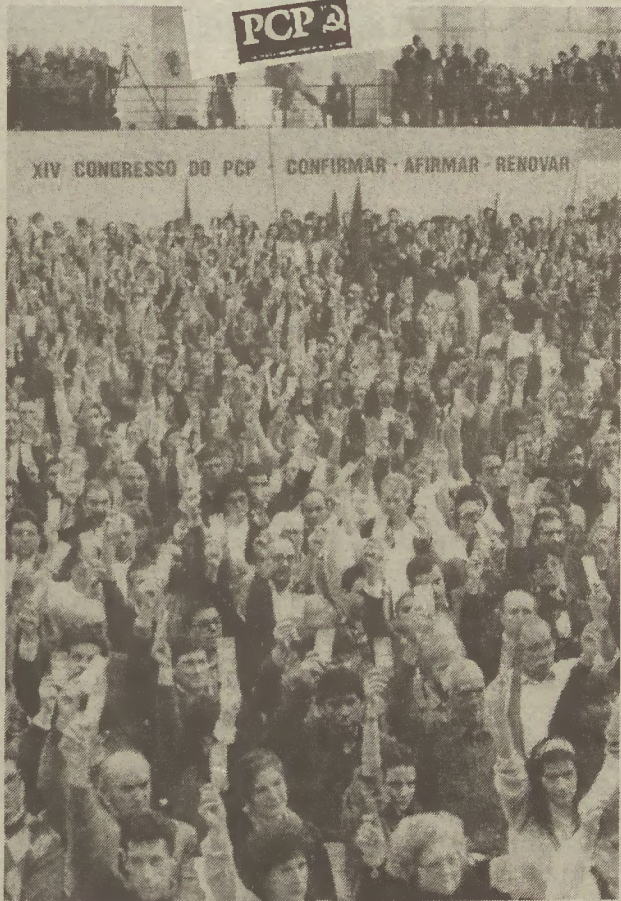
Foi aí que a elegeram delegada, com mais dois camaradas da vila. Recorda as «primeiras dificuldades de adaptação» à vida naquela comunidade, de que conhecia a história recente, que a levou a nutrir «um imenso respeito por aquelas pessoas». Estas, por sua vez, tiveram uma reacção que facilitou o entendimento, pois começaram a mostrar alguma admiração por uma médica que «não tinha necessidade de ser comunista» mas optara pelo PCP. Considera que a discussão pré-congresso foi «participada», lamenta que Álvaro Cunhal não possa continuar como secretário-geral, prevê para os próximos tempos «muito trabalho, muitas horas sem dormir», pois tem pela frente dois filhos, muitas consultas, a actividade da autarquia e da Concelhia do Partido, a luta dos médicos e o combate à política de Cavaco.





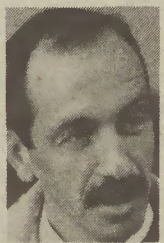
congresso

PCP



### Fernando Azinhais

Da organização concelhia de Campo Maior, localidade onde é secretário da Junta de Freguesia.



É a terceira vez que vem a um Congresso, e «cada vez eles são mais ricos em levantamentos das situações e na apresentação de soluções». Destaca o trabalho da organização na preparação deste Congresso: «Foi feito um porta-a-porta a casa de todos os militantes, convocando-os para as reuniões, os documentos foram distribuídos bastante tempo antes das reuniões onde iriam ser discutidos.» Houve um debate bastante vivo sobre o método de eleição dos delegados a este Congresso mas, no final, houve unanimidade em considerar que ela devia ser feita através do voto de braço no ar, «embora houvesse quem não concordasse com um ou outro nome proposto para delegado, todos acharam isso um facto natural e todos defenderam que não existiria qualquer tipo de problema em essa discordância ser manifestada abertamente».

### Jaime Alves

Nasceu em Monção e está há onze anos em Paris onde, depois de ter trabalhado como cozinheiro, é agora proprietário de um restaurante, o que lhe dá «maior liberdade», que usa para «dar uma ajuda no trabalho de organização» do Partido. Nas reuniões efectuadas desde Janeiro no quadro da preparação do Congresso em França, contou, foi dada especial atenção ao voto dos emigrantes nas presidenciais. «Se o PSD quisesse realmente dar voz aos emigrantes, propunha era a eleição de mais deputados para a Assembleia da República», comenta. Depois de referir as iniciativas que preenchem o calendário da organização e dos militantes, confirma o

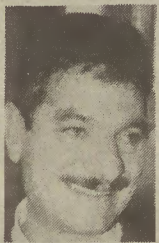


aumento do número de portugueses que, desde o início do ano, chegou a França e, sobretudo, à Suíça; face à dificuldade de contactar camaradas que têm emigrado, deixa um apelo: comuniquem as novas moradas à estrutura central do Partido em Lisboa.

aumento do número de portugueses que, desde o início do ano, chegou a França e, sobretudo, à Suíça; face à dificuldade de contactar camaradas que têm emigrado, deixa um apelo: comuniquem as novas moradas à estrutura central do Partido em Lisboa.

### Nelson Fernandes

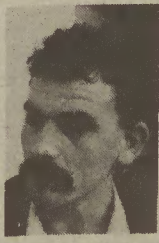
45 anos, da Comissão Concelhia da Figueira da Foz, enfermeiro no Hospital Distrital de Coimbra.



«Discutimos com trabalhadores do hospital, não necessariamente comunistas, alguns aspectos dos documentos propostos a este Congresso no que dizia respeito ao sector da saúde. Esses trabalhadores deram uma contribuição inestimável para o conjunto de ideias e opiniões que os próprios documentos expressam.» As reuniões que Nelson Fernandes teve na Figueira foram bastante participadas, houve muitas propostas de alteração. De Almada leva a recordação de muitas intervenções de delegações estrangeiras: «É uma coisa nova - há uma identidade de pontos de vista entre os diversos partidos comunistas que me sensibiliza muito e que vem ao encontro do que o nosso partido discutiu no Congresso de Loures.»

### Duarte Melo

É um dos onze delegados da RA dos Açores. Foi eleito num plenário conjunto dos concelhos de Ribeira Grande (onde vive e trabalha como carpinteiro) e Nordeste (de onde é natural).



Está com os comunistas desde 1976: o padrinho e patrão disse-lhe para não votar em Octávio Pato e, vai daí, ele resolveu descobrir por sua conta o que era o PCP. Desde esses duros tempos em que era queimado o centro de trabalho ou deitado ao mar o carro de

um camarada, já esteve envolvido na formação do sindicato dos trabalhadores agrícolas de S. Miguel e Santa Maria, bem como em muitas das actividades do Partido na Região. Realça o esforço que é necessário da parte de «todos os que estão disponíveis» para manter um contacto regular com os militantes e para «ir ao encontro das pessoas na ilha toda». Em alturas de eleições, como as que se aproximam, «aparece sempre mais um para ajudar», o que é motivo de satisfação.

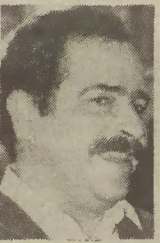
### Carla Infante

Tem 23 anos e foi eleita segunda vez delegada a um Congresso do PCP (esteve antes no Porto). «As intervenções neste Congresso foram muito boas, de elevado nível, mas penso que há muitas intervenções de dirigentes e eu gostaria que houvesse um maior número de intervenções de delegados que "aquecessem" mais as coisas, como eu gosto.» Pertence à Concelhia de Sintra onde mora, em Algueirão/Mem Martins. Aponta falhas na própria organização como motivo para alguma fraqueza de participação na fase preparatória do Congresso. As Teses foram mais debatidas que os outros documentos, sobretudo o ponto sobre a situação internacional.



### José Manuel Costa

Da DOR Guarda, professor do segundo ciclo. Leu no Congresso uma intervenção da Direcção da Organização Regional que falou dos problemas do distrito da Guarda. A desertificação foi um dos temas fortes: «É frequente irmos a uma freguesia à procura dos militantes e dizerem-nos que acabaram de emigrar - sem imodéstia diria que os jovens, e em especial os comunistas, não aceitam condições de bloqueamento e exploração e mais facilmente decidem emigrar.» Também a política anti-social do Governo esteve em destaque com a apresentação de dois exemplos concretos: a Reicabe, empresa apontada como um exemplo da política de «sucesso» do Governo mas que neste momento vai despedir todos os contratados a prazo até ao final de Dezembro, e o Hotel das Caldas, em Manteigas, onde se fazem despedimentos fraudulentos, passando trabalhadores efectivos para a situação de contratados a prazo. Sobre o Congresso, realça a importância da reafirmação da identidade comunista e a adaptação às novas condições que nos rodeiam. «Para nós, que estamos num distrito onde lutamos com muitas dificuldades, é algo de especial chegar aqui e ver que somos muitos... por exemplo, ir ao café à procura do camarada em cuja casa vamos ficar e dizerem-nos: "Está à vontade que aqui somos todos comunistas!"»



(Cont. no próximo número)

## Intervenções de delegações estrangeiras

socialists de esquerda e outros movimentos alternativos.

Para nós, queridas e queridos camaradas, construir uma moderna identidade comunista significa, sobretudo, ter capacidade para enfrentar os novos e velhos desafios e enfrentarmos

com decisão as questões reais que este momento histórico exige.

Estamos convencidos de que este Congresso irá dar um contributo muito importante para esta tarefa, sem dar lugar a dúvidas históricas.

### Armando Panguene

Membro do CC do Partido Frelimo

Camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português  
Distintos membros do CC do PCP  
Distintos convidados  
Distintos delegados



O Comité Central do Partido FRELIMO endereça ao Comité Central, aos militantes do Partido Comunista Português (PCP) e ao povo em geral, as mais calorosas saudações pela realização do XIV Congresso do PCP.

Sentimo-nos muito honrados com o convite que nos endereçaram para compartilharmos este importante evento. Ele constitui uma boa oportunidade para reafirmarmos a nossa mútua amizade e solidariedade perante os militantes aqui representados no mais elevado momento político da vida do vosso Partido, que é o Congresso.

O Partido FRELIMO admira a consequente contribuição do PCP a favor das transformações socioeconómicas no vosso país e pelo reforço da unidade dos povos em prol da paz e segurança internacional, pelo fim de todas as formas de discriminação e da injustiça nas relações internacionais.

Como é do vosso conhecimento, o Partido FRELIMO tem estado a conduzir um processo de mudanças de modo a que os moçambicanos sejam eles próprios os sujeitos das transformações políticas, económicas, sociais e culturais no país.

Amadurecemos as nossas ideias ao mesmo tempo que renovamos a direcção do nosso Partido. Desde 30 de Novembro de 1990, o nosso país rege-se por uma nova Constituição que

ditou a introdução do multipartidarismo, consagrou uma orientação económica compatibilizada à actual conjuntura nacional e internacional, clarificou a separação dos poderes executivos e legislativo e ampliou as liberdades individuais e colectivas.

O Partido FRELIMO, interpretando a vontade do povo moçambicano, mandatou, no V Congresso, o governo para a busca de soluções pacíficas para os diferentes conflitos, tendo enveredado pela via de negociações com a Renamo para pôr fim à guerra de desestabilização, principal nó de estrangulamento da nação, edificação da economia e estabelecimento do bem-estar.

Após 27 meses de intensas negociações o nosso governo e a Renamo assinaram aos 4 de Outubro passado o Acordo Geral de Paz, o qual foi possível mercê o empenho dos moçambicanos e do apoio da Comunidade Internacional.

Com o Acordo Geral de Paz abrem-se perspectivas reais para uma nova era de paz, condição indispensável para o desenvolvimento e progresso do País. É na paz que devemos encetar esforços para a reconciliação nacional e reconstrução do país devastado pela guerra e calamidades naturais agravadas pela pior seca que assola o nosso país e toda a zona austral de África.

Os desafios que se nos colocam na fase actual e no futuro são inúmeros e muito onerosos donde, para os vencermos, necessitamos do vosso apoio e de toda a Comunidade Internacional.

Renovamos a vontade de ver cada vez mais reforçadas e aprofundadas as relações de amizade e solidariedade que unem os nossos dois Partidos e Povos.

Queiram aceitar saudações fraternais do Partido FRELIMO e de todos os seus militantes, e votos de muitos sucessos nos trabalhos deste Congresso.

A Luta Continua!

### L. Besseiso

Representante da OLP em Lisboa

Camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português,  
Camaradas delegados,  
Camaradas convidados.

Permitam-me apresentar, em nome do povo palestiniano e em nome da Organização de Libertação da Palestina, as calorosas e sinceras saudações, em especial as fraternas saudações do nosso líder e símbolo do nosso povo lutador, Yasser Arafat, desejando o êxito total nos trabalhos do vosso Congresso no interesse do progresso para o vosso Partido e vosso povo português amigo e a todas as forças, movimentos e povos que lutam pela liberdade e progresso social.

Ao realizarem o vosso Congresso numa altura em que vêm surgindo rápidas modificações na cena internacional, representa a determinação de conservar e desenvolver as frentes populares organizadas que têm por objectivo reforçar as suas fileiras e capacidades, a fim de salvaguardar as suas realizações históricas, prosseguindo no alcance da sua liberdade total e a sua independência real, consolidando a liberdade, democracia e paz social e eliminando todos os aspectos de exploração, opressão e colonização entre as pessoas e os povos.

Tudo o que vem nas teses do vosso Congresso, em resultado de análises científicas e realistas das situações e acontecimentos da cena internacional, possibilitará às forças progressistas e liberais do mundo, o desenvolvimento das suas capacidades e a construção das suas alianças com outras forças semelhantes, a fim de fortalecerem uma larga frente internacional e continuarem as suas lutas comuns com o objectivo de alcançarem as suas metas humanitárias e afirmarem o direito à paz e a segurança entre os povos e os países.

O nosso povo palestiniano que luta há dezenas de anos, apenas clama uma paz justa e fundamentada na legitimidade internacional, nos direitos humanos e nas resoluções das Nações Unidas.

Acetámos entrar no actual progresso de paz, apesar de todas as condições incoerentes a que nos submetemos, na esperança de alcançarmos uma paz justa e global na região do Médio Oriente e para a nossa causa palestiniana e, ao mesmo tempo, pôr fim ao sofrimento do nosso povo no seu território ocupado, vítima dos métodos mais bárbaros de opressão, assassínio e torturas levadas a cabo pelas forças de ocupação israelita, como também pôr fim ao sofrimento dos refugiados do nosso povo, que abandonaram a sua terra há mais de quarenta e cinco anos, vivendo sem identidade nem direitos, para que consigam alcançar uma vida como todos os povos do mundo.

Mais de um ano passou, desde o início das negociações israelo-árabes e israelo-palestinianas, sem

que se tenha alcançado qualquer resultado devido à arrogância, intransigência, política de rodeios e tentativas de ganhar tempo exercidas pelo governo de Shamir e continuadas pelo actual governo de Rabin. Um ano de negociações com continuação da política de punho de ferro israelita contra o nosso povo e a contínua expropriação de terra para ampliar e erguer colonatos.

O que está a surgir?

1 — Rabin recusa a aplicação da Resolução 242 aos territórios palestinianos ocupados.

2 — Recusa pôr fim aos colonatos e à expropriação de terras bem como à ampliação dos colonatos instalados.

3 — Recusa negociar com a Organização de Libertação da Palestina, único e legítimo representante do nosso povo palestiniano.

4 — Recusa discutir a questão de Jerusalém nas negociações, considerando-a capital unificada e eterna de Israel.

5 — Recusa eleições legislativas e o domínio do governo transitório palestiniano nos territórios e seus recursos naturais e que tivesse autoridade legislativa, jurídica e política.

6 — Teima em dividir os territórios palestinianos ocupados em três partes, uma sob o domínio e autoridade israelita (a grande Jerusalém e os quartéis militares), que representa 50% dos territórios, outra sob administração comum que representa 30%, e a terceira que representa 20% ficaria sob administração palestiniana.

A política de Rabin não é diferente do seu antecessor Shamir, a não ser nas declarações jornalísticas, mas digo-vos que não haverá paz e estabilidade nesta região se a actual política israelita continuar impondo as suas condições e a sua paz, mantendo ao mesmo tempo em seu poder os territórios e negando os direitos palestinianos e árabes. Esta região alcançará estabilidade quando uma paz justa e global for alcançada na base de:

1 — Retirada total de todos os territórios palestinianos e árabes ocupados.

2 — O exercício do povo palestiniano dos seus totais direitos e dos seu direito à autodeterminação no solo da sua terra ocupada, e do estabelecimento do seu estado independente com Jerusalém como sua capital.

3 — Resolver o problema dos refugiados palestinianos na base das resoluções das nações unidas, e em especial a resolução 194 que confere o direito de regresso às suas terras e bens.

4 — Alcançar segurança e reconhecimento de fronteiras seguras para todos os países da região, incluindo o Estado da Palestina.

O nosso povo, que luta há dezenas de anos, é capaz de continuar todos os aspectos de luta legítima, em especial a sua gloriosa Intifada, até à obtenção dos seus direitos nacionais inalienáveis.

Podem ter a certeza que seremos sempre o leal amigo e o eterno aliado, de todas as forças progressistas e revolucionárias, enfrentando as forças de opressão e invasoras, e continuaremos os nossos esforços, a fim de alcançarmos a nova ordem mundial baseada na justiça, direitos humanos, paz social e no progresso livre dos povos nas suas pátrias.



## Intervenções de delegações estrangeiras

de forças no nosso país. É nesse sentido que nós promovemos neste momento em toda a França um vasto debate nacional.

A nossa moderna identidade de comunistas franceses reside na nossa capacidade enquanto congregadores, pois nada pode resistir à vontade de um povo unido e determinado.

Ao mesmo tempo, somos a favor de tudo o que possa ir no sentido de uma Europa solidária, democrática, social e pacífica; uma Europa de povos e nações, uma Europa de cooperação, sem tentativas de hegemonia, nem no seu próprio seio nem em relação aos outros povos do planeta, especialmente os do Terceiro Mundo.

A nossa solidariedade está com todos aqueles que lutam pelo progresso social, pela

liberdade e pela paz; com todos os que lutam por uma sociedade nova libertada da opressão e fundada na democracia: o socialismo, que continua a ser a resposta às aspirações da nossa época. Temos muito que aprender uns com os outros, para assegurar a convergência da nossa luta, que tem por fim modificar a relação das forças internacionais num sentido benéfico para todos os povos. As trocas de experiências entre as forças progressistas, incluindo as comunistas, constituem hoje em dia um dado indispensável para o êxito da luta por novas soluções.

Desejamos o reforço da solidariedade entre os nossos dois países e os nossos dois povos, como com todos os povos do mundo.

### Harkishan Singh Surjeet

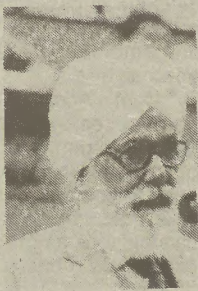
Secretário-geral do Partido Comunista da Índia

Quero, em nome do Comité Central do Partido Comunista da Índia (Marxista) e dos seus 600 mil militantes, transmitir, aos delegados aqui presentes e aos comunistas do PCP, as mais calorosas e fraternas saudações.

Recordamos, com orgulho, o glorioso papel desempenhado pelo PCP na luta contra o fascismo em Portugal. Assume grande significado o facto de, apesar de ter sido obrigado a trabalhar na clandestinidade durante 48 longos anos, o PCP não só defendeu os princípios revolucionários do Marxismo-Leninismo como manteve uma estreita ligação com o povo português. Os sacrifícios e a dedicação de muitos comunistas não só contribuiu para a luta pela restauração da democracia em Portugal como para a luta a nível mundial defendendo inequivocamente nobres ideais comunistas e a perspectiva de uma nova sociedade livre de todas as formas de exploração.

Camaradas, o vosso Congresso realiza-se no contexto de uma situação internacional extremamente complexa. O desmantelamento do sistema socialista na URSS e na Europa de Leste alterou radicalmente o equilíbrio mundial de forças em favor do imperialismo (embora temporariamente em termos históricos). A consequente agressividade imperialista mostra a sua oposição directa e total às forças que lutam pela libertação do Homem, a paz e a democracia.

Resistindo à presente ofensiva ideológica e baseando-se na sua própria experiência e análise, o Partido Comunista da Índia (Marxista),



chegou à conclusão que estes retrocessos não constituem uma negação do socialismo nem da ciência criativa do Marxismo-Leninismo. Estes retrocessos devem-se principalmente a desvios dos princípios revolucionários do Marxismo-Leninismo e a distorções no processo de construção do socialismo. O capitalismo, sistema que se baseia na exploração do Homem, não poderá nunca constituir o fim da evolução social da Humanidade. A aspiração à libertação total e ao estabelecimento de uma sociedade livre de exploração irá continuar a inspirar a luta da Humanidade por uma sociedade nova. É com esta firme convicção que o Partido Comunista da Índia (Marxista) responde à pergunta muito frequente sobre qual será o futuro do socialismo, afirmando que o futuro é o socialismo.

A identidade de opiniões entre o Partido Comunista da Índia (Marxista) em relação aos desenvolvimentos mundiais complexos e contraditórios é significativa. O comunicado conjunto emitido pelos nossos Partidos em Junho de 1992 realçava a importância da «solidariedade entre todas as forças progressistas... e o desenvolvimento de iniciativas comuns ou convergentes de solidariedade para com os trabalhadores e povos que se confrontam com a política imperialista de ingerência e agressão e que lutam pela liberdade, democracia, independência nacional, paz e socialismo».

Os desafios com que se deparam hoje os comunistas e todos os povos amantes da liberdade só poderão ser enfrentados com uma forte solidariedade internacional anti-imperialista. O Partido Comunista da Índia (Marxista) valoriza altamente as suas crescentes relações com o PCP neste esforço conjunto. Estamos certos que as conclusões e decisões deste Congresso irão reforçar ainda mais os laços do PCP com o povo português e a sua luta contra a política de direita do actual Governo, bem como a solidariedade internacional comunista e contribuirão para a luta mundial anti-imperialista.

estes objectivos podem ser alcançados através da convocação de uma conferência de paz dos países balcânicos.

Como tivemos ocasião de constatar durante o encontro deste ano dos Partidos Comunistas em Lisboa, o processo de ratificação dos Acordos de Maastricht e a intensificação dos ataques às conquistas, aos direitos e às liberdades democráticas dos trabalhadores, a resistência à xenofobia e ao racismo assim como os problemas ecológicos exigem de uma forma urgente a conjugação de esforços e a acção comum de todas as forças progressistas e revolucionárias. Esta coordenação é hoje ainda mais necessária.

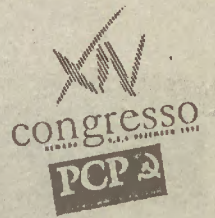
O nosso Partido é da opinião que os novos problemas, as abordagens e os pontos de vista diferentes não deveriam constituir obstáculo à cooperação e acção conjunta dos Partidos Comunistas. Pelo contrário, hoje mais que nunca a situação crítica dos trabalhadores e as grandes ameaças à paz não podem ser abordadas de forma eficaz, sem unir a luta e a política com objectivos anti-imperialistas e socialistas. É precisamente aí que reside o contributo insubstituível dos comunistas. Um contributo que é cada vez mais exigido pela contradição entre as enormes possibilidades científicas actuais e a sua deformação em proveito do capitalismo e dos monopólios.

Não esqueçamos as dificuldades. A acção dos comunistas não só não impede a mais ampla união das forças revolucionárias mas, pelo contrário, favorece-a. É por isso que o nosso Partido defende a promoção da cooperação internacional de um largo leque de forças progressistas.

No entanto, o nosso Partido considera que, quer a nível nacional quer internacional, o ponto de vista comunista não só não deve diluir-se no ponto de vista geral de esquerda mas, pelo contrário, deve manter-se autónomo e ter a sua própria expressão.

Para terminar permitam-me, queridos camaradas, que deseje os maiores sucessos para os trabalhadores do vosso Congresso, pelo reforço do PCP, da sua ligação à classe operária e a todos os trabalhadores. Por um Portugal democrático e socialista.

## Como em sua casa Ao mais pequeno pormenor



A preparação de toda a estrutura de apoio aos delegados ao Congresso, designadamente ao nível do alojamento e transportes, constituiu naturalmente uma tarefa de alguma complexidade, para a qual foi necessário desenvolver um trabalho pensado e programado com suficiente antecedência, capaz de responder em todos os domínios ao mais pequeno pormenor. Também neste campo, como se compreende, eram exigidos elevados níveis de eficiência e uma capacidade de organização sem os quais havia o risco de comprometer o bom funcionamento do Congresso.

Aproximadamente três meses, foi o tempo que levou a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) a preparar no âmbito da sua intervenção as tarefas ligadas

ao Congresso. No seu caso, dada a realização deste em Almada, como salientou ao «Avante!» o camarada Jorge Pires, membro do Comité Central e do Secretariado da DORS, essas tarefas foram muito para além dos referidos aspectos relacionados com o alojamento dos delegados e respectivo transporte para as residências escolhidas, fixando-se igualmente noutras áreas nucleares como o foram a implantação, a montagem de restaurantes e bares de apoio, a higiene, limpeza e segurança, a venda de produtos, sem esquecer as próprias questões relacionadas com a divulgação do Congresso no distrito,

Coordenado por um secretariado distrital expressamente constituído para o efeito, onde tiveram assento camara-

das responsáveis por todas as frentes, o trabalho foi assim ao longo deste período de três meses descentralizado pelas organizações concelhias do Partido, em particular pela de Almada, sobre quem recaíram fundamentalmente as questões de implantação e apoio aos delegados.

Sobre este último aspecto do trabalho realizado - no que é sem dúvida um eloquente testemunho da atenção e pormenor evidenciados pelos comunistas de Setúbal na execução das tarefas que lhe competiam -, vale a pena referir que no primeiro dia do Congresso foi montada uma "operação" destinada a encaminhar cerca de 600 delegados aos seus alojamentos no distrito, com tudo o que isto representou de viaturas e acompanhantes.

## Forte adesão em Lisboa

Não menor empenho e responsabilidade no apoio aos delegados teve a Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP. Iniciado há perto de três meses, com a criação de uma comissão com a tarefa específica de "agarrar" o Congresso, o trabalho nos concelhos a Norte do Tejo passou em primeiro lugar por um levantamento dos camaradas que em anteriores Congressos disponibilizaram as suas casas e meios de transporte. Informatizados todos os elementos recolhidos, a comissão em estreita ligação com as organizações do Partido de imediato constataram a forte adesão de militantes e outros amigos do Partido ao

pedido feito para que fossem disponibilizados alojamentos. A resposta foi de tal ordem, como salientou em conversa com o «Avante!» o camarada José Tavares, da DORL, que houve camaradas que dispensaram totalmente as suas residências, optando neste período pelo acolhimento em casas de familiares. Apuradas as disponibilidades, tratou-se depois de as concertar com as necessidades, como nos conta José Tavares, desenvolvendo passo a passo um processo que só ficou completo no primeiro dia de trabalhos da reunião magna de Almada, com a distribuição por residências da capital e dos concelhos da periferia dos cerca de 300

delegados provenientes do Norte. Importante no apoio garantido aos delegados pela DORL foi ainda o transporte em autocarro organizado nos dois sentidos entre o Congresso e Lisboa, facultado através da aquisição de um bilhete no valor de mil escudos válido para cinco viagens. Realce merecem ainda já no decorrer das sessões plenárias as tarefas a cargo de uma larga equipa de camaradas da Organização de Lisboa, cuja actividade esteve no essencial orientada para facilitar a ligação dos delegados com as várias comissões do Congresso, prestando-lhes simultaneamente toda a gama de informações e apoios.

### Orestis Kolosol

Membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da Grécia

Queridos Camaradas, Permitam-me que vos transmita a saudação de combate dos militantes do Partido Comunista da Grécia.

O vosso XIV Congresso é um acontecimento importante não só para o desenvolvimento do vosso Partido, para as lutas da classe operária e para o futuro do vosso país, mas também para o futuro do movimento comunista e progressista na Europa e no Mundo.

Não há dúvida que a Humanidade, no seu conjunto, se encontra actualmente numa nova fase. Após a derrocada dos países socialistas e a reunificação da Alemanha, na Europa há uma nova situação. Nas relações internacionais, os princípios do direito internacional são cada vez mais violados pelo direito do mais forte.

Hoje, a natureza agressiva do imperialismo torna-se mais clara. Os partidos comunistas, antes da eclosão da guerra no Golfo, tinham advertido os povos que não haveria nada de positivo a esperar da Nova Ordem prometida pelos Estados Unidos. Esta tendência negativa foi seguida pelos Acordos de Maastricht, inaceitáveis para a causa da paz, da independência nacional e dos direitos democráticos dos trabalhadores.

A política da CEE e a intervenção da NATO na crise da Jugoslávia acarretam o risco de incendiar outros países da Europa.

Somos da opinião que a guerra poderá ter fim na condição de que todos os países balcânicos se comprometam a respeitar a inviolabilidade das fronteiras e da soberania nacional, salvaguardando os direitos das minorias, resistindo ao nacionalismo e promovendo a cooperação económica equitativa. Acreditamos que



## O pavilhão

"Deixar viver muito a arquitectura do Pavilhão, aproveitando todas as suas potencialidades e superando as dificuldades com estudos e projectos cuidados", eis, de forma sumária, um dos princípios fundamentais a que obedeceu todo o processo de concepção e implantação das estruturas que operacionalizaram o Complexo Desportivo "Cidade de Almada" para a realização do XIV Congresso do PCP.

Como nos conta Fernando Vicente, membro do CC e um dos responsáveis pela instalação do Congresso, foi um aturado trabalho que remonta a Abril último, ao longo do qual foram sucessivamente cumpridas várias etapas, desde as primeiras reflexões iniciais sobre questões ainda genéricas (como a definição de objectivos, recenseamento de locais, etc.) até à resolução na fase final de algumas dificuldades funcionais relacionadas por exemplo com a circunscrição do som ou com a definição de áreas de circulação.

Respondendo ao essencial das necessidades e dos requisitos - um dos maiores, assinala-se, era o de obter um espaço numa região de forte implantação do Partido que reunisse simultaneamente condições de participação e continuidade para acolher aproximadamente dois mil

delegados - não foi difícil, como nos diz Fernando Vicente, optar pela escolha do Pavilhão de Almada.

Tanto mais que, acrescenta, é "um pavilhão com excelentes condições técnicas de iluminação e rede eléctrica, simples, arejado, com boa luz", onde prevalece "o bom gosto", um "grande espaço aberto que tem grandes vantagens sobre o ponto de vista de ambiente, com excelente acústica".

Dissonante, neste quadro, apenas as já referidas dificuldades funcionais no plano da circulação, bem como alguns pequenos problemas no som, o qual, segundo Fernando Vicente, pese embora a boa acústica do pavilhão, não se confina a um espaço, mergulhando no próprio exterior.

Em qualquer dos casos, porém, a verdade é que todas as dificuldades foram superadas, como o foram igualmente os problemas maiores que se colocaram à equipa responsável pela implantação, constituída por um arquitecto, um engenheiro, desenhadores e vários camaradas ligados à decoração.

No período de apenas uma semana, coordenando o trabalho de algumas centenas de camaradas, esta equipa instalou, designadamente - e estes foram precisamente alguns dos problemas relativamente mais complicados de resolver

- todas as estruturas de apoio exteriores como bares e restaurante de apoio, bem como uma protecção física sobre o pavimento considerado extremamente sensível do pavilhão.

"Instalar todo o conjunto de funções próprias a um Congresso - que são muito diferentes das habitualmente utilizadas para a prática desportiva - sem criar uma estrutura que fosse um corpo estranho ao Pavilhão", observou ainda Fernando Vicente, foi outro dos problemas a ultrapassar, tanto mais que, sublinhou, "queríamos respeitar esta proposta de arquitectura", isto é, "manter o espírito do projectista, embora adaptando o espaço à realização do Congresso".

Instado a pronunciar-se sobre os custos do Congresso, Fernando Vicente, sem rodeios - diferentemente do que fizera Falcão e Cunha no Porto quando a mesma questão lhe foi colocada sobre o Congresso do PSD -, recordou que nestas coisas uma parte importante dos custos vai para honorários em projectos e custos de empresa. "Ora o custo neste capítulo foi zero", disse, acrescentando que "só a concepção e projecto teriam um custo superior a dois mil contos; posso garantir que as despesas totais estiveram longe de chegar a este montante".





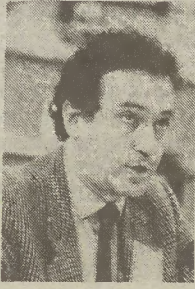


## Intervenções de delegações estrangeiras

**Luciano Pettinari**

Responsável pelas Relações Internacionais do Partido da «Refundação Comunista» (Itália)

Caros Camaradas do Partido Comunista Português,



Tenho a grande honra de vos apresentar as homenagens dos comunistas italianos. A nossa presença aqui é tanto mais importante quanto os comunistas italianos têm atravessado anos muito difíceis. Uma operação política que, em face dos acontecimentos futuros, nós consideramos ter sido totalmente errada, conduziu à dissolução do Partido Comunista Italiano. Mas, milhares e milhares de trabalhadores, de mulheres e de jovens, não aceitaram esta opção. Por consequência, demos vida ao Partido da «Refundação Comunista», cujo objectivo mais ambicioso é o de defender a identidade comunista, renovando profundamente a sua teoria, a sua cultura e a sua prática.

Os primeiros resultados já obtidos são encorajadores: construímos um partido que conta hoje com mais de 150 000 militantes, e com um resultado eleitoral de 6,5% dos votos. Estes números provam que a presença de forças anticapitalistas são indispensáveis tanto na Itália, como na Europa e em todo o mundo, com a finalidade última da transformação da sociedade.

A nova conjuntura política presente no mundo, não prevê a discussão nem o desanuviamento dos conflitos. Pelo contrário: estamos numa situação na qual uma só superpotência — os Estados Unidos da América — tenta impor um modelo, político e cultural, assente no liberalismo económico e apoiado na força militar. Esta circunstância acentuou as contradições entre o Norte e o Sul no Mundo e em cada Estado entre as camadas sociais mais ricas e as mais pobres. Passa-se o mesmo com a Europa. Entre os países mais ricos procurou impor-se um modelo económico e monetário que permita que a moeda mais forte, o marco alemão, possa decidir as orientações económicas dos outros países, através do Tratado de Maastricht. Por isso nós, comunistas italianos, batemo-nos contra o Tratado de Maastricht. Pelo contrário, somos a favor de uma Europa unida, mas que

seja uma Europa dos povos, uma Europa que visa corrigir os desequilíbrios sociais e não uma Europa de banqueiros e monetaristas.

Quanto aos países pobres, como os da Europa do Leste, implementou-se uma política neocapitalista que, não estando baseada numa vontade autêntica de investir no plano económico, provocou somente o aumento do nível de pobreza nesses países, e criou posteriormente desemprego e não postos de trabalho.

Há possibilidade de contrariar as políticas capitalistas e liberais, mesmo que hoje em dia as dificuldades sejam grandes para os comunistas. A derrocada da União Soviética pesa, com efeito, como um sinal negativo para toda a esquerda. Mas é também verdade que essa derrocada se deveu a grandes e claros erros, dos quais o grupo dirigente do PCUS foi responsável. Erros de burocratismo e confusão entre o Partido e o Estado levaram a estes trágicos resultados.

Mas, se tudo isto é verdade, não quer dizer que foi o projecto do socialismo que caiu por terra. Foi uma experiência de gestão de poder que não resultou e que nós, comunistas italianos, há muito tempo criticávamos e da qual não partilhávamos.

Estes erros não deve ser esquecidos, a fim de construirmos o caminho do socialismo assente em novas bases. Devemos também reter esses exemplos na construção dos nossos partidos comunistas. É também por isso que estamos a construir um partido onde todos são livres e iguais, no seio do qual as decisões dos militantes e das estruturas de base têm um grande peso.

Como disse anteriormente, existem graves problemas políticos e sociais, justamente no nosso continente, na Europa. Basta lembrar a crise em que caiu a ex-RDA e ao atraso, por parte dos organismos europeus, em procurar uma solução política. Pior ainda, basta pensar no grave alastramento do racismo que nasceu precisamente nessa região da Alemanha.

Os comunistas, em conjunto com outras forças de esquerda, devem e podem ser os protagonistas de uma nova fase de luta política. Nós estamos prontos, com a nossa modestia mas também com todo o nosso orgulho de comunistas italianos, nós estamos prontos, dizia, a assumir o nosso papel. Estamos em vias de o fazer em Itália, devemos fazê-lo na Europa. Estamos convencidos — e as vossas teses vão nessa mesma direcção — de que os comunistas portugueses serão os grandes protagonistas da próxima fase política.

eleições, por sinal o segundo maior com 70 lugares no Parlamento não só não aceita os resultados das eleições, consideradas justas e livres pelas Nações Unidas, como, o que é mais grave, mantém intacta e bastante agressiva uma máquina de guerra de mais de 20 mil homens que ocupa já grandes extensões do território nacional onde se dedica a todo o tipo de sevícias à população e destrói as principais infra-estruturas do País.

Esta flagrante violação aos acordos de Bicesse trouxe para o meu país o espectro da guerra com o desfile de mortos, feridos, mutilados e deslocados que lhe são característicos.

A Comunidade Internacional deve não só apelar a que as partes dialoguem mas, sobretudo, deve acusar claramente o violador dos acordos. Jonas Savimbi e a UNITA devem ser penalizados por mais esta aventura que vai levar o país ao caos.

É preciso parar o monstro. A contenção e a flexibilidade demonstradas pelas autoridades constituídas começam a atingir perigosamente os limites admissíveis. Essa postura de incessante diálogo deve-se apenas à nossa firme determinação de evitar maiores desgraças aos cidadãos.

Os resultados das eleições devem ser respeitados, o veredicto popular expresso nas urnas a 29 e 30 de Setembro deve ser respeitado.

O povo angolano não vai permitir que a doentia ambição de um falso democrata que enganou durante anos as mais velhas democracias com a bandeira do anticomunismo, continue a enlutar o país. Os órgãos de soberania democraticamente eleitos devem entrar imediatamente em funções e tomar as medidas que se impõem contra um Partido que subverteu em absoluto toda a ordem jurídico-constitucional vigente.

O povo angolano já não quer servir-se da enxada e da pá para enterrar mortos, queremos com esses instrumentos produzir comida para a população e desta forma desenvolver o país.

O povo angolano é generoso mas sobretudo é heróico, e a aventura de Savimbi é um suicídio que o vai levar necessariamente a uma derrota vergonhosa. Nada impedirá o MPLA como Partido maioritário, de cumprir o seu Programa de Governo em prol do bem-estar social das populações.

**João Lourenço**

Membro do Bureau Político e Secretário para a Informação do MPLA

Camarada Álvaro Cunhal — Secretário-Geral do PCP

Caros Camaradas Minhas Senhoras e meus Senhores,

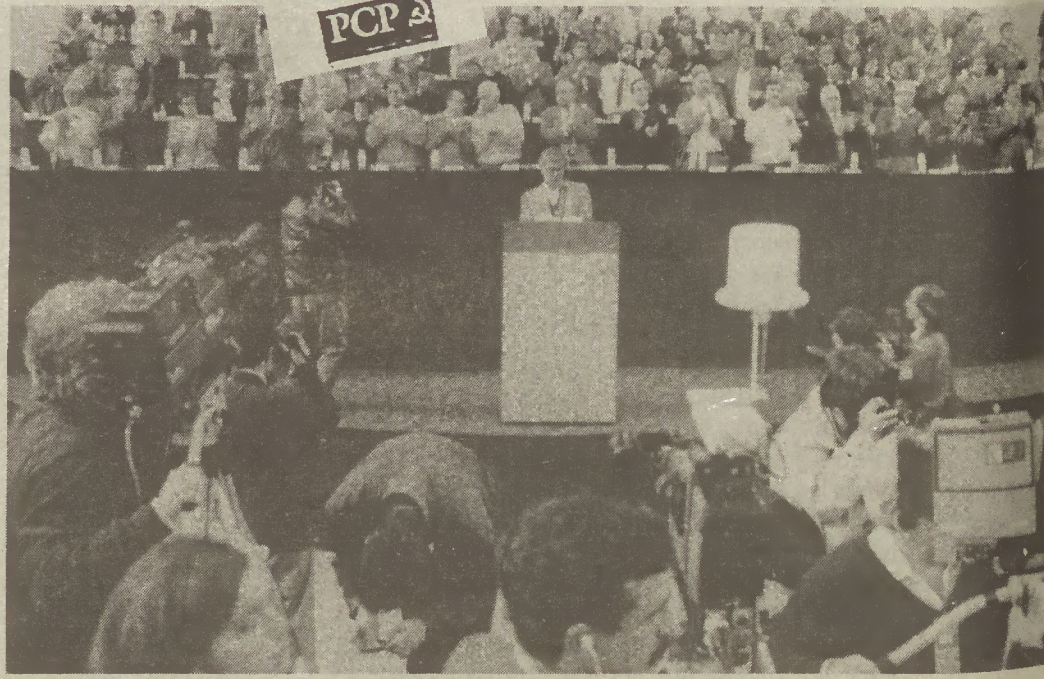


Foi com bastante júbilo que a Direcção do meu Partido, o MPLA, aceitou ao convite de se fazer representar com um Delegação neste IV Congresso do PCP. Nos momentos mais difíceis da nossa luta ainda pela independência nacional e depois contra as sucessivas invasões externas, o povo angolano sempre contou com a inestimável solidariedade dos comunistas portugueses. Assim, em nome da Direcção do MPLA, do seu Presidente José Eduardo dos Santos e da sua massa militante, permitam-me felicitar-vos pela realização deste importante Congresso que, estamos certos, reforçará o papel do Partido na sociedade portuguesa, na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses e de todos aqueles que lutam pelos ideais do progresso e da justiça social.

Caros Camaradas,

Após a assinatura dos acordos de paz para Angola, aqui em Bicesse-Portugal, a esperança de que finalmente nós os angolanos também podíamos viver em paz e reconstruir o nosso país, vinha sendo cada vez mais uma realidade.

Os angolanos acreditaram nesse processo de paz que teve a bênção das Nações Unidas e que até Setembro parecia ser não só exemplar mas mesmo ímpar em África e no Mundo. Todos nós nos sentíamos orgulhosos de termos chegado às eleições sem que o cessar-fogo tivesse sido rompido e estávamos empenhados em construir um país democrático onde o cidadão valesse não só pela camisola política que envergasse, mas sobretudo, pelo contributo real que o seu saber e o seu esforço pudessem dar ao desenvolvimento económico-social do País. Infelizmente um dos partidos concorrentes às



## As televisões

O leitor-espectador de televisão que, com justificada indignação, tem ao longo dos tempos apreciado de forma extremamente crítica o tratamento, as mais das vezes negativo (quando não o puro e simples silenciamento), dado pelos operadores de televisão às iniciativas sectoriais, institucionais, regionais ou nacionais do PCP, terá dado conta, com alguma surpresa, de que, a propósito da realização do XIV Congresso do Partido, as coisas se passaram de forma substancialmente diferente. As notas que se seguem, alinhadas no fecho a quente desta edição do jornal, procuram encontrar algumas possíveis razões para que o habitual escândalo desta vez se não repetisse.

### Uma no cravo outra na ferradura

Julgamos que, entre as condições objectivas e subjectivas que enquadraram uma cobertura televisiva do XIV Congresso sensivelmente diversa daquelas a que os espectadores portugueses estão habituados, se podem avançar as seguintes:

**Em primeiro lugar,** seria na realidade completamente impossível ignorar ou escamotear o incontornável carácter histórico (a nível partidário, a nível nacional e, ainda, a nível internacional) da elevada jornada que se viveu, no passado fim de semana, em Almada.

Por um lado, porque a imagem de um Partido coeso e actuante, fiel às suas promessas, orgulhoso da sua identidade, respeitador do seu glorioso passado e apontando para um promissor futuro, mais uma vez dali saía reforçada por uma inquebrantável unidade e confiança, para continuar a lutar, a resistir e a construir. Por outro lado, porque a força das convicções, a estatura moral, humana e política dos principais protagonistas do acontecimento, impediram que, mesmo os mais rasteiros lugares comuns do actual jornalismo, pudessem sequer beliscar um passado histórico individual e colectivo de coerência ideológica e coragem revolucionária ao serviço do Povo e da Pátria, a reafirmação da democracia interna, dos princípios orgânicos e da orientação política, e a normalidade e consistência de uma mudança de página, de uma passagem de testemunho, absolutamente ímpares no movimento comunista internacional.

**Em segundo lugar,** porque, sobrepondo-se notavelmente à manipulação das imagens e dos sons, a grandeza do Partido, a própria confiança dos seus militantes, a segurança, responsabilidade e idoneidade política e cívica das declarações destes às câmaras — quando, a espaços, entrevistados — resistiram às mais vãs tentativas orientadas nesse sentido.

**Em terceiro lugar,** porque, estando ainda na memória do espectador a recente e ampla cobertura do Congresso do PSD por ambos os canais, escandaloso se tornaria, pela proximidade no tempo, ousar proceder de forma substancialmente diferente em relação a este Congresso do Partido.

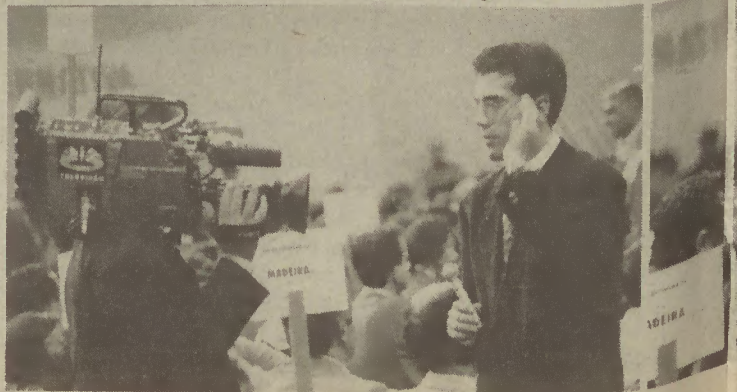
**Em quarto lugar,** finalmente, porque a simples existência de uma outra opção face à informação da RTP; tornou objectivamente impossível a esta porfiar na costumada e exclusiva serventia ao Governo e ao seu partido e ignorar (como mais à vontade faria em situação de monopólio televisivo) um acontecimento político e social de tamanha magnitude.

Significa isto que a cobertura televisiva do Congresso correspondeu inteiramente ao que seria legítimo esperar, em termos absolutos, independentemente do partido a que a mesma se referia?

De forma alguma. A este respeito, é significativo do tipo de jornalismo político que hoje geralmente se pratica, que em nenhum momento se tenha ensaiado a investigação ou a análise (mesmo que mínima, ou liberta da ganga dos comentários opinativos, alheios ao relato isento e objectivo) aos diagnósticos da situação internacional e nacional, no caso concreto únicos pela sua profundidade e exemplaridade no espectro partidário português, consubstanciados na «Resolução Política», ou, sequer, às propostas que o PCP apresenta no seu «Programa» para o aprofundamento da Democracia, o progresso do país, o bem estar dos portugueses. E o espaço que, no caso da RTP (como é, aliás, habitual na sequência de Congressos partidários), o **Jornal de Domingo** proporcionou ao Secretário-Geral do

PCP, Carlos Carvalhas, de forma alguma substituiu essa investigação e análise.

À óbvia minguagem de factos jornalísticos semelhantes à manifesta ignorância dos delegados quanto às Moções em discussão, às lutas entre «grupos da suca», *lobbies* do Norte ou do Sul, aos surdos conflitos entre «barões», à ostentação dos Mercedes, BMW's ou Porsches transportando «dirigentes laranja» ou ao «cinzentismo» e «tecnocracia» dos novos órgãos dirigentes — que amplamente documentaram a cobertura pelas televisões do recente Congresso do PSD — os «factos políticos» de que, desta vez, certos jornalistas se socorrem, para tentar apimentar as suas reportagens do Congresso do PCP, não puderam ir além do famigerado «caso do voto secreto ou por braço levantado» (definitivamente a tombar no ridículo do anedotário do jornalismo tele-







## e o Congresso ■ Francisco Costa

visivo), da patética descoberta por uma jornalista, como «notícia do dia», de que «quem não está aqui hoje presente é o delegado de Portalegre» (!), da original constatação de que - escamoteando ser prática habitual nos Congressos do PCP que os seus delegados se pronunciem sobre os êxitos, mas também sobre as deficiências e erros de funcionamento, das organizações em que estão inseridos - «a voz mais crítica veio da Madeira, fulano não poupou a organização do partido, acabou rodeado por ortodoxos por todos os lados, foi o caso mais sério do dia» (!!), ou, ainda, dessa espantosa referência, de grande profundidade analítica e não menos elaborada redacção, sobre o novo Comité Central: «órgão cada vez mais simbólico, perdeu muitos poderes, mas, por mais Comissões Políticas, Executivas ou Nacionais que apareçam, o Comité Central está para durar» (!!!).

### O seu a seu dono

Na inevitável comparação que, na nova situação de concorrência televisiva, cabe fazer ao trabalho jornalístico dos três canais de televisão presentes no Congresso (Canal 1, SIC e TV 2) é de salientar a frequência (e a assinalável duração das peças noticiosas) com que, ao longo dos três dias, os dois primeiros fizeram ligações directas ao Pavilhão de Almada, tendo, em alguns momentos, a fortuna de o fazer «em cima do acontecimento». Foi o caso, por exemplo, da SIC, com a interessante e descontraída entrevista de Carneiro Jacinto a Álvaro Cunhal, no início do «Jornal da Noite» (Sábado, 20.00 horas) ou do Canal 1, com a transmissão

em directo, de um excerto da última intervenção de Carlos Carvalhas no espaço «Notícias» (Domingo, 13.00 horas).

Quanto aos jornalistas envolvidos, se por um lado é de assinalar o sóbrio e correcto trabalho de Paulo Lavadinho (Canal 1) ou António Cancela (SIC), já se revelou surpreendentemente fora de forma a actuação de Fátima Torres (Canal 1) que nos tem habituado, em excelentes reportagens, a um profissionalismo superior à mediocridade jornalística reinante no Canal 1, mas nesta oportunidade enveredando (pressão da concorrência da arraia miúda?), por um tipo de jornalismo à base de «bocas» e referências sensacionalistas que se lhe não ajustam. À altura das circunstâncias, esteve claramente Carneiro Jacinto (editor de política nacional da SIC), não abastardando o capital da sua maturidade e experiência e, naturalmente, compreendendo que a importância e elevação do momento que se vivia não se compadecia com desadequadas picardias. Também Victor Moura-Pinto, no seu incorrigível e habitual estilo, continuou a distinguir-se pelo inegável talento dos seus apontamentos de reportagem, mesmo que, para alguns, as suas anarcas «heresias» pössam ser inadmissíveis ou, para outros, até tenham graça e... não ofendam.

Já o mesmo não se pode dizer de alguns dos seus pares. Por exemplo, de Raquel Alexandra cujas potencialidades de boa jornalista puderam revelar-se, e bem, numa sóbria e correcta biografia de Álvaro Cunhal, que organizou e montou para o «Jornal da Noite» (04.12.92), mas que não pôde escapar a certos comentários insidiosos em peças de reportagem do Congresso ou, sobretudo, no

lamentável «golpe baixo» montado em forma de falsa «cacha» jornalística sobre os meandros da votação do Comité Central de Sábado à noite («Jornal da Noite», 06.12.92), aproveitando imagens das sessões públicas de dias anteriores como suporte às suas imaginativas elocubrações (e violando a disponibilidade vulnerável do espectador desprevenido).

Também algumas peças de Rosa Veloso para a TV 2 foram um mostruário intolerável dos piores clichés do jornalismo adolescente dominante, manchando o justificado prestígio da Informação daquele canal e levando à atribuição de nota baixa no cotejo com os outros dois.

O que se lamenta, a este propósito, não é o desamor que tal ou tal jornalista possam experimentar pelo PCP ou por qualquer outro partido ou pelos políticos em geral. O que mais choca, em quem dá os primeiros passos no jornalismo, é no fundo o confrangedor desamor por uma profissão que, no caso português, tem honradas tradições históricas de luta contra o obscurantismo e na defesa dos princípios éticos e deontológicos.

Entretanto, estas últimas notas críticas, impossíveis de silenciar, não se sobrepõem à justa e oportuna constatação de que, na cobertura dos trabalhos do XIV Congresso do PCP, a actuação de dois dos canais de televisão analisados (SIC e Canal 1) se pautou por um assinalável esforço profissional, que representa trabalho, e por critérios de oportunidade e amplitude que se deseja não constituam excepção em relação ao futuro próximo. Assim o esperam, não apenas os comunistas, mas todos os espectadores que justamente anseiam por uma informação objectiva e pluralista.

## Intervenções de delegações estrangeiras

### Kim Yong Sun

Secretário do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia

Respeitado Camarada Secretário-Geral, Álvaro Cunhal  
Respeitados Camaradas Delegados,

Permitam-me cumprir o meu honorável dever confiado pelo Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia dirigindo felicitações ao XIV Congresso do Partido Comunista Português.

O Partido Comunista Português travou durante um longo período uma luta indomável pela liberdade e emancipação da classe operária e das massas populares trabalhadoras contra o fascismo do interior e do exterior e o capitalismo monopolista.

Através dessa luta, cresceu em força política de grande influência na sociedade portuguesa.

Actualmente, o vosso Partido, sob a direcção do Camarada Secretário-Geral, Álvaro Cunhal, prossegue os seus esforços para construir no solo europeu um Portugal de progresso e justiça apoiando-se firmemente nas massas populares trabalhadoras logo na classe operária.

Expressamos o nosso apoio total e toda a nossa solidariedade à justa causa do Partido Comunista Português pela democratização da vida política do país, melhoria das condições de vida das massas populares, progresso social e pelo socialismo.

Camaradas delegados,

Hoje, o nosso povo, sob a direcção elevada do grande líder o camarada Kim Il Sung e do dirigente bem-amado o camarada Kim Yong Il, tendo como estandarte bem levantado as ideias do Juche que se fundamentam nas massas populares, dedica-se a consolidar cada vez mais o nosso regime socialista orientado sobre as massas populares, regime que ele próprio escolheu e que construiu com as suas próprias forças.

Foi assim que o nosso Partido criou sólidas raízes nas massas populares para se tornar um verdadeiro Partido-Mãe servindo o povo. Gra-



ças à unidade monolítica entre o líder, o Partido e as massas populares, conseguimos edificar com sucesso uma Coreia nova e democrática após a libertação, a ultrapassar as duras provas da Guerra de Libertação da Pátria e durante pouco mais de 30 anos construímos, sobre as ruínas da guerra, um poderoso Estado Socialista, soberano na política, independente na economia e autodefensivo na defesa nacional.

«O Partido decide e nós executamos!» é a palavra de ordem inquebrantável do nosso povo.

A realização da reunificação da Coreia significa pôr fim à divisão nacional imposta pelas forças estrangeiras e estabelecer uma soberania nacional à escala de todo o país. Esta é a tarefa mais urgente para o nosso povo e a sua execução não pode, de forma alguma, ser retardada.

A única via para a solução nacional da questão da reunificação da Coreia é a criação de uma Confederação no quadro de uma só nação, de um só Estado, de dois regimes e de dois governos.

Ora, hoje em que o Norte e o Sul da Coreia, após terem assinado um acordo de reconciliação e de não-agressão, entraram na fase da sua aplicação, os Estados Unidos empreenderam desta vez contra nós um grande escândalo em volta do «desenvolvimento nuclear» e sob este pretexto, decidiram retomar as manobras militares conjuntas «Team Spirit» conduzindo, inversamente ao confronto, a situação na Península Coreana.

Contudo, acabaremos por impedir e desmontar os complôs de agressão e de divisão dos Estados Unidos e das autoridades da Coreia do Sul e conseguiremos seguramente a paz e a reunificação do país através da força unida de toda a nação.

Defender e salvaguardar o Socialismo face à ofensiva anti-revolucionária dos imperialistas e dos reaccionários, é a tarefa comum e urgente que se coloca hoje perante os partidos revolucionários.

No futuro, também o nosso Partido desenvolverá e reforçará sem cessar a amizade e a solidariedade tradicional com o Partido Comunista Português e unir-se-á firmemente com todos os partidos revolucionários do mundo para conjugar os nossos esforços na conquista da vitória do socialismo.

### Glayds Maria

Membro da Comissão Política do Partido Comunista do Chile

Queridos Companheiros,

Venho do Chile — do Chile de Allende e Neruda, daquele país que vós, como tantos, cobriram de solidariedade durante os longos e brutais 17 anos de ditadura.

Hoje, depois de muito lutar, de sermos intransigentes e consequentes na luta contra a tirania fascista, e vivemos um período de transição para a democracia. Transição que se caracteriza por ser muito reaccionária. Toda a institucionalidade de Pinochet, com o seu modelo económico neoliberal, se prolongou, e é hoje administrado consciente e gostosamente pelo novo governo.

Pinochet continua como Comandante-Chefe do Exército, e ainda temos presos políticos nos cárceres desta hipócrita democracia.

Com as escassas liberdades políticas alcançadas, mas sem o regime de terror aberto da ditadura, lutamos para levar adiante a democratização de toda a sociedade.

Às nossas propostas democráticas juntamos um grande compromisso: o respeito pelos Direitos Humanos. O que significa que se faça justiça no Chile, se clarifiquem todos os crimes cometidos pela ditadura, saber o que se passou com milhares de presos desaparecidos, e que Pinochet seja julgado e pague pelos seus crimes.

O Partido Comunista do Chile, apesar de muitas dificuldades, avança bem. Mas esse avanço só foi possível porque nos afirmamos como revolucionários, como comunistas, baseando o desenvolvimento das nossas concepções no marxismo e no leninismo, e em todos os pensadores progressistas da Humanidade.

Reafirmamo-nos para lutar pelo socialismo, e pelo mesmo nos reafirmaremos alargando-nos, transformando-nos, servendo a plenos pulmões as transformações de todo o tipo ocorridas no mundo.

Temos que voltar às raízes da nossa identidade revolucionária.

O marxismo, na sua essência e objectivo final, é a libertação do ser humano.

Todos os últimos acontecimentos a nível internacional nos confirmam que a única possibilidade de chegarmos ao reino da liberdade é aquela sociedade que dá igualdade de oportunidades, que respeita em pleno os direitos humanos, e essa é a nossa ideia de socialismo.

Opomos esta porfiada ideia de felicidade de todos ao actual triunfalismo reaccionário que traz a seu lado o individualismo, o conformismo e o isolamento dos povos e das suas organizações.

Devemos opor a esse triunfalismo capitalista as nossas ideias de liberdade e solidariedade.

E a propósito desta última bela e generosa palavra quero dizer-lhes que, tal como venho do Chile, venho também da prisão de Moabit em Berlim.

Há poucas horas visitei o camarada Erich Honecker, que se encontra aí, preso.

O seu processo é a vingança das forças mais reaccionárias ao facto que durante 40 anos se construiu o socialismo em terra alemã.

Vi-o de corpo inteiro, digno, firme. Vi-o como um revolucionário, como um comunista.

A crise, os fracassos, nos quais estão implícitos todos os nossos erros, mas também tudo o que de acertado foi feito, levaram-no à prisão.

Nós, que temos a possibilidade de falar neste Congresso, não podemos deixar de dizer que nas intenções de ontem, de hoje e de amanhã pelo socialismo, está e estará o facto histórico do que foi a RDA.

Ao falar com Erich Honecker, pediu-me para vos dizer neste Congresso: «Obrigado, muito obrigado, a nossa luta por um mundo melhor continua».

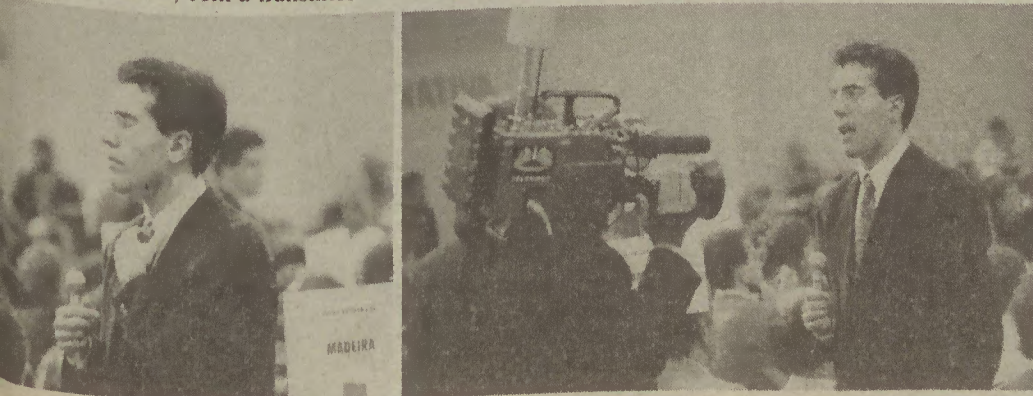
A luta pela sua liberdade é uma causa justa.

Como é justa, para nós, a defesa de Cuba socialista na América Latina. O criminoso bloqueio a Cuba é um bloqueio ao nosso direito à autodeterminação, é um bloqueio aos esforços dos povos do terceiro mundo por mudanças revolucionárias ante tanta miséria, injustiça e desigualdade.

A nossa renovação, autêntica, necessária e normal, passa por sentirmos a luta de todos os povos como a nossa própria luta, e levantar enriquecidas as velhas e sempre novas ideias do intercâmbio, cooperação e coordenação entre os que aspiramos ao socialismo.

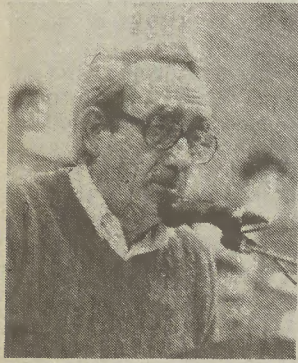
Por isso estamos aqui. Porque junto de vós nos reafirmamos para ser mais comunistas, mais livres e mais solidários.

O meu povo vencerá! Todos os vencerão! Muito obrigado — Venceremos!





# Os Estatutos e as alterações aos Estatutos



**Fernando Blanqui Teixeira**  
Membro do Secretariado do Comité Central

Os Estatutos constituem a lei fundamental do nosso Partido.

São eles que, antes de mais, definem as características que conferem ao Partido uma identidade própria.

Entre essas características estão a sua natureza de classe, a sua base teórica, os seus objectivos supremos.

Estes, bem como os objectivos a médio e a curto prazo, estão desenvolvidos no Programa do Partido, mas os componentes fundamentais do projecto político e o sistema de alianças fazem parte integrante dos Estatutos.

É característica dos comunistas também a ligação estreita entre a sua actividade em defesa dos interesses nacionais e do povo português e a sua acção internacionalista.

Os princípios orgânicos do Partido têm igualmente um carácter específico de grande importância.

Tais princípios, que constituem hoje o resultado do enriquecimento do centralismo democrático suscitado pelas experiências colhidas na actividade partidária, têm como objectivo preservar uma única orientação geral e direcção central assente numa ampla democraticidade da sua vida interna.

Ao mesmo tempo que são agora incluídos como princípios orgânicos fundamentais o trabalho e a direcção colectivos e o poder de decisão e larga iniciativa das organizações do Partido, desenvolve-se e assegura-se o mais amplo direito dos membros do Partido de expressarem e defenderem as suas opiniões, apresentarem propostas e exercerem o direito à crítica em qualquer reunião em que participem e mantêm-se a não admissão de tendências organizadas e actividades fraccionárias.

Estes princípios orgânicos, os deveres e direitos dos membros do Partido e toda a estrutura da organização são de molde a estimular o reforço da unidade de acção prática do colectivo partidário, a elevação da sua consciência revolucionária e espírito de partido, o aprofundamento da sua ligação às massas.

Ao apreciarmos os Estatutos devemos ter presente que se trata de um sistema de normas não de um qualquer partido político mas de um partido que, assente numa teoria revolucionária, luta pela construção de uma sociedade mais humana, sem exploradores nem explorados.

As regras por que se regem são o produto de uma longa e dura experiência de intensa acção vivida principalmente entre as massas trabalhadoras e outras camadas exploradas.

E a vida está sempre ensinando como melhorar essas regras de modo a ter em conta as novas realidades existentes e as lições que se vão colhendo.

O nosso Partido viveu ao longo dos últimos anos não só numa situação sociopolítica nacional em que o processo contra-revolucionário foi progredindo, mas também numa situação internacional extremamente grave e preocupante.

Foi em tais condições que se desenvolveu uma grande ofensiva contra o PCP, com vertentes internas e externas. Os seus objectivos eram descharacterizar o Partido, conduzi-lo para o caminho da social-democracia, afastá-lo das massas.

As normas estatutárias que nos guiam desempenharam um papel positivo e necessário. É uma lição que devemos reter.

Tal como devemos reter também que, em diversos partidos do Leste europeu, e não só, o descalabro a que assistimos acompanhou o seu afastamento em relação às características que os tinham forjado, em relação aos princípios que deviam presidir à sua actividade.

Entre as alterações aos Estatutos propostas ao Congresso devemos salientar as que querem tratar com mais cuidado e rigor a definição da natureza de classe do Partido e de como decorre o seu papel de vanguarda; a caracterização da sua base teórica, o marxismo-leninismo, e os seus objectivos; a apresentação dos princípios orgânicos; a complementaridade dos deveres nacionais e internacionalistas. A afirmação e o esclarecimento sobre a identidade do Partido é uma questão essencial para a sua coesão, o seu fortalecimento, a sua influência.

Entre outras alterações mais importantes interessa citar a que se refere ao Artº 9º, que passa a definir uma condição para se ser membro do Partido - a aceitação do Programa e dos Estatutos.

Atendeu-se à situação real de muitos camaradas que, nas condições actuais, não se podem deixar de considerar como membros do Partido. Mas, ao mesmo tempo, dá-se uma particular saliência a dois deveres que se classificam de fundamentais: a militância e o pagamento da quotização.

Desta forma pretende afirmar-se que continua a ser necessário um perseverante esforço de persuasão para que os comunistas participem na vida e na actividade do Partido, ainda que em níveis diferenciados de participação, e paguem regularmente a sua quota.

Igualmente têm grande importância as alterações que tratam da estrutura da direcção do Partido. A justificação destas modificações está no projecto de Resolução Política apresentado ao Congresso pelo Comité Central. Por isso, não interessa incluir nesta intervenção nem essa explicação nem outras apreciações feitas na parte daquele projecto que trata exactamente das alterações aos Estatutos.

Os delegados têm em seu poder um pequeno relatório a apresentar a longa lista de modificações ao texto que serviu de base aos debates durante a preparação do Congresso. São o resultado das muitas propostas aceites enviadas pelos membros do Partido.

Como está dito no relatório, para além de pequenas modificações, todas elas com algum significado, dá-se saliência às que foram introduzidas no Artº 2º sobre o marxismo-leninismo, melhor arrumado e com leitura mais fácil, no Artº 8º, com um novo ponto, e no Artº 17º que trata da cooptação ou designação para organismos partidários.

Sobre as propostas que não foram aceites, o relatório citado dá uma apreciação geral. Aqui queremos somente referir duas questões mais concretas.

Em primeiro lugar, não poucas emendas queriam substituir a alteração apresentada pelo texto actualmente ainda vigente. Algumas foram aceites; houve mesmo recuperações de texto que se pretendia eliminar. A outras não sucedeu o mesmo. Considerou-se que a alteração correspondia a uma melhor arrumação, ou a uma maior simplicidade, ou a um maior rigor, ou a um entendimento mais geral ou mais actual.

Em segundo lugar, é natural que uma dada palavra possa ter leituras diferentes. Um só exemplo, sabendo-se que há muitos outros.

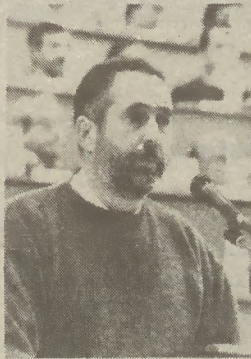
O Artº 3º começa dizendo que o Partido educa os seus membros. Há a ideia, pensamos que mais generalizada, de que esta forma de dizer é correcta, que o Partido nos educa, nos ensina, e não se entende que a palavra educa tenha alguma conotação desagradável. Mas há quem pense diferentemente, até quem a considere paternalista. Julgamos que se trata de uma leitura deformada. Considerou-se que se deveria manter.

A leitura da proposta que tendes actualmente pode suscitar-vos novas opiniões que a Comissão de Redacção para as alterações aos Estatutos deverá ainda considerar.

De qualquer forma pensamos que as alterações que forem aprovadas pelo Congresso correspondem a lições que têm sido colhidas, a ajustamentos à realidade em que vivemos, à nossa vontade de fortalecer o Partido de modo a que possa servir melhor os interesses dos trabalhadores e do nosso povo, a defesa da democracia e da independência nacional, a luta pelo socialismo.



## Sobre as Teses



**Agostinho Lopes**  
Membro da Comissão Política

Está nas vossas mãos o resultado do debate das Teses no colectivo partidário, após as ilações que dele retirou a Comissão de Redacção e o Comité Central, que o concluiu e o transformou, conforme prática anterior, em proposta de Resolução Política ao Congresso.

Cabe em primeiro lugar entendê-lo como uma construção colectiva, exemplo renovado da profunda democracia partidária.

As Teses integram os documentos e o trabalho sobre os mais diversos problemas e linhas de intervenção do Partido realizados desde Janeiro. Integram as reflexões e sínteses feitas pela Direcção do Partido, integram o debate e a reelaboração realizados nesta última fase preparatória. E deste debate uma conclusão central: um acordo generalizado com as análises, orientações e conclusões fundamentais das Teses. Se o Congresso as aprovar, serão balizas e guias de trabalho do Partido nos próximos 4 anos.

Mas a proposta de Resolução Política, nos balanços feitos e teses avançadas, reflecte também e fundamentalmente o

conteúdo do trabalho partidário, de massas, político, institucional, orgânico, realizado desde o XII Congresso. Contém o XIII Congresso (Extraordinário). Contém o movimento e o percurso contraditório e complexo deste conjunto de homens e mulheres que são comunistas (e que afirmam querer continuar a sê-lo), mergulhados num mundo em mudança e no Portugal onde as forças do capital consolidaram posições e alcançaram vitórias estratégicas de evidente significado. Falando-se de batalhas ganhas, são assinaladas derrotas dos trabalhadores e dos povos.

São a visão dos comunistas portugueses dos grandes acontecimentos mundiais: a derrocada da URSS, a liquidação do sistema socialista.

As Teses contêm as nossas certezas mas falam também das nossas dúvidas. Das interrogações ainda sem resposta. Contêm a nossa unidade mas falam também das fracturas que embora marginais ou mesmo residuais não deixaram de perturbar o nosso grande colectivo. Contêm o nosso percurso e movimento no meio de um furioso vendaval ideológico, tantas vezes acabrunhante ou desesperante, mas a que resistimos de pé. (Sem precisarmos de tapar a cara.) E onde soubemos encontrar novas respostas. Onde soubemos defender e renovar um património de organização, de luta, de esperança, mantendo a rota firme.

Teses que ilustram o nosso caminhar colectivo nesta década final do século XX, e a nossa firme decisão e vontade de que vamos continuar a caminhar. Serenamente. Com a sabedoria dos povos. Com a inteligência dos homens. Com a força do trabalho.

Teses que reafirmam um

ideal, renovam um projecto, apontam um caminho. Na revolução pela defesa de Abril e a derrota da direita. Na revolução pela democracia avançada. Na revolução pelo socialismo.

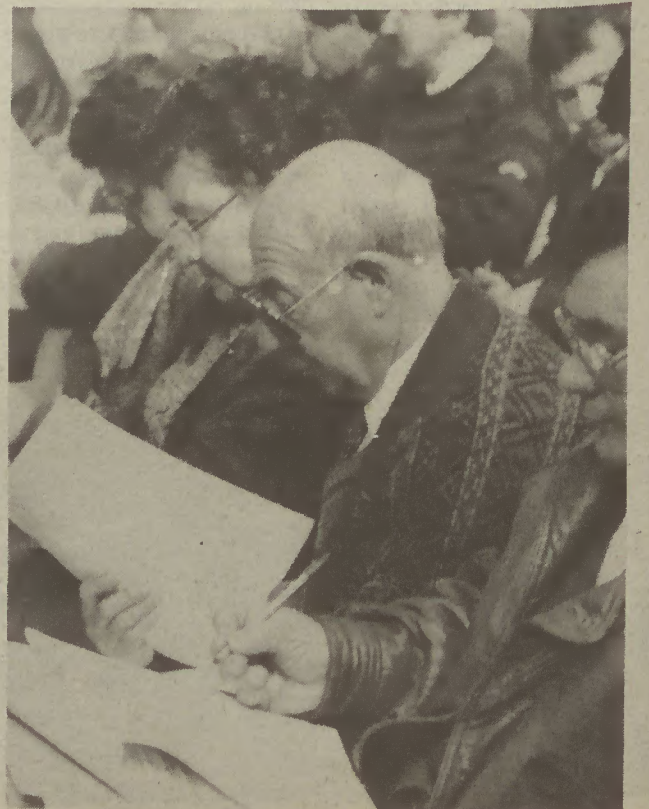
Não temos as respostas todas. Nem temos receio de as não ter. Hoje como ontem sabemos que é com os trabalhadores, é com as massas que avançaremos. Com um inestimável acervo de riqueza política acumulada e uma teoria revolucionária. Princípios de classe. O trabalho colectivo. Abertos para a vida.

As Teses não são a realidade. São a interpretação da realidade observada pelos comunistas portugueses. Não na posição de fotógrafos. Mas na perspectiva de quem reflectindo, age e intervém. Não como especialistas em laboratório social, acima das coisas e dos homens. Mas como operários, como construtores desta vida que é nossa, desta sociedade portuguesa onde vivemos, deste planeta em efervescência onde estamos. Com outros homens e outras mulheres. Numa teia de complexas contradições de classe.

Algumas ideias-força que percorrem o fio do corpo de análises e propostas das Teses.

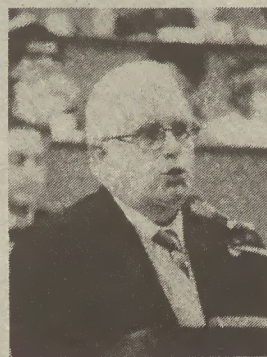
A força do socialismo. O socialismo não morreu ao cair do século. Esgotaram-se modelos e falharam processos. Foi abalada a confiança dos povos. O capitalismo reganhou forças mas tornou também mais evidentes as suas velhas (e novas) contradições. Aí está a sociedade dos excluídos e dos milhões sem emprego. O mundo do Terceiro Mundo. As agressões ambientais no risco da fronteira ecológica. Aí está a crise económica.

Tudo impulsiona novamente o socialismo como o projecto





# Sobre o Programa do Partido



**Carlos Brito**  
Membro da Comissão Política do CC

melhor tratamento das intocáveis perspectivas que motivam e devem impulsionar a luta pelo socialismo.

Cumprir dizer que não foram aceites propostas de alteração que visaram substituir o conceito de classe operária pelo conceito de trabalhadores, em toda a introdução do Programa, propostas que traduziam, ao menos objectivamente, uma subestimação da classe operária e do seu papel na transformação da sociedade e na luta do nosso povo e está em manifesto desacordo com a opinião prevalecente no Partido como os debates preparatórios do Congresso amplamente revelaram.

Também não foi aceite uma proposta de alteração que tendia a conceber a democracia avançada como uma etapa distinta e de ruptura com a situação anterior, quando no próprio texto do Programa se aponta a luta pela democracia avançada como um processo em que se ~~passa~~ ~~contra~~ a política da direita e em defesa dos interesses do povo e do País, a conjugação entre esta luta e a luta eleitoral e, em geral, toda a actividade conducente à concretização de uma alternativa democrática.

As Alterações ao Programa do Partido que vamos votar são, pois, camaradas, a obra do colectivo partidário como resultado do processo de participação amplamente democrático e aberto a todos os membros do Partido, que caracterizou os trabalhos preparatórios do Congresso.

É indispensável que o enriquecimento e a melhor adequação do Programa à actual situação se traduzam na maior valorização do Programa em toda a actividade partidária.

O PCP está firmemente contra a política da direita nas suas diferentes componentes. Mas ao contrário do que dizem os nossos adversários, não é o partido do contra.

O PCP diz firmemente não às posições oportunistas do PS e às suas alianças com a direita em muitas das grandes questões nacionais. Mas ao contrário do que dizem os nossos adversários, não é o partido do não.

O PCP critica, contesta, desmascara, combate, mas tem as suas próprias propostas e soluções construtivas para os problemas que afligem o nosso povo e para aqueles com que se debate o nosso país. Luta por um projecto coerente de sociedade que tem o socialismo como horizonte. Tem o Programa da Democracia Avançada que constitui a alternativa global à política da direita, a única formulada por qualquer força política no nosso país.

Ao regime de cariz autoritário que os planos e a prática do PSD visam instaurar, o PCP contrapõe um regime de liberdades no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno.

Ao sistema económico baseado na restauração do capitalismo monopolista, o PCP contrapõe um desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País.

Ao agravamento das desigualdades sociais, ao alastramento da velha e da nova pobreza, à desresponsabilização do Estado em relação a

fundamentais obrigações sociais, o PCP contrapõe uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo.

À degradação, à elitização e à mercantilização da cultura, o PCP contrapõe uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais.

À indigna aceitação, por opção estratégica, de graves limitações à soberania e independência nacionais, o PCP contrapõe uma Pátria independente e soberana com uma política e paz, amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

O Programa é o nosso melhor veículo para chegar aos que, prisioneiros do preconceito anticomunista ainda acreditam na propaganda que nos acusa de não morrermos de amor pela liberdade, quando tantos de nós deram a vida por ela e tantos e tantos outros mostraram que estavam dispostos a fazê-lo.

tação das teorias da inevitabilidade das limitações à soberania e à independência nacionais, ou daquilo que parece ser a última descoberta teórica de Cavaco Silva, ao defender no discurso do 1.º de Dezembro, certamente com o pensamento em Maastricht, a necessidade de sacrificar a soberania para salvar a independência, como se a experiência dos povos, incluindo do nosso, não mostrasse que quando uma se perde a outra é difícil de encontrar.

O Programa é um instrumento de grande valor na política de alianças sociais do Partido. A Democracia Avançada garante naturalmente os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, mas é igualmente favorável aos interesses das outras classes e camadas não monopolistas. Trata-se, assim, de uma política que reflecte a existência objectiva de uma vasta frente antimonopolista e que ao ser formulada não pode deixar de influenciar a sua concretização no plano subjectivo.

Quando a questão da não correspondência entre a oposição social e a oposição política é um dos problemas centrais da nossa situação e a sua superação uma grande tarefa do Partido, como se salienta na Proposta de Resolução Política, a ampla popularização do Programa da Democracia Avançada pode intervir de forma muito positiva.

Esta questão da não correspondência tende aliás a alterar-se, quase sempre a atenuar-se nos momentos de crise. Ora, tudo indica que nos abeiramos de uma situação que pode vir a ter esses contornos.

Lembremos a experiência do Programa da Revolução Democrática e Nacional e de como ele, numa situação de crise profunda, influenciou muito para além dos comunistas, os que lutavam com coerência para pôr termo à ditadura fascista e depois do 25 de Abril para o desmantelamento do Estado totalitário e a edificação do regime democrático.

As condições são totalmente diferentes, as formas e os objectivos de luta também, mas a valorização na intervenção política e a ampla popularização do Programa da Democracia Avançada é seguramente uma das vias mais eficazes para reforçar e ampliar a influência do Partido na sociedade portuguesa.

do futuro. A ser reelaborado e reequacionado. Num mundo unificado pelo mercado e pela comunicação social. Num tempo em que se revolucionam e crescem exponencialmente os conhecimentos científicos e técnicos. Onde a democracia, em todas as suas dimensões - política, económica, social e cultural - se tornou um irrecusável direito dos povos. Sem determinismos, o socialismo é uma necessidade histórica para ultrapassar a capitalismo que continua a ser divisão e desigualdade. Que é fabricante de inauditas pobreza. Que é exploração do homem e opressão dos povos. Que é freio ao desenvolvimento das forças produtivas, que é desperdício e irracionalidade económica. E quando é hoje possível uma satisfação mínima das mais gritantes necessidades humanas, torna-se imperativa outra escolha.

É por isso que reafirmamos a nossa opção pelo socialismo.

A força das massas. Nunca como hoje as ideias assumidas pelas massas se transformaram em força decisiva de mudança. Cresceram também os riscos de manipulação. Mas o irromper das lutas abre os caminhos do esclarecimento e das respostas necessárias para o tempo histórico que atravessamos.

Não há caminhos fora daqui. No quotidiano para resistirmos à ofensiva cavaquista e defendermos os interesses dos trabalhadores e do povo. Na unidade, organização e acção das massas, nas lutas dos trabalhadores e da classe operária, está a base essencial para derrotar a direita. Suporte social dinamizador de uma alternativa política democrática. Lutas que, cada vez menos, estão sozinhas. Mas que continuam

a assumir um papel de referencial, e tantas vezes motor, em torno das quais se articulam, enlaçam, outros sectores sociais e lutas por outros objectivos. Pelo ambiente, pelo comboio, pela água, pela saúde, pelo ensino, pela democracia. Na luta pelo socialismo.

É por isso que continuamos a reafirmar com direcção fundamental a acção de massas. É a ela que dialecticamente subordinamos, com as suas dinâmicas próprias, os outros planos de intervenção.

uehocrática. Único caminho sério e credível para afastarmos a direita do poder. (Como "Por Lisboa" demonstrou.) Caminho para construir uma alternativa política democrática. (Uma evidência para quem saiba fazer contas e não tenha preconceitos anticomunistas.)

Assente numa vasta frente social. Escorada pela unidade dos trabalhadores e alianças da classe operária. Sem falsas bipolarizações. Com a pluralidade de forças e a diversidade de identidades políticas na esquerda. Com o contributo indispensável do PCP. Com a garantia de que à alternativa política corresponderá uma nova política de liberdade, de justiça social, de progresso, de desenvolvimento.

A força do Partido dos comunistas. Um projecto político claro. Que faz da luta no presente o rasgar das linhas do futuro.

Uma assumida identidade. Uma rigorosa procura dos caminhos. Com a certeza de que não há atalhos para o socialismo.

Que exige a democracia como factor primeiro do cimento da unidade, das responsabilidades livremente aceites, da eficácia política.

Que atribui à política um alto sentido ético e assume um ri-

gor ético no seu comportamento político.

Que pratica e valoriza o trabalho colectivo como lugar de enriquecimento individual, e não como forma de amarranhamento da personalidade. Vivência comum de problemas e determinação de respostas que não anula, antes exige, a criatividade, a energia, o sonho de cada homem e de cada mulher.

Que levanta a bandeira da solidariedade, da justiça social, centrais do seu combate à exploração e à opressão.

Que considera que o movimento e a luta dos comunistas têm sentido e têm futuro em Portugal e no Mundo.

É este nosso Partido que, assumindo a luta pelo socialismo, que no desenvolvimento das lutas de massas encontra a forma de ser, estar e fazer política que, no projecto de Resolução Política dá como tarefa aos comunistas, alguns grandes e principais vectores para a sua acção próxima:

- Um forte impulso na luta da classe operária e dos outros trabalhadores, força estruturante da mudança.

- Um desenvolvimento alargado do movimento juvenil, pujante no presente e raiz do futuro. O capital não lhes pode dar nada que os acomode. Nós podemos dar-lhes a incomodidade de se sentirem vivos e solidários. De lutarem pela justiça, pela natureza, pela paz.

- Um fazer crescer (e entretecer) a rede do diálogo e dos laços com os homens e mulheres da arte, da ciência, da técnica, num renovado e confiante movimento.

- Um forte combate pela nossa ideologia, pelos nossos objectivos. Pela democracia e o socialismo, futuro de Portugal.

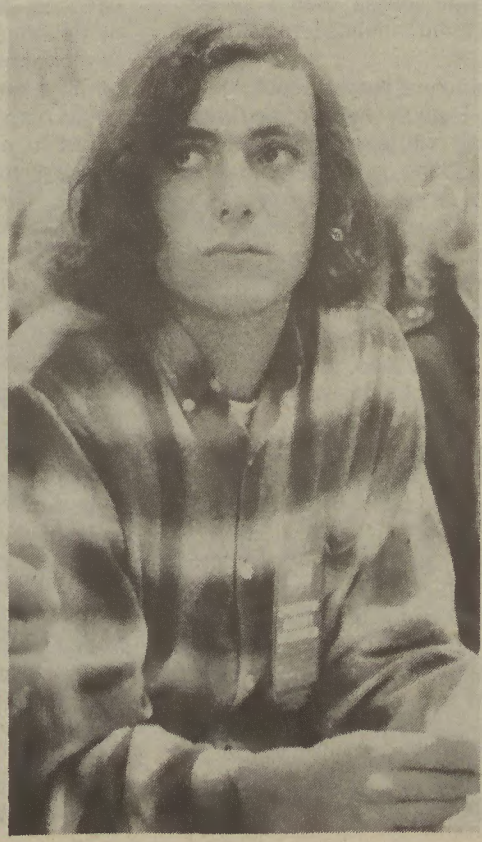
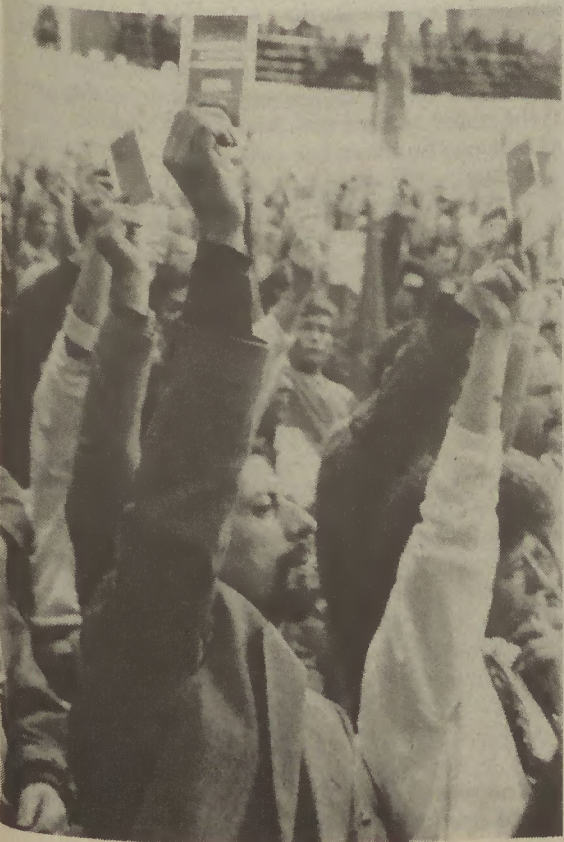
O debate travado sobre o Projecto de Alterações ao Programa, na fase preparatória que antecedeu o Congresso, permite afirmar com toda a segurança: o Partido está de acordo e identifica-se com o seu Programa - "Portugal: Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI".

Durante praticamente meses, desde que foi publicado em separado do "Avante!" de 17 de Setembro, o Projecto de Alterações esteve em discussão no Partido. Como resultado, foram directamente enviadas à Comissão de Redacção mais de 700 propostas de alteração e também lhe chegaram numerosas observações, objecções, sugestões e propostas oralmente expressas nas Assembleias Plenárias e outras reuniões partidárias efectuadas neste período.

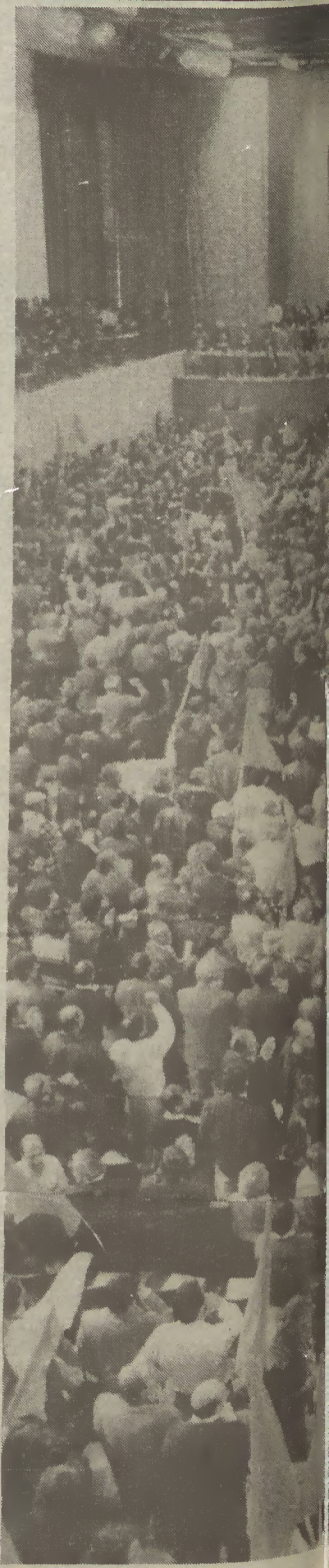
A Comissão de Redacção ponderou atentamente umas e outras, acolheu e incorporou no texto grande parte delas conforme se regista no relatório distribuído a todos os delegados no início dos trabalhos do Congresso.

No texto que o Congresso tem agora em apreciação são de assinalar as alterações provenientes do Projecto do Comité Central, muito sinteticamente: a melhor sistematização do tratamento dado aos processos revolucionário e contra-revolucionário, a melhor ligação entre o Programa da Revolução Democrática e Nacional e o Programa da Democracia Avançada, a maior saliência ao papel das liberdades no funcionamento do Estado Democrático, a valorização dos recursos humanos e do ambiente em toda a política de desenvolvimento, o enriquecimento do leque dos direitos sociais e da sua mais rigorosa formulação, o aprofundamento com base na nossa experiência e das experiências internacionais negativas e positivas da proposta de sociedade socialista que o PCP defende para Portugal.

A estas aquisições há que juntar, como decorrentes do debate, além da melhoria de formulações, preenchimento de lacunas e omissões e introdução de maior rigor; a melhor caracterização do processo contrarevolucionário no que se refere à opção estratégica da aceitação da dominação crescente do capital estrangeiro sobre a economia portuguesa; a apresentação não só como ideal, mas como fazendo parte do projecto dos comunistas a concepção da democracia constituída por quatro vertentes inseparáveis - política, económica, social e cultural; a explicitação mais nítida da política do ambiente e das questões do ambiente em toda a política de desenvolvimento; um







Álvaro Cunhal

## «Temos razões bastantes para nos orgulharmos do nosso Partido»

Camaradas,

Apenas algumas breves palavras neste final do nosso XIV Congresso que foi um importante acontecimento não só na vida do nosso Partido, mas na vida do nosso país.

1. Para nós, os comunistas, o XIV Congresso foi um grande Congresso de confirmação, afirmação e renovação.

Pelo que significa na vida do Partido, pelo que revela da força do Partido e da sua intervenção na vida nacional, pelas análises que completou, pela orientação que traçou, pelas tarefas que definiu, pela consciência política, militância e determinação de luta que uma vez mais revelou.

O XIV Congresso foi não apenas um poderoso estímulo à nossa actividade e à luta do nosso povo, mas motivo para considerarmos com alegria que **temos razões bastantes para nos orgulharmos do nosso próprio partido.**

2. Os trabalhos do Congresso, culminando o debate realizado em todo o Partido, confirmaram a capacidade do Partido responder de forma criativa às novas situações e aos novos fenómenos, de reanalisar, de corrigir, de aprofundar a reflexão, de encontrar formas flexíveis de intervenção, de organização e de concretização de alianças sociais e políticas.

3. O Congresso analisou, com objectividade e rigor, a situação nacional e internacional. Apontou a gravidade da situação, dos problemas e dos obstáculos que actualmente os trabalhadores e os povos defrontam. Mas procedeu a esse exame não com uma perspectiva de qualquer derrotismo, ou sombra de qualquer desânimo, mas com serenidade, firme determinação e confiança no futuro.

4. O Congresso analisou as profundas alterações na situação mundial. Apontou a gravidade da mudança da correlação mundial de forças resultante da desagregação da URSS e de países no leste da Europa, das novas pretensões de hegemonia mundial do imperialismo, da pretensão do imperialismo de impor a sua exploração e domínio em todo o mundo, de intervir na vida interna dos povos, de abafar os processos libertadores e de ditar a sua vontade utilizando todos os meios, mesmo os mais revoltantes: económicos, financeiros, diplomáticos, militares - a ingerência, a intervenção, o terrorismo, a guerra.

Mas ao mesmo tempo o Congresso sublinhou, como um elemento fundamental da sua análise, que, como testemunhou a participação dos nossos numerosos convidados, a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo continua - pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional, a paz e o socialismo. Que o capitalismo é completamente incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade. Que a causa comunista - o projecto de construção de uma nova sociedade libertada

de todas as formas de exploração e opressão - continua a ser inteiramente válida e a corresponder às mais profundas necessidades e aspirações dos trabalhadores e dos povos.

5. O Congresso analisou também a grave mudança qualitativa que com o Governo do PSD está a produzir-se na situação nacional: a reconstituição do capitalismo monopolista (tendo como corolário o agravamento da exploração dos trabalhadores e da situação social das massas populares), e a imposição e institucionalização de um regime político de cariz autoritário, no quadro de graves limitações à independência e soberania nacionais.

Mas ao mesmo tempo o Congresso sublinhou, como um elemento fundamental da sua análise, que a resistência e a luta continuam, continua a luta com objectivos concretos e imediatos, continua com o objectivo político central do afastamento do PSD do Governo e de uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita. E que este objectivo não só se impõe no interesse do povo e do país, como com a luta (de massas, eleitoral, institucional), com o desenvolvimento da vasta frente social em movimento, com a unidade dos trabalhadores, com a convergência democrática pela qual continuamos a lutar, está ao nosso alcance.

6. O Congresso testemunhou que, respondendo à vida e às mudanças da realidade, o Partido **reafirma de forma criativa a sua identidade:** a sua natureza de classe como partido da classe operária e de todos os trabalhadores; a sua base teórica revolucionária, os seus princípios orgânicos que aliam uma única direcção e uma única orientação geral a uma profunda democracia interna; o seu patriotismo e internacionalismo; o seu objectivo como partido que luta pela liberdade, a democracia, o progresso social e a independência nacional e tem no horizonte a construção do socialismo. O comunismo não morreu, antes está vivo e bem vivo nas aspirações mais profundas da humanidade. A ele pertence o futuro.

7. O Congresso testemunhou as raízes profundas do nosso partido na classe operária, nos trabalhadores, nas massas populares. Raízes tão profundas, tão sólidas, tão provadas que estando o Partido assente nelas não caminha para o "declínio irreversível" que para aí alguns proclamavam, mas para ter na sociedade portuguesa um papel necessário, indispensável e insubstituível, confirmando que é o partido que Portugal precisa.

8. O Congresso testemunhou a **sólida unidade do Partido**, unidade que se deve não apenas à correcção, reconhecida pelos militantes, das análises, orientações, justos objectivos, em cuja elaboração e definição todos os militantes activamente participam, mas ao empenhamento na luta constante e também à profunda democracia

interna do Partido, à liberdade de opinião e intervenção livre dos militantes, ao trabalho colectivo, à concepção do Partido como um grande colectivo de homens, mulheres e jovens livres, iguais em direitos e deveres, aos quais cabe decidir da orientação e da acção e do futuro do seu Partido.

9. O Congresso testemunhou, pelas ideias expostas, pela actividade referida e pela participação de tantos partidos de outros países, que existe uma larga compreensão do que representa a amizade e a cooperação entre comunistas, entre todas as forças da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência nacional, da paz e do socialismo; que, no mundo, a solidariedade internacionalista continua a ser um sentimento vivo, profundo e actuante, um valor integrante e inalienável da luta dos trabalhadores e dos povos.

10. O XIV Congresso confirmou que o nosso Partido está de pé, firme, serenamente convicto e consciente das suas responsabilidades para com o povo e o país.

11. O XIV Congresso procedeu a importantes decisões de renovação relativas à estrutura e composição da direcção, destacando-se a eleição para o Comité Central de dezenas de camaradas que assim assumiram novas responsabilidades e a eleição de um novo Secretário-geral, o camarada Carlos Carvalhas, cuja assunção de novas responsabilidades contará com a confiança de todo o Partido, e cuja eleição se insere nas orientações e medidas relativas ao reforço do Partido e ao seu futuro.

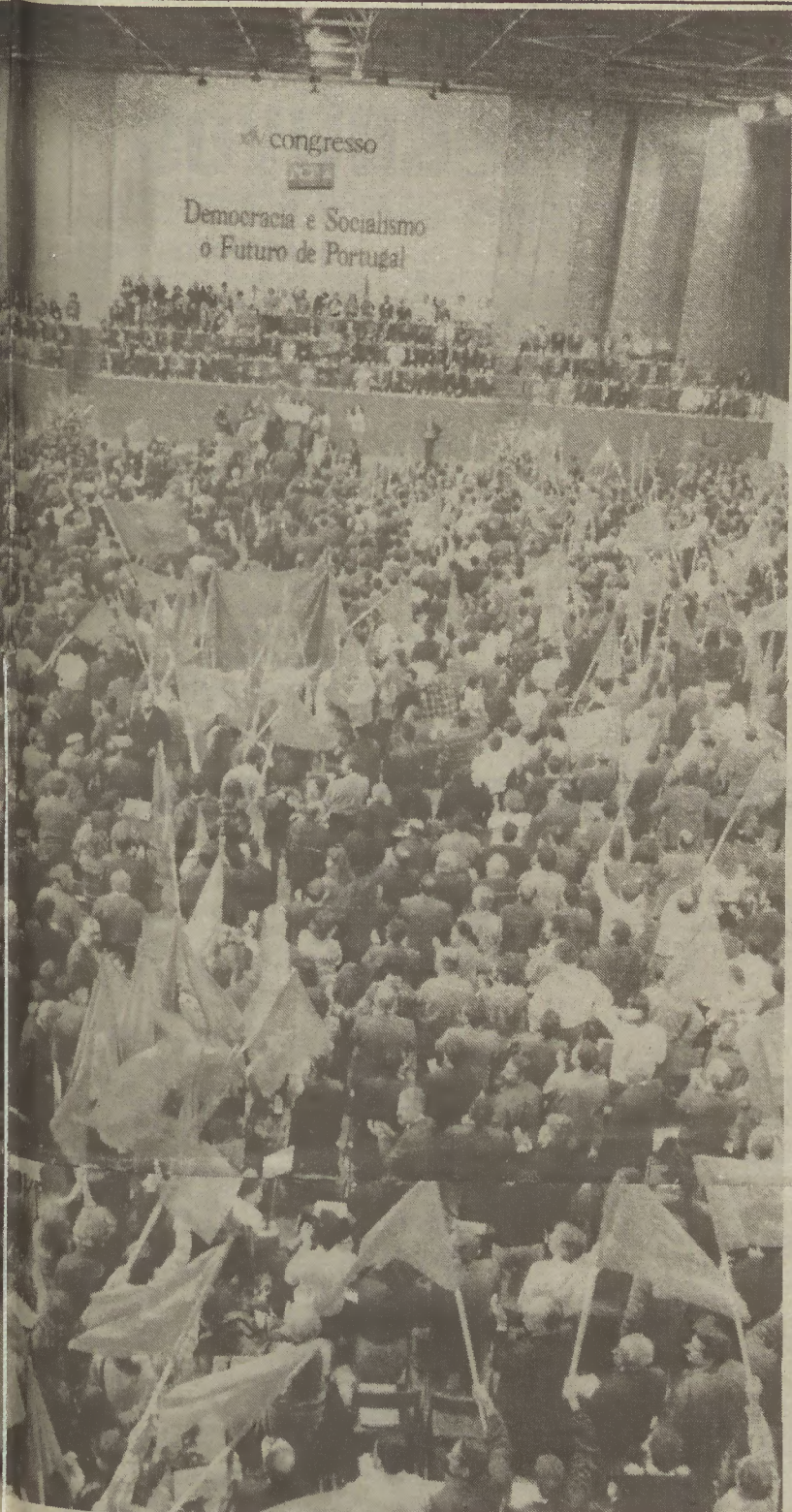
12. Creio, camaradas, que o XIV Congresso, desiludindo adversários, correspondeu aos propósitos e à vontade dos militantes. Correspondeu também à confiança daqueles que não sendo comunistas confiam no nosso Partido.

O XIV Congresso confirmou com profunda convicção e determinação que o PCP será, não aquilo que os nossos adversários desejariam que fosse, mas aquilo que os seus militantes, por decisão própria, livre e independente, querem que seja.

13. Por tudo isto, camaradas, ao terminarmos os trabalhos do nosso XIV Congresso, neste ambiente de tanto entusiasmo e de tanta alegria, estamos todos confiantes em que o nosso Partido sairá do XIV Congresso mais forte, mais preparado, voltado para o futuro, aberto para a vida, pronto para a luta, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, decidido e preparado para ser digno da confiança de todos aqueles que nele confiam como um partido comunista que sempre foi, é e continuará a ser.

Viva o XIV Congresso do PCP!  
Viva o Partido Comunista Português!





Carlos Carvalhas

## «Somos um Partido

# com um compromisso firmado com a classe operária com os trabalhadores com o Povo português»

Camaradas,

Chegam ao fim os trabalhos do nosso XIV Congresso.

Partimos para o trabalho e para a luta com uma análise ampla e participada de que resultam propostas concretas e mobilizadoras contidas na nossa Resolução Política. Melhorámos os nossos Estatutos, pacto fraterno cujo respeito constitui o cimento que nos une, a todos nós, militantes do Partido. Enriquecemos o nosso Congresso, com os olhos firmemente postos no futuro e com a inteligência também firmemente ancorada nas realidades e na experiência presente.

Tomámos importantes medidas quanto à estrutura dos nossos organismos de direcção central e demos importantes passos no caminho da renovação e rejuvenescimento que de há muito e especialmente desde o nosso XII Congresso, constitui uma decisão e uma preocupação constante do nosso colectivo partidário.

E sobre este facto, gostaria, camaradas, de tecer umas poucas e breves observações ou considerações:

Uma primeira é que, contrariamente à conflitualidade e dificuldades que vaticinavam os nossos adversários, as tomámos com toda a responsabilidade e serenidade.

Uma segunda, para salientar que essas medidas foram concretizadas por um grande partido que é o nosso, mas, ainda e uma vez mais, este grande Partido fê-lo, com o determinante contributo do camarada Álvaro Cunhal.

Uma terceira observação: é das maiores qualidades da solução de direcção que encontrámos, a forma como harmoniosamente ela se articula e baseia numa experiência de trabalho-nossa, numa experiência profundamente criadora e presente nos próprios traços da nossa identidade: o trabalho colectivo. Trabalho colectivo que se conjuga com outras grandes características que fazem parte da nossa conduta e do nosso património: a de que um dirigente comunista, um dirigente do Partido Comunista Português é um militante entre os militantes, que deve saber ouvir e tomar em conta as diversas opiniões e as preocupações que elas exprimem, que deve favorecer a formação e a promoção de novos dirigentes.

Que sabe que este magnífico colectivo é, que continua e quer continuar a ser, Partido Comunista e Português, que ao longo de 72 anos, nas mais diversas e difíceis condições, sempre se situou na primeira linha da luta pela democracia, pela liberdade, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país; que é uma Partido fiel à palavra dada, que tem um compromisso firmado com a classe operária, com os trabalhadores, com o Povo Português, compromisso que sempre foi e que sempre será cumprido.

Um Partido revolucionário, constituído por muitos milhares de membros com experiências diferentes, com diversos centros de interesse, diversa disponibilidade e

diversa militância, mas que na sua diversidade fazem a riqueza do Partido e da sua intervenção.

Finalmente, camaradas, um sublinhar de algo que já foi dito nesta tribuna e que se traduz nos próprios documentos programáticos que aqui aprovámos. O XIV Congresso do PCP representa uma firme confirmação da sua linha política, da sua fidelidade aos princípios, do seu carácter de classe, da sua abertura à vida e às ideias, às novas pistas e propostas para responder aos desafios de hoje e de amanhã.

Após o seu XIV Congresso, o PCP orgulha-se de continuar a ser um partido comunista, o grande partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, firme na defesa dos interesses do povo, determinado na luta pelo progresso e a justiça social, tendo no horizonte o socialismo.

Após o seu XIV Congresso, o PCP continua a ser um partido fraterno com um colectivo dirigente que se mantém unido e coeso, um partido que rejeita o sectarismo, o dogmatismo e a intolerância, um partido aberto ao diálogo e à unidade, um partido de homens, mulheres e jovens que acreditam que a transformação da sociedade se faz com a luta, e também com a inteligência, a criação, o sonho, a arte e a beleza.

É um ponto essencial das nossas concepções e da nossa forma de estar na vida política vermos cargos e funções seja no Partido, seja na sociedade, seja no Estado não como fonte de privilégios, de autoridade formal ou de mando, mas como uma atribuição de responsabilidades que se assumem em ligação profunda com projectos de natureza colectiva, com as aspirações e interesses do nosso povo.

É assim que encaramos o exercício das funções de secretário-geral que nos foi confiado pelo Comité Central, como responsabilidades que se inserem e articulam com as responsabilidades do PCP na vida nacional, com as responsabilidades de todo o colectivo partidário, com as responsabilidades de cada comunista em levar por diante as resoluções do Congresso.

Partimos destes três dias de trabalho, sem minimizar, nem as dificuldades, nem as reais perspectivas e potencialidades de avanço que se abrem para a nossa acção ao serviço do povo português e de Portugal. Partimos serenos, confiantes e determinados. Porque somos, camaradas, membros de um Partido que se pode orgulhar do seu passado e porque o nosso presente e o nosso futuro entrelaçam-se indissolivelmente no grande, combativo e abnegado colectivo de que todos somos parte: o Partido Comunista Português.

Viva o PCP!







PCP

# Eleição dos organismos executivos

Cumprindo um dos pontos da Ordem de Trabalhos, na sessão reservada de ontem à noite, o Congresso elegeu o novo Comité Central.

O CC eleito realizou de seguida a sua primeira reunião plenária, com o objectivo de eleger a Comissão Política, o Secretariado e a Comissão Central de Controlo.

O CC elegeu ainda o Presidente do Conselho Nacional e o Secretário-Geral do Partido.

A formação do Conselho Nacional, cuja composição tem de ser ratificada pelo Comité Central, terá de aguardar pela próxima reunião ple-

nária do CC que se prevê realizar em Janeiro.

De acordo com os Estatutos aprovados neste nosso XIV Congresso, o Conselho Nacional é composto pelos membros da Comissão Política e do Secretariado, por um membro da Comissão Central de Controlo e por responsáveis de Organizações Regionais, Organismos inter-regionais e principais Sectores de actividade. A sua composição, com excepção dos membros da Comissão Política, do Secretariado e da Comissão Central de Controlo, será sujeita a ratificação do Comité Central

mediante proposta do Secretariado e da Comissão Política.

Como é óbvio, tal proposta não poderia ser ontem submetida ao Comité Central, pois só ontem é que o Comité Central elegeu os organismos que terão de fazer a proposta e até integrar o Conselho Nacional.

Acresce que a proposta a fazer envolve camaradas responsáveis de organismos regionais ou inter-regionais cuja formação e composição está ainda em discussão.

Por razões idênticas, a Comissão Administrativa Financeira e a Comissão Central de Quadros, que serão

constituídas por decisão conjunta do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e ratificadas pelo Comité Central, só serão formadas ou ratificadas em próxima reunião do Comité Central.

Antecedendo a eleição do Comité Central, o Congresso procedeu à votação para se decidir se a eleição se faria por voto secreto ou por braço levantado.

O Congresso decidiu que a votação fosse por braço levantado. Contra esta decisão houve 17 votos e 22 abstenções.

O Comité Central foi eleito com 5 votos contra e 22 abstenções.

O Comité Central elegeu (...) a Comissão Política, o Secretariado e a Comissão Central de Controlo.

A Comissão Política foi eleita com 1 voto de abstenção.

O Secretariado foi eleito por unanimidade dos seus membros efectivos. Um membro suplente votou contra.

A Comissão Central de Controlo foi eleita por unanimidade.

O Comité Central elegeu para Presidente do Conselho Nacional o camarada Álvaro Cunhal.

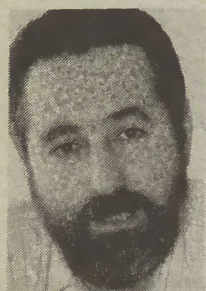
O Comité Central elegeu para Secretário-Geral do Partido o camarada Carlos Carvalhas.

O Presidente do Conselho Nacional, camarada Álvaro Cunhal (que entendeu não votar na sua própria eleição), foi eleito por unanimidade.

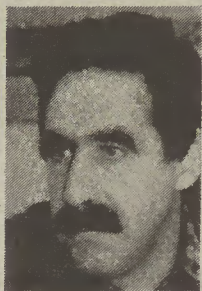
O mesmo se passou com o Secretário-Geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas, pelo que consideramos igualmente que foi eleito por unanimidade.

**Apresentado por Octávio Pato**  
Membro do Secretariado

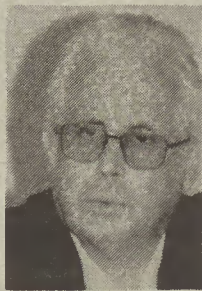
## Comissão Política do Comité Central



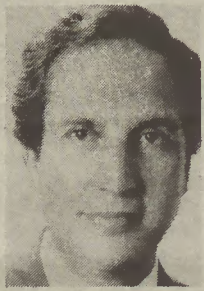
Agostinho Lopes



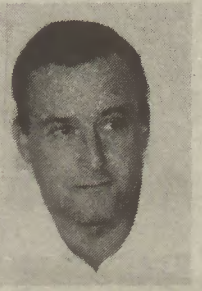
António Lopes



Carlos Brito



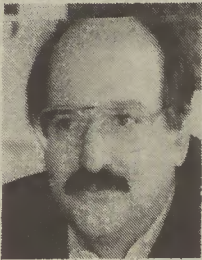
Carlos Carvalhas



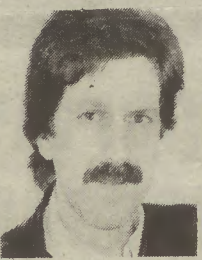
Carlos Luís Figueira



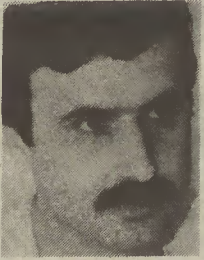
Domingos Abrantes



Edgar Correia



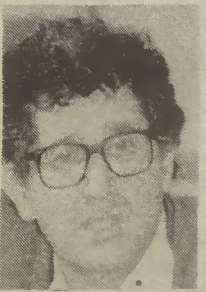
Emídio Ribeiro



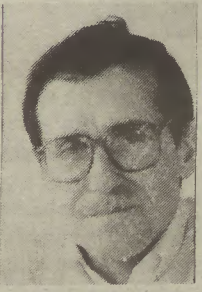
Francisco Lopes



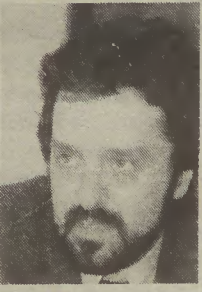
Jerónimo de Sousa



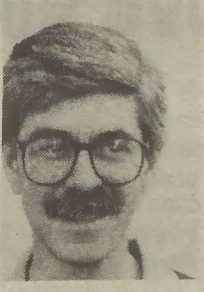
José Casanova



José Soeiro



Luís Sá



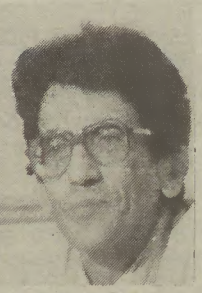
Manuel Sobral



Octávio Teixeira

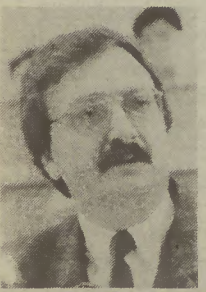


Sérgio Teixeira



Vítor Dias

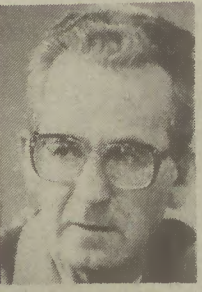
## Comissão Central de Controlo



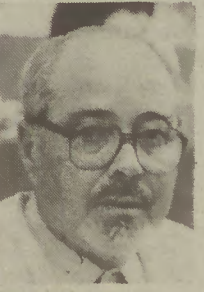
António Abreu



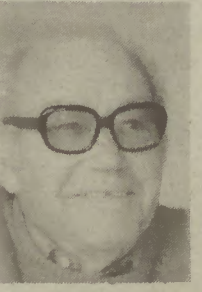
Aurélio Santos



Carlos Abolm Inglez



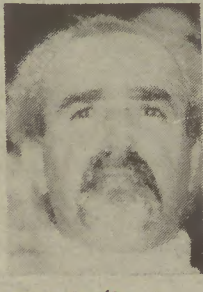
Carlos Costa



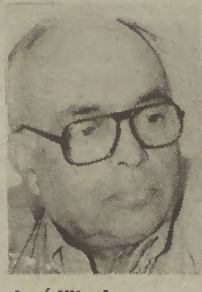
Jaime Serra



Joaquim Gomes



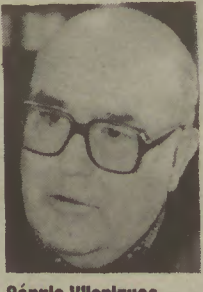
Jorge Araújo



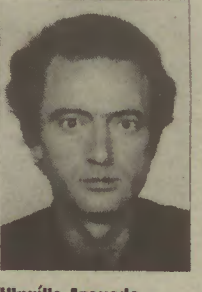
José Vitoriano



Marla da Piedade Morgadinho

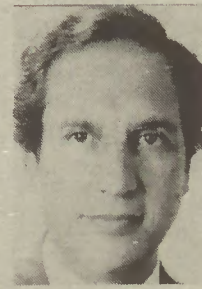


Sérgio Vilarigues

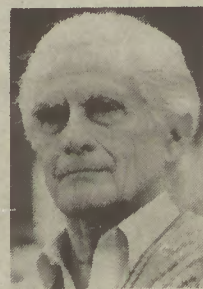


Virgílio Azevedo

## Secretário-Geral do PCP

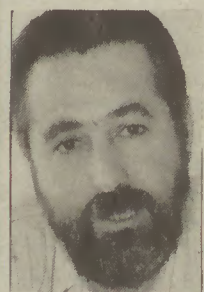


Carlos Carvalhas

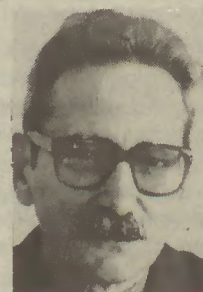


Álvaro Cunhal

## Secretariado do Comité Central



Agostinho Lopes



Albano Nunes



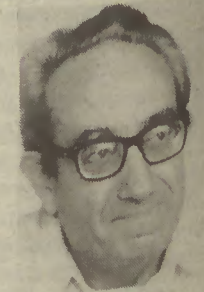
Artur Vidal Pinto



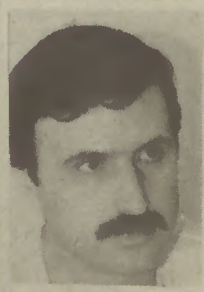
Carlos Carvalhas



Domingos Abrantes



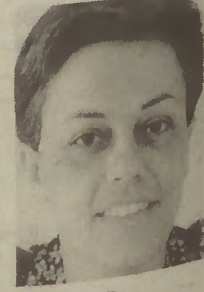
F. Bianqui Teixeira



Francisco Lopes



Henrique Sousa



Luisa Araújo



Octávio Pato



# Comité Central

## MEMBROS EFECTIVOS

### Abílio Lopes Martins

Operário metalúrgico. 60 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da Comissão de Freguesia de Alcântara, passando pouco depois ao Comité Local de Lisboa como responsável pela 7ª zona. Actualmente é membro do Executivo da DORL. Eleito membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X e XII Congressos.

### Adelino Pereira da Silva

Operário metalúrgico. 53 anos. Membro do Partido desde 1956 e funcionário do Partido desde 1959. Após a sua funcionalização, passou a colaborador do Comité Central. Em 1962, faz parte do Comité Local de Lisboa, sendo responsável pelas organizações das zonas Oriental e Ocidental. 7 anos de prisão. Após o 25 de Abril tem realizado tarefas ligadas aos organismos executivos do Comité Central. Eleito membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

### Albano Freire Nunes

Intelectual. 51 anos. Membro do Partido desde 1962 e funcionário do Partido desde 1965. Foi dirigente do movimento estudantil, tendo desempenhado o cargo de secretário-geral das Reuniões Inter-Associações entre 1962 e 1964. Foi expulso da Universidade de Lisboa. Foi membro das Organizações Estudantis do PCP e, quando se fundou a UEC, passou a membro do seu Executivo. Membro da DORL de 1973 a 1975. Responsável pela Secção Internacional desde Janeiro de 1976. Cooptado para o Comité Central em Maio de 1974. Eleito membro suplente no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X e XII Congressos. É membro do Secretariado do CC desde Dezembro de 1988.

Eleito membro do Secretariado do CC.

### Aleixo Pereira Braz(\*\*)

Motorista marítimo/pescador. 41 anos. Membro do Partido desde 1976. É dirigente da UNICOPEPESCA. É membro da Comissão Concelhia de Peniche e da DOR Leiria. Faz parte da Comissão junto do Comité Central para as questões das Pescas. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Engenheiro. 48 anos. Membro do Partido desde 1968 e funcionário do Partido desde 1974. Participou na organização e lutas académicas de 1968/69. Participou nas lutas da Oposição Democrática (68/72). Participou na movimentação dos Professores (G.E.P.E.S.) de 70/74. Foi membro do Executivo da D.O.R. do Norte e do Executivo e Secretariado da D.O.R. de Trás-os-Montes. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo no X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Política do Comité Central desde Dezembro de 1988.

Eleito membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

### Alexandre Teixeira

Operário metalúrgico. 40 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1984. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Sorefame e do Secretariado do Conselho de Trabalhadores da Amadora. Foi membro da Comissão Concelhia da Amadora. É membro da Comissão Distrital, do Executivo e do Secretariado da DORL. Foi eleito membro efectivo do Comité Central nos X e XII Congressos.

### Álvaro Cunhal

Licenciado em Direito. 79 anos. Membro do Partido desde 1931 e funcionário do Partido desde 1935. Secretário-Geral das Juventudes Comunistas em 1935/38. Membro do Comité Central desde 1936. 12 anos de prisão. Participou na fuga de Peniche (em 1960). Ministro sem pasta nos I, II, III e IV Governos Provisórios depois do 25 de Abril. Eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República em 1975, 1979, 1980, 1985 e 1987. Membro do Conselho de Estado de 1982 a 1992. Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e da Comissão Executiva Nacional. Secretário-Geral do Partido de 1961 a 1992.

Eleito Presidente do Conselho Nacional.

### António Batista Cordeiro(\*\*)

Operário. 41 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Pertenceu à Célula da freguesia de Campolide e foi responsável por várias organizações do Comité Local de Lisboa. Foi membro do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa. É membro da DORL e da sua Comissão Distrital. É membro da Assembleia Municipal de Sintra. Eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

### António da Conceição Andrez

Empregado. 41 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1977. Foi membro da Assembleia do MFA e da Comissão Dinamizadora de Associativismo de Praças da Armada. Foi responsável pela organização concelhia da Amadora, do Sector dos Transportes e da Organização Local de Lisboa. Foi membro da Assembleia Municipal da Amadora entre 1980-1985. Actualmente é membro da Assembleia Municipal de Lisboa. É membro da Comissão Distrital, do Executivo e do Secretariado da DORL. Cooptado como membro suplente do Comité Central em 1981 e eleito membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

### António Dias Lourenço da Silva

Operário metalúrgico. 77 anos. Membro do Partido desde 1931 e funcionário do Partido desde 1942. Membro do Comité Regional do Ribatejo de 1934 a 1942. Passou à clandestinidade em 1942. Responsável pelas Organizações do Partido no Alentejo, Algarve e Beiras. De 1945 a 1948, membro da Direcção Regional de Lisboa, Ribatejo e Margem Sul. Foi membro da Comissão Política em 1956 e do Secretariado de 1957 até à data da sua segunda prisão em 1962. 17 anos de prisão. É membro do Comité Central desde 1943. Foi deputado à Assembleia da República de 1974 a 1987. Foi Director do "Avante!" de 1974 a 1991. Foi membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988.

### António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes

Empregado. 45 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1972. Em 1972, dirigiu as organizações do Partido de Coimbra, Figueira da Foz e Mealhada. Em 1973, já na clandestinidade, foi membro do Comité Regional das Beiras, onde se manteve até Agosto de 1974, altura em que passou a trabalhar no Minho. Foi membro da D.O.R. do Norte e do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Minho. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da DOR de Braga, sendo responsável pela organização respectiva. Foi eleito membro efectivo do Comité Central nos VIII, IX, X e XII Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central entre 1983 e 1988 e membro efectivo de 1988 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

Eleito para a Comissão Política do CC.

### António Joaquim Gervásio

Operário agrícola. 65 anos. Membro do Partido desde 1945 e funcionário do Partido desde 1952. Foi membro dos Comités Regionais do Alentejo, da Margem Sul, de Lisboa e do Alto Ribatejo e Oeste. Cinco anos de prisão. Participou na fuga de Caxias em 1961. De 1974 a 1988 foi membro da DOR Alentejo. Entre 1988 e 1990 foi responsável pela O.R. da Beira Interior. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Castelo Branco, sendo responsável pela respectiva organização. Membro do Comité Central desde 1963. Membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

### António José Casmarrinha

Operário. 45 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Pertenceu ao Executivo da Comissão Nacional do MDP/CDE. Foi membro da Comissão Distrital de Évora e membro dos Executivos e dos Secretariados da D.O.R. do Alentejo e da D.O.R. da Região Autónoma da Madeira, tendo sido o responsável pela respectiva organização. É membro do Executivo da D.O.R. Setúbal. É responsável pelo Organismo Intermédio dos concelhos do Sul do Distrito. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII e IX Congressos e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Política desde Dezembro de 1988 a Maio de 1990 e membro da Comissão Executiva Nacional.

### António José Orcinha Rodrigues

Operário metalúrgico. 43 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do partido desde 1976. Foi delegado sindical desde Fevereiro de 1973 a 1976. Foi membro do Secretariado da Célula da CORAME desde a sua formação em Junho de 1974. Em 1976, passou a fazer parte da Comissão Concelhia de Loures. Foi membro da DORL de 1978 a 1983, integrando o seu Executivo desde 1979. Foi responsável pela Organização Regional de Leiria de 1984 a 1990. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central de Dezembro de 1983 a Maio de 1990 e membro da Comissão Executiva Nacional.

### António José Rodrigues Vitória(\*\*)

Empregado de Escritório. 36 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da JCP. Pertenceu à Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Beja. Foi fundador da Associação Recreativa e Cultural "Zona Sul". Foi membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Distrital de Beja da DOR Alentejo. É responsável pela Comissão Concelhia de Beja. É membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. Beja da Comissão Coordenadora do Alentejo. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### António dos Santos Murtelra

Engenheiro técnico agrário. 45 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da Comissão Nacional do Congresso de Aveiro e participou na campanha eleitoral de 1973. Foi membro da Comissão Distrital de Évora. Participou na luta pela realização e em defesa da Reforma Agrária e foi responsável, até 1987, pela Comissão Regional da Reforma Agrária. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Alentejo. Foi responsável pela Organização Regional de Beja. Foi membro da Comissão Executiva Nacional. É deputado da Assembleia da República. É membro do Comité Central desde o IX Congresso.

### António Simões de Abreu

Engenheiro. 45 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1974. Participou no Movimento Estudantil e na fundação da UEC. De 1969 a 1973, foi activista e dirigente da Oposição Democrática. Após o 25 de Abril foi responsável pelo Sector Intelectual e por diversas organizações concelhias e frentes de trabalho do distrito do Porto. Foi membro da D.O.R. do Norte. Actualmente é membro do Executivo da D.O.R. de Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII, IX e X Congressos e membro efectivo no XII congresso.

Eleito membro da Comissão Central de Controlo.

### Armando C. Morais de Oliveira

Operário metalúrgico. 47 anos. Membro do Partido desde 1963 e funcionário do Partido desde 1970. Foi responsável pela zona de Vila Franca de Xira, fazendo parte do Comité Sub-Regional do Baixo Ribatejo. Membro do Comité Local de Lisboa (1970-74). Após o 25 de Abril foi membro da D.O.R. de Lisboa e D.O.R. das Beiras. Foi membro do Executivo da D.O.R. da Beira Interior. Actualmente é do Executivo e do Secretariado da D.O.R. da Guarda, sendo o responsável da respectiva organização. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

### Armando da Silva Carvalho

Agricultor. 39 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Fez parte da Comissão Concelhia de Amarante e da Comissão Distrital do Porto. Participou nos movimentos e lutas da agricultura e dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro. É membro do Secretariado da D.O.R. de Trás-os-Montes e da Comissão junto do Comité Central para o trabalho dos Pequenos e Médios Agricultores. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

### Arménio Horácio Alves Carlos(\*\*)

Electricista. 37 anos. Membro do Partido desde 1977. Pertenceu à Sub-Comissão de Trabalhadores da Carris - Cabo Ruivo, e à Célula da Carris. É da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa e Coordenador do Sindicato dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa, da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa e da Comissão Executiva da FSTRU. É membro do Executivo do Sector dos Transportes da Organização Regional de Lisboa. É membro da DORL. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Artur José Vidal Pinto

Operário. 47 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Foi membro do Secretariado de Célula da PETROGAL (Porto), da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Intersindical da empresa. Foi membro da D.O.R. do Norte e do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Porto. Foi membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. da Beira Litoral e responsável pela Organização Distrital de Aveiro entre 1984 e 1988. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII congresso e membro efectivo nos IX, X e XII Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central, de Dezembro de 1983 a Dezembro de 1988, do Secretariado do Comité Central, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Comissão Executiva Nacional.

Eleito membro do Secretariado do CC.

### Aurélio Montelero dos Santos

Intelectual. 62 anos. Membro do Partido desde 1955 e funcionário do Partido desde 1957. Foi dirigente associativo estudantil (1950-53) e activista e dirigente do MUD Juvenil (1951-1957). Foi director da Rádio Portugal Livre de 1963 a 1974. Responsável pela Secção Internacional em 1974/75. Responsável pela Secção de Informação e Propaganda do Comité Central, de 1976 a 1984. Foi membro da D.O.R. de Lisboa e do Executivo da DORL e responsável pelo Sector de Artes e Letras da ORL, de 1984 a 1988. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VI Congresso (1965) e membro efectivo nos VIII, IX, X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

Eleito membro da Comissão Central de Controlo.

### Bernardina Lúcia Sebastião

Operária. 39 anos. Foi membro da UJC sendo sua funcionária de 1976 a 1980. Membro do Partido desde 1976. Funcionária do Partido desde 1980. Em 1976-77 foi responsável da UJC no distrito de Beja e no Distrito de Évora nos anos de 1978-79. Foi membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC. Foi do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Alentejo. Foi responsável pelas Organizações Distritais de Beja e de Évora. Actualmente é do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Portalegre, sendo responsável pela respectiva organização. Eleita membro efectivo do Comité Central nos X e XII Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central de 1983 a 1990 e da Comissão Executiva Nacional.

### Branca Maria da Cruz Carvalho

Empregada. 39 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionária do Partido desde 1973. Participou na luta democrática e das mulheres portu-

guesas. Trabalhou numa tipografia clandestina. Após o 25 de Abril desenvolve a sua actividade partidária no Porto. Em 1979 é transferida para o Minho, sendo do Executivo e do Secretariado da D.O.R. Minho. Actualmente é membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. de Viana do Castelo, sendo a responsável da respectiva organização. Foi eleita membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

### Carlos Alberto Cardoso Mendes Grilo

Empregado. 47 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1977. Foi activista sindical entre 1968 e 1976. Foi delegado sindical do Banco Totta e Açores em 1973. Participou nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 integrado na CDE. De 1975 a 1977 foi membro do Organismo Sindical dos Bancários. Foi membro do Comité Local de Lisboa. É membro do Executivo e da Comissão Distrital da D.O.R. Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

### Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Economista. 50 anos. Membro do Partido desde 1969. Participou no Movimento Estudantil nas campanhas eleitorais de 1965, 1969 e 1973. Pertence à Presidência do Conselho Mundial para a Paz e Cooperação. De 1969 a 1974 colaborou estreitamente com o Movimento Sindical. Após o 25 de Abril, foi Secretário de Estado do Trabalho em 5 Governos Provisórios. Foi candidato apresentado pelo PCP às Eleições Presidenciais de 1990. É deputado à Assembleia da República. Foi membro da Comissão junto do Comité Central para as actividades económicas e Director da Revista "EC - Economia - Questões Económicas e Sociais". Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII e IX Congressos e membro efectivo nos X e XII Congressos. Membro da Comissão Executiva Nacional, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. Secretário Geral Adjunto em Maio de 1990.

Eleito Secretário-Geral do PCP.

### Carlos Alfredo de Brito

Empregado. 59 anos. Membro do Partido desde 1953 e funcionário do Partido desde 1955. Foi activista do MUD Juvenil. 8 anos e meio de prisão. Evadiu-se da Cadeia do Aljube em 1957. Foi responsável pela D.O.R. de Lisboa antes e depois do 25 de Abril. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, sendo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido, entre 1976 e 1991. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições Presidenciais de 1980. Membro do Comité Central desde 1967. Foi membro da Comissão Executiva do Comité Central do Partido. É Director do "Avante!". Membro da Comissão Política do Comité Central desde 1974.

Eleito membro da Comissão Política do CC.

### Carlos Campos Rodrigues Costa

Intelectual. 64 anos. Membro do Partido desde 1943 e funcionário do Partido desde 1951. Pertenceu ao Comité Local de Fafe (1948). Foi responsável pela Organização do Algarve. Em 1961, chamado ao trabalho do Secretariado do Comité Central. Foi responsável pela D.O.R. Lisboa e pela Juventude. Foi responsável pela D.O.R. do Norte. Cerca de 15 anos de prisão. Participou na fuga de Peniche (1960). Membro do Comité Central desde 1960. Foi membro do Secretariado do Comité Central de 1961 a 1990 e da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Eleito para a Comissão Central de Controlo.

### Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho(\*\*)

Empregado de Escritório. 41 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1977. Foi membro da União dos Estudantes Comunistas (UEC), antes do 25 de Abril. Foi membro do Secretariado Distrital de Setúbal do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e, mais tarde, da União da Juventude Comunista (UJC). Foi membro do Executivo e Secretariado da Comissão Concelhia do Barreiró, tendo sido responsável pela organização respectiva de 1982 a 1985. É membro do Executivo da D.O.R. Setúbal. É responsável pela Frente de Trabalho das Autarquias e Juventude. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Carlos H.S. de Abolm Inglês

Intelectual. 62 anos. Membro do Partido desde 1946 e funcionário do Partido desde 1953. Foi dirigente académico, do MUD Juvenil, do Movimento da Paz e do Sector Intelectual. 10 anos de prisão. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Lisboa. Foi deputado à Assembleia da República e no Parlamento Europeu. Membro suplente do Comité Central de 1958 a 1974 e membro efectivo desde 1974. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Eleito membro da Comissão Central de Controlo.

### Carlos Luís Figueira

Empregado. 48 anos. Membro do Partido desde 1964 e funcionário do Partido desde 1968. Realizou trabalho junto da emigração na Bélgica (de 1964 a 1967). Foi membro do Comité Local do Porto de 1968 a 1971. Foi responsável pelo Comité Regional das Beiras e membro da D.O.R. Norte. Foi membro da D.O.R. das Beiras. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Algarve sendo actualmente o responsável da respectiva organização. Coordena o Grupo de Trabalho junto do C.C. para as questões do Turismo. Foi cooptado para membro suplente do Comité Central em Maio de 1974. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro da Comissão Política de Dezembro de 1988 a Maio de 1990 e da Comissão Executiva Nacional.

Eleito membro da Comissão Política do CC.

### Carlos Manuel Guerra Fraião

Intelectual. 44 anos. Membro do partido desde 1970 e funcionário do Partido de 1974 a 1992. Foi Presidente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra entre 1970-71. Participou na fundação da UEC e foi dirigente das greves e lutas estudantis de 1971-72 em Coimbra. Pertenceu ao Executivo da Comissão Nacional do Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. da Beira Litoral. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Coimbra, sendo actualmente o responsável da respectiva organização. Eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII congresso. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central entre Dezembro de 1988 e Maio de 1990 e da Comissão Executiva Nacional.

### Clarinda Maria de Pinho Nogueira

Empregada. 39 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionária do Partido desde 1976. Membro da UEC desde 1974. Foi responsável pelas Células da Câmara Municipal de Lisboa, da EPAL e pelo Sector Público da ORL entre 1980 e 1990. Actualmente é responsável pelos sectores Bancários e Seguros da ORL. Membro do Executivo e Secretariado da Organização da Cidade de Lisboa e da Comissão Distrital da D.O.R. Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

### Diamantino José Dias

Operário metalúrgico. 42 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo e membro da C.T. da empresa "Batista Russo". Foi Presidente da Assembleia Municipal de Vendas Novas. Foi membro da Comissão Concelhia de Vendas Novas. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Alentejo e responsável pelas Comissões Distritais de Évora e de Portalegre. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Évora. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e efectivo nos X e XII Congressos.

### Domingos Abrantes Ferreira

Operário. 56 anos. Membro do Partido desde 1954 e funcionário do Partido desde 1956. Foi funcionário do MUD Juvenil. Pertenceu à sua



# Comité Central

Comissão Central. Foi membro do Comité Local de Lisboa, da D.O.R. de Setúbal e responsável pela Organização do Partido no Sul. Após o 25 de Abril foi membro da D.O.R. de Lisboa. 11 anos de prisão. Participou na fuga de Caxias (1961). É deputado à Assembleia da República. Membro do Comité Central desde 1963. Foi membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e da Comissão Executiva Nacional.

**Eleito membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.**

## Domingos Oliveira Dias

Operário metalúrgico. 39 anos. Membro do Partido desde 1971 e Funcionário do Partido desde 1972. Pertenceu ao MJT. Foi responsável da UJC pelo Distrito do Porto. Foi membro da Comissão Central, do Secretariado e do Executivo da UJC. Foi membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. da Beira Interior e responsável pela Comissão Distrital da Guarda. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Coimbra. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII e IX Congressos e efectivo nos X e XII Congressos.

## Edgar Maciel Almeida Correia

Engenheiro. 47 anos. Membro do Partido desde 1965 e funcionário do Partido desde 1971. Participou activamente no movimento associativo estudantil do Porto e movimento democrático contra a ditadura fascista. Membro da D.O.R. do Norte em 1971, passou a integrar em 1974 a D.O.R. do Sul. Em 1974 passou a fazer parte da então constituída D.O.R. do Alentejo e Algarve. Em Junho de 1975 voltou ao Norte, como membro do Secretariado e do Executivo da D.O.R. do Norte. Foi membro da Comissão Executiva e do Secretariado e responsável da D.O.R. do Porto. Responsável a nível central da Área da Educação, Ciência e Tecnologia desde o XIII Congresso. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X e XII Congressos. Membro da Comissão Política do Comité Central desde Dezembro de 1983.

**Eleito membro da Comissão Política do CC.**

## Emídio José de Vasconcelos Pinto Ribeiro

Intelectual. 44 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1974. Participou nas greves académicas de 1969 (Coimbra), nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 e foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto. Antes do 25 de Abril, realizou tarefas de apoio ao aparelho clandestino da Direcção do Partido. É membro do Secretariado da D.O.R. do Porto. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

**Eleito membro da Comissão Política do CC.**

## Euclides Fernandes Pereira

Empregado. 51 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1975. Em 1973/74 foi delegado sindical e membro da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do grupo empresas (Fima-Lever-Iglo) até 1975. Foi dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa. Após o 25 de Abril foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Sacavém. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP. É membro do Secretariado e da Comissão Distrital da D.O.R. de Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e efectivo nos X e XII Congressos.

## Eugénio Baeta Ribeiro Pisco

Operário metalúrgico. 41 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1975. Até Maio de 1974 pertenceu ao Secretariado da Célula da empresa onde trabalhava OGMA-ALVERCA. Fez parte da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. Foi membro da Comissão Concelhia e Distrital de Santarém. Foi membro da D.O.R. do Oeste Ribatejo e actualmente é membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. Santarém. Foi eleito membro do Comité Central nos IX, X e XII Congressos.

## Fernando Blanqui Teixeira

Engenheiro. 70 anos. Membro do Partido desde 1944 e Funcionário do Partido desde 1948. Foi activista do Movimento Estudantil e membro da Federação das Juventudes Comunistas. Foi membro da D.O.R. de Lisboa em 1951 e outros organismos de direcção regional. 10 anos de prisão. É membro do Comité Central desde 1952. Fez parte do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte. Foi membro da Comissão Política de 1976 a 1988 e do Secretariado do Comité Central e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

**Eleito membro da Comissão Central de Controlo.**

## Fernando Filipe Esteves Vicente(\*\*)

Engenheiro. 51 anos. Membro do Partido desde 1962. De 1962 a 1966, participou no Movimento Estudantil, tendo sido dirigente associativo no Técnico e das RIA de Lisboa. Foi expulso da Universidade de Lisboa em 1964. Pertenceu à Direcção do Sector Intelectual da ORLisboa. Pertenceu à Direcção e à Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros. Após o 25 de Abril foi Secretário de Estado da Habitação do V Governo Provisório. Foi membro do Secretariado da Célula dos Engenheiros e da Direcção do Organismo de Quadros Técnicos do Partido. Foi membro da Assembleia de Freguesia de S<sup>ta</sup> Maria dos Olivais. Actualmente é membro do Secretariado de Direcção da Festa do "Avante!". É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso.

## Fernando das Neves Teixeira

Operário. 49 anos. Membro do partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Teve papel destacado no movimento associativo e popular de Gondomar. Foi membro da D.O.R. do Norte, do Porto, e do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Trás-os-Montes. Actualmente é do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Vila Real. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

## Francisco Joaquim Lourenço Pereira(\*\*)

Operário. 35 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1978. Foi membro da Comissão Promotora do 1<sup>o</sup> Encontro de Jovens Operários Agrícolas da Zona da Reforma Agrária e da semana de luta contra o desemprego, em Lisboa. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Direcção Central da JCP. Actualmente é vereador da Câmara Municipal de Loures. É membro do Executivo da Comissão Concelhia de Loures e membro da DORL. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

## Francisco José de Almeida Lopes

Operário. 37 anos. Membro do Partido e funcionário do Partido desde 1974. Participou nas actividades do Movimento Democrático em 1973. Fez parte da Célula da Applied Magnetics. Em Julho de 1974, foi chamado ao Comité Local de Lisboa. Foi membro da D.O.R. de Lisboa desde Janeiro de 1977, do seu Executivo e do seu Secretariado de 1979 a 1988. É membro efectivo do Comité Central desde o IX Congresso. Foi membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

**Eleito membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.**

## Francisco Manuel Mateus Guerreiro(\*\*)

Serralheiro mecânico. 39 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1978. Foi membro do Secretariado da Célula das Oficinas Gerais de Material do Exército e do Organismo de Direcção da 2<sup>a</sup> Zona do Comité Local de Lisboa. A partir de 1978 passou a ter tarefas na Organização Distrital de Coimbra. Foi membro da Comissão Concelhia da Figueira da Foz. Foi membro do Secretariado da D.O.R. Beira Litoral. Actualmente é membro do Secretariado da D.O.R. de Coimbra. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## Henrique José Carvalho de Sousa

Empregado. 41 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1974. Participou na criação do MJT em 1969 tendo sido membro da sua Direcção. Participou na luta democrática antifascista. Foi membro da D.O.R. do Norte e membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Minho. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Con-

gresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro do Secretariado do Comité Central.

**Eleito membro do Secretariado do CC.**

## Jaime dos Santos Serra

Operário. 71 anos. Membro do Partido desde 1936 e funcionário do Partido desde 1947. De 1936 a 1939 trabalhou na Juventude Comunista e no Socorro Vermelho Internacional. Nos anos de 1940/47 foi responsável pela célula do Arsenal do Alfeite onde trabalhou. Fez parte do Comité Local de Lisboa. Em 1952 é eleito para o Comité Central. De 1956 a 1958 é membro do Secretariado do Comité Central e de 1965 a 1970 é membro da Comissão Executiva do Comité Central. 5 anos de prisão. Fugiu 3 vezes das prisões fascistas: Peniche (1950); Caxias (1956) e Peniche (1960). Foi membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988 e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

**Eleito membro da Comissão Central de Controlo.**

## Jaime de Sousa Félix

Operário. 52 anos. Membro do Partido desde 1968 e funcionário do Partido desde 1975. Foi delegado à Comissão Distrital de Lisboa da CDE. Após o 25 de Abril, pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP, com a responsabilidade do sector bancário e posteriormente pela zona Oriental de Lisboa. Foi membro da D.O.R. Lisboa de 1976 a 1979. Foi membro do Secretariado do Comité Central de 1979 a 1988. É membro do Organismo Sindical Central. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

## Jerónimo Carvalho de Sousa

Operário metalúrgico. 45 anos. Membro do partido desde 1974. Foi membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1973/74. Faz parte do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures. Foi deputado à Assembleia Constituinte. É deputado à Assembleia da República e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar. É membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. É membro da D.O.R. Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

**Eleito membro da Comissão Política do CC.**

## João António Gonçalves do Amaral(\*\*)

Licenciado em Direito. 48 anos. Membro do Partido desde 1967. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil na Universidade de Coimbra. Depois do 25 de Abril, ocupou nos Governos Provisórios o lugar de Chefe de Gabinete no Ministério do Trabalho e, posteriormente, na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária. É deputado à Assembleia da República. É membro do Secretariado do Grupo Parlamentar e da Comissão Junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias Locais. É Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## João António Torrinha Paulo

Operário metalúrgico. 43 anos. Membro do Partido desde 1976. Foi fundador e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo, é membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN e Coordenador do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas. Foi deputado à Assembleia da República de 1983 a 1985. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

## João José Alfacinha Pinheiro(\*\*)

Operário metalúrgico. 48 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1979. Foi membro da Comissão Concelhia de Campo Maior, foi dirigente da Cooperativa Unidade de Trabalhadores e membro da Assembleia Municipal de Campo Maior. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Portalegre. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

## João Pereira Duarte(\*\*)

Empregado. 38 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1976. Foi membro da Comissão Concelhia de Braga e da Comissão Distrital de Braga. Foi do Executivo e Secretariado da DOR do Minho. Actualmente é membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. de Viana do Castelo. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## João Silva(\*\*)

Mecânico de automóveis. 42 anos. Membro do Partido desde 1974. Pertenceu à Célula do Partido na empresa A. M. Almeida, Lda. Foi candidato às eleições para a Assembleia da República em 1985. Foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa, de 1985 a 1987. É dirigente sindical desde 1975. É coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Pertence à Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa e é membro da Comissão Executiva da Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. É membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da DORL. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## Joaquim Almeida da Silva(\*\*)

Operário metalúrgico. 43 anos. Membro do Partido desde 1973. Como membro da Juventude Operária Católica (JOC) foi secretário da secção de Paramos. Em 1973, participou na luta contra a direcção corporativa do Sindicato. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Toyota. Em 1974, fez parte da Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Aveiro. É Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro. É membro suplente da Comissão Executiva da CGTP-IN, sendo coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro e responsável pela ligação ao distrito de Viseu. Foi membro do Comité Regional das Beiras. É membro da Comissão Distrital de Aveiro. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## Joaquim Gomes dos Santos

Operário vidreiro. 75 anos. Membro do Partido desde 1934 e funcionário do Partido desde 1952. Membro das Juventudes Comunistas de 1932 a 1934. Em 1952 passa à clandestinidade e ingressa no Comité Local de Lisboa. Em 1955, passa a membro suplente do Comité Central e, em 1957 a membro efectivo. Em 1961, é chamado ao Secretariado do Comité Central e, em 1963, à Comissão Executiva. 2 anos de prisão. Evadiu-se da cadeia da PIDE no Porto em 1954 e de Peniche em 1960. Foi membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988, do Secretariado do Comité Central de 1974 a 1990 e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

**Eleito membro da Comissão Central de Controlo.**

## Joaquim Jorge Alves Araújo

Intelectual. 56 anos. Membro do Partido desde 1959 e funcionário do Partido desde 1962. Foi membro do Comité Regional do Minho e do Comité Regional da Margem Sul. Foi membro da D.O.R. Norte. 12 anos de prisão. Evadiu-se da cadeia da PIDE no Porto. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro do Secretariado do Comité Central de 1976 a 1990 e membro da Comissão Política.

**Eleito membro da Comissão Central de Controlo.**

## Joaquim Manuel Almeida Dias(\*\*)

Operário. 47 anos. Membro do Partido desde Julho de 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na empresa onde trabalhava, J. F. de Azevedo & Silva. Foi membro do Organismo de Direcção da Construção Civil do CLL. Foi membro do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Lou-

res e da DORL. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

## Jorge Cordeiro(\*\*)

Empregado. 39 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1975. Como membro do Comité Local de Lisboa, foi responsável por organizações de várias zonas da cidade e do trabalho de Autarquias na cidade. Em 1979 passou a integrar o Plenário da DORL. É membro do Executivo e da Comissão Distrital da DORL. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

## Jorge Filipe de Gouveia Monteiro(\*\*)

Licenciado em Direito. 36 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1977. Aderiu à UEC em 1974. Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra em 1975/76. Foi membro da Assembleia Municipal de Lamego em 1983 e da Assembleia Municipal de Coimbra entre 1986/90. Foi membro da Comissão Distrital de Castelo Branco, Comissão Distrital da Guarda e dos Secretariados das Comissões Distritais de Viseu e de Coimbra, bem como da D.O.R. Beira Interior e D.O.R. Coimbra. Desde 1990 tem tido tarefas nas Áreas de Autarquias e Departamento de Propaganda. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

## Jorge Guilherme Esteves Pires(\*\*)

Operário metalúrgico. 39 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro do Conselho Geral dos Trabalhadores da Quimigal/Barreiro. É membro do Secretariado e do Executivo D.O.R. de Setúbal. É responsável pela Organização Concelhia de Almada. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## Jorge Manuel Sário de Matos

Professor do Ensino Primário. 46 anos. Membro do Partido desde 1968 e funcionário do Partido desde 1971. De 1968 a 1971 exerce actividade no Movimento Democrático e Movimento Associativo. De 1974 a 1989 foi colaborador do Comité Central. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Braga. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII e IX Congressos e membro efectivo nos X e XII Congressos.

## Jorge Sarabando Moreira(\*\*)

Intelectual. 44 anos. Membro do Partido desde 1966 e funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da UEC e esteve ligado à criação do organismo da UEC no distrito de Aveiro. Participou em estruturas associativas de estudantes do Liceu de Aveiro e da Universidade de Coimbra. Foi activista de colectividades de acção cultural. Participou na organização do II Congresso Republicano. É membro da DORP. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

## José Augusto Esteves

Empregado. 45 anos. Membro do Partido desde 1973 e Funcionário do Partido desde 1974. Trabalhou no Movimento Democrático em Leiria desde 1969. De 1972 a Junho de 1974 foi membro da Direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Leiria. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão Concelhia de Leiria do PCP, da Comissão Distrital de Leiria e da D.O.R. Oeste Ribatejo. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. Leiria, sendo o responsável da respectiva organização. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

## José Batista Mestre Soeiro

Operário agrícola. 44 anos. Membro do partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1978. Foi fundador e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, de Maio de 1974 a Maio de 1978. Foi membro da D.O.R. do Alentejo de 1978 a 1983. Entre 1984 e 1988 foi responsável pela Organização Regional da Beira Interior. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

**Eleito membro da Comissão Política do CC.**

## José Bento Paleta Fernandes(\*\*)

Operário. 44 anos. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi responsável pela Comissão Concelhia de Sines. Foi membro do Secretariado da D.O.R. Beira Interior. É membro do Executivo da D.O.R. Setúbal. É responsável pela Organização Concelhia do Montijo. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX, X e XII Congressos.

## José Eduardo Bicudo Decq Mota

Intelectual. 43 anos. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi activista do Movimento Estudantil de Coimbra. Activista da CDE. Participou no Movimento Cooperativista. Foi eleito delegado do MFA na Guiné. Membro da Comissão Concelhia de Coimbra e posteriormente da Comissão Distrital. Foi deputado à Assembleia Regional dos Açores de 1984 a 1988. É membro da D.O.R. da Região Autónoma dos Açores e responsável pela respectiva Organização Regional. Foi cooptado como membro suplente do Comité Central em 1980 e eleito membro efectivo do Comité Central em 1988. Foi membro suplente da Comissão Política de 1988 a Maio de 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

## José Ernesto Cartaxo

Serralheiro mecânico. 49 anos. Membro do Partido desde 1970. Antes do 25 de Abril, fez parte do Comité Sub-Regional do Baixo Ribatejo. Cerca de 2 anos de prisão. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão de Trabalhadores e Delegado Sindical da "MEC". É membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos e da Comissão Executiva da CGTP-IN. Eleito membro efectivo do Comité Central no XII Congresso.

## José Gonçalo Simão Timóteo

Operário metalúrgico. 40 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1971. Nos anos de 1968 a 1971, no Baixo Ribatejo, militou nas organizações da Juventude (MJT), e participou nas campanhas da CDE e lutas contra a guerra colonial. De 1972 a 1974 pertenceu ao Comité Local do Porto do Partido na Cidade do Porto. Pertenceu posteriormente à Comissão Distrital do Porto do PCP. Actualmente é membro da DORP. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

## José Machado Moreira Rita

Operário agrícola. 50 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1974. Após o 25 de Abril participou na organização das UCP's e na Cooperativas e na formação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Foi Presidente da Assembleia Municipal de Serpa. Foi membro da Comissão Concelhia de Serpa e da Comissão Distrital de Beja. Foi membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. Alentejo. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Beja. Eleito membro suplente no VIII Congresso e efectivo nos X e XII Congressos.

## José Manuel Calado Ferreira Neto

Empregado. 45 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da Comissão Concelhia do Barreiro do MDP/CDE na campanha eleitoral de 1973 e da concelhia do Partido após o 25 de Abril. A partir de 1976, foi membro da DORS e da Comissão Sindical Nacional do Partido. Em 1980 passou a ser membro do Secretariado da D.O.R. de Setúbal. De 1983 a 1986 foi membro da D.O.R. da Região Autónoma da Madeira, tendo sido responsável pela respectiva Organização. A partir de 1987 passa a desempenhar tarefas a nível central. Foi elei-



to membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### José Manuel Mala Nunes de Almeida

Operário metalúrgico. 47 anos. Membro do partido desde 1974. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave. É membro da Comissão Concelhia de Almada desde 1975. É deputado desde a Assembleia Constituinte. É Vice-Presidente da Assembleia da República. É Presidente da Assembleia Municipal de Almada. É membro da D.O.R. de Setúbal desde Julho de 1984. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX e X Congressos e membro efectivo no XII Congresso.

#### José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino

Intelectual. 57 anos. Membro do Partido desde 1956 e funcionário do Partido desde 1951. Foi dirigente de Associações de Estudantes (IST, CEI, CDUL), em 1961 foi Secretário-geral das Reuniões Inter-Associações de Estudantes. Participou no Movimento de Unidade Democrático Juvenil e União da Juventude Portuguesa e outros movimentos juvenis democráticos. 7 anos de prisão. Membro da D.O.R. Norte quando do 25 Abril. Foi membro das D.O.R. das Beiras, da Beira Litoral e de Lisboa e do O.D. Sectores intelectuais e cooperativo da ORL. Actualmente é membro da Comissão junto do CC para os Assuntos Económicos. Foi cooptado para membro suplente do Comité Central em Maio de 1974 e eleito membro efectivo desde o VIII Congresso.

#### José Nogueira da Silva Casanova

Operário. 53 anos. Membro do Partido desde 1959 e funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da União da Juventude Portuguesa. Trabalhou sucessivamente nas organizações do Partido do Couço e da Venda Nova - Amadora. Emigrou para a Bélgica em 1971, continuando aí as suas actividades partidárias junto dos emigrantes.

Em 1974 regressou a Portugal, sendo integrado na Comissão Concelhia de Oeiras. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Lisboa. 5 anos de prisão. Foi eleito membro efectivo do Comité Central nos VIII, IX, X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Política do Comité Central.

#### José Rodrigues Antunes

Operário. 37 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Participou em lutas do sector das madeiras, em tarefas sindicais e pertenceu à Direcção do Sindicato dos Marceneiros do Distrito de Braga. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. do Minho. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Braga. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

#### José Rodrigues Vitoriano

Operário. 74 anos. Membro do Partido desde 1941 e Funcionário do Partido desde 1951. Foi Presidente do Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro de 1945 a 1948. Pertenceu à Comissão Sindical Nacional (1947/48). Foi membro do Comité Nacional Corticeiro, do Comité Provincial do Algarve e do Comité Regional da Zona Barlavento do Algarve. 17 anos de prisão. Foi deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República de 1976 a 1987. É membro do Comité Central desde 1967. Foi membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988 e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Eleito membro da Comissão Central de Controlo.

#### José Veloso Abreu(\*\*)

Operário químico. 49 anos. Membro do Partido desde 1969. Na emigração, pertenceu ao Secretariado da Célula de Toronto, no Canadá. É membro da Direcção do Sindicato das Indústrias Químicas do Sul. É membro do Secretariado da Célula da Quimigal e do Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Júlio António Delaunay Filipe

Operário. 44 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Desde 1972, ligado ao trabalho sindical. Foi membro do Organismo de Direcção do Sector de Transportes e do Comité Local de Lisboa. É membro da D.O.R. Lisboa desde Março de 1979, sendo actualmente membro do Executivo e do Secretariado. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos.

#### Júlio Joaquim Bessa Vintém(\*\*)

Operário tipógrafo. 38 anos. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1978. Aderiu ao Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) em 1974. Foi membro da União da Juventude Comunista (UJC). Formou e foi responsável da Célula do Partido na empresa Braz (UJC). Formou e foi responsável da Célula do Partido na empresa Braz (UJC), onde trabalhava. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores em Monteiro, onde trabalhava. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores em 1975/76. Foi membro do Executivo e Secretariado do Organismo de Direcção dos Gráficos da ORL e do Secretariado dos Concelhos do Norte da ORL. É membro da DOR Lisboa.

Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Luís Manuel da Silva Viana Sá

Licenciado em Direito. 40 anos. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1976. Foi membro do Secretariado da UEC na Faculdade de Direito de Lisboa. Foi Adjunto do Gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações no IV e V Governos Provisórios e do Ministro das Obras Públicas no VI Governo Provisório. Foi membro da Comissão Nacional de Eleições de 1977 a 1987. É responsável da Comissão de Trabalho do Comité Central, para o Trabalho nas Autarquias e Director da revista "Poder Local" desde 1977. Eleito Deputado pelo Círculo Eleitoral do Porto em 1991. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Política do Comité Central.

Eleito membro da Comissão Política do CC.

#### Luísa Araújo

Empregada. 45 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionária do Partido desde 1974. Foi activista do MDM. Foi membro do Comité Local do Barreiro e posteriormente da Comissão Concelhia do Barreiro. Foi do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Setúbal. Foi eleita membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro do Secretariado do Comité Central, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Comissão Executiva Nacional.

Eleito membro do Secretariado do CC.

#### Manuel António Teixeira de Freitas

Operário têxtil. 43 anos. Membro do Partido desde 1974. Participou no movimento operário da juventude antifascista, foi activista sindical e logo após o 25 de Abril integrou a Comissão Directiva do Sindicato Têxtil do Porto. É dirigente do mesmo Sindicato e coordenador da Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles e é membro do Conselho Distrital da União dos Sindicatos do Porto. Pertence à Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da D.O.R. do Porto. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

#### Manuel Guerreiro Reis(\*\*)

Electricista. 37 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1981. Foi activista do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e, posteriormente, na União da Juventude Comunista (UJC). Pertenceu à célula da EFACEC. Foi membro da Comissão Concelhia do Barreiro e do Executivo e Secretariado da Comissão Concelhia da Moita, tendo sido responsável pela Organização Concelhia da Moita de 1985 a 1987. É membro do Executivo da D.O.R. Setúbal. É responsável pela Organização Concelhia do Barreiro. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Manuel Mendes Nobre Gusmão

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. 46 anos. Membro do Partido desde Maio de 1974. Foi redactor das Revistas "O Tempo e o Modo", "Letras e Artes", "Crítica" e "Seara Nova". Fez parte da Comissão Instaladora

dora Provisória do Sindicato dos Professores em Maio de 1974 e da sua Comissão Directiva Provisória, eleita no mesmo ano. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (76/79). Foi membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. Faz parte do Conselho Editorial da Revista "Vértice". Foi membro do Conselho da Comunicação Social. É membro do Organismo Intermédio de Direcção dos Sectores Intelectuais da O.R. Lisboa e da D.O.R. de Lisboa. É membro da Comissão junto do C.C. para o trabalho ideológico e a comunicação. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo no XII Congresso.

#### Manuel Silva Ribeiro Almeida(\*\*)

Operário metalúrgico. 47 anos. Membro do Partido desde 1974. Teve actuação destacada nas greves de 73 na empresa SEPSA. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da SEPSA e pertenceu ao Secretariado da Célula desta empresa. É dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto desde 1978, sendo actualmente o seu coordenador. É membro do Executivo da União dos Sindicatos do Porto, do Executivo do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Foi deputado do PCP à Assembleia da República em 1982. É membro da DORP. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Manuel Sobral Antunes Pereira

Empregado. 48 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionário do Partido desde 1974. Membro do Comité Local do Barreiro de 1972 a 1974. Em Abril de 1974, foi membro da Comissão Concelhia do Barreiro. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Setúbal, sendo responsável pela respectiva organização. É membro efectivo do comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro da Comissão Política entre Dezembro de 1988 e Maio de 1990 e da Comissão Executiva Nacional.

Eleito membro da Comissão Política do CC.

#### Manuel Vasco da Costa Ferreira Paiva

Empregado. 42 anos. Membro do Partido desde 1969 e funcionário do Partido desde 1972. Participou no Movimento Estudantil e posteriormente no MJT no Porto, até 1972. Em 1973, foi membro do Comité Regional das Beiras, como responsável pelo Distrito de Aveiro. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. das Beiras e da D.O.R. da Beira Litoral. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Vila Real, sendo actualmente o responsável da respectiva organização. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X e XII Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### Maria do Carmo Tavares Ramos

Analista química. 44 anos. Membro do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, participou nas negociações para a saída da Portaria dos Analistas. Entre 1974 e 1975, fez parte da Comissão de Trabalhadores da empresa "Neocel". É membro da Direcção do Sindicato dos Químicos do Centro e Ilhas e da Comissão Executiva da CGTP-IN. Eleita membro efectivo do Comité Central no XII Congresso.

#### Maria Fernanda Santos Cardoso Mateus

Operária têxtil. 33 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionária do Partido desde 1979. Em 1976 militou na UJC na Amadora e pertenceu à Concelhia da UJC de Oeiras. Membro da Direcção Nacional do MDM. Membro da D.O.R. de Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### Maria Fernanda de Sousa Barroso

Engenheira técnica química. 47 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1975. Em 1973 colaborou na CDE de Lisboa. Depois do 25 de Abril, foi eleita para a Comissão Directiva Provisória do Instituto Industrial. Fez parte da Comissão de Trabalhadores do LNEC, fez parte do Secretariado de Célula do LNEC desde a sua formação. É membro da D.O.R. de Lisboa desde 1979. Actualmente membro da Comissão Distrital da DORL. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo no XII Congresso.

#### Maria Helena Guimarães Medina

Intelectual. 42 anos. Membro do Partido desde 1968 e funcionária do Partido desde 1972. Antes do 25 de Abril, participou activamente nas lutas estudantis e na vida associativa nas Faculdades de Ciências e Engenharia do Porto e no movimento democrático. Foi membro do Organismo de Direcção das Organizações de Estudantes do PCP e da 1ª Comissão Central da UEC. Após o 25 de Abril foi membro da D.O.R. Alentejo e Algarve. Foi membro da Comissão Executiva e do Secretariado da D.O.R. do Norte e da D.O.R. do Porto. Foi membro da Assembleia Municipal do Porto. Actualmente é membro do Executivo da D.O.R. Lisboa e da sua Comissão Distrital. É responsável pelas questões da Juventude e pelo trabalho dos Quadros Técnicos e Científicos. Foi eleita membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e efectiva nos IX, X e XII Congressos.

#### Maria Odete Filipe(\*\*)

Operária. 42 anos. Membro do Partido desde 1976. Foi membro da Comissão de Trabalhadores e delegada sindical da empresa "Luís Pedro Mendonça", participou na luta contra a desintervenção desta empresa. É membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e do Conselho Nacional da Federação dos Metalúrgicos. É membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Pertence ao Conselho Nacional do MDM. É membro da D.O.R. Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Maria da Piedade Morgadinho

Intelectual. 59 anos. Membro do Partido desde 1954 e funcionária do Partido desde 1957. Foi membro da Comissão Central do MUD Juvenil. Trabalhou na Rádio Portugal Livre até Maio de 1974. Foi membro da D.O.R. Oeste e Ribatejo e da D.O.R. de Lisboa. É colaboradora dos Organismos Executivos do Comité Central. É membro efectivo do Comité Central desde VIII Congresso.

#### Maria Rosa Monteiro Rabiais

Empregada. 40 anos. Membro do partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1974. Delegada Sindical desde 1971. Em Maio de 1974 é eleita para o Secretariado da Comissão distrital de Delegados dos Bancários do Sul. É membro do Executivo da D.O.R. de Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X e XII Congressos.

#### Maria Teresa de Azevedo Ferreira Lopes(\*\*)

Professora do Ensino Secundário. 41 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionária do Partido desde 1973. Militou na Organização da Faculdade de Letras até à fundação da UEC da qual fez parte. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão Distrital de Braga. Em Junho de 1978 passou a fazer parte do Comité Local do Porto. É membro da DORPorto. É membro suplente do Comité Central desde o IX Congresso.

#### Marília Pereira Morais Villaverde Cabral

Empregada. 50 anos. Membro do Partido desde 1959 e funcionária do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, foi activista do movimento estudantil e do Movimento de Mulheres. Participou no III Congresso da Oposição Democrática. Foi membro do Organismo de Direcção dos Empregados de Escritório. Após o 25 de Abril, foi eleita para a Direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa. É membro do Secretariado e da Comissão Distrital da D.O.R. Lisboa. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

#### Octávio Augusto Teixeira

Economista. 48 anos. Membro do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil de 1962 e fez parte da Direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Integrou a Direcção do Sindicato dos Comercialistas (Economistas) e posteriormente pertenceu à Comissão Organizadora da 1ª Direcção da Associação Portuguesa de Economistas. Depois dos 25 de

Abril, integrou o Organismo dos Bancários de Lisboa. É membro da Comissão junto do Comité Central para os Assuntos Económicos. É deputado à Assembleia da República. É Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Foi eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso. Cooptado para membro efectivo do Comité Central em Maio de 1990. Foi membro da Comissão Política.

Eleito membro da Comissão Política do CC.

#### Octávio Floriano Rodrigues Pato

Empregado. 67 anos. Membro do Partido desde 1941 e funcionário do Partido desde 1945. Foi membro da Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Foi fundador do MUD Juvenil e membro da sua Comissão Central até 1947. Foi membro do Comité Local de Vila Franca de Xira e do Comité Regional do Baixo Ribatejo. É membro do Comité Central desde 1949. Foi chamado ao Secretariado do Comité Central em 1952. 9 anos de prisão. Em 25 de Abril era membro do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central. Foi deputado à Assembleia Constituinte em 1975. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições Presidenciais de 1976. Foi deputado à Assembleia da República desde 1976 a 1991. Foi membro da Comissão Política de 1974 a 1988 e membro do Secretariado do Comité Central e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Eleito membro do Secretariado do CC.

#### Óscar Luso de Freitas Lopes

Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto e escritor. 75 anos. Membro do Partido desde 1945. Autor duma vasta obra intelectual, sobretudo no domínio da linguística e da crítica literária. Desde 1942 participa em acções democráticas e antifascistas. Pertenceu ao MUNAF, MUD, MND e CDE. Trabalhou no Organismo dos Partidários da Paz e Comissão Nacional do Socorro aos Presos Políticos. Foi preso no processo dos partidários da Paz (1955) tendo passado 5 meses na prisão. Logo após o 25 de Abril foi eleito para Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto. Fundador da Universidade Popular do Porto. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Pertence ao Conselho Regional do Porto do PCP. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

#### Raimundo do Céu Cabral

Operário agrícola. 45 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionário do Partido desde 1974. De 1972 a 1974 fez parte da Organização Local de Alpiarça. Após o 25 de Abril foi membro da Comissão Concelhia de Alpiarça e da Comissão Distrital de Santarém. Foi membro da D.O.R. Oeste e Ribatejo. Foi responsável pela O.R. de Santarém de 1979 a 1991. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Évora, sendo responsável pela respectiva organização. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1983 e membro efectivo de 1983 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### Romeu Augusto Domingos do Rosário

Analista químico. 52 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionário do Partido desde 1977. Antes do 25 de Abril fez parte dos corpos gerentes do Cine-Clube do Barreiro. Participou nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 pelo MDP/CDE no Barreiro e em Queluz. Esteve ligado ao processo das cooperativas em 1973. Participou na formação do Sindicato da Indústria Farmacéutica. Foi membro do Comité Local de Lisboa e do Executivo da DORL. Desde 1984 a 1988 desempenhou tarefas como colaborador dos organismos executivos do Comité Central. Actualmente é membro do Executivo da D.O.R. Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos. É membro efectivo desde o XII Congresso.

#### Rosa de Oliveira Dias

Operária têxtil. 36 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionária do Partido desde 1974. Em 1971 participa nas actividades da Juventude Trabalhadora (MJT). Após o 25 de Abril trabalhou no sector têxtil, integrando o Comité Têxtil do Porto. Em 1975 regressou à produção tendo sido delegada sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da empresa onde trabalhava. Em Dezembro de 1977, assume de novo integralmente tarefas de Organização do Partido. Foi membro do Comité de Classe dos Têxteis. É membro da DORP. É membro efectivo do Comité Central desde o IX Congresso.

#### Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva

Jornalista. 48 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1974. Participou activamente desde 1960 no Movimento de Oposição Democrática e no movimento estudantil. Em 1973 foi eleito para a Comissão Central da CDE e depois de Abril de 1974 para a Comissão Central do MDP/CDE. Foi preso pela PIDE várias vezes. Desde Agosto de 1974 é chefe de Redacção do "Avante!". Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### Rui Manuel Neto Paixão(\*\*)

Operário. 43 anos. Membro do Partido desde 1974. Pertenceu à Comissão Intersindical da Lisnave. É Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, Coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, dirigente da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos e da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da Comissão Executiva da D.O.R. Setúbal e do Organismo Intermédio para o trabalho Sindical da Organização Regional de Setúbal. Foi eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Saul Feteira Fragata(\*\*)

Operário. 46 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1987. Foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria e membro da União dos Sindicatos de Leiria e da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos. É membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande. É membro do Executivo da DOR Leiria. Foi eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

#### Serafim Brás da Silva

Operário agrícola. 38 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Pertenceu à Direcção da Associação Desportiva e Cultural de Freixo de Espada à Cinta e da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses. É membro da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta. Foi membro da Comissão Concelhia de Freixo de Espada à Cinta, Mirandela e Bragança. Foi membro da Comissão Distrital de Bragança e do Executivo e Secretariado da D.O.R. Trás-os-Montes. Actualmente é membro do Executivo e Secretariado da D.O.R. Bragança, sendo responsável pela respectiva organização. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X congresso e membro efectivo no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### Sérgio Manuel de Sousa Teixeira

Operário gráfico. 42 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1977. Foi activista sindical e do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT). Foi delegado sindical e membro da Comissão Intersindical da empresa Ambar. Foi membro da Assembleia Municipal de Chaves de 1979 a 1983. Encabeçou a lista à Câmara de Gondomar nas eleições autárquicas em 1986, tendo sido vereador. Foi membro da Assembleia Municipal de Gondomar. Fez parte das Direcções Regionais do Norte, Trás-os-Montes, Porto e Beira Litoral. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Aveiro, sendo o responsável pela respectiva organização. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política desde 1988 até 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

#### Sérgio de Matos Vilarigues

Operário. 77 anos. Membro do Partido desde 1935 e funcionário do Partido desde 1942. Participou no Movimento Sindical de 1931 a 1934. Foi membro da Federação das Juventudes Comunistas em 1932 e da sua direcção em 1940 a 1944. Foi eleito para o Comité Central no III Congresso (1943). Foi sucessivamente responsável pela organizações do Algarve, Alentejo, Margem Sul do Tejo, do Norte do Rio Douro e das Beiras. De 1947 a 1948 é membro do Secretariado do Comité Central. Foi responsá-



# Comité Central

vel pela Organização da Região de Lisboa de Dezembro de 1948 a Março de 1949, data em que volta ao Secretariado do Comité Central, organismo de que faz parte até 1974. Foi membro da Comissão Executiva do Comité Central de 1966 a 1972. Foi responsável directo da imprensa do Partido, nomeadamente do "Avante!" no total de 16 anos. 6 anos de prisão, 4 dos quais no Campo de Concentração do Tarrafal. Depois do 25 de Abril foi membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central até 1988 e da Comissão Central de Controlo e Quadros.

Eleito membro da Comissão Central de Controlo.

## Virgílio Manuel França Azevedo

Operário metalúrgico. 37 anos. Membro do Partido desde 1972. Funcionário do Partido. De 1971 a 1977 militou nos movimentos da Juventude (MJT e UJC) tendo sido membro da Comissão Central da UJC. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Setúbal. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

## Vítor Alberto Alves dos Santos

Operário. 39 anos. Membro do Partido desde 1972 e funcionário do Partido desde 1977. Em 1973 foi membro da Comissão Concelhia de Torres Vedras da CDE e da Comissão Distrital do Movimento da Juventude Trabalhadora. Foi responsável pela Comissão Concelhia do Partido de Torres Vedras. Foi membro da D.O.R. de Lisboa. Entre 1988 e 1991 foi colaborador dos organismos executivos do Comité Central. Actualmente pertence ao Secretariado da Festa do "Avante!". Foi eleito membro suplente do Comité Central no X congresso e membro efectivo no XII Congresso.

## Vítor Manuel Caetano Dias

Intellectual. 47 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1976. Foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa em 1966/67. A partir de 1969 foi membro de diversas estruturas da CDE de Lisboa. Foi dirigente do MDP/CDE até 1976. Entre 1976 e 1990 teve tarefas ligadas à Informação e Propaganda Central. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X e XII Congressos. Membro da Comissão Política do Comité Central desde Maio de 1990.

Eleito membro da Comissão Política do CC.

## Vítor Manuel Marques Fernandes

Empregado. 50 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da Direcção do Sindicato dos Escritórios e Caixeiros de 1972 a 1974. Em 1974 participou na constituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. De 1974 a 1975 foi membro da Comissão Distrital de Santarém do Partido. De 1975 a 1979 fez parte da D.O.R. do Oeste e Ribatejo. Foi membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Santarém. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Leiria. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII Congresso.

## Vítor Manuel Ranita(\*\*\*)

Operário. 53 anos. Membro do Partido desde 1974. Participou na luta sindical pela conquista do Sindicato dos Metalúrgicos entre 1969 e 1970, é dirigente da Federação dos Metalúrgicos. Foi fundador da CGTP-IN. Foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto em 1974. É dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, da União dos Sindicatos do Porto e do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da D.O.R. do Porto e da Comissão para os Problemas dos Trabalhadores e Organismos Sindicais

## MEMBROS SUPLENTES

### Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes

Economista. 54 anos. Membro do Partido desde 1976. Participou nas lutas estudantis de 1962 e no Congresso da Oposição Democrática, em 1973. É Presidente da Câmara Municipal de Évora. Faz parte do Secretariado do Congresso do Alentejo. É membro suplente da Direcção Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Foi membro da Comissão Distrital de Évora. É membro da Comissão Concelhia de Évora e do Executivo da D.O.R. Évora. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Albino Valdemar Madureira(\*)

Técnico superior aduaneiro. 48 anos. Membro do Partido desde 1975. Foi membro da Assembleia Municipal de Vila do Conde. Vereador da Câmara Municipal de Matosinhos. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Vila do Conde. É membro da Comissão Concelhia de Matosinhos, da Comissão de Autarquias da DORPorto e da D.O.R.Porto.

### Alexandre Cortes Rodrigues(\*)

Empregado de hotelaria. 40 anos. Membro do Partido desde 1979 e funcionário do Partido desde 1980. Fez parte da Direcção do Sindicato dos trabalhadores da Hotelaria do Sul e Ilhas entre 1977 e 1978. Fez parte da Comissão Concelhia de Évora e da Comissão Distrital e da D.O.R.Portalegre. Actualmente é membro do Executivo da D.O.R.Evora. É responsável pela Organização Concelhia de Évora e pela Área do Movimento Associativo no distrito de Évora.

### Américo Costa

Empregado. 49 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1977. Antes do 25 de Abril, esteve ligado à actividade sindical, nomeadamente do Sindicato de Propaganda Médica. Depois do 25 de Abril desenvolveu várias tarefas ligadas ao sector sindical da Organização Regional de Lisboa. Foi membro da Comissão Distrital de Aveiro. Actualmente, é membro do Organismo Sindical Central. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Ana Benedita Ramos Caro

Operária agrícola. 45 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1975. Teve uma activa participação na ocupação de terras e na formação de UCP.s/Cooperativas. Pertenceu à Comissão de Freguesia da Amareleja. Foi membro da Comissão Distrital de Beja e do Executivo da DOR Alentejo. É Vereadora na Câmara Municipal de Moura. É membro do Executivo da D.O.R. de Beja. Eleita membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

### Ana Paula Henriques(\*)

Empregada. 36 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionária do Partido desde 1975. Pertenceu ao Movimento da Juventude Trabalhadora em 1974. Foi membro da célula do ex-FMDP, da Comissão de Freguesia de Marvil. Foi responsável pelo Sector de Hotelaria e pelas Células da CP, TAP e Sindicatos dos Ferroviários do Centro e do SITAVA. Actualmente é responsável do Sector de Transportes da ORL. É membro da DORLisboa, da sua Comissão Distrital e do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa.

### Ana Paula da Silva Coelho

Estudante. 31 anos. Aderiu à UEC em 1975. Membro do Partido desde 1977. Foi funcionária da JCP de 1979 a 1990. Foi membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP de 1983 até 1990. Entre 1975 e 1977 foi dirigente associativa do Ensino Secundário. Participou activamente na luta contra os exames nacionais do Ensino Secundário, na luta contra o 12º ano e na luta pela aplicação do Ensino Unificado. De 1980 a 1983 foi membro do Secretariado da Direcção Nacional da O.R. do Porto da JCP. Foi deputada à Assembleia da República. Actualmente membro do Secretariado Nacional do MDM. Eleita membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### António Filipe Rodrigues(\*)

Jurista. 29 anos. Membro do Partido desde 1983. Aderiu à UEC em 1975. Participou no movimento associativo no Liceu Nacional da Amadora. Foi funcionário da JCP entre 1985 e 1987. Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito entre 1982 e 1984 e da respectiva Assembleia de Representantes entre 1982 e 1985. Foi membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP. É membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP. É membro da Assembleia Geral do Conselho Nacional da Juventude. Deputado da Assembleia da República.

### António Jorge Filipe(\*)

Empregado. 34 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1977. Pertenceu às Comissões Concelhias de Gaia, Santo Tirso e Maia. Actualmente é responsável pelos organismos do Sector de Serviços da ORP e organismos sindicais. É membro dos Organismos de Direcção da Cidade do Porto, do Sector de Serviços e Sector Sindical. É membro do Secretariado Permanente da DORP.

### António Licínio de Carvalho(\*)

Operário canalizador. 41 anos. Membro do Partido desde 1974. Funcionário do Partido. Participou em acções da Oposição Democrática antes do 25 de Abril. Pertenceu aos Organismos Executivos da Direcção Nacional do MJT e depois da UJC. Fez parte dos Secretariados das Comissões Concelhias de Oeiras e da Amadora e do Organismo de Direcção da Zona Ocidental da O.R. Lisboa. É membro do Secretariado da Célula da Festa do "Avante!" e membro do Secretariado da Direcção da Festa do "Avante!".

### António Manuel Salavessa(\*)

Empregado de escritório. 40 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1975. Participou em lutas estudantis entre 1969 e 1970 no Instituto Comercial de Lisboa. Foi activista da Associação de Originários de Portugal em França e colaborador da publicação "O Imigrado Português". Fez parte das Comissões Distritais de Castelo Branco, Guarda e Aveiro e do Secretariado da D.O.R. da Beira Litoral. Actualmente é da Comissão Executiva e do Secretariado da D.O.R.Aveiro. É responsável pela Frente de Trabalho das Autarquias e pelo Gabinete de Imprensa da DOR de Aveiro. Faz parte da Comissão junto do CC para o Trabalho das Autarquias. Membro da Assembleia Municipal de Aveiro.

### António Oliveira Alves(\*)

Bancário. 43 anos. Membro do Conselho Geral e do Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte, membro das estruturas representativas dos trabalhadores do Banco Borges e Irmão. É membro do Organismo de Direcção dos Bancários do Porto do PCP e da D.O.R. do Porto.

### António Ramos Cardoso

Operário têxtil. 42 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1976. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na empresa NINAFIL. É membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia da Covilhã, do Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco e do Secretariado da DOR Beira Interior. Actualmente é membro do Executivo da D.O.R. de Castelo Branco. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### António Gonçalves da Silva(\*)

Inspector-orientador do Ensino Primário. 53 anos. Membro do Partido desde 1978. Ex-Director da Escola do Magistério Primário de Viana do Castelo. Fundador e membro da Comissão Directiva do Sindicato dos Inspectores do Ensino. Ex-Presidente do Conselho Municipal de Viana do Castelo. Membro da Direcção do Centro Cultural do Alto Minho. Presidente da Assembleia de Freguesia de Meadela e membro da Assembleia Municipal de Viana do Castelo. Membro da D.O.R. de Viana do Castelo.

### Armando Rodrigues

Operário da construção civil. 37 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1979. Fez parte da Comissão de Freguesia de Benfca do Ribatejo e da Comissão Concelhia de Almeirim. É membro do Executivo e do Secretariado da DORSantarém. Actualmente é responsável pelas organizações concelhias de Almeirim, Benavente e Coruche. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Armindo dos Santos Miranda(\*)

Bancário. 39 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionário do Partido desde 1981. Foi activista sindical no âmbito do Sindicato do Comércio do Distrito de Setúbal. Pertenceu ao Organismo de Direcção dos Bancários da ORL e à Comissão Concelhia de Cascais e de Oeiras. Foi membro da DORL e do seu Executivo. Actualmente é membro da Comissão Executiva e do Secretariado da D.O. da Região Autónoma da Madeira.

### Avelino Pacheco Gonçalves

Empregado. 53 anos. Membro do Partido desde 1965 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi dirigente sindical do Sindicato dos Bancários do Norte. Pertenceu ao Secretariado da Intersindical. Foi Ministro do Trabalho no I Governo Provisório. Foi deputado à Assembleia Constituinte. Foi membro da DORNorte. É membro da DORPorto. É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso.

### Carlos Alberto Vaz Chaparro(\*)

Empregado de balcão. 38 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1976. Pertenceu à Comissão de Freguesia de S. Nicolau. Foi membro do Organismo de Direcção do Sector de Hotelaria, do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa. Actualmente é responsável pela Organização concelhia de Oeiras. É membro da Comissão Distrital da DORL e da Comissão junto do Comité Central para os problemas dos deficientes.

### Carlos Alberto Mendonça Rabaçal

Professor de Educação Física. 39 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1989. Foi funcionário da JCP desde 1978 até 1989. Foi membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP e dos seus organismos executivos. Foi dirigente associativo do Ensino Superior, tendo participado nas lutas académicas de 1974 a 1977. Foi membro da Assembleia Geral e da Direcção do Conselho Nacional da Juventude. Responsável pelos Grupos de Estudo junto do Comité Central para a Política Desportiva e para os Problemas do Movimento Associativo. Membro da Comissão junto do C.C. para os problemas da Juventude e na Comissão Nacional de Autarquias. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional.

### Carlos Manuel Gonçalves(\*)

Empregado. 41 anos. Membro do Partido desde 1971 e funcionário do Partido desde 1973. Foi activista da Oposição Democrática antes do 25 de Abril e do Movimento da Juventude Trabalhadora. Integrou o Grupo de Teatro de Campolide. Depois do 25 de Abril de 1974, integrou diversas estruturas do MFA. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Direcção Organização da Região Autónoma da Madeira. Tarefas de colaboração junto do Comité Central.

### Daniel dos Reis Branco

Engenheiro Técnico. 47 anos. Membro do Partido desde 1975. É Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Presidente da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil e fez parte do núcleo socioprofissional nas eleições de 1969 e 1973, na Mague, pela CDE. Foi dirigente de colectividades de cultura e recreio. Foi membro da Célula da Mague. Foi fundador e é actual vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portu-

gueses. É membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. É membro da Comissão Nacional de Autarquias e GTAL. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Domingos Martins Morim Lopes

Licenciado. 43 anos. Membro do Partido desde 1973 e funcionário do Partido desde 1975. Participou nas lutas estudantis de Coimbra nos anos de 1968/71. Em 1970 foi eleito para a Direcção da AAC. Em 1971 foi preso pela PIDE e expulso da Faculdade de Direito. De 1972 a 1974 participou nas lutas estudantis de Lisboa. Participou activamente no MDP/CDE, em Lisboa nos anos de 1972/74. Foi eleito membro da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa. Foi membro da Direcção da União Nacional dos Estudantes Portugueses. Membro eleito para o Senado Universitário depois do 25 de Abril. É membro da Secção Internacional. Foi representante do Partido na Revista Internacional. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

### Eufrázio Filipe Garcez José

Gestor de Recursos Humanos. 43 anos. Membro do Partido desde 1968. Foi delegado sindical do Sindicato dos Escritórios e activista do movimento associativo. É Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Vice-Presidente da Área Metropolitana de Lisboa. É membro da Comissão Concelhia do Seixal. É membro da D.O.R. de Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Eulália Rosa Caeiro Miranda

Operária. 37 anos. Membro do Partido e funcionária do Partido desde 1974. Participou na campanha eleitoral de 1973. Fez parte do Movimento da Juventude Trabalhadora. Foi delegada sindical na MELKA-Évora. Foi membro da Comissão Distrital de Évora e do Executivo da DOR do Alentejo. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Évora e da Comissão Coordenadora do Alentejo. Foi eleita membro suplente do Comité Central no X e XII Congressos.

### Fernando Carmosino(\*)

Empregado de escritório. 37 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1976. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O.R. de Portalegre. É o responsável pela frente de trabalho das Autarquias na O.R. e pelas Comissões Concelhias do Crato e Nisa. É membro da Assembleia Municipal do Crato.

### Fernando Garcia Amaro da Silva

Barman. 40 anos. Membro do Partido desde 1977. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Torralta. É Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Distrito de Faro. É membro da União dos Sindicatos de Faro, da Federação da Hotelaria e do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve. É membro do Executivo da DORAL. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Filipe Leandro Martins

Journalista e escritor. 47 anos. Membro do Partido desde 1960 e funcionário do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, foi co-fundador da Comissão Pró-Associação dos Liceus e participou nas lutas estudantis dos anos 60 a 64 e nas lutas anticoloniais 67/68. Foi dinamizador dos Suplementos Juvenis do Diário de Lisboa e República e no movimento cineclubista. Na Bélgica, como exilado, de 1968 a 74, fez parte da Organização da Emigração e na dos Desertoers. Depois do 25 de Abril, fez parte da Comissão Concelhia de Setúbal. Desde 1976 integra o colectivo do "Avante!". De 1986 a 1991 foi subchefe da Redacção do "Avante!". Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### Francisco José Névoa de Melo(\*)

Director literário. 48 anos. Membro do Partido desde 1963. Funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fez parte da Direcção da Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto (UNICEPE). Pertenceu a organismos do Partido para os sectores intelectuais do Porto e Lisboa. Depois do 25 de Abril foi Director da Revista Internacional - Problemas da Paz e do Socialismo. Actualmente é Director da Revista "Vértice". É Presidente do Conselho de Administração da Editorial "Avante!". É membro do Organismo de Artes e Letras da O.R. Lisboa e da Comissão junto do CC para o Trabalho Ideológico e a Comunicação.

### Helder da Silva Nobre Madeira

Empregado. 53 anos. Membro do Partido desde 1972. Militou na CDE e no Movimento da Paz. Foi activista do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa, a partir de 1970. Foi Governador Civil do Distrito de Setúbal de Novembro de 1975 a Setembro de 1976. Membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Foi Presidente da Câmara Municipal do Barreiro. É Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa. É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso.

### João Alberto Garcia de Abreu

Operário da construção civil. 36 anos. Membro do Partido e funcionário do Partido desde 1975. Pertenceu às Comissões Concelhias da Figueira da Foz e de Seia. Foi membro das Comissões Distritais de Coimbra e da Guarda. Foi delegado sindical na firma Marvil e participou na organização da greve na construção civil em 1979. É membro do Executivo e Secretariado da DORGuarda. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

### João Armando Castelo dos Santos(\*)

Empregado. 37 anos. Membro do Partido desde 1977. Funcionário do Partido desde 1978. Entre 1975 e 1978 foi dirigente de Associações de Emigrantes. Fez parte da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. Entre 1976 e 1977 representou o Sindicato CGT (França) na empresa GAN. Desde 1982 é membro da Comissão para o trabalho entre a Emigração.

### João Camilo(\*)

Médico. 45 anos. Membro do Partido desde 1969. Funcionário do Partido de 1974 a 1991. Activista da Pró-Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (1970/72). Participação activa na crise estudantil de Coimbra (1969). Após o 25 de Abril integrou os corpos gerentes do 1º Sindicato dos Médicos. Membro da DORL desde 1976. Fez parte dos Organismos Executivos dos Sectores Intelectuais e da Saúde. Foi deputado do PCP. É membro do Secretariado da Comissão junto do C.C. para as questões da Saúde.

### João Fernando Dias Serra

Operário agrícola. 39 anos. Membro do Partido desde 1978. É Presidente da Junta de Freguesia de S. Saturnino - Fronteira. É da Direcção da Associação de Agricultores do Norte Alentejano. Pertence à Comissão Concelhia de Fronteira e ao Executivo da Direcção da Organização Regional de Portalegre. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

### João Manuel Pinho Zagalo e Melo

Empregado de escritório. 32 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da UEC de 1974 a 1978. Pertenceu à Comissão de Freguesia do Laranjeiro em 1978/79. É membro do Executivo da DORAL, sendo responsável pelas Comissões Concelhias de Portimão, Lagoa, Vila do Bispo e Aljezur. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.



PCP

**João Maria de Andrade Fernandes Fonseca**

Empregado bancário. 53 anos. Membro do Partido desde 1957 e funcionário do Partido desde 1975. Antes do 25 de Abril participou no Movimento Democrático, Cooperativista e Sindical. Após o 25 de Abril, foi membro do Secretariado da Intersindical, em representação do Sindicato dos Bancários do Porto e participou na organização da União dos Sindicatos do Porto. É membro da DORP. É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso.

**Joaquim Estêvão Miguel Judas**

Intelectual. 41 anos. Membro do Partido desde 1970 e funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da AE de Medicina de Lisboa em 1971-72 e de 1972-73. Pertenceu à Comissão Central e Executiva da UEC. Participou nas lutas estudantis de 1970 a 1977, e nas campanhas eleitorais de 1969 a 1973. Foi membro da Comissão para o Trabalho entre a Emigração. É membro do Departamento de Propaganda. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

**Joaquim Inácio Charneca Miguel**

Operário agrícola. 45 anos. Membro do Partido desde 1975. Foi Presidente da UCP "Humberto Delgado" e membro do Secretariado Concelhio distrital das UCP.s/Cooperativas. É Presidente da Câmara Municipal de Arraiolos desde 1979. É membro da Comissão Concelhia de Arraiolos e da DORÉvora. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

**Joaquim Jorge Ferreira (\*)**

Operário. 37 anos. Membro do Partido desde 1975. Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do distrito de Santarém, membro do Executivo da União dos Sindicatos de Santarém. Faz parte da Comissão Concelhia de Vila Nova de Barquinha e do Executivo da D.O.R. Santarém.

**Joaquim Miranda da Silva**

Economista. 42 anos. Membro do Partido desde 1976. Enquanto membro das Comissões Concelhias e Distritais de Portalegre e da D.O.R. Alentejo foi responsável pelo organismo da Reforma Agrária de Portalegre e integrou as Comissões da Reforma Agrária junto da DORAlentejo e do Comité Central. Foi vereador da Câmara Municipal e membro da Assembleia Municipal de Portalegre. Foi deputado à Assembleia da República, de 1980 a 1986, tendo pertencido ao Secretariado do Grupo Parlamentar. É deputado ao Parlamento Europeu e é Vice-Presidente do "Grupo Coligação de Esquerda". É membro do Executivo da D.O.R. Portalegre. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Jorge Amador (\*)**

Operário. 27 anos. Membro do Partido desde 1982. Funcionário da JCP desde 1983. Aderiu à UEC em 1981. É membro da Direcção Nacional da JCP desde 1987 e dos seus organismos executivos desde 1989. É o responsável pela Organização da JCP no distrito de Leiria. É Presidente da Direcção do Jardim de Infância de Serra Del' Rei e membro da Assembleia Municipal de Peniche. É membro da D.O.R. Leiria.

**José António Balsaiva Tavares (\*)**

Programador de Informática. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1981. Foi delegado sindical, membro da Comissão de Trabalhadores e membro do Conselho Geral do SITSE. Fez parte do Organismo de Direcção dos Escritórios e do Executivo do Comité Local de Lisboa. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Presidente da Comissão Permanente do Urbanismo da Ass. Municipal de Lisboa. Responsável pela organização da Zona Oriental de Lisboa, pelo Organismo do Partido na Assembleia Municipal de Lisboa. Membro da Comissão Distrital da DORL e do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa.

**José António Caetano (\*)**

Caldeireiro. 38 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1979. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores da Lisnave entre 1975 e 1978 e ao Secretariado da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa em 1975 e 1976. Foi membro do Secretariado da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal entre 1977 e 1978. Foi membro da Assembleia da Freguesia da Verdadeira entre 1986 e 1989. Fez parte da Célula da Lisnave, das Comissões Concelhias do Barreiro e da Moita. Actualmente é o responsável do Sector Sindical da O.R. Setúbal. É membro do Executivo da D.O.R. Setúbal.

**José Evangelista Pinto (\*)**

Empregado. 32 anos. Membro do Partido desde 1980. Funcionário do Partido desde 1981. Fez parte da Comissão Concelhia de Barcelos. É membro da Comissão Executiva e do Secretariado da D.O.R. Braga. Actualmente é responsável pelas Frentes de trabalho Sindical e de Propaganda e das Comissões Concelhias de Barcelos e Esposende. É membro da Assembleia Municipal de Barcelos.

**José Manuel Morais (\*)**

Estudante. 27 anos. Membro do Partido desde 1981. Funcionário da JCP desde 1987. Aderiu à UEC em 1977. Participou no movimento associativo na Escola Secundária José Falcão, em Coimbra. É membro da Direcção Nacional da JCP desde 1987 e dos seus organismos executivos desde 1988. Responsável pela Organização da JCP no distrito de Setúbal. É membro da Assembleia do Conselho Nacional da Juventude.

**Leonel Martinho Gomes Nunes (\*)**

Empregado de hotelaria. 43 anos. Membro do Partido desde 1979. Coordenador do Sindicato da Hotelaria da Madeira. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos da Indústria Hoteleira. Membro do Secretariado da União dos Sindicatos da Madeira. Pertence à Comissão Sindical da DORAutónoma da Madeira e ao Organismo Parlamentar. É membro do Executivo e do Secretariado da D.O. da Região Autónoma da Madeira. É Coordenador da DORAM.

**Uno António Marques de Carvalho**

Técnico de contas. 46 anos. Membro do Partido desde 1969. Antes do 25 de Abril, activista no movimento associativo de estudantes e do movimento cooperativo. Foi dirigente do MDP/CDE. É Vice-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção. É membro da Assembleia Municipal de Évora e deputado à Assembleia da República. É membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Luis Manuel Fernandes (\*)**

Operário. 40 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1978. Fez parte da Comissão de Freguesia de Campolide do Organismo de Direcção da 3ª zona da Organização Local de Lisboa. Membro do Executivo da D.O.R.Lisboa, responsável pela Organização da Cidade de Lisboa, da Organização da Zona Norte e trabalho autárquico.

**Luis Pereira Garra (\*)**

Operário têxtil. 35 anos. Membro do Partido desde 1974. Presidente do Sindicato Têxtil do Distrito de Castelo Branco. Coordenador da União dos Sindicatos de Castelo Branco e membro do Conselho Nacional da CGTP. Presidente da Assembleia da Freguesia da Vila de Carvalho e membro da Assembleia Municipal da Covilhã. Membro da Comissão Concelhia da Covilhã e do Executivo da D.O.R. de Castelo Branco.

**Manuel Areias (\*)**

Operário. 45 anos. Membro do Partido desde 1974. Vereador da Câmara Municipal de Grândola. Membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Grândola, da DORSetúbal e do Organismo Intermédio de Direcção dos concelhos do Sul.

**Manuel Francisco Colaço Camacho (\*)**

Engenheiro técnico. 37 anos. Membro do Partido desde 1980. Vereador da Câmara Municipal de Aljustrel. Tem desenvolvido actividade junto de associações culturais e recreativas. É responsável pela Organização Concelhia de Aljustrel, membro da Comissão Concelhia de Aljustrel e do Executivo D.O.R. Beja.

**Manuel Garcia Correia (\*)**

Electricista. 40 anos. Membro do Partido desde 1979. Foi membro da Comissão Dinamizadora do Associativismo das Praças da Armada e presidente da Comissão de Moradores do bairro do Zambujal. Membro da direcção do Sindicato da Indústria Eléctricas do Sul e Ilhas, do Conselho Nacional da Federação das Indústrias Eléctricas e do conselho distrital da União dos Sindicatos de Lisboa. Entre 1978 e 1982 fez parte da comissão de apoio dos emigrantes cabo-verdianos recém-chegados a Portugal. Actualmente é vice-presidente da Federação das Associações Cabo-Verdianas em Portugal. Foi candidato CDU nas últimas eleições à Assembleia da República.

**Manuel Lopes Valente Rosa (\*)**

Serralheiro civil. 35 anos. Membro do Partido desde 1979 e funcionário do Partido desde 1989. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Setenave e delegado sindical. Fez parte da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. Pertenceu à Comissão de Freguesia da Amora. Foi responsável da Célula dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional e da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia do Seixal. É membro da Comissão Concelhia do Seixal e do Executivo da O.R.Setúbal.

**Manuel Maria Libério Coelho (\*)**

Estudante universitário. 24 anos. Membro do Partido desde 1984. Funcionário da JCP desde 1989. Fez parte, entre 1985 e 1986, do Conselho Pedagógico da Escola C+S de Ponte de Sor. De 1984 a 1986 foi membro da Comissão Distrital de Portalegre da JCP. Foi da Direcção do Centro de Cultura e Recreio "Sol Nascente", em Benavita. Entre 1987 e 1989 foi membro da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão e entre 1990 e 1992 membro da Assembleia e do Senado da Universidade Técnica de Lisboa. É membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

**Maria Antónia Dimas (\*)**

Professora. 48 anos. Membro do Partido desde 1969. Funcionária do Partido desde 1986. Antes do 25 de Abril participou na acção do Grupo de Estudos de Professores (G.E.P.E.S.), em iniciativas pela paz e campanhas eleitorais. Pertenceu à Comissão Nacional do MDP/CDE. Fez parte do Executivo e Secretariado da célula da C.D.L. Actualmente é responsável pela organização do Sector da Função Pública da ORL. É membro do Organismo de Direcção da Organização da Cidade de Lisboa e da Comissão Distrital da D.O.R. Lisboa.

**Maria Celeste Antunes Soeiro (\*)**

Operária costureira. 40 anos. Membro do Partido desde 1977. Membro da Comissão de Trabalhadores das Oficinas Gerais de Fardamento do Exército e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Faz parte do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Lisboa. Membro e responsável da célula dos trabalhadores das O.G.F.E.. Membro da D.O.R. Lisboa e da Direcção da Cidade de Lisboa.

**Maria da Conceição Morais Matias**

Empregada. 43 anos. Membro do Partido desde 1977 e funcionária do Partido desde Março de 1983. Em 1976 foi eleita para a Assembleia de Freguesia de Santiago/Sesimbra e, em 1979, foi eleita Presidente da mesma Junta de Freguesia. Em 1980 foi deputada à Assembleia da República pelo PCP. Pertenceu à Direcção do Sindicato dos Rodoviários do Sul e, desde 1981, ao Secretariado da União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal. Foi Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra. É membro da Assembleia Municipal de Sesimbra e membro das Assembleias da Área Metropolitana de Lisboa. Pertence ao Conselho Nacional do MDM. Membro da Comissão junto do CC para os problemas e a luta das mulheres. É membro do Secretariado da DORS. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

**Maria Elvira Barreira Ferreira Nereu**

Empregada. 51 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionária do Partido desde 1977. Foi delegada sindical e membro da C.T. do grupo de empresas "Fima-Lever-Iglo" até 1977. Participou na formação da CDE e foi membro da sua Direcção Nacional. É membro do Organismo Intermédio dos Sectores Intelectuais e membro da D.O.R. de Lisboa e da sua Comissão Distrital. É membro da Comissão junto do CC para as Questões do Ensino e da Comissão Nacional de Professores. Responsável pela Organização dos Professores da ORL. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

**Maria Etevína Rosa Lopes Ribeiro**

Operária vidreira. 37 anos. Membro do Partido desde 1980. É delegada sindical, dirigente do Sindicato da Indústria Vidreira. É membro e responsável da célula do Partido na empresa "Manuel Pereira Roldão". É membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande e da DOR Leiria. Eleita membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Maria Ilda Figueiredo (\*)**

Economista. 44 anos. Membro do Partido desde 1974. Foi deputada da Assembleia da República e Vereadora da Câmara Municipal de Gaia. Fez parte da Comissão para os problemas e a luta das mulheres. Actualmente é responsável pelo Sector de Actividades Económicas, Ambiente e questões de Desenvolvimento Regional. É membro da Comissão Concelhia de Gaia e da DOR Porto.

**Maria Leonor Maia Xavier**

Operária agrícola. 42 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionária do Partido desde 1981. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre entre 1976-81. Foi membro do Executivo da DORAlentejo. Eleita na Assembleia Municipal do Crato. Actualmente é membro da Comissão Distrital de Portalegre e da Direcção da Organização Regional de Portalegre. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos.

**Maria Manuela Esteves**

Professora. 43 anos. Membro do Partido desde 1976. Professora do Ensino Secundário, actualmente requisitada pela Universidade de Lisboa para trabalhar na formação de professores. Foi delegada sindical e foi diri-

gente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa entre 1979 e 1987. É membro do Conselho Nacional da FENPROF. Directora da Revista "O Professor". É membro do Organismo de Direcção dos Professores da Organização Regional de Lisboa. É membro da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino. Membro da DORL. Eleita membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Maria Manuela Mendes Cruz Bernardino**

Intelectual. 48 anos. Membro do Partido desde 1961 e funcionária do Partido desde 1970. Dirigente associativa da Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa e da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, em 1982.

Fez parte, designadamente, da Comissão Distrital de Lisboa da CDE, representando o MDM, e participou na criação e actividade da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Após o 25 de Abril foi membro das Comissões Concelhias do Porto, Aveiro e Coimbra. Membro da Secção Internacional desde 1981. Eleita membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Maria Manuela Antunes da Silva (\*)**

Professora. 44 anos. Membro do Partido desde 1969. Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Santa Maria da Feira. Membro da Direcção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. Foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto entre 1969 e 1970. Foi membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira entre 1976 e 1989. Foi cabeça de lista à Câmara Municipal de Stª Maria da Feira, nas Eleições Autárquicas. É membro da Comissão Executiva da D.O.R. Aveiro. Actualmente responsável pelas Frentes de trabalho do Ensino e Mulheres.

**Mário Augusto Sousa (\*)**

Professor. 44 anos. Membro do partido desde 1975. Foi Vice-Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Vila Real de Stª António. É membro do Executivo da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul e do Conselho Regional da União dos Sindicatos do Algarve. É vereador da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Foi responsável pela Célula do Partido da Direcção-Geral de Desportos entre 1977/78 e fez parte do grupo de trabalho junto do CC para o Desporto. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Vila Real de Stª António. É membro do Executivo da D.O.R. Algarve e da Comissão Nacional de Professores.

**Mário Machado da Costa**

Operário. 41 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1979. Foi delegado sindical na empresa "SIC" e membro da Comissão Instaladora da União Sindical Local de Felgueiras. Foi membro do organismo interconcelhos e do organismo interconcelho do Vale do Tâmega. É membro da DORPorto. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Mário Wren Abrantes da Silva**

Engenheiro silvicultor. 42 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1977. Antes do 25 de Abril, participou na campanha eleitoral da CDE em 1969 e foi dirigente da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. Foi preso em 1973, tendo sido libertado com o 25 de Abril. Foi dirigente do MDP/CDE no Distrito de Lisboa. Integrou o Organismo dos Concelhos do Norte (ORL) de 1977 a 1979. É membro da D.O.Região Autónoma dos Açores. Foi eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso.

**Palmira Alves Peixoto (\*)**

Operária têxtil. 36 anos. Membro do Partido desde 1980. Coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Porto. Pertenceu à célula da empresa "Malhas Ameal". Pertenceu ao Comité Local do Porto e à D.O.R. Porto. Membro do Organismo Sindical dos Têxteis e do Conselho Regional do Porto.

**Paulo Oliveira Sucena (\*)**

Professor. 51 anos. Membro do Partido desde 1963. Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e membro do Secretariado da FENPROF. Faz parte do Conselho Consultivo da Revista "O Professor". Membro da Assembleia Municipal de Águeda. Integra o Organismo de Direcção da Organização dos Professores da .O.R.L. e a Comissão Nacional de Professores.

**Rogério Francisco Arralolos**

Operário agrícola. 55 anos. Membro do Partido desde 1974 e funcionário do Partido desde 1983. Participou na formação das UCP.s e Cooperativas e fez parte do Secretariado Distrital de Évora das UCP.s/Cooperativas. Foi membro da Célula da UCP "Pedro Soares". Foi membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo. Foi membro da Comissão Distrital de Évora. É membro do Executivo da DORÉvora. É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso.

**Silvestrina Monteiro (\*)**

Operária têxtil. 41 anos. Membro do Partido desde 1974. Funcionária do Partido desde 1977. Foi membro das Comissões Concelhias de Vila Nova de Famalicão e de Matosinhos. É membro do Sector de Empresas e da D.O.R. do Porto.

**Valdemar dos Santos (\*)**

Intelectual. 45 anos. Membro do Partido desde 1976 e funcionário do Partido desde 1977. Foi activista do MDP/CDE. Pertenceu à Comissão Concelhia de Setúbal. Foi responsável pelas Organizações Concelhias de Alcochete, Moita, Montijo e Sesimbra. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Setúbal e pela Comissão junto da DORS para as questões da Educação e Ensino. É membro do Executivo e Secretariado da DORSetúbal e da Comissão junto do CC para as questões da Educação e Ensino.

**Vicente José Rosado Merendas (\*)**

Operário. 44 anos. Membro do Partido desde 1975. Dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave. Membro da Assembleia Municipal da Moita. Membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Almada. Responsável pela Célula da Lisnave e membro da DORSetúbal.

**Vitor Luis Cabral de Castro**

Operário. 51 anos. Membro do Partido desde 1975 e funcionário do Partido desde 1977. Foi delegado sindical e membro da Comissão Intersindical e da Comissão de Trabalhadores da Empresa onde trabalhava. Foi membro do organismo de Direcção da Construção Civil. Foi membro do Comité Local de Lisboa e da DORLisboa. Actualmente é membro da Comissão Concelhia do Barreiro e da D.O.R. Setúbal. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX, X e XII Congressos.

**Zilda de Carvalho (\*)**

Investigadora. 54 anos. Membro do Partido desde 1975. Doutorada em Bioquímica. Investigadora no Instituto Gulbenkian de Ciência. Participou no movimento juvenil, particularmente na luta estudantil na Faculdade de Medicina do Porto. Fez parte da Comissão de Trabalhadores da Gulbenkian, entre 1979 e 1982. Foi fundadora da Organização dos Trabalhadores Científicos e em 1990 eleita Presidente da Comissão das Mulheres Cientistas da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos. Faz parte do Organismo de Direcção do Sector dos Quadros Técnicos da ORLisboa e da Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia.

(\*) Não pertencia ao CC. Proposto ao XIV Congresso como membro suplente.

(\*\*) Anteriormente membro suplente do CC, proposto ao XIV Congresso como membro efectivo.

(\*\*\*) Não pertencia ao CC. Proposto ao XIV Congresso como membro efectivo.



PCP

congresso  
PCP

## Democracia e Socialismo o Futuro de Portugal

### Mesa do Congresso

A mesa que presidiu ao XIV Congresso, eleita no primeiro dia dos trabalhos, era constituída pelos membros da Comissão Política, do Secretariado, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Comissão Executiva Nacional e pelos seguintes camaradas:

Aleixo Brás (pescador/Leiria/ membro do CC), Álvaro Santos Pinto (operário/Porto), Ana Maria Oliveira (empregada/Vila Franca de Xira), Ana Paula Coelho (intelectual/Lisboa/CC), António Guerreiro (operário/Santiago do Cacém), António Pimenta Dias (empregado/Gondomar), António Tremoço Brito (metalúrgico/Lisboa), António Macário Monteiro (funcionário público/Viseu), Armando Castro (professor catedrático/Porto), Bruno das Neves (estudante/JCP/Almada), Carlos Humberto de Carvalho (empregado/Setúbal/CC), Carlos Baptista (operário/Figueira da Foz), Casimiro Menezes (médico/Portalegre), Daniel Gouveia (operário têxtil/Vila Nova de Famalicão), Demétrio Alves (engenheiro químico/presidente da CM de Loures), Diamantino Silvestre (serralheiro/Setúbal), Helder Moita (mecânico auto/Torres Novas), Humberto Veiga (técnico da EDP/Seia), Laurinda Gervário (operária/Barreiro), Joana Azevedo (estudante/JCP/Barreiro), João Amaral (jurista/CC), João Santos Cardoso (administrador hospitalar/Coimbra), Joaquim Galvão (alfaiate/Couço), Joaquim Miranda (economista/CC), Joaquim Charneca Miguel (operário agrícola/presidente CM Arraiolos/CC), José Baptista (electricista/Castro Verde), José António Teixeira (electricista/Algarve), José Ernesto Cartaxo (metalúrgico/CC), José Calado Piteira (operário construção civil/Évora), José Laurentino Fernandes (operário/emigrante em França), José Pereira da Costa (operário/Aveiro), José Rasteiro (controlador/Seixal), Josélia Xavier (operária têxtil/Almada), Luís Gomes Rosa (operário/Lisboa), Luís Garra (operário têxtil/Castelo Branco), Manuel Silva (metalúrgico/Braga), Manuel Pombinho (conductor manobrador/Ferreira do Alentejo), Manuel João Araújo (funcionário administrativo/Bragança), Marcolino Jorge (pescador/Faro), Maria Amália Santana (enfermeira/Condeixa-a-Nova), Maria Celeste Soeiro (operária têxtil/Porto), Maria Emília de Sousa (bancária/presidente CM Almada), Maria Delfina Brás (empregada/Castelo Branco), Maria de Fátima Guimarães (professora/S. João da Madeira), Maria de Fátima Amaral (bancária/Lisboa), Maria Felicidade Silvestre (metalúrgica/Cascais), Fernanda Alves (atriz/Lisboa), Maria Isabel Freitas (operária têxtil/Aveiro), Maria Isménia Mega (escriturária/Santarém), Maria de Lurdes Hespanhol (professora ensino secundário/Ferreira do Alentejo), Maria Manuela Dias (empregada/Porto), Maria Manuela Sequeira (engenheira técnica/Lisboa), Maria Margarida Machado (funcionária pública — Montemor-o-Novo), Maria Odete Filipe (metalúrgica/Lisboa/CC), Maria Ruth Rodrigues (professora/Porto), Maria Sofia Horta (professora/Braga), Patrícia Espírito Santo (secretária/JCP/Almada), Paulo Alexandre Duarte (operário cerâmico/JCP/Leiria), Paulo Valadão (médico veterinário/deputado regional/Açores), Rui Almeida Pereira (estudante/JCP/Lisboa), Sérgio Moiteiro (operário vidreiro/Marinha Grande), Silvestrina de Sousa e Silva (operária têxtil/Porto), Teresa Simões Duarte (professora/Gaia), Venâncio de Carvalho (metalúrgico/Viana do Castelo), Vítor Martins (canalizador/Madeira), Virgílio Cardoso Alves (engenheiro zootécnico, professor universitário/Vila Real).

### Órgãos do Congresso

No primeiro dia de trabalho foram eleitos os órgãos do Congresso que ficaram assim constituídos:

**Secretariado do Congresso:** Adelino Pereira da Silva, Artur Vidal Pinto, Aurélio Santos, Euclides Pereira, Fernando Vicente, Francisco Lopes, Jorge Gouveia Monteiro, Manuel Sobral, Manuela Bernardino.

**Comissão de Verificação de Mandatos:** António Vitória, Clarinda Nogueira, Teresa Lopes, Virgílio Azevedo.

**Comissão de Redacção/Alterações aos Estatutos:** Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas, Fernando Blanqui Teixeira, Francisco Lopes, Jorge Araújo, José Soeiro.

**Comissão de Redacção/Alterações ao Programa:** Agostinho Lopes, Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Edgar Correia, Luís Sá, Vítor Dias.

**Comissão de Redacção/Proposta de Resolução Política:** Agostinho Lopes, Albano Nunes, Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Luís Sá, Octávio Teixeira, Vítor Dias.

**Comissão Eleitoral:** Carlos Aboim Inglez, Emídio Ribeiro, Fernando Blanqui Teixeira, Henrique de Sousa, José Casanova, José Vitoriano, Luísa Araújo, Manuel Sobral, Octávio Pato, Raimundo Cabral, Sérgio Vilarigues.

### Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos

Estão presentes, no XIV Congresso, 1737 Delegados, cujos mandatos a Comissão de Verificação confirma estarem de acordo com as normas do Regulamento para o debate no Partido e eleição de Delegados, verificadas que foram as Actas das Assembleias electivas e as fichas dos Delegados presentes. Constatámos que está correcta a representação proporcional nos termos do nº 18 do Regulamento.

Tendo em conta o actual quadro político, é sem dúvida de sublinhar o intenso trabalho desenvolvido pelos comunistas na preparação do seu Congresso. Dos muitos debates realizados, chegaram ao conhecimento da Comissão de Verificação de Mandatos as Actas de 1400 reuniões, sendo 731 para discussão dos projectos de Alteração ao Programa e aos Estatutos e das Teses e 669 relativas às Assembleias que elegeram 1533 Delegados.

Pela informação disponível, constatamos ter havido uma menor participação na eleição dos Delegados relativamente à verificada no período de debate, o que pode ser compreensível se considerarmos o diversificado e elevado número de iniciativas para que os membros do Partido foram solicitados.

De acordo com os Estatutos do Partido, estão presentes 204 Delegados por inerência, sendo 170 membros do Comité Central, 18 membros do Partido no Executivo da Direcção Nacional da JCP e ainda 16 camaradas a quem o Comité Central decidiu atribuir a qualidade de Delegados tendo em conta a natureza das tarefas partidárias que desempenham, o que fica aquém da percentagem de 1% prevista no Regulamento.

A Comissão de Verificação examinou ainda os processos de substituição de 80 Delegados efectivos, confirmando a validade dos mandatos dos Delegados suplentes que ocuparam os seus lugares por se ter concluído que foram de facto eleitos para o efeito.

Da análise das Actas consideramos de interesse informar o Congresso que a quase totalidade das Assembleias - 659 - optou pela eleição dos Delegados através do voto de braço no ar, tendo 4 Assembleias adoptado o método de voto secreto. Das Actas donde foi possível obter informação, registámos que 439 Assembleias elegeram os Delegados propostos pelos Organismos de Direcção, enquanto que em outras 186 os eleitos foram propostos pela Assembleia, havendo ainda 17 Assembleias em que os Delegados foram eleitos por fusão das propostas.

A composição social do XIV Congresso traduz uma ampla maioria de trabalhadores, seja da indústria, seja de serviços, correspondendo a 69,4% dos Delegados.

37,6% são operários industriais, agrícolas e pescadores e 31,8% são empregados, o que confirma a natureza de classe do PCP - Partido do proletariado, da classe operária e de todos os trabalhadores. 18,1% dos Delegados são quadros técnicos e intelectuais, 1,3% agricultores, 3% pequenos e médios empresários, 2,8% estudantes e 5,3% diversos.

No que se refere à composição etária, informamos que, a maioria dos Delegados têm de 30 a 50 anos, 60,3%. Têm mais de 50 anos 30% e têm menos de 30 anos 9,7%. A idade média é de 45 anos e os Delegados mais jovens, que são 4, têm 16 anos. Pensamos ser interessante referir que estão entre os Delegados 67 camaradas que aderiram ao Partido entre o XIII e o XIV Congresso. É importante realçar ainda e mais uma vez neste Congresso que o número de delegadas continua a não corresponder nem à participação das mulheres na actividade partidária nem à sua percentagem entre os membros do Partido que, como as Teses referem, é de 23,5%, enquanto que, dos Delegados presentes, 19,9% são mulheres.

A Comissão de Verificação de Mandatos sublinha que 27,5% dos Delegados militam em organizações de base, 30,7% em Comissões Concelhias e 14,3% em Direcções Regionais e ainda 17,5% em Comissões várias, reflectindo estes números uma representatividade dos diferentes níveis da estrutura orgânica e a intensa vida colectiva que caracteriza o nosso Partido. Importa ainda referir que 4,4% dos Delegados são simultaneamente membros do Partido e da JCP e que 13,5% dos Delegados são funcionários do Partido.

A composição dos Delegados ao Congresso traduz bem a forte ligação do Partido às massas trabalhadoras. Com efeito, 55,4% dos Delegados são dirigentes de organizações e movimentos de massas, dos quais 28,6% são membros de Comissões de Trabalhadores, Delegados e dirigentes sindicais. É ainda de registar que 32,5% dos Delegados desempenham cargos públicos em diversos órgãos do Poder Local e Central.

Em conclusão, camaradas, a Comissão de Verificação de Mandatos considera que o processo de eleição dos Delegados e a composição do Congresso estão conformes às características e às regras de funcionamento democrático do Partido estando por isso preenchidas as condições necessárias à legitimidade das decisões do XIV Congresso.

Saudando todos os camaradas e amigos presentes, fazemos votos para que os trabalhos continuem a decorrer neste clima de serena confiança no Partido e na luta do nosso povo, pelo futuro democrático e socialista de Portugal.

Apresentada por  
**Clarinda Nogueira**  
Membro do Comité Central

### Moção de solidariedade aos trabalhadores e povos em luta

O XIV Congresso, reunido nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro de 1992, na cidade de Almada, saudando a luta dos trabalhadores e povos de todo o mundo pela liberdade, a democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo, reafirma a confiança serena e determinada dos comunistas portugueses na possibilidade real de essa luta ser coroada de êxito.

Neste fim de século em que o imperialismo tenta estender a todo o mundo o seu sistema explorador e opressor, o XIV Congresso do PCP confirma, nas suas análises e no seu Programa, que é possível resistir e vencer tal pretensão.

Ninguém poderá deter o curso do rio da História que continuará a encher o seu caudal de milhares e milhares de lutas, cuja essência nasce das contradições e profundas injustiças do sistema capitalista.

A derrocada do socialismo na URSS e noutros países do Centro e Leste europeu não tornou o capitalismo menos injusto e desumano, nem lhe deu carácter eterno.

A marcha da História não é uniforme. Saltos atrás, necessariamente temporários, não significam o fim do processo de emancipação nacional e social que na Terra une os trabalhadores e os povos de todo o Mundo.

Assim, o XIV Congresso saúda os comunistas e todos os progressistas e revolucionários do Mundo que, convictos dos seus ideais libertadores, ancorados no rico património de lutas pela liberdade e o progresso social, fazendo frente a vergonhosas campanhas de falsificação da História, prosseguem a resistência e a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares e pela transformação progressista da sociedade.

Saúda o MPLA e o povo angolano nos seus esforços para alcançar a paz e derrotar os planos da Unita para tomar o poder pela força, assim como saúda a luta da FRELIMO e do povo moçambicano pelo fim da guerra e a reconstrução nacional.

Saúda a luta do Congresso Nacional Africano (ANC), do Partido Comunista Sul Africano, do povo sul africano, pela liquidação total do apartheid e do racismo e pela construção de uma África do Sul não racial, democrática e progressista.

Saúda a OLP, o levantamento popular palestino, a Intifada nos territórios ocupados por Israel, pelo reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, incluindo o direito à constituição do seu próprio Estado independente e soberano.

Saúda a coragem e a resistência dos comunistas e do povo cubano face ao bloqueio e às ingerências, pressões e ameaças constantes do imperialismo norte-americano.

Saúda a difícil luta do povo maubere, confiando que os duros golpes perpetrados pelos ocupantes indonésios não liquidarão a sua resistência e a sua profunda aspiração à independência.

Saúda os comunistas, os democratas, os povos que na ex-URSS e noutros países do Leste da Europa lutam contra as intoleráveis discriminações políticas, a violação dos mais elementares direitos cívicos e políticos, a destruição de importantes conquistas sociais, as tentativas de impor o capitalismo à custa de sacrifícios terríveis das massas laboriosas.

Saúda e expressa a sua solidariedade àqueles que não tendo sido nomeados prosseguem o combate libertador. Saúda os homens, as mulheres e os jovens que de espírito ardente, lutam convictamente pela liberdade, pela democracia, pelo respeito pelos outros povos, contra o racismo, a xenofobia, o sionismo, o militarismo.

O XIV Congresso do PCP, sublinhando o valor da solidariedade internacionalista e a importância do seu fortalecimento, proclama a sua confiança e a sua esperança no futuro democrático e socialista da Humanidade.

Apresentada por  
**Domingos Lopes**  
Membro do Comité Central

### Saudações recebidas

Foram enviadas ao Congresso saudações dos seguintes partidos: Partido da Vanguarda Socialista da Argélia, Partido Socialista da Austrália, Partido dos Trabalhadores (Brasil), Partido Comunista de Bolívia, Partido Socialista Búlgaro, Partido Comunista da Bohemia e Morávia, Forum Comunista (Dinamarca), Partido Comunista de El Salvador, Partido Comunista das Filipinas, Frente Democrática Nacional das Filipinas, Partido Social Democrata da Finlândia, PASOK (Grécia), Partido Comunista da Índia, Partido Comunista Iraquiano, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista de Israel, Partido Comunista Luxemburguês, União Socialista das Forças Populares (Marrocos), Partido Comunista Martiniquês, Partido da Revolução Democrática (México), Partido Comunista Paraguaio, Partido Progressista Democrático Sanmarinense, M.L.S.T.P./P.S.D., Partido Comunista Tunisino, Partido Comunista do Uruguai, Partido Comunista de Venezuela.



# Tribuna do Congresso

## A Política de Defesa Nacional



**José Neto**  
Membro da Comissão Executiva Nacional

Nos meios políticos e militares está instalada a polémica em torno das FA's e da política de Defesa Nacional.

O Governo do PSD quer desmantelar as FA's portuguesas. A pretexto de uma inconstável, e necessária reestruturação que há dez anos seguidos os ministros da Defesa, todos do PSD, não levaram a cabo, o Governo desencadeou nos últimos tempos um acelerado processo de radical alteração do modelo constitucional das FA's, que põe em causa a sua natureza, a autonomia do seu funcionamento e a prioridade das suas missões nacionais, e as coloca ao serviço dos objectivos hegemónicos de carácter imperialista da NATO. É um projecto que a não ser travado pode conduzir a prazo a que o nosso país não detenha na prática quaisquer poderes de decisão independente e soberana em matéria de defesa nacional.

Da parte do Governo é a opção por umas FA's sem qualquer autonomia própria. É a opção não por FA's, mas no essencial por uma "força armada" constituída exclusivamente por profissionais, a integrar em unidades multinacionais no quadro da NATO ou da UEO, sob o comando e direcção estrangeiros e sobretudo vocacionado para o cumprimento de missões de natureza ofensiva e agressiva fora de áreas portuguesas (como já aconteceu no Golfo e agora na ex-Jugoslávia).

A sociedade portuguesa está hoje confrontada com este problema de fundo, que é o de saber que FA's Portugal precisa.

É de uma verdadeira "questão militar" que se trata. E é-o no sentido de que não está decidido qual o desfecho das tentativas em curso para subverter a instituição militar, senão do seguro que essas tentativas se inscrevem no processo global de subversão das instituições e de alteração dos elementos fundamentais do regime democrático.

Alguma comunicação social que além de sistematicamente esconder as posições do PCP as deturpa intencionalmente, acusava há dias o nosso Partido de querer mais militares, mais tempo de SMO e mais dinheiro para as FA's. São falsas acusações. E pouco sérias.

O PCP defende que no momento presente é inquestionável a existência das FA's. Elas são parte integrante da nossa soberania e seria perigosa irresponsabilidade alienar para outros a capacidade de defesa autónoma da nossa integridade territorial. O espaço vazio criado elevaria o actual quadro de ameaças e aguçaria ainda mais os apetites, não já do inimigo, inexistente, mas dos ditos "amigos" aliados.

Isto dito, mais ou menos militares? A resposta com rigor a esta questão só pode ser dada na base de um debate

aprofundado, que está por fazer, sustentado em estudos sérios que indiquem qual a dimensão das FA's apropriada ao nosso país, nas actuais condições. Que se abandonem estruturas e dispositivos inadequados que se encare de frente o eventual sobredimensionamento, mas que se respeitem a dignidade e os direitos adquiridos dos militares, ao contrário do que está a fazer o Governo do PSD.

Mais ou menos verbas para a defesa? A existência de FA's implica necessariamente o seu reequipamento e modernização. Mas então que sejam equacionados, em primeiro lugar, de acordo com as necessidades e características do país e no quadro das missões nacionais e, em segundo lugar, tenham em conta naturalmente os efectivos recursos do país. O que não pode aceitar-se é que por via de drásticos cortes orçamentais no seu funcionamento, o Governo esteja a desmantelar estas FA's para amanhã erigir sobre os seus escombros um outro modelo com custos financeiros - não haja ilusões - incomparavelmente mais elevados do que o actual.

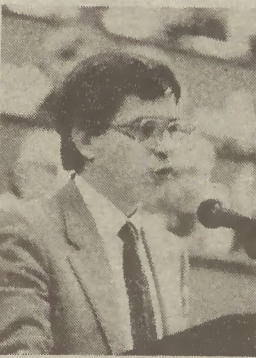
Quanto ao tempo do SMO, o PCP foi o primeiro partido na A.R. a propor a sua diminuição, que o PSD na altura recusou, para em 91 vir decretar o SMO de 4 meses antes das eleições na mira de caçar o voto dos jovens. Mas o PCP opôs-se à redução do SMO para os 4 meses por considerar que as verdadeiras razões que estavam por trás dessa medida eram acabar com o SMO e profissionalizar as FA's. Só que o Governo fez mal os cálculos e no fim é quase certo que nem os jovens vão ter, em 93, os 4 meses prometidos, nem o Governo vai conseguir os voluntários, cuja campanha de recrutamento para além de cara é já um fracasso.

O desacerto da política do Governo para esta área está à vista no avolumar dos factores de crise, na incerteza, insegurança e desmotivação profissional geradores da instabilidade a todos os níveis da estrutura militar.

Nesta importante área do aparelho de Estado não apenas aumentaram e assumiram novas formas até aqui inéditas as movimentações de natureza socioprofissional, com destaque para o movimento nacional da classe de sargentos, como também tem vindo a crescer a tomada de consciência, incluindo em largos sectores da oficialidade, da necessidade de defender os seus interesses específicos e de afirmar e exercer os direitos de cidadania que a lei restringe de forma injustificável e desadequada aos dias de hoje. O PCP discorda destas limitações e para tanto apresentou na A.R. um projecto de lei de revisão do Artº 31º da Lei de Defesa.

O Governo continua a recusar sistematicamente a discussão pública de todas estas questões e a fugir ao debate sobre as grandes definições em matéria de Defesa Nacional.

O PCP, que apresentou na A.R. um importante documento sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, declara a sua total disponibilidade e insiste na necessidade urgente de um debate nacional, responsável e clarificador, que frontalmente encare e defina as grandes opções em matéria político-militar no quadro de uma política nacional de Defesa, independente e soberana.



**Octávio Teixeira**  
Membro da Comissão Política

A luta pela autonomia nacional - em novos condicionalismos e em quadros diversos, embora - é sempre uma questão actual e moderna para quem, numa visão progressista da sociedade e do mundo, defenda a identidade nacional e recuse a lógica da submissão dos países mais pequenos aos interesses e comandos dos países económicos e politicamente mais poderosos.

Sendo certo que a realidade internacional se desenvolve numa profunda e crescente interdependência, a verdade é que esta, para o ser, tem de assentar na comunidade de interesses nacionais, no respeito pela independência e soberania nacionais.

Se assim não for, estaremos confrontados não com situações de interdependência mas sim com posições de abdicção e dependência por parte de uns, e de imposição e domínio por parte de outros.

E esta é, Camaradas, a questão central colocada pelo Tratado da União Europeia.

Maastricht significa, fundamentalmente, uma ampla e acrescida abdicção da soberania e independência nacionais pelos países mais pequenos, e a sua sujeição aos ditames e aos interesses estratégicos dos Estados comunitários mais fortes e poderosos.

A isso nós dizemos NÃO! Recusamos frontalmente que Portugal seja usurpado do seu poder soberano de dizer NÃO, sempre que estejam em causa interesses vitais do nosso País, sempre que for essa a atitude que melhor serve o interesse de Portugal e dos portugueses!

Estamos cientes que o reforço das interdependências económicas se apresenta como irreversível, e que essa realidade impõe um aprofundamento da cooperação entre Povos e Nações.

Mas recusamos que esta se transforme no domínio de uns países por outros, que sirva de pretexto para agravar a exploração capitalista e para impor o sistema do capitalismo monopolista como uma opção definitiva e irreversível para Portugal.

Porque somos favoráveis à construção de uma Comunidade de progresso e coesão económica e social, recusamos uma União que visa o favorecimento das economias dominantes e dos grupos transnacionais, subalterniza a dimensão social e repudia uma política social de harmonização no progresso.

Porque admitimos que a Comunidade Europeia aprofunde a cooperação política orientada para a paz e assente na igualdade de direitos entre os Estados, rejeitamos a política externa e de segurança comum, que conduz à eliminação efectiva da soberania nacional nessas áreas fulcrais para a identidade nacional, e que tem como objectivo último a cria-

ção de um bloco político-militar de natureza imperialista.

Porque nos batemos pelo alargamento e garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos e pelo aprofundamento da democracia, opomo-nos a um Tratado que visa a criação de sistemas de informações e policiais supranacionais subtraídos ao controlo democrático, que acentua as restrições à democracia representativa, reduz drasticamente os poderes dos parlamentos nacionais, e impõe a transferência de soberania para órgãos supranacionais não eleitos e politicamente não responsáveis perante os parlamentos e perante os povos.

Porque estamos certos que as soberanias nacionais "não são um obstáculo à cooperação entre iguais mas sim uma protecção contra as dominações", rejeitamos uma União de natureza federalista.

No nosso país todo o processo conducente à ratificação do Tratado de Maastricht está indelevelmente marcado por um promíscuo acordo entre o PS e o PSD.

O bloco central pró-Maastricht recusa-se aceitar que o Tratado da União Europeia está juridicamente morto desde a recusa da sua ratificação pelo povo dinamarquês.

Ilude que o resultado do referendo francês e a realidade que se conhece de muitos outros países mostram, de forma inofismável, que o Tratado de Maastricht divide profundamente os povos dos países comunitários.

Pretende ignorar que o adiamento por vários meses do processo de ratificação no Reino Unido significa, no mínimo, o protelamento por muito tempo da eventual entrada em vigor de um Tratado filho do de Maastricht.

Mas, numa manifestação do mais cabal autismo político, a aliança do PS com o PSD submeteu-se subservientemente aos ritmos apressados e às táticas espúrias ditadas por Cavaco Silva.

Impôs uma revisão da Constituição que os seus autores pretendem ser suficiente para legitimar as gravosas transferências de soberania nacional ditadas pelo Tratado de Maastricht.

Negou ao povo português o direito de se pronunciar sobre uma decisão da maior importância para o futuro de Portugal e impedir a realização de um amplo e profundo debate nacional, como o PCP propôs.

Pretende agora impor, já no próximo dia 10, a absurda e irresponsável aprovação de um Tratado que ainda antes de o ser já está mergulhado numa profunda crise. Aliás, pela vontade do PS, essa aprovação ter-se-ia verificado já ontem!

Neste quadro de inaceitáveis cegueira e surdez políticas, impõe-se sublinhar, muito claramente, que, para além de manifestar a sua desconfiança na capacidade política dos portugueses e demonstrar receio pelos resultados de um veredicto popular, o PS assume a responsabilidade histórica da usurpação politicamente ilegítima dos direitos soberanos do Povo.

O PCP foi a única força política que promoveu o esclarecimento sobre Maastricht e lutou coerentemente para impedir a sua ratificação à margem do esclarecimento popular e da auscultação da sua opinião soberana.

E a nossa luta contra o Tratado de Maastricht vai continuar!

Promoveremos novas acções

de esclarecimento e de luta sobre o grave conteúdo do Tratado e contra a sua ratificação por Portugal.

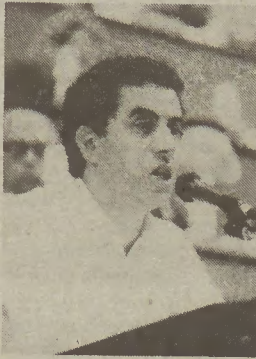
Iremos impugnar a admissibilidade do Tratado pela Assembleia da República, por inconstitucionalidade. Porque entendemos que o que está em causa não é "o exercício em comum dos poderes necessários à construção europeia", como ficou inscrito na revisão constitucional, mas a inequívoca transferência de competências soberanas para

órgãos supranacionais, coisa que a Constituição continua a não acolher.

E, camaradas, se o PS e o PSD persistirem na sua autista fuga para a frente, estaremos na primeira linha dos que votaram contra o Tratado de Maastricht.

Votaremos NÃO ao Tratado de Maastricht, porque não queremos uma União de países e povos divididos e porque dizemos SIM a um Portugal de progresso social, livre, soberano e independente!

## A propaganda do Partido



**Jorge Gouveia Monteiro**  
Membro da Comissão Executiva Nacional

Todos os dias os portugueses lidam com as mais diversas realidades e formam representações sobre essas mesmas realidades. Intervindo na defesa da maioria do Povo Português, a propaganda do PCP obriga-se a uma dupla tarefa bem difícil:

- agir sobre essas representações, procurando que elas tenham o mais possível a ver com o ponto de vista dos interesses objectivos dos trabalhadores;

- mobilizar vontades para transformar essa realidade no que ela tem de negativo.

São esses os grandes desafios da nossa propaganda política. Aí radicam também o seu valor e funções distintos dos da publicidade: combatemos mistificações e deformações com factos e realidades; combatemos a inércia e a acomodação com a mobilização para a acção e para a participação consciente.

Daqui decorrem também eixos fundamentais da nossa propaganda, que nunca é demais lembrar:

**Primeiro: ligação às massas.** Somos um partido de militantes, temos coisas a dizer, fazer propaganda é uma forma natural de agir e intervir.

**Segundo: muita informação.** Somos um partido de pessoas, isoladamente não sabemos tudo sobre tudo, precisamos constantemente de trocar muitos dados e pontos de vista para formarmos opinião, e sermos capazes de transmitir.

**Terceiro: prontidão de resposta.** A opinião sobre qualquer acontecimento forma-se hoje com enorme rapidez e afiada superficialidade. Fazer opinião é hoje, em grande medida, agir na sua génese, antes de se cristalizar.

**Algumas palavras de balanço:**

**No plano central,** temos conseguido manter um activo departamento de propaganda com elevada qualificação e intensa actividade. Nos próximos anos necessitamos de o reforçar, mantendo e estreitando a ligação com as organizações regionais, inovando soluções operativas para apoio ao trabalho das Organizações e militantes.

**No plano regional,** tem-se registado um recuo ao nível das estruturas e programação próprias mas, por outro lado, há sinais de um maior empenhamento ao nível de muitas direcções, concretizado também em mais edições de boletins próprios. Que isto seja o ponto de

partida para uma maior valorização da propaganda, para criar estruturas especializadas nas maiores regiões e formas expeditas de coordenação nas restantes.

Entretanto, creio ser justo dizer que necessitamos de  **muito mais descentralização.** Vamos ter um ano de eleições para as autarquias: importa que da alta responsabilidade e envolvimento de milhares de quadros e militantes na feitura de comunicados e programas e na sua distribuição às populações fique alguma coisa para os anos seguintes. Que fique a confiança nas suas capacidades, que fique o gosto e o hábito dessa forma de intervir.

Para multiplicar a iniciativa, são necessários: a plena rentabilização dos meios disponíveis; o reforço dos meios de apoio financeiros, técnicos e humanos. É necessário investir mais na informação, rentabilizar mais através de melhor coordenação propaganda/impressão do Partido. Conseguir em todos os planos uma melhor combinação da nossa iniciativa de propaganda e junto da comunicação social.

Permitam que aborde ainda duas questões:

**Primeiro,** a séria limitação ao desenvolvimento da luta que consiste em - mesmo em matérias de grande interesse para o Movimento Popular, designadamente sindical - o Partido se ver confrontado com o facto de a única propaganda de rua existente ser... a do PCP. Com prejuízo quantas vezes para o arranque ou o alargamento de movimentos de opinião sobre grandes causas políticas e sociais. Creio, camaradas, que a gravidade da ofensiva da direita e a sua generalização a todos os aspectos da vida social e cultural obriga a que, nas grandes estruturas populares ajudemos a intervir crescentemente para a opinião pública geral com linhas próprias de propaganda para os cidadãos.

**Segundo,** a atenção à imagem do Partido, enquanto transmissão de um conjunto coerente de ideias, valores, mensagens. A própria evolução dos hábitos sociais, das técnicas de emissão e das condições de apreensão das mensagens, leva a que hoje todos tenhamos consciência da necessidade crescente de qualidade no nível da propaganda do Partido. A recusa da política espectacular não pode significar desleixo na imagem do Partido, nem improvisado na sua transmissão. A descentralização de que falei e que é indispensável não pode também ser confundida com dispersão confusa de mensagens. As soluções estão na coordenação e apoio recíprocos dos níveis central, regional e local e na muito maior atenção de todos os quadros para esta questão: que imagem, que conjunto de impressões e ideias é que o nosso papel ou cartaz, o nosso pano de fundo, o nosso centro de trabalho, o nosso discurso está a transmitir àqueles a quem nos dirigimos.

Para a frente, de cabeça levantada, façamos propaganda do que pensamos, do que sentimos, das razões que temos.



# Tribuna do Congresso

## Sobre aspectos da luta das ideias



**Vítor Dias**  
Membro da Comissão  
Política do CC

Nos últimos quatro anos, o panorama da luta das ideias e da sua expressão na comunicação social fica profundamente marcado por aquilo que, tendo em conta as novas e espectaculares condições e meios de influência e impacto universal propiciados pelos avanços tecnológicos na comunicação de massas, talvez não seja arriscado qualificar como a mais violenta, a mais poderosa, a mais organizada, a mais articulada, a mais sofisticada e a mais perigosa ofensiva ideológica desencadeada no Século XX em defesa, reabilitação e tentativa de eternização do capitalismo e em ataque e tentativa de completa demolição dos ideais, das forças e dos projectos de transformação revolucionária e de emancipação humana.

Na verdade, explorando em profundidade as condições excepcionalmente favoráveis oferecidas quer pela crise e derrocada dos regimes socialistas do Leste da Europa e sobretudo pela posterior desgregação da União Soviética quer o abalo político e psicológico causado por estas grandes derrotas do socialismo, o imperialismo empenhou-se no lançamento, organização e desenvolvimento de uma impiedosa guerra ideológica que tinha e tem como objectivos centrais e indissociáveis ampliar, enraizar e consolidar a ideia do capitalismo como sistema definitivamente triunfante e historicamente inultrapassável, erradicar o comunismo da consciência, do sentir, do imaginário, das aspirações e do horizonte da acção dos homens, e enfraquecer a capacidade de resistência e de luta dos trabalhadores e dos povos que sofrem a exploração e a opressão do capitalismo.

É ao serviço desta ofensiva que, no quadro de uma série interminável de eixos e temas de diversão e mistificação ideológica, os defensores do capitalismo procuram desvalorizar o trabalho e negar o papel da classe operária e dos trabalhadores na vida das sociedades. Decretam a inutilidade da acção colectiva e da luta organizada e consequente e proclamam o carácter ilusório dos esforços de transformação social. Instituem como possível apenas o que não tiver a ousadia e a coragem de romper a linha de segurança das classes, dos interesses e das ideias dominantes. Promovem o individualismo e o egoísmo na vida social. Glorificam uma filosofia do sucesso sem limites éticos e em assumida rotura com valores e critérios de solidariedade. Fazem a pedagogia da renúncia, do conformismo e da resignação. Favorecem a banalização e conferem naturalidade aos flagelos sociais, injustiças, crimes e ofensas à dignidade dos seres humanos que se verificam no capitalismo. Sentenciam a falência dos corpos coerentes de ideias e amesquinham a própria coe-

rência individual ou colectiva. Intensificam a apologia do pragmatismo e do arrivismo. Difundem o mito de que toda a evolução seria progresso e de que todo o movimento seria avanço mesmo quando se trata de evoluções e movimentos que são intoleráveis retrocessos. Atribuem aos projectos do grande capital a aura da maior modernidade e apresentam grandes conquistas históricas dos trabalhadores e dos povos como se fossem insuperáveis arcaísmos. Aperfeiçoam e tornam cada vez mais sofisticados os mecanismos concebidos para evitar que o descontentamento e a revolta com o modo de viver imposto pelo capitalismo se unifique e ascendam a uma comum aspiração de mudanças radicais. Fomentam crescentemente a «política-espectáculo» como instrumento de real despolitização, de real esvaziamento da cidadania e de real expropriação da soberania popular. Propagandeam as virtudes de uma «nova ordem mundial» governada e policiada pelo imperialismo norte-americano. Investem contra a identidade, a soberania e a independência das nações. Reescrevem a História ao sabor das suas conveniências e da conjuntura mas sempre tendo como linha de rumo aprisionar a esperança e dissolver a memória colectiva dos povos e afastá-los da compreensão dos processos que marcam o nosso século e se desenvolvem no mundo contemporâneo.

É ao serviço desta ofensiva que vimos, nos últimos anos, apaixonantes criações do trabalho e da inteligência humanos e a própria mundialização da informação que poderiam ser valiosos instrumentos de aproximação entre os povos e de progressos de civilização serem objecto de ilimitada instrumentalização para gigantescos empreendimentos de engenharia das almas, de desinformação, de intoxicação, de manipulação de consciências, de uniformização do pensamento à escala planetária, de que foram destacados exemplos - que não podem e não devem ser esquecidos - os verificados aquando da Guerra do Golfo e dos acontecimentos na parte final do ano passado na URSS ou, à escala europeia mas desta vez com mais fracos resultados, como aconteceu com o massacre mediático a favor de Maastricht.

É também ao serviço desta ofensiva que se intensificou uma impiedosa e brutal campanha contra os partidos comunistas, da qual não precisamos de falar em termos gerais e abstractos porque dela podemos dar testemunho concreto e directo, não tanto com a mágoa das vítimas, mas sobretudo com o orgulho de resistentes e combatentes contra infames calúnias e ataques, contra grotescas deturpações sobre a nossa ideologia, valores, identidade, orientação e projecto político, contra inadmissíveis tentativas de culpabilização e quase criminalização política, contra operações de intriga, visando a desestabilização, divisão e desorientação do nosso colectivo partidário, contra os muros do silêncio e da discriminação, contra as marés vivas de arrogância, de autoritarismo e de intolerância.

Manda a lucidez que não ignoremos os êxitos alcançados e os pontos marcados, em termos mundiais, por toda esta ofensiva ideológica global e que se medem em não poucas rendições, abdicções, desânimos, perdas de confiança e de perspectivas, enfraquecimen-

tos e dificuldades no campo das forças progressistas e revolucionárias.

Mas é também um imperativo de lucidez e de combatividade que saibamos dar o devido valor à evidência de que a realização dos objectivos centrais desta ofensiva está tropeçando e esbarrando contra um grande movimento de resistência e de recuperação e mobilização de energias, forças e vontades, que a gravidade dos problemas, injustiças, flagelos e contradições estruturais do capitalismo vai ganhando maior terreno no debate público e ensombrando os cínicos festejos das derrotas do socialismo, que as mortes para o todo o sempre anunciadas do comunismo, do marxismo-leninismo, dos ideais do socialismo e dos partidos comunistas estão sendo frontalmente des-

mentidas em cada dia que passa, ainda que muitos, para não perderem a face, continuem a passar as mesmas certidões de óbito, exactamente porque neles já morreu a seriedade intelectual, já morreu a humildade de reconhecer erros ou falhanços, já morreu a capacidade de enfrentar a realidade, aprender com a vida e respeitar a verdade.

É para nós motivo de legítimo orgulho que seja graças ao trabalho, à luta, à firmeza de convicções, à determinação no presente e à confiança no futuro do PCP e dos comunistas portugueses que, a propósito deste grande movimento de resistência e de recuperação de iniciativa política e ideológica das forças revolucionárias, falando do mundo, possamos dizer que estamos a falar e muito de Portugal.

expeditos que melhorando o controlo de quotização permita ainda uma mais fácil concretização do pagamento da quota por parte de cada militante, pode constituir um importante contributo.

Neste sentido, anuncia-se desde já ao Congresso que, a partir de Janeiro de 1993, a cobrança das quotas passará a ser feita por outro processo. Abandonar-se-á o sistema de talonários, substituído-o por outro que corresponderá à edição de selos/quota com valores faciais diferentes e que estarão à disposição dos membros do Partido em qualquer Centro de Trabalho.

No que se refere às contribuições e iniciativas, importa manter o muito bom trabalho que em geral as organizações do Partido têm feito. O prestígio do Partido, a confiança que nele depositam cada vez mais os trabalhadores e o povo, a noção cada vez mais adquirida de que a actividade e o funcionamento do Partido dependem dos recursos financeiros de que dispomos, abre caminho para que, também nestas rubricas, se possa perspectivar uma evolução significativa.

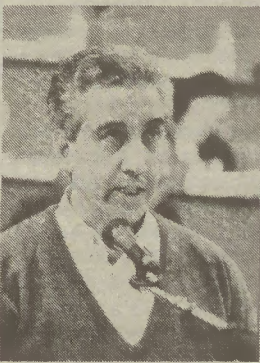
Refira-se ainda que as receitas provenientes dos titulares de cargos públicos, cuja média/ano entre 1989 e 1991 se situou em mais de 230 mil contos, pode também aumentar nos próximos anos. As Teses referem uma crescente compreensão dos membros do Partido envolvidos, importa agora trabalhar para alcançar em toda a plenitude a concepção estatutária de que no desempenho dos cargos para

que foram eleitos, os membros do Partido, não devem ser prejudicados, mas atenção, não deverão igualmente ser beneficiados.

Por último, dar nota que esta frente dos fundos não se move apenas entre receitas e despesas. O controlo financeiro através do qual se tem acompanhado e verificado as contas dos sectores, tem desempenhado importante função. Procuraremos alcançar novos avanços, pelo que, a hipótese de, através dos meios informáticos de que dispomos, centralizar já no início do próximo ano, a contabilidade de quase todas as Direcções Regionais, constituirá, estamos certos, um avanço no acompanhamento da evolução dos orçamentos, o que significará uma ajuda para os sectores, quer na abordagem de soluções para eventuais situações de dificuldade, quer na racionalização dos meios.

Também o vastíssimo património do Partido exige uma permanente e cuidada atenção. É que, por exemplo, entre outros e valiosos bens, o Partido possui como sua propriedade mais de 140 centros de trabalho espalhados por todo o território nacional. Esta realidade sem paralelo em qualquer outro partido, necessita de acompanhamento específico e todos sabemos que nesta área, não obstante os passos dados, ainda temos muito que fazer, sendo por isso mesmo inteiramente justa a incumbência que é feita nas Teses quanto à atenção, defesa e salvaguarda do património do Partido.

## A política financeira do Partido



**Artur Vidal Pinto**  
Membro do Secretariado  
do Comité Central

Foi-vos distribuída na pasta do delegado a Conta de Gestão relativa ao período entre o XII e o XIV Congressos, constando das Teses o respectivo relatório da evolução das contas do Partido.

Temos dito, e as Teses reafirmam, que o PCP é um Partido necessário à democracia portuguesa. Demonstração indelével é a permanente e incansável intervenção do Partido nas diversas áreas da vida política.

Mas toda esta actividade exige enormes meios, e implica um relevante esforço das organizações do Partido que, através dos seus membros e dos muitos e muitos simpatizantes e amigos, tem alcançado os recursos financeiros indispensáveis à concretização de toda a intervenção do Partido.

Basta dizer que nestes três anos e meio entre Congressos, as receitas que constituem financiamento próprio atingem mais de três milhões de contos, uma vez que a subvenção oficial se quedou por, aproximadamente, 300 mil contos, ou seja, menos de 10% das receitas totais.

Não se incluem neste esforço certas campanhas específicas e entretanto só a campanha para a Quinta da Atalaia, do CT de Setúbal e para as obras no Vitória totalizaram quase 370 mil contos.

Isto é, conforme se torna claro na Conta e no Relatório, o financiamento do Partido assente na militância, espírito de dedicação e iniciativa dos organismos e membros do Partido.

No conjunto dos três anos em apreciação alcançamos, o equilíbrio global entre as receitas e despesas.

Mas um tal equilíbrio decorre fundamentalmente de uma boa resposta geral ao apelo na contenção das despesas. Com efeito, basta dizer que gastamos menos em 1991 que em

1989 e que a perspectiva para 1992, sendo de um ligeiro aumento das despesas, estas situar-se-ão a um nível francamente aceitável se tivermos em conta, de igual modo, o ano de 1989.

Entretanto convém sublinhar, que uma tal diminuição conduziu, nalguns casos, a um inevitável prejuízo para o desenvolvimento do trabalho político e organizativo.

É preciso criar condições para melhorar a intervenção das Direcções Regionais, seja em recursos humanos, seja em meios técnicos.

É igualmente importante aumentar a nossa intervenção na propaganda e na agitação, particularmente num quadro de quase silenciamento pela comunicação social das iniciativas e propostas do Partido.

Considera-se também indispensável, tal como foi proposto na tribuna do XII Congresso, a concretização de uma política em relação aos salários, visando a criação de condições para que os funcionários do Partido disfrutem de condições de vida mais aceitáveis.

A entrada em vigor, no início deste ano, do novo Estatuto Material dos Funcionários, prossegue esse propósito, estando já em discussão uma nova actualização salarial para o início de 1993.

Por tudo isto, e ainda porque o próximo ano é ano de eleições autárquicas em que as despesas aumentam extraordinariamente, é necessário um grande esforço de todo o Partido para aumentar as receitas, o que implica incutir um ainda maior dinamismo na angariação, acompanhamento e controlo dos fundos do Partido.

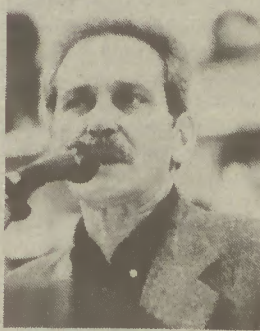
As Teses apontam algumas medidas tendo em vista aumentar as receitas.

As quotizações, cujos valores têm vindo a atingir verbas significativas, constituem, em nossa opinião, a rubrica onde com um menor esforço se poderá fazer evoluir mais rápida e positivamente as receitas do Partido.

É indispensável dizer e fazer compreender a todo o Partido que a quota média dos membros do Partido não está em geral em correspondência com o respectivo salário médio pelo que, creio ser justo apontar que o pagamento generalizado e a actualização das quotas deverá constituir um objectivo central de todo o nosso colectivo.

Sendo certo que nenhum processo substitui a discussão política sobre a importância da quota, a verdade é que a aplicação de processos mais

## A situação Internacional e as relações internacionais do Partido



**Albano Nunes**  
Membro do Secretariado  
do Comité Central

Por paradoxal que possa parecer a análise da situação internacional contida nas Teses é plena de confiança quanto ao resultado da luta dos trabalhadores e dos povos e ao futuro do socialismo em Portugal e no mundo.

A desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial significam golpes muito duros, não apenas para os comunistas mas para todas as forças da democracia, do progresso social e da paz. A correlação de forças no plano mundial modificou-se radicalmente. Tornaram-se muito mais difíceis as condições em que se desenvolve a luta dos povos. Há decepção e desencanto provocados pelo fracasso das primeiras tentativas de construção da nova sociedade. A alternativa socialista está momentaneamente fragilizada. O imperialismo, entretanto afectado por uma crise profunda que o corrói e o limita nos seus ambiciosos propósitos de revanche social, parte à reconquista de posições perdidas e,

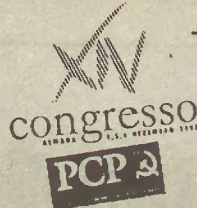
sob a égide dos E.U.A., procura universalizar o seu sistema explorador e impor ao mundo uma «nova ordem» à medida dos interesses do grande capital.

Contudo, nem esta «nova ordem» é inevitável nem o capitalismo é o fim da História. A situação em termos mundiais é sem dúvida de refluxo revolucionário. Mas, tal como em Portugal acontece, prossegue por toda a parte a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos. É uma realidade que está presente na África do Sul e na Palestina, na Nicarágua e El Salvador ou em Timor-Leste; em Angola, onde os nossos camaradas do MPLA alcançaram uma grande vitória eleitoral e o governo e o povo angolano fazem corajosamente frente ao terrorismo da UNITA e à conspiração internacional contra a RPA; na luta do povo cubano em defesa da sua revolução socialista, frente ao criminoso bloqueio dos EUA; nas importantes lutas dos trabalhadores em países capitalistas desenvolvidos, e em particular no vasto movimento de oposição a Maastricht; no prosseguimento da construção do socialismo em Cuba, China, Vietname, Coreia e Laos e na resistência e luta que nos territórios da ex-URSS e países de Leste da Europa se desenvolve face ao brutal desmantelamento de conquistas históricas.

Bem podem os ideólogos e os «mass media» da burguesia, empenhados na colossal mistificação da História e da realidade, apregoar o fim da luta de classes e a morte das ideologias. A existência de classes e da sua luta é uma realidade objectiva. São as próprias contradições do desenvolvimento



# Tribuna do Congresso



social e a natureza injusta e desumana do capitalismo que empurram para a luta. Apesar dos problemas, dificuldades e incertezas da hora presente, é nossa profunda convicção que a perspectiva (não necessariamente distante) é a de novas vitórias na luta pela democracia, a independência, o progresso social e o socialismo.

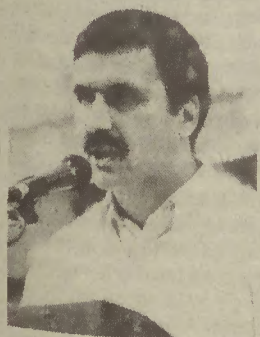
É esta profunda convicção que anima e orienta o desenvolvimento das relações internacionais do nosso Partido. Relações que são muito amplas e diversificadas. Que se inspiram no internacionalismo proletário, na luta pela paz, na solidariedade anti-imperialista. Relações em que se incluem também os partidos socialistas e sociais-democratas, combinando naturalmente uma clara demarcação e combate à sua ideologia e política de colaboração de classe com o esforço unitário. Mas em que a primeira e principal direcção são os partidos comunistas e outras forças revolucionárias, progressistas e nacional-libertadoras, forças sem dúvida muito diversas e com objectivos de luta imediata muito diferenciados, mas todas inseridas no mesmo processo libertador e por isso objectivamente aliadas numa luta comum.

É neste quadro que abordamos a problemática do movimento comunista internacional, a grave crise que o afecta, as exigências da sua profunda renovação, as suas perspectivas de desenvolvimento. Considerando necessário e imprescindível que os partidos comunistas se enraizem sempre mais na realidade e nas massas dos respectivos países, consideramos simultaneamente que a cooperação e a solidariedade dos comunistas

é uma necessidade que se reforça com a transnacionalização do capital, a emergência de políticas e poderes supranacionais, a coordenação sistémica da actividade dos partidos burgueses e da social-democracia, incluindo com a instituição de "partidos europeus" e o funcionamento de "internacionais". O PCP continuará empenhado em contribuir para que se fortaleça a cooperação dos comunistas e revolucionários de todo o mundo, para iniciativas comuns, nomeadamente no plano da solidariedade anti-imperialista.

A presente situação internacional apresenta sem dúvida muitas incertezas e grandes perigos para as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores; para a democracia, bem patentes no actual surto de forças obscurantistas, racistas e de extrema-direita; para a segurança e a paz na Europa e no mundo, designadamente em resultado das rivalidades e contradições interimperialistas, na disputa por esferas de influência e de domínio. Perigos que entretanto coexistem com imensas potencialidades e possibilidades para o desenvolvimento das lutas populares e, nesse quadro, para a recuperação e reforço do papel dos comunistas e das forças progressistas, para o relançamento mobilizador dos ideais comunistas entre as massas. E em definitivo, camaradas, é a luta da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares que decide da evolução histórica. É com esta convicção que devemos prosseguir em Portugal a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, a luta por uma Democracia Avançada, a luta pelo socialismo.

## A organização do Partido - alicerces, problemas, tarefas



**Francisco Lopes**  
Membro da Comissão Política

de notar que é mínimo o número de demissões colocadas com expressa indicação de divergências político-ideológicas. Apesar do avanço efectuado, os números agora apontados não correspondem ainda ao número real de efectivos.

A diminuição de efectivos deve naturalmente preocupar-nos, mas o que é notável, com a situação difícil que atravessamos, é que o Partido, mantém um tão elevado número de membros. O que é de assinalar é que o Partido desperte um importante movimento de interesse e de adesões particularmente entre os jovens, como o que se tem verificado.

A natureza de classe do Partido tem uma importante tradução na sua composição.

A maioria dos militantes do Partido são operários e mais de 75% são operários e empregados.

A composição etária do PCP apresenta um forte núcleo de militantes dos 31 aos 50 anos, verificando-se um crescimento dos militantes com mais de 50 anos na mesma percentagem que diminuem os que têm menos de 30, numa evolução que reflectindo, apesar dos progressos verificados, grandes insuficiências na adesão de militantes com menos de 30 anos, traduz acima de tudo o facto positivo de se manter no Partido a grande massa dos seus militantes que todos os anos acrescentam um ano à média etária do Partido e que desejamos continuem a acrescentar por muitos e bons anos.

O Partido foi sujeito ao longo dos últimos anos a duras provas.

Criaram-nos dificuldades, temos problemas e insuficiências, mas a organização do PCP continua a ser uma realidade sem paralelo no quadro partidário do nosso país.

Assente numa forte estruturação com mais de 2800 organismos, contanto com um sólido colectivo e a elevada militância de dezenas de milhar de quadros e activistas, o PCP, estreitamente ligado às massas, intervém de forma diversificada em todas as regiões, áreas e sectores da vida nacional.

Al reside uma das principais explicações para a sua força, solidez e capacidade de intervenção. Mais do que números, estruturas, organigramas, o PCP é homens, mulheres, jovens que deram e dão o melhor de si próprios ao serviço do povo e do país. É pois com plena justeza que daqui saúdo os delegados ao nosso Congresso, todos os militantes do Partido que ao longo destes anos nas organizações de massas e nas instituições como nas mais modestas, mas indispensáveis tarefas suberam com a sua militância, dedicação, combatividade, espírito de sacrifício e inteligência dar mais brilho à chama da luta pelos ideais humanistas e revolucionários do PCP suberam ultrapassar as contrariedades com que nos queriam abater souberam manter e afirmar este grande partido que somos, em Portugal e no mundo.

O reforço do Partido é condição essencial para responder com êxito à exaltante tarefa de afastar a direita do poder e construir uma alternativa democrática.

Actualizando métodos e formas de organização, o reforço do Partido é a todos os níveis contribuir para que as organizações se liguem cada vez mais às massas, para que conheçam os seus problemas e aspirações, para que formulem e divulguem as posições e apreciações do Partido para que promovam iniciativas que esclareçam, unam, mobilizem e organizem, a classe operária, os trabalhadores, as populações.

O reforço do Partido é acompanhar e responsabilizar novos camaradas e encontrar formas orgânicas flexíveis de contacto, nomeadamente de iniciativas que envolvam e atraiam mais camaradas à vida partidária, indo ao encontro dos seus interesses, conhecimentos, capacidades e disponibilidades; é enquadrar prioritariamente os membros do Partido que têm uma actividade regular, em especial os que

intervêm nas estruturas sindicais e outras organizações de massas, nas autarquias e outras instituições; é aumentar a atenção às organizações por local de trabalho tendo em conta no seu funcionamento, a grande alteração das condições da acção dentro das empresas.

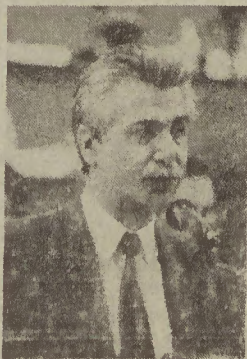
O reforço do Partido é estabelecer um relacionamento entre organismos de responsabilidades diversas que estimule a iniciativa dos organismos de responsabilidade inferior, é o desenvolvimento dos recrutamentos e a continuação da aproximação do número de inscritos do Partido ao número real de efectivos.

O reforço do Partido é ainda e particularmente dar uma nova atenção à sua acção junto da juventude. Num ano caracterizado por uma das mais importantes movimentações juvenis das últimas décadas, que confirma a juventude como uma importante força social, as organizações do Partido têm que assumir cada vez mais como preocupação própria o conhecimento dos problemas dos jovens, a defesa dos seus interesses, a promoção de iniciativas que os atraiam e contribuam para a sua formação progressista. O desenvolvimento deste trabalho, inserido numa acção partidária para a juventude, que tenha como objectivo prioritário o fortalecimento da organização da JCP e a sua criação onde não existe, no respeito e promoção da sua autonomia, é essencial para o alargamento do movimento de atracção de jovens ao Partido e para um aumento significativo da sua influência na juventude que a situação actual mostra estar plenamente ao nosso alcance.

Nas empresas, nos bairros, nas escolas, nas instituições, profundamente ligados às massas, os comunistas têm um papel decisivo no esclarecimento, unidade, mobilização e luta e é assim, com o trabalho de massas e a acção partidária, que se desenvolvem as condições para o fortalecimento do Partido, procurando que seja cada vez mais forte, mas intervindo em cada momento com o Partido que temos, com os militantes, os organismos, os funcionários, a militância e a influência que temos, com a força e a organização do nosso grande e prestigiado Partido, nas batalhas para afastar a direita do poder e construir a alternativa na concretização do atractivo projecto da democracia e do socialismo como futuro de Portugal.

Avante com a intervenção e o reforço do Partido!

## A adulteração do regime democrático e os ataques à democracia política



**João Amaral**  
Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar  
Membro suplente do Comité Central

O estado da democracia política em Portugal é objecto nas

Teses de uma preocupada, profunda e detalhada análise.

Ela mostra um acentuado processo de perversão e desfiguração do regime político nascido do 25 de Abril. Mostra a clara intenção do PSD de absolutização do poder através da consagração de mecanismos antidemocráticos que a permitam. Mostra a intenção da governamentalização do regime, à custa do espartilhamento e da amputação de poderes dos outros órgãos de soberania, do Poder Local e das instituições independentes que não controla. Mostra a crescente policialização da sociedade e dos cidadãos e os ataques movidos contra os direitos, liberdades e garantias.

Por tudo isto concluem as Teses, e bem, que no nosso país está em vias de instaura-

ção um regime político de cariz autoritário.

Há quem não se tenha apercebido com nitidez deste plano do PSD e dos passos que já deu na sua execução. O Primeiro-Ministro chegou a afirmar que em Portugal não existiria um problema de liberdades. Bastaria esta afirmação, vinda do Chefe do Governo, para se poder afirmar que existe em Portugal um problema de liberdades e de democracia política. As liberdades são para os democratas uma conquista diária, exigem uma vigilância firme para a sua defesa, devem aperfeiçoar-se permanentemente. Se o Chefe do Governo não dá valor às liberdades, é porque para a execução dos seus projectos de poder não hesita em subverter o regime político democrático e em sufocar direitos, liberdades e garantias, sujeitando-os a controlos e limitações inaceitáveis.

O Chefe do PSD fez aquela afirmação para tentar justificar a chamada Lei dos Feriados, através da qual, por exemplo, pretendia que o feriado do 25 de Abril pudesse calhar a 24 de Abril.

Quem tem tal concepção sobre o valor do 25 de Abril na história do nosso povo certamente não hesitará em sacrificar a democracia política e as liberdades aos seus projectos de poder!

Não é possível subestimar esta componente essencial do projecto político da direita. Ao lado da restauração do capitalismo monopolista, da intensificação dos mecanismos de exploração dos trabalhadores, da degradação das obrigações sociais do Estado, o ataque ao regime democrático e às liberdades assume relevância própria, e exige um vigoroso alerta e um combate determinado em todos os planos da vida e acção do nosso Partido.

A perversão autoritária do PSD e do seu Governo tem vindo a ser executada passo a passo, de forma persistente e continuada, muitas vezes subrepticiamente, explorando todas as oportunidades, particularmente as que o PS oferece.

Foi assim que em 1989 foi feita a revisão constitucional, que além dos profundos atentados à democracia económica, consumou também significativos atentados à democracia política, como a distorção da proporcionalidade na composição da Assembleia da República através da redução do número de mandatos, a diminuição das possibilidades de ratificação dos decretos-lei do Governo e a substituição do Conselho da Comunicação Social por uma Alta Autoridade passível de controlo governamental.

Este vezo de tudo dominar

através do Governo é uma pedra de toque dos planos do PSD e do seu líder. Um bom exemplo disso é a própria Assembleia da República. Na 1ª Sessão Legislativa desta Legislatura, a esmagadora maioria das leis aprovadas têm origem em propostas do Governo. Um terço do total das leis são autorizações ao Governo, para ser ele a legislar. Isto apesar da oposição, particularmente o PCP, ter apresentado dezenas e dezenas de projectos.

Das várias peças deste plano do PSD, salientava o que se passa com os Serviços de Informações. A verdade é que particularmente o SIS vem actuando contra a Constituição e a Lei, perseguindo e vigiando cidadãos que se opõem ao Governo através dos meios legais ao seu alcance. A sociedade e os cidadãos portugueses estão a ser crescentemente vigiados e policiados, e hoje a prática da infiltração é já publicamente assumida, pelo próprio director do SIS, como uma prática vulgar. É a escandalosa instituição de uma política política ao serviço do PSD, no controlo da oposição e dos movimentos sociais!

O Governo quer também controlar partidariamente a Administração Pública, incluindo com despedimentos selectivos.

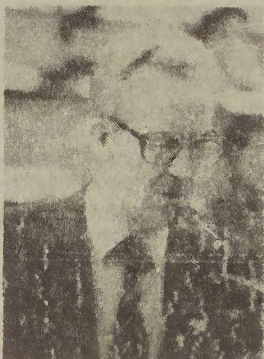
Quer distorcer a proporcionalidade e garantir mecanismos de conversão de votos em mandatos que lhe permitam a perpetuação no poder; como o faz por exemplo nas inconstitucionais propostas de leis eleitorais, para as autarquias e para a Assembleia. Ou como quer com a concessão de voto aos emigrantes para a Presidência, com todas as possibilidades de manipulação que o controlo do aparelho consular lhe permite.

Ataca hoje, já sem qualquer pudor, outros poderes do Estado, que não se sujeitem ou possam criticar as suas orientações, desde a Presidência da República aos Tribunais, Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas, Provedor de Justiça, Procuradoria da República.

Há uns meses, o PSD atreveu-se antidemocraticamente a fazer censura ao último romance de José Saramago. O despudor foi tanto e os protestos tão vivos e clamorosos que o Governo teve de recuar. Não porque o quisesse, mas porque foi obrigado.

O PCP luta por este objectivo, de fazer recuar e derrotar estes planos do PSD. No nosso horizonte está o projecto inscrito no Programa do PCP de "um regime de liberdade no qual o povo decide do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno".

## O capitalismo no findar do século



**Carlos Aboim Inglez**  
Membro da Comissão Central de Controlo e Quadros  
Membro do Comité Central

Este findar do século XX, se é relevantemente marcado

pelo colapso da URSS e outros países socialistas da Europa, está também a ser convulsionado por uma crise generalizada do sistema capitalista mundial. Golpeando há muito de forma atroz a grande maioria da Humanidade que vive na sua parte subdesenvolvida, a crise atinge hoje até os maiores colossos imperialistas, em termos que muitos consideram poder ser prenhes, decerto sob outra forma, de uma Grande Depressão como a dos anos 30 - a década da emergência do fascismo, note-se.

A enorme complexidade da actual realidade económica e instabilidade social e política do capitalismo contemporâneo, e o seu carácter cada vez



# Tribuna do Congresso

mais global, exige um aprofundado trabalho de investigação, tanto mais que é de admitir que esteja em configuração uma nova fase do imperialismo. As nossas Teses não têm, claro, essa pretensão, tentando apenas dividir alguns nós da actual teia intrincada de permanência e mutação do capitalismo monopolista. Não vamos aqui repetir as teses em vosso poder, mas tão só referir alguns dos aspectos mais cruciais.

Do que hoje verdadeiramente se trata não é já apenas da eclosão conjuntural duma crise cíclica de sobreprodução, iniciada em Julho de 1990 nos EUA e que desde então alastra e se arrasta sem saída à vista. Mergulhados nela estão também outros países mais desenvolvidos e mesmo naquelas locomotivas, como o Japão e a Alemanha, que pareciam de início resistir, a recessão é hoje um dado adquirido. Informados especialistas retratam a situação como o caminhar entre o arrastar do marasmo económico e o espectro dum "crash" financeiro. Não é apenas a recessão a suceder à expansão dos anos dourados de 80 - aliás envenenada pela especulação e endividamento desenfreados -, mas a que sucederá a retoma. Não é apenas isso, embora "isso" (que é uma novidade de monta relativamente à situação prevalecente aquando do XII Congresso em 1988) seja desde já uma realidade de tremendas consequências sociais para os trabalhadores e os povos e para pequenas, médias e até grandes empresas em falência, todas a pagar a pesada factura das "destruições-criadoras" intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo e hoje ao crescimento tentacular dos conglomerados transnacionais.

A doença é mais grave, o cancro vai mais fundo. Apesar do surto da moderna Revolução Científico-Técnica (inegavelmente real, mas também mitificada), as taxas de crescimento do produto nos países

capitalistas mais desenvolvidos vêm progressivamente baixando de década para década, evidenciando o freio das relações de produção capitalista e da sua lei do lucro. Nos anos 80 a chamada "taxa de produtividade dos factores" só foi magramente positiva pelo brutal aumento da taxa de exploração do trabalho, já que a dita "produtividade do capital" tem sido negativa, pondo a nu a enorme sobreacumulação do capital e a sua pressão para a baixa na taxa de lucro das actividades produtivas. Aqui deve radicar a massiva fuga para a especulação parasitária. Entre 1983 e 1989 o fluxo de investimento directo no estrangeiro cresceu quase 28% ao ano, enquanto a exportação de mercadorias cresceu apenas 9,4% e o produto bruto mundial só 7,8%. De 82 a 87, em 5 anos, o valor das acções cotadas nas bolsas capitalistas quadruplicou, sem qualquer relação com a economia real, para atingir a cifra astronómica de 8000 milhares de milhões de dólares, "valor" fictício de papel de que por isso se puderam evaporar 20% em breves dias no mini-crash bolsista de Outubro de 1987....

Na generalidade do mundo capitalista a classe dominante prospera hoje no reino da corrupção, onde "cavalheiros de indústria" são tanto financeiros como gangsters, políticos como "padrinhos", onde se fundem negócios com política e ambos com variadas mafias, o comércio de armas, a droga, o jogo, a prostituição, terrorismo e serviços secretos. As instituições estatais e políticas degradam-se, regride a participação democrática, enquanto avança a extrema-direita sob o pano de fundo da precarização da existência das mais largas massas. Aprofunda-se o fosso entre a riqueza e a miséria, o hiperconsumo, até do supérfluo, de uns quantos, e o despojamento crescente da maioria, até à morte pela fome de tantos, quer no sistema capitalista como um todo, quer em cada país capitalista, até nos

mais ricos. E há ainda quem cinicamente se gabe desta "civilização", no limiar do século XXI!

Não subestimemos contudo os enormes recursos de que o Capital ainda dispõe - nem capitulemos perante eles. Não nos desarmemos com a crença na catástrofe irreversível do capitalismo - nem com a miragem da sua evolução reformista pela "concertação social". Não ignoremos também que, com uma certa diluição da cola centrípeta do imperialismo que era a sua convergência na oposição ao que chamavam o "império do mal", vão agravar-se as forças centrífugas da concorrência interimperialista, com os perigos que a História da primeira metade do século evidenciou. Será de esperar também o agravar das chamadas "relações Norte-Sul", assim como da exploração dos trabalhadores.

Mas tanto as lições do colapso datado dum modelo de socialismo (porque violou as exigências mesmas do socialismo), como a análise das contradições do capitalismo (que nunca em si e por si poderão ser superadas), nos mostram que os problemas instantâneos da Humanidade só podem ser resolvidos pelo avanço da democracia e o fim da exploração do homem pelo homem. Neste final de século, mais que nunca, a contradição entre o trabalho e o capital conjuga-se com a contradição entre os países imperialistas mais desenvolvidos e dominantes e os países menos desenvolvidos e dominados. Por isso a luta em cada país e a solidariedade entre os trabalhadores e os povos nessa luta libertadora é, em última instância, o decisivo motor da História.

Estamos no sistema capitalista. Aqui vivemos, aqui trabalhamos, aqui sofremos, aqui sonhamos. É aqui que lutamos, lutamos e lutaremos, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, pela democracia e o socialismo. E havemos de vencer!

e soluções, antes mesmo de terem sido aferidas pela prática, geraram-se complicitades permitiu-se e fomentou-se que, em nome da "perestroika" e à sua sombra, se desenvolvessem forças anti-socialistas que foram ganhando posições aos vários níveis do Estado e mesmo do Partido e acabaram por tomar o poder.

Se não pode haver revolução socialista sem um partido comunista que se assuma como vanguarda da classe operária e dos trabalhadores, e o seja de facto, não é menos verdade que sem um partido comunista ligado ao povo e coerente nos princípios, a construção do socialismo arrisca-se a chegar a becos sem saída.

A experiência passada e a mais recente são bem elucidativas. Lembremo-nos do papel exaltante do Partido bolchevique, da acção determinante dos comunistas da Europa de Leste na resistência ao fascismo e na construção das bases de arrojados projectos que confluíram na criação do socialismo como sistema mundial. Não esqueçamos como o papel do Partido foi subalternizado e confundido com o poder do Estado. E temos presente que o fracasso da "perestroika" é inseparável de

graves erros e mesmo traição de altos dirigentes, facilitando conflitos internos, fracções e divisões, implantando uma grave crise de confiança no seio do Partido e das massas em relação ao Partido.

Com as derrotas do socialismo nos países da Europa de Leste iniciou-se e prossegue o processo de restauração capitalista. Os que vieram no afastamento dos comunistas do poder o caminho para a democracia e o desenvolvimento económico deparam hoje com a perseguição dos comunistas, a perda de conquistas laboriosamente alcançadas, a pauperização da sociedade, a destruição do aparelho produtivo, a venda em hasta pública de riquezas, da soberania e da independência nacional, a eclosão de conflitos étnicos e nacionais, do fundamentalismo religioso - enfim, o retrocesso material e espiritual.

Perante tal evolução surgem manifestações de descontentamento, resistência e luta. Somos solidários com os comunistas que nesses países fazem esforços para a reconstituição dos partidos, procurando reganhar a confiança das massas.

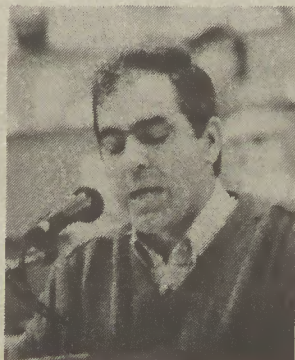
Não esqueçamos e realçamos o propósito dos partidos comunistas no poder, na

China, Cuba, Vietname, Coreia e Laos de defender e prosseguir no caminho do socialismo. Mesmo tendo em conta que essa opção comporta situações e concepções diversas não coincidentes com a nossa, manifestamos a nossa solidariedade face à ofensiva do imperialismo que visa a restauração do capitalismo nesses países.

Mau grado a dimensão dos desastres que constituiu a desagregação da URSS e dos países da Europa de Leste, o projecto da sociedade socialista mantém toda a sua razão de ser. O que falhou não foi o socialismo, foi um modelo que violou características e valores essenciais do socialismo. Teremos que reter as lições da história, os êxitos que demonstram a superioridade do socialismo e os fracassos que alertam para que não existem processos automáticos, nem há soluções universais nem intemporais.

Nas actuais condições a luta pelo socialismo é bem mais difícil, mas a validade do empreendimento revolucionário de transformar a sociedade ressalta com maior evidência. Assim, podemos justamente afirmar: "o comunismo não morreu no século XX, antes o século XX é o século em que o comunismo nasceu". "E tem, à sua frente, o futuro".

## Reforma Agrária - património e necessidade



**Raimundo Cabral**  
Membro da Comissão Executiva Nacional

na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações.

A forte ofensiva contra a Reforma Agrária foi realizada num quadro de repressão, ilegalidades, cerco económico, financeiro e legislativo e, confronto com o poder judicial, centenas de trabalhadores foram espancados, presos e dois assassinados, onde ficaram registadas as páginas mais vergonhosas da história da administração dos governos do PS e do PSD, mas também páginas da luta heroica dos trabalhadores e das populações da zona da Reforma Agrária.

O processo da Reforma Agrária foi interrompido devido à política de direita do PS e do PSD, a verdade é que a Reforma Agrária constitui já um património histórico e cultural inscrito para sempre a letras de ouro na vida e luta do proletariado agrícola ribatejano e alentejano.

O proletariado agrícola, e com ele o PCP, têm razões para se sentirem orgulhosos pela mais profunda transformação que impulsionaram as relações de trabalho nos campos.

Hoje quando as cooperativas agrícolas de produção estão quase todas destruídas, é necessário lembrar que as alterações e inovações nos sistemas culturais ainda existentes, a melhoria nos salários e nas condições de vida, a dignificação do Homem e do trabalho - é obra da Reforma Agrária.

É neste sentido, que afirmamos da necessidade de continuar a luta e o trabalho na dignificação deste valioso património, defendendo o sector cooperativo agrícola de produção (as UCP's/Cooperativas) ainda existente.

A situação que se vive hoje nos campos - onde existiu o trabalho e o fruto do labor do proletariado agrícola, dão mais força e razão aos objectivos das nossas propostas e da nossa luta. A reconstituição do latifúndio arrastou consigo um acentuado retrocesso e o res-

surgimento dos velhos sistemas.

O desemprego aumenta, cresce a emigração e despojoamento, acelera-se e acentua-se o declínio das zonas rurais enquanto a floresta se expande, voltam os arados e as coutadas de uma forma indiscriminada.

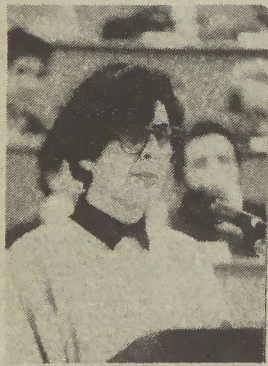
Mas, os interesses dos agricultores não deixaram de ser acatados, roubaram às UCP's/Cooperativas bens, colheitas, máquinas e instalações no valor de centenas de milhar de contos; receberam mais de 70% do investimento de 60 milhões de contos apoiados pelos fundos comunitários não se verificando grandes transformações estruturais no sector produtivo.

Nesse sentido, afirmamos que na região do grande latifúndio continua a existir a questão da terra e a necessidade de uma reorganização fundiária. A manutenção dos sistemas culturais tradicionais baseados no sequeiro e no regime absentista e extensivo é incompatível com as necessidades de reconversão e reordenamento cultural que aproveitem as vantagens comparativas da região que contribuam para o processo de desenvolvimento rural e regional.

É necessária uma política de desenvolvimento agrícola que não ignore os constrangimentos provocados pela reforma da Política Agrícola Comum, que a ser aplicada de uma forma linear em toda a extensão, irá acelerar ainda mais os desequilíbrios rurais.

Por isso, propomos e vamos lutar por uma política agrícola, que deverá ter como objectivos centrais o desenvolvimento de sistemas fundiários, agrícolas e culturais, por uma agricultura moderna de forma a contribuir para uma política de segurança alimentar no País e que se aproveite as vantagens e todas as potencialidades da região, particularmente os recursos hídricos, como factor para o incremento das produtividades e rendimentos unitários, para a fixação das populações e em particular dos jovens, no mundo rural, travando o pro-

## Socialismo - Experiências, Lições, Perspectivas



**Manuela Bernardino**  
Membro do Comité Central

O Programa do Partido que neste Congresso estamos a actualizar aponta o Socialismo como o futuro de Portugal.

Para a prossecução desse objectivo, é necessário, antes do mais, vinculá-lo à realidade nacional mas é também indispensável ter em conta as experiências e os ensinamentos do que foi e do que é o socialismo.

Por isso, as Teses prosseguem a análise iniciada aquando do XIII Congresso quer quanto aos êxitos alcançados na construção da sociedade socialista quer sobre as causas dos desvios e deformações que surgiram e se multiplicaram.

As graves derrotas que o socialismo sofreu na URSS e no Leste da Europa suscitaram naturais desânimos. Mas continuamos a afirmar que a

Revolução de Outubro e os extraordinários avanços do povo soviético foram acontecimentos de significado histórico mundial na luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação. Exerceram profunda influência nas transformações progressistas em todos os continentes, na contenção do imperialismo e na defesa da paz, foram fonte permanente de solidariedade e apoio.

A edificação do socialismo foi realizada num contexto internacional extremamente adverso e complexo. Esse condicionalismo associado à falta de experiência num caminho que a humanidade nunca se atrevera a encetar implicaria necessariamente erros, correcções e ajustamentos.

Grandes sucessos ofuscaram as debilidades. Precipitado optimismo, crença na irreversibilidade do socialismo, substimação das capacidades de adaptação do capitalismo contribuíram para o atraso na consideração dos problemas que aliás o próprio desenvolvimento do socialismo também levantava.

As graves crises surgidas na URSS e países do Leste da Europa radicam essencialmente, como já o afirmámos, em causas internas. Resultam do esgotamento e fracasso dum "modelo" que violou as exigências do socialismo e afrontou os valores do ideal comunista. Impunha-se a superação de

tais concepções e prática, a renovação e reestruturação da sociedade de forma a libertar todas as potencialidades de desenvolvimento económico e social e a natureza democrática do socialismo.

A experiência demonstrou, camaradas, que não é possível construir uma nova sociedade, sem ser na base da participação, da iniciativa e da criatividade das forças revolucionárias e das massas populares e sem que as soluções adoptadas sejam aferidas pela prática. O afastamento do poder político das aspirações, opinião e vontade dos povos constituiu uma das deformações essenciais que caracterizou o modelo e determinou o seu colapso. Essa também uma das razões do falhanço da "perestroika" realizada sem o protagonismo dos trabalhadores e do povo.

"Mais democracia, mais socialismo" foi no início uma palavra de ordem central da "perestroika". Entretanto a democracia formal não foi associada à participação das massas, os objectivos iniciais tornaram-se menos claros, invocou-se um detenção (e como se vê hoje demagógico) "regresso a Lenine" e veicularam-se conceitos que sob a roupagem do "novo pensamento" confundiram e desarmaram os trabalhadores no plano político e ideológico. Abandonaram-se orientações



PCP

# Tribuna do Congresso

cesso de despovoamento e desertificação.

Em nome do proletariado agrícola da região queria aqui afirmar, na tribuna do XIV Congresso do nosso glorioso Partido, que nos sentimos orgulhosos pela obra e património histórico que foi a Reforma Agrária, foi uma experiência exaltante. Pela primeira vez na nossa história como povo, se experimentou uma nova forma organizativa de exploração da terra e de relações de trabalho, onde foi abolida a exploração do homem pelo homem.

A Reforma Agrária não foi apenas um desejo; não foi apenas uma aspiração; não foram apenas intenções. Ela foi uma realidade histórica que vivemos e sentimos.

Assim dizemos, assim afirmamos, com convicção e

determinação, acabou uma experiência. Mas a História não parou, a História não acabou e os problemas reais que hoje existem vão obrigar a que sejam encontradas novas soluções, novas formas, tendo em conta as experiências históricas deste processo perturbado mas ao mesmo tempo muito frutuoso, criativo e exaltante.

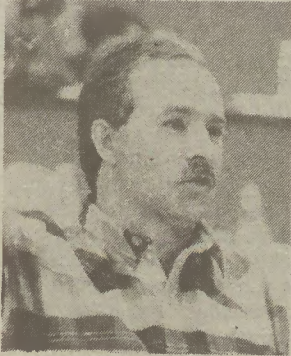
O PCP - partido marxista-leninista -, atento às novas transformações e à vida, sempre com os trabalhadores e com o povo, continuará a lutar para que no contexto da "Democracia Avançada no Limiar do Século XXI" a Reforma Agrária seja uma realidade no desenvolvimento económico da região e do País, por melhores condições de vida nos campos e por um Portugal livre e independente.

o distribuía, porque muitos mais o liam. Para que hoje possa desempenhar o papel que se lhe exige, ele poderá ser escrito e impresso nas condições inteiramente diferentes que a conquista da democracia lhe criou: mas só será o jornal que é necessário que seja se a ele chegarem as informações, se muitos o distribuírem, se muitos mais o lerem.

As Teses apresentadas ao XIV Congresso contém, cama-

radas, propostas que pensamos muito contribuirão para que em todos os aspectos possamos melhorar o nosso «Avante!». Aprovadas, elas serão um fraterno compromisso entre todos nós que se expressará já na próxima quinta-feira em que, escrito, impresso e nas vossas mãos, o «Avante!» seja, como sempre, o jornal dos trabalhadores, da democracia e do socialismo.

## O movimento dos pequenos e médios agricultores



**Armando Carvalho**  
Membro do Comité Central

O movimento dos agricultores assumiu uma forte expressão pela frequência das suas lutas e pela amplitude geográfica da sua intervenção. A situação dos agricultores face ao avolumar das consequências negativas da PAC, agravadas pela política agrícola do PSD: redução dos preços agrícolas; falta de escoamento dos produtos; selectividade no acesso aos fundos comunitários; altas taxas de juro e os elevados preços dos factores de produção; dívidas do Estado à lavoura; tentativa de esbulho das terras baldias; encerramento dos matadouros públicos e quebra dos rendimentos dos agricultores.

Face a esta realidade, desfizeram-se as expectativas e ilusões semeadas pela propaganda do Governo. Ficou o desespero, a indignação e a revolta de homens e mulheres que saíram à rua levantando as suas reclamações e protestos. Apresentando formas diversificadas, o movimento ampliou-se, galvanizou outros sectores e camadas mais abastadas do campesinato. Não obstante o efeito da almodada das centenas de milhares de contos que já foram desbaratados na agricultura, as lutas dos agricultores prosseguiram e tiveram pontos culminantes: na marcha até Lisboa no Outono de 90; nas manifestações de Maio e Junho de 91, no Terreiro do Paço e no Porto; nas barricadas e cortes de estrada de Julho do mesmo ano, iniciadas na região do Oeste e alastrando a quase todo o País; na manifestação da Curia contra a reforma da PAC em Maio deste ano, onde estiveram presentes agricultores espanhóis; nas manifestações dos viticultores do Douro no último Verão; nas diversas acções dos povos dos baldios em Vila Real, Viseu e vinda até Lisboa.

As acções de luta dos agricultores são indissociáveis do papel e intervenção da CNA e das suas organizações. Apesar de marginalizada pelo Governo e discriminada na comunicação social, em particular pela RTP, a CNA viu confirmada no terreno da luta e na adesão dos agricultores a justiça da sua orientação na denúncia da política do

radar, é forçoso verificar que, mais importante, se alterou qualitativamente, se alterou brutalmente do ponto de vista político.

Dois traços fundamentais caracterizam estas modificações: o desaparecimento de jornais com uma assumida linha editorial de esquerda (e uma palavra de apreço é aqui indispensável para um jornal com lugar ímpar na história da imprensa portuguesa, «o diário») e um crescente (para não dizer total) controlo dos mais grande capital, com larga presença estrangeira.

Para esta situação confluiam diversos factores.

Por um lado, os progressos tecnológicos que permitiram à Comunicação Social dos nossos dias um desenvolvimento sem precedentes tiveram também efeitos perversos. A sua adopção criou novos hábitos e legítimas novas exigências por parte do público; mas possuí-los requer investimentos e capitais que também na economia da informação a desequilibraram em benefício da componente do capital exigido pelo investimento tecnológico e em detrimento da componente do trabalho humano de investigação, reflexão e escrita. Digamos doutra forma, beneficiou o capitalista que investe em detrimento do jornalista que trabalha.

Por outro lado, a imprensa progressista foi igualmente vítima da política de direita dos sucessivos governos PSD.

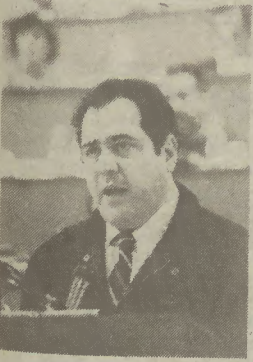
É neste difícil panorama, camaradas, que, vencendo dificuldades de toda a ordem, o «Avante!» continua orgulhosamente há quase mil semanas a aparecer, todas as quintas-feiras, nas bancas de todo o País!

E a realidade é esta: no panorama actual da imprensa portuguesa, o «Avante!», órgão central do PCP, é hoje o único jornal de expansão nacional que frontal e empenhadamente se afirma e é uma voz de esquerda.

Camaradas, concordareis certamente que a existência, a expansão, a melhoria do «Avante!» não é um problema que diga respeito exclusivamente aos comunistas, mas a todos os trabalhadores e a todos os democratas.

A História não se repete, mas nós aprendemos com a experiência. Escrito e impresso nas tipografias clandestinas graças à gesta heroica de gerações de homens e mulheres que a opção revolucionária transformou em tipógrafos e redactores, o «Avante!» foi na noite fascista um jornal também porque a ele chegavam as informações, porque muitos

## O «AVANTE!»



**Membro da Comissão Executiva Nacional**

Dentro de pouco mais de dois meses, o «Avante!» publicará o milésimo número da sua série legal iniciado em Maio de 1974, eram decorridas poucas semanas sobre o 25 de Abril.

Todos o sabemos, a História do nosso órgão central não começa aí: será necessário remontarmos até 1931 para fazermos a história de um jornal indissolúvelmente ligado à luta heroica do PCP, indissolúvelmente ligado à luta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo e pela democracia.

Ao longo dos anos em que toda a imprensa portuguesa conheceu o controlo férreo da Censura fascista, o «Avante!» foi a única voz que informou não só sobre a luta, não só sobre a resistência, mas também sobre a verdade pura e simples acerca da vida e da realidade.

O «Avante!» pode orgulhosamente afirmar que é o único jornal português nascido antes do 25 de Abril que jamais conheceu Censura.

Mas, ao fazermos tal afirmação outra inevitavelmente a todos nos ocorre: a de que poucos jornais vindos de antes do 25 de Abril sobreviveram ainda hoje e que este é apenas um dos traços de brutais modificações verificadas nos últimos anos na Comunicação Social portuguesa.

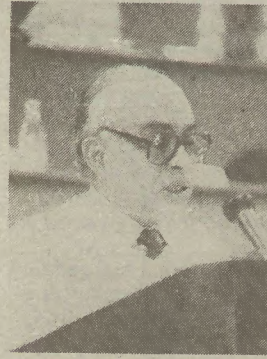
Nesta tribuna foi já referida a situação actual na televisão, foi igualmente sublinhado o papel que à escala planetária a ofensiva ideológica do capitalismo atribui à Comunicação Social. Mas, camaradas, impõem-se algumas palavras sobre o panorama português.

Desde o nosso XII Congresso desapareceram em Portugal diversos jornais (incluindo quatro diários) e soçobraram numerosas tentativas de criação de novos títulos. Sabe-se que os que sobreviveram enfrentam dificuldades e modificações profundas no quadro dos seus proprietários.

O panorama da imprensa portuguesa empobreceu-se quantitativamente, mas, cama-

## Comissão Central de Controlo e Quadros

### — Actividade desenvolvida —



**José Vitoriano**  
Membro da Comissão Central de Controlo e Quadros

Os problemas dos Quadros são problemas que os homens e mulheres do nosso Partido vivem e enfrentam no dia-a-dia da actividade partidária e da sua vida pessoal e familiar. Alguns desses problemas surgem muitas vezes no relacionamento dos Quadros no desempenho das suas tarefas partidárias. O Partido deve estar atento e intervir sempre que necessário para os resolver ou ajudar a resolver, pois os problemas, quando existem, ou se resolvem ou permanecem e podem tender a agrava-

Por vezes surgem também problemas de natureza disciplinar, infracções de maior ou menor gravidade às normas estatutárias. Também aqui o Partido deve intervir e, pela via da discussão e do esclarecimento das questões, num clima de fraternidade e franqueza, esforçar-se por ganhar os militantes para o cumprimento dos seus deveres partidários, só indo para sanções disciplinares quando a sua gravidade o exige.

A seguir ao XII Congresso foi eleita pelo Comité Central uma Comissão Central de Controlo e Quadros "responsável pelo tratamento das questões de Quadros, a intervenção como instância de recurso em questões disciplinares, a administração do património do Partido e o controlo financeiro".

Tratando-se de áreas de actuação diferentes a CCCQ subdividiu-se em duas comissões, uma para as questões financeiras e de património - Comissão Administrativa e Financeira - e outra para as questões de Quadros - Comissão Central de Quadros.

A CCCQ só interveio como tal, directamente e por iniciativa própria, em dois casos de natureza disciplinar que envolveram um total de seis membros do Partido, dos quais três se demitiram (dois eram deputados à AR) e três foram expulsos.

Tratou-se, particularmente no último caso de grave violação dos princípios e normas estatutárias, com o desenvolvimento de actividades fraccionárias, porque à margem da estrutura e funcionamento orgânico e da disciplina do Partido, com violentos ataques públicos à sua orientação e Direcção e em manifesta oposição às orientações ideológicas e programáticas definidas e aprovadas no Congresso. Os próprios reconheceram na altura que a sua acção não se coadunava com os Estatutos. Mas eram os Estatutos que estavam mal, em sua opinião.

A vida se encarregou de mostrar como eram frágeis os seus pressupostos.

Ainda em matéria disciplinar a CCCQ apreciou durante estes 4 anos vários casos de sanções (cerca de 3 dezenas) decididos pelas organizações do Partido. Sempre que se tratou de expulsões e a Comissão esteve de acordo, estas foram submetidas à ratificação do Comité Central. As causas de tais expulsões foram as mais diversas. Desde a participação em listas de outros partidos para órgãos autárquicos e outros comportamentos eticamente incompatíveis com a qualidade de membros do nosso Partido, até a alguns casos de grave e reiterada indisciplina partidária.

Uma preocupação que sempre nos orientou foi procurar resolver pela via do diálogo, da discussão e do esclarecimento mútuo os problemas surgidos. Vários casos se resolveram. Outros continuam em tratamento.

A Comissão Central de Quadros recebeu muitas cartas de camaradas a que respondeu, procurando sempre dar andamento rápido às questões colocadas. Acontece que nem sempre os organismos do Partido ou os camaradas responsáveis são tão prontos como é de desejar. Muitas vezes estas arrastam-se demasiado tempo sem solução, tendendo assim ao agravamento. É certo que as tarefas são muitas, mas os problemas dos Quadros exigem uma grande atenção e um tratamento a horas e isso também constitui uma tarefa e das mais importantes do Partido. Precisamos ser mais exigentes, todos nós, na atenção, cuidado e correcção que sempre deve envolver o tratamento atempado dos problemas que o curso da vida e a actividade partidária colocam aos homens e mulheres do nosso Partido no seu relacionamento com o Partido ou entre si.

Com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos problemas do Partido e dos Quadros, a CCCQ promoveu conversas com várias centenas de camaradas, todos os funcionários e outros Quadros do Partido, auscultando-os sobre alguns temas que definiu e outros problemas que os próprios quisessem colocar. Esta iniciativa permitiu aos camaradas abordar questões que no desempenho diário da sua actividade podem não sentir oportunidade, espaço ou vontade para colocar. Conheceu-se, assim, melhor o sentir e as opiniões de centenas de camaradas que estão entre os mais intervenientes e activos na vida partidária.

Isto permitiu também resolver mais rapidamente alguns problemas concretos de que se tomou conhecimento.

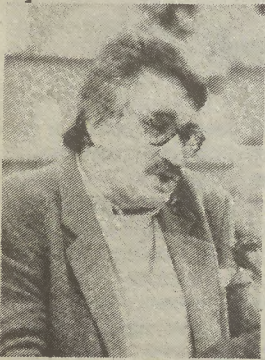
Não pensamos, contudo, que se tenham tirado ainda todos os frutos possíveis desta iniciativa, como um contributo para a melhoria do trabalho partidário. Mas consideramos que foi uma experiência positiva e que deve ter continuidade.

Muito há que fazer neste domínio, pois os problemas de Quadros e dos Quadros são vastos, são diversos e muitas vezes complexos, exigindo uma grande atenção, correcção e presteza no seu tratamento. Deficiências, há-as e muitas. Esforcemo-nos sempre por melhorar o nosso trabalho.



# Tribuna do Congresso

## A Festa do "Avante!"



**Fernando Vicente**  
Membro do Comité Central

A Festa, esta cidade por três dias que é obra dos comunistas, é reconhecidamente a maior realização político-cultural de massas que se realiza em Portugal e a grande festa da Juventude; é uma proposta cultural de massas, onde muitos visitantes puderam contactar, alguns pela primeira vez, por exemplo com as artes plásticas ou com o teatro; onde o convívio se cruza com a reflexão e o diálogo sobre os problemas do País, a solidariedade internacionalista com os povos de todo o Mundo.

Só um grande colectivo como o nosso pode e é capaz de realizar uma festa como esta; só todo o Partido (e não apenas um núcleo restrito de camaradas) é capaz de conceber, projectar, construir, realizar a Festa do "Avante!"

Numa perspectiva de futuro, a Festa é cada vez mais necessária como espaço de divulgação e comunicação dos nossos ideais, valores e propostas, como grande encontro anual dos comunistas portugueses e outros democratas e amigos da Festa, como grande festa da Juventude, como afirmação e confirmação do PCP como grande força política nacional.

Por isso, é importante e urgente lançar e aprofundar um amplo debate no Partido que, dando solidez à estrutura da Festa, fortaleça as suas bases e garanta o seu futuro.

Na situação actual das nossas forças teremos de encontrar uma solução equilibrada que adequadamente harmonize as necessidades da Festa, o seu esforço de construção, com as possibilidades humanas e de recursos do colectivo partidário. A simplificação sem perda de qualidade e racionalização aos diversos níveis de toda a Festa (concepção, projecto, construção e funcionamento), a luta contra o improviso e o esbanjamento de tempo, esforços e recursos, impõem um trabalho mais rigoroso e planeado, o equilíbrio de receitas e gastos, tendo em conta que os recursos próprios gerados são a base de financi-

amento da Festa e das melhorias do terreno, são condição decisiva à continuidade da Festa.

A EP, para além de título de entrada, no seguimento da experiência positiva de 1992, tem de ganhar cada vez mais o estatuto de título de solidariedade com a Festa e com o Partido. A sua venda antecipada e militante, além da animação da vida partidária, constitui um seguro indispensável à Festa.

A concorrência alargada e variada de ofertas culturais e recreativas com poderosos meios ao seu alcance é hoje uma realidade que a nossa Festa enfrenta: consolidar a capacidade de atracção junto dos trabalhadores e da Juventude e alargá-la a outras camadas e sectores sociais, nomeadamente junto das camadas médias urbanas, é um desafio que exige a elevação da qualidade.

O PCP tem orientado a sua intervenção na Quinta da Atalaia pelo objectivo principal de preservar, proteger e melhorar este espaço natural fronteiro ao Tejo, e ao mesmo tempo, criar progressivamente as melhores condições de acolhimento aos visitantes. Trabalhemos para melhorar as circulações, as sombras, o revestimento vegetal e as infra-estruturas, o que exige estudo rigoroso e pormenorizado, mais trabalho e mais tempo de ser gerados na base das receitas da Festa.

A preparação da próxima Festa do "Avante!" a realizar em ano de intensa actividade política e de eleições autárquicas, acentua ainda mais as exigências de melhor direcção e organização do trabalho, de melhor distribuição das nossas forças, de maior antecipação nas tarefas, de melhor e mais programada utilização do trabalho voluntário e militante na construção da Festa. A Festa não pode ser concebida, nas condições actuais, como uma tarefa sazonal, mas como uma linha de trabalho permanente do Partido.

É tendo tudo isto em consideração que o Comité Central, na sua reunião de 26 de Novembro, decidiu marcar a 17ª Festa do "Avante!" para os dias 3, 4 e 5 de Setembro de 1993, de modo a possibilitar, desde já, o arranque do seu trabalho preparatório.

Para que continue a ser a grande Festa dos comunistas, da democracia, da Juventude. Para que seja, também no próximo ano, o grande arranque, após as férias, indispensável à realização dos nossos objectivos nas eleições autárquicas.

Avante com a preparação desde já da próxima Festa do "Avante!"

desenvolver alguns exemplos que caracterizam o desrespeito patronal, com a cobertura das entidades governamentais, pela lei de defesa da maternidade-paternidade, entre outras, que perseguem o desenvolvimento e a capacidade das trabalhadoras deste país. A selecção na admissão ao emprego, os testes de gravidez, a discriminação salarial e na promoção, a retirada de prémios de produção, a não renovação de contratos de trabalho.

A mulher não pode ser penalizada por desejar assumir ser mãe. A maternidade não pode constituir um factor de discriminação e um fardo pessoal para a mulher. A maternidade além de ser uma função social deve constituir um factor de realização e de felicidade para a mulher e para a família.

Em Portugal desenvolve-se uma política que subalterna o papel da mulher na sociedade.

A emancipação da mulher está intimamente ligada à sua independência económica, ao trabalho, à realização profissional e pessoal.

As situações referidas demonstram o défice, o desperdício que constitui para Portugal e para os portugueses o não aproveitamento integral das capacidades produtivas e criativas das mulheres.

Muitas foram as lutas, a participação e empenho de vários sectores femininos em defesa dos seus direitos e pela Paz.

É preciso travar e inverter a política de desvalorização dos princípios da igualdade e tem agravado as discriminações e as desigualdades.

É necessário construir uma política alternativa. Alternativa para as mulheres quer dizer igualdade na vida económica, social, política e cultural. Alternativa para as mulheres é ter emprego estável, é exercer a profissão que desejam, é ter condições para assumir a maternidade, é a igualdade na família. É ser tratada como igual onde a presença tem a identidade da diferença por ser mulher.

O Congresso é espaço para homenagear as mulheres portuguesas que se assumem na luta contra a política de direita, por uma alternativa democrática. Uma homenagem especial às comunistas que das mais variadas formas intervêm: nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nas autarquias, na Assembleia da República, no movimento associativo, nas organizações femininas, com particular destaque no MDM, nas mais variadas tarefas e a todos os níveis da vida do Partido. Uma homenagem às camaradas Funcionárias do Partido que optaram dedicar-se desta forma à luta, ao reforço da acção e da intervenção do Partido.

É importante que o Partido sinta que a participação das mulheres é uma conquista delas próprias, onde a acção de todo o Partido foi e é indispensável.

A discussão e o trabalho em torno da problemática feminina devem ser assumidos por homens e mulheres e pelos organismos aos vários níveis de intervenção.

Colocaram-se interrogações por esta frente não ser considerada nas teses em discussão como uma das áreas prioritárias do nosso trabalho. Foi considerado atender às propostas que vinham no sentido de a incluir entre as prioridades. Este tema deve merecer maior aprofundamento no Partido. Os comunistas deverão materializar e desenvolver a orientação do Partido, que consiste no respeito, na defesa

e na pedagogia pela igualdade, no incentivo à participação, à informação dos direitos e na promoção de mais mulheres.

Em Portugal, nenhum outro partido tem tão claramente definido o que entende e como se alcança a emancipação da mulher, cuja efectivação está intimamente ligada ao projecto de sociedade que defendemos. Os comunistas têm intervenido pela dignificação da mulher portuguesa.

Estamos na vanguarda da elaboração de legislação, quer no campo social, quer no reforço dos direitos das organizações femininas. Mas a lei, para ter força, exige a acção permanente pela sua aplicação.

Temos de intervir mais e melhor, procurando o reforço da participação das mulheres. Temos a consciência do valor e do papel do PCP na luta emancipadora da mulher. Mas também temos a consciência de que há deficiências no debate, nas medidas necessárias ao desenvolvimento da acção. Há ideias preconcebidas sobre a luta feminina e as organizações de mulheres. Há preconceitos que assimilamos social e culturalmente ao longo

dos anos que influenciam as nossas atitudes. Isto entrava o desenvolvimento e o aproveitamento das potencialidades de enriquecimento da nossa luta colectiva.

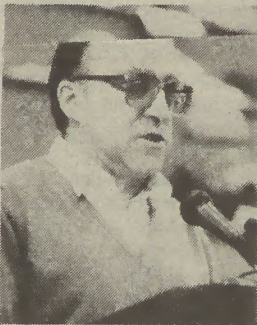
Como já afirmámos:

— O PCP só tem a ganhar com a intervenção empenhada e militante das mulheres. Tem ganho com a sua força e coragem, com a diversidade das suas competências e capacidades. Tem ganho com a riqueza das formas próprias das mulheres de intervir e encarar a vida. Tem ganho com a ternura, a simpatia, o sorriso e a alegria que, em geral, as inundam.

— As mulheres comunistas têm ganho neste grande colectivo partidário. Ganho confiança, autoconfiança, capacidade de exercer responsabilidades e direitos de discutir e argumentar. Enriquecendo-se como pessoas, valorizando o colectivo, num movimento imparável de lutas pelas mudanças sociais, capazes de dignificar os cidadãos, de lhes garantir o bem-estar.

Juntos, homens e mulheres, nesta luta pela democracia e o socialismo, pelo futuro de Portugal.

## Questões do movimento operário sindical



**Domingos Abrantes**  
Membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central

Um partido com responsabilidades nacionais, com profunda influência nas massas trabalhadoras e cuja acção se pauta pela defesa constante dos interesses dos trabalhadores, como é o caso do PCP, um partido que deu ao movimento sindical português milhares e milhares dos mais destacados dirigentes sindicais e que com o seu esforço, espírito de sacrifício e talento, deram uma contribuição inestimável para a edificação de um movimento sindical impar no panorama internacional, tem o direito e o dever de se pronunciar sobre os problemas do movimento sindical.

O projecto de Resolução Política aborda as questões do movimento operário sindical partindo da análise do seu papel determinante na resistência à política de direita e no desenvolvimento da luta de massas, tendo entretanto em conta que o movimento sindical enfrenta no quadro do processo de restauração monopolista, muitos e complicados problemas de organização, de quadros, de intervenção e também de orientação.

As dificuldades que o movimento sindical enfrenta são de natureza prolongada e de difícil superação.

As profundas alterações operadas no mercado de trabalho, nomeadamente a tendência crescente para a precarização e mobilidade do emprego, o desemprego massivo, as alterações na correlação sectorial, o crescimento da mão-de-obra feminina, a entra-

da tardia dos jovens no mercado de trabalho, a redução do número de trabalhadores de sectores e empresas com largas tradições de luta, associado às crescentes limitações aos direitos e liberdades sindicais, tornam cada vez mais difícil o trabalho de organização sindical.

A emergência de novas camadas de trabalhadores com hábitos, aspirações, modo de vida e condições de trabalho muito diferenciadas, a estratégia patronal de individualizar o estatuto laboral e remuneratório, introduz significativas alterações no conteúdo das reivindicações e diversifica as componentes da frente social tornando mais complexa a sua unidade.

O movimento sindical português defronta-se há vários anos com o avanço do processo contra-revolucionário o qual tem como corolário a liquidação de importantes conquistas democráticas dos trabalhadores e das suas organizações de classe, a limitação de direitos e liberdades no sentido de condicionar e desarticular a sua capacidade de luta.

Uma vasta área de direito do trabalho com destaque para as leis da greve e dos despedimentos, foi sujeita a uma grande ofensiva, alterando profundamente o quadro jurídico das relações laborais a favor do patronato. Hoje, para se ser activista sindical, é necessário muita coragem, determinação e profundo espírito de classe.

O atraso na avaliação das novas situações e no encontrar das respostas adequadas, a persistência em métodos de trabalho rotineiros, o afrouxamento na ligação dos dirigentes e das estruturas aos trabalhadores, só farão aumentar as dificuldades. O esforço para assegurar a organização sindical nas empresas, a estreita ligação às massas deverão ser direcções prioritárias de trabalho.

Com retrocessos significativos em matéria de conquistas democráticas, reforço do poder do patronato e pesadas derrotas à escala mundial é inevitável o surgir de opiniões muito diferenciadas, quanto à raiz das condicionantes que se põem ao trabalho sindical, e

quanto ao caminho a eleger para a sua superação. E no entanto da forma como for resolvida esta questão, dependerá em muito o futuro do nosso movimento sindical.

Hoje abundam as teorias anunciadoras da morte do sindicalismo. Partindo do ritmo de crescimento da precarização do emprego e da dessindicalização que a acompanha, há quem tenha determinado já no calendário, o ano da morte dos sindicatos.

Quanto a isto, dir-se-á que os que assim pensam, estão a sonhar alto. As dificuldades do movimento sindical serão temporárias. Atentos ao fluir da vida, não cristalizando conceitos, nem práticas que fizeram o seu tempo, o movimento sindical unitário ultrapassará as suas dificuldades. Uma condição se impõe, que as características essenciais que fizeram da CGTP-IN uma grande organização de massas e são a razão da sua força, influência e capacidade de luta sejam preservadas.

Nós, comunistas, tudo faremos para que as características fundamentais do movimento sindical português se mantenham e reforcem e que essas características que são inseparáveis umas das outras, se expressem na acção prática.

A defesa da natureza de classe pressupõe que não se perca a ideia que os interesses dos trabalhadores se contrapõem à função dos sindicatos é lutar contra todas as formas de exploração.

Não se pode defender a intervenção das massas como factor determinante para a resolução dos seus problemas e privilegiar a acção institucional, não dar combate à filosofia da "concertação social", não vendo que o seu objectivo fundamental, confirmado pela nossa experiência e de vários outros países é tentar amarrar os sindicatos à política de exploração, sem que isso signifique que se deve deixar de participar e intervir no CPSC.

A autonomia e democracia sindicais para que não sejam letra morta implica obrigatoriamente a ampla participação dos trabalhadores e dos dirigentes na vida sindical e o respeito pela identidade, capacidade de decisão e intervenção própria das diferentes estruturas.

Não se pode erigir em princípio a independência sindical e depois defender como o fez há dias, um elemento sindical socialista, que a CGTP-IN deveria dizer sim a Maastricht para não pôr em causa a sua entrada na CES.

No passado mês de Outubro, 26 organizações sindicais de 14 países da Europa, numa acção inédita, realizaram uma greve simultânea contra a privatização dos caminhos-de-ferro e contra a política anti-social decidida em Maastricht. O desenvolvimento dos processos integracionistas, a ofensiva do grande capital multinacional colocam problemas novos à cooperação e solidariedade internacionais. Mas esta cooperação internacional para ser frutuosa exige autonomia de decisão própria, respeito pelas opções de cada organização e repúdio das ingerências na sua vida interna.

O VII Congresso da CGTP-IN, que deverá realizar-se no próximo mês de Março, constituirá um acontecimento de grande importância para o futuro do movimento sindical português. Os comunistas tendo em conta as suas responsabilidades para com os trabalhadores, tudo farão para assegurar o êxito desta reali-

## Sobre os problemas, a luta e a participação das mulheres



**Luísa Araújo**  
Membro do Secretariado do Comité Central

Nas Teses propostas são

tratados aspectos da participação, das reivindicações, dos êxitos da luta e da presença activa das mulheres portuguesas e apontadas linhas de trabalho para a intervenção comunista pela igualdade homem-mulher.

No debate aprofundou-se o conteúdo, clarificaram-se abordagens concretas, resultaram propostas que apoiarão o trabalho futuro em torno da temática feminina.

Afirmámos que as mulheres vivem a realidade social de forma agravada, que leis que consagram a igualdade não são cumpridas. Optamos por



# Tribuna do Congresso

zação e defender o carácter unitário da CGTP-IN, uma das suas características essenciais, que faz dela um caso ímpar no sindicalismo internacional e um património do movimento operário português.

A defesa das características unitárias da CGTP-IN, não é para nós, comunistas, um objectivo conjuntural. Sabemos melhor que ninguém quanto é preciosa a unidade para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A unidade alcançada é possível também pela compreensão por parte de outras correntes sindicais, do papel determinante desempenhado pelos comunistas no movimento sindical e que resulta da confiança e reconhecimento pelos trabalhadores da sua acção constante e abnegada em defesa dos seus interesses.

Tem um alto significado político que através de um percurso tão acidentado como foi todo o período revolucionário e o longo processo contra-revolu-

cionário, que homens e mulheres de tendências político-ideológicas diferenciadas, ombro com ombro com os comunistas tenham sido capazes de realizar um projecto comum e de se unir e trabalhar em conjunto estabelecendo sólidas bases de cooperação assentes no funcionamento democrático das estruturas, na defesa da unidade dos trabalhadores, do movimento sindical e das conquistas democráticas.

O momento que vivemos coloca mais do que nunca a necessidade dessa unidade. Uma unidade reforçada. Uma unidade combativa. Uma unidade que se traduza na intensificação da luta e no desenvolvimento de uma cada vez mais ampla acção de massas, condição essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a derrota da política de direita em curso e contributo preciso para a construção de uma alternativa democrática.

progresso, modernidade, crescimento sem paralelo na Europa e não há dinheiro para investir na protecção social?

Fazer pagar aos ricos para garantir aos pobres, pôr fim à injustiça de serem os pobres trabalhadores a suportar os gastos na saúde, segurança social ou ensino aos que têm por mês rendimentos de 500 contos e mais, proclamam alto e bom som as hostes cavaquistas no que poderia pensar-se ser uma cruzada contra os altos rendimentos.

Quanta hipocrisia e falsidade, quanta demagogia e mentira repetida por governantes sem escrúpulos.

Afinal quem paga as taxas moderadoras e vai pagar os cuidados de saúde? Quem sofre os aumentos dos medicamentos e a baixa das participações? Quem vai pagar as propinas? Quem recebe reformas e pensões de miséria? Quem sofre com o encerramento dos SAP e dos internamentos nos C. Saúde? Quem sente na pele a falta de instalações e de equipamentos seja hospitais, C. Saúde, lares de terceira idade, creches ou infantários?

Os que ganham 500 contos por mês e mais ou os que têm rendimentos acima dos míseros 45 contos que é hoje o valor do SMN?

A quem se destinam as medidas do Governo permitindo a dedução no IRS do valor gasto na compra de ações de empresas a privatizar?

A quem se destinam as deduções até 500 contos gas-

tos em seguros e outros esquemas de poupança para a velhice? Aos milhões de trabalhadores e de pequenos agricultores que não têm sequer esse rendimento para viver ao longo do ano? Aos um milhão e 800 mil reformados que ganham 22.600\$00 e menos por mês?

Afinal quem em véspera de eleições promete elevar as reformas para o valor do SMN e depois vota na A.R. contra as propostas do PCP nesse sentido?

Quem impede a aprovação de leis propostas pelo PCP no sentido de garantir medicamentos gratuitos aos que têm rendimentos inferiores ao SMN e participações mais elevadas na aquisição de próteses e ortóteses?

Aos portugueses cabe dar resposta a estas questões. Aos portugueses cabe pôr cobro a esta política injusta e prepotente. Aos portugueses cabe o papel determinante no afastamento da direita do poder e na construção de uma alternativa democrática. Aos comunistas cabe o papel insubstituível de intervir junto dos trabalhadores e das populações, no sentido de fazer compreender a um número crescente de portugueses que o caminho para alcançar tão importantes objectivos é o da unidade e da luta, é o reforço do apoio social, político e eleitoral, a este grande, coeso, fraterno, coerente, combativo, necessário e indispensável colectivo que é o Partido Comunista Português.

sindical. O comportamento cúmplice da UGT quando avalizou algumas peças centrais do pacote laboral, inevitavelmente, não só compromete como enfraquece a unidade na acção, retirando-lhe credibilidade e até legitimidade quando se trata de defender direitos fundamentais dos trabalhadores, a sentirem hoje os efeitos da aplicação prática desse pacote laboral.

O grau da ofensiva e o seu avanço no plano ideológico, político, económico e social contra o SEE, leva-nos, na actual situação, a uma posição de resistência e de denúncia.

Na defesa dos direitos dos trabalhadores encontramos o eixo dessa resistência.

É que apesar da envergadura do ataque às nacionalizações, do processo restauracionista em fase de concretização, do grau de destruição e limitação dos direitos individuais e colectivos, os trabalhadores continuam a conceder um elevado capital de confiança às organizações unitárias onde trabalham e agem os comunistas.

Num quadro muito difícil em empresas sangradas de muitas centenas de postos de trabalho efectivos, por vezes desmembradas, a exigir que no plano da organização se tenha de começar tudo de novo, as listas unitárias alcançaram, no decurso deste ano, vitórias de grande significado.

Nas eleições para as Comissões de Trabalhadores, onde participam todos os trabalhadores da empresa, independentemente da sua filiação sindical ou sector profissional,

as listas unitárias mantiveram ou reforçaram os seus mandatos.

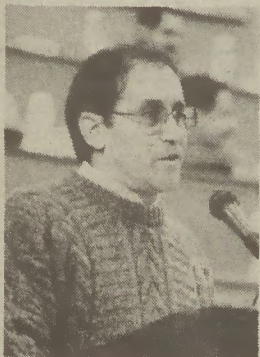
Na banca ou na metalomecânica pesada, nos seguros ou nos transportes, nos serviços ou nas comunicações, no comércio ou no sector químico e petrolífero, nos cimentos ou no sector da energia e minas, nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, nos tabacos, na indústria do papel, na EPAL, centenas de milhar de trabalhadores votam nas listas inequivocamente identificadas pela participação dos militantes do Partido Comunista Português.

É certo, camaradas, que tal opção nem sempre tem expressão política e ideológica, assumindo mais um carácter de consciência social.

Mas quando tão difícil se torna resistir, quando lá nas empresas nos confrontamos com uma relação de forças desfavorável, com armadilhas permanentes e apelos pantanosos à conciliação e à desistência, assumimos esse mandato como um elevado património de confiança para agir e prosseguir as batalhas e a luta em defesa dos direitos sociais e laborais que são, afinal, parte integrante da luta do nosso Partido em defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia.

É por causa dessa acção, dessa resistência, que haveremos de ser capazes de projectar para o futuro os valores e objectivos por que nos batemos hoje, expressos no nosso Programa e nas Teses ao nosso XIV Congresso.

## A ofensiva contra serviços sociais fundamentais



**José Soeiro**  
Membro da Comissão Política

Indissociável da restauração do capitalismo monopolista a perversão do regime democrático na sua vertente social é particularmente visível na escalada que o PSD, o seu Governo e a sua maioria vem desenvolvendo no sentido de, ao arripio da Constituição, liquidar ou negar direitos fundamentais, transferir responsabilidades do Estado para os cidadãos e abrir portas ao mais desenfreado e desumano negocismo e tráfico de influências em áreas sociais estratégicas como o são a saúde e a segurança social.

Na segurança social o Governo Cavaco/PSD não cumpre a lei de bases transferindo para os rendimentos do trabalho grande parte das suas responsabilidades no financiamento do sistema. Centenas de milhões de contos, que deviam aumentar reformas, abonos e subsídios, foram e são usados para cobrir despesas da responsabilidade do Estado na acção social e prestações de base não contributiva.

Entretanto, não cessam os incentivos a esquemas de segurança social privados, sobretudo seguros, e a crescente privatização do sistema e entrega a privados de importantes sectores, para onde são canalizados milhões de contos em investimentos e subsídios do Estado. Encantados andam igualmente os patrões cuja dívida à segurança social aumentou em 5 anos de cavacoismo mais 90 milhões de contos e ultrapassa hoje 220 milhões de contos. É o regabofe à custa de quem trabalha, que se traduz nas mais profundas e gritantes injustiças e desigualdades e na violação grosseira dos princípios de universalidade, igualdade e soli-

dariedade consagrados na lei e na Constituição.

Na saúde, com a revisão da Constituição, alcançada com o apoio do PS, o PSD impôs uma nova lei de bases e acaba de aprovar um "novo Estatuto do SNS" que, introduz o pagamento dos cuidados de saúde até agora prestados gratuitamente pelo SNS e entregar ao capital privado hospitais, Centros de Saúde e equipamentos que custaram milhões de contos ao Estado, ou seja a todos os portugueses.

É a mais grave decisão tomada após o 25 de Abril contra os portugueses na área da saúde.

Bem podem os cavaquistas proclamar ser falsa esta afirmação. O O. E. para 1993 af está para provar a justeza das nossas acusações. Se em 1992 o Governo PSD já cobrou em taxas ditas moderadoras mais de 20 milhões de contos, em 1993 prevê cobrar mais de 40 milhões.

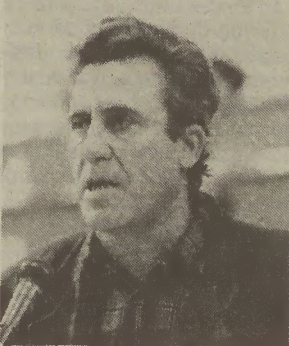
É um duplo imposto a pagar pelos que tenham a infelicidade de cair doentes. É, mais uma vez, a subversão da vertente social do regime democrático constitucional.

Tão descarada é a articulação desta política anti-social com as seguradoras, agora privatizadas, que até o mais desatento se apercebe que, à intensificação da ofensiva do Governo contra o direito à segurança social e à saúde corresponde a intensificação na TV, rádio e jornais, das alianças campanhas para nos levar a fazer o nosso segurozinho de velhice ou de saúde. São os próprios ministros que nos entram casa dentro a propagandear méritos e vantagens dos seguros para onde nos querem empurrar.

O Conselho de Ministros age mais como Administração de uma qualquer seguradora que como órgão de poder constitucionalmente obrigado a promover uma política social que garanta o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

E não digam que não há dinheiro, ou que é preciso reduzir o papel do chamado "Estado Providência". Então não há dinheiro para aumentar as reformas, para a saúde e orçamentam-se mais 270 milhões de contos em indemnizações ao grande capital? Não há "Estado Providência" para os mais desfavorecidos mas há-o para os capitalistas? Tanto sucesso económico,

## A ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado



**Jerónimo de Sousa**  
Membro da Comissão de CT's da CIL  
Deputado, Membro do Comité Central

Na Tese em que analisamos a profundidade do processo de restauração do capitalismo monopolista, verificamos que ele é inseparável da intensificação da exploração dos trabalhadores, da ofensiva mais acentuada aos seus direitos individuais e colectivos por parte do Governo do PSD.

Nos quatro anos que medei entre o XII e o XIV Congressos, com a aceleração do processo das privatizações, sempre o escandaloso leilão do Sector Empresarial do Estado, a alienação do seu melhor património, foi antecedido ou simultaneamente executado com a limitação e liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores.

Sob a capa do "menos Estado, melhor Estado", propagandando na primeira fase a tremenda mistificação do "capitalismo popular", impedindo ilegalmente o exercício do controlo de gestão e a entrada em funções dos representantes dos trabalhadores eleitos para os órgãos de gestão das empresas do SEE, refinando os métodos de liquidação de milhares de postos de trabalho

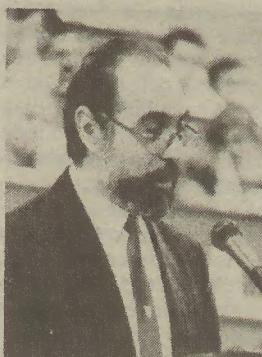
efectivos através de processos individualizados, que conduziram às pré-reformas e reformas antecipadas, às rescisões de contrato com indemnização, acompanhadas por vezes com o engodo da distribuição de ações, o Governo começou a concretizar a entrega, a preços de saldo, do melhor património público e empresarial aos ex-monopolistas que sustentavam e se sustentavam do regime fascista e ao grande capital estrangeiro.

A extensão e natureza desse ataque, traduzido nas alterações ou revogação das leis de protecção especial aos representantes dos trabalhadores, Código do Processo de Trabalho, despedimentos individuais e colectivos, por inadaptação ao posto de trabalho, da contratação colectiva, duração e organização do tempo de trabalho, período experimental, férias e feriados, trabalho temporário e as recentes alterações à Lei da Greve, demonstram quem é e o que quer este Governo do PSD.

Alguém se admirará que essa figura tenebrosa, o ex-monopolista Champalimaud, surja rancorosamente a querer fazer um ajuste de contas com os trabalhadores da seguradora que lhe foi entregue de mão beijada pelo Governo?

Não podemos, neste quadro da ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado, deixar de co-responsabilizar o Partido Socialista na medida em que se assume como defensor das privatizações, chegando a ser mais papista que o Papa na entrega de indemnizações aos ex-monopolistas. Critica a falta de transparência do processo mas não avança nenhuma iniciativa concreta, limitando-se a ditar para a acta as suas preocupações. Tal facto dificulta a convergência política e tem reflexos negativos na acção convergente no plano social e

## A actividade do Grupo Parlamentar na Assembleia da República



**José Manuel Mala**  
Vice-Presidente da AR  
Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar  
Membro do Comité Central

As Teses propostas pelo Comité Central ao nosso XIV Congresso exprimem de forma precisa, mas necessariamente resumida, o que tem sido, nos últimos anos, o trabalho dos comunistas na Assembleia da República.

Podemos dizer que na acção parlamentar, se reflectiram e reflectem os seguintes traços marcantes:

- as eleições de Outubro de 1991 com a conquista pelo PSD de nova maioria absoluta de deputados e por um sério revés das forças democráticas nomeadamente o desaire eleitoral da CDU;

- o processo de restauração do capitalismo monopolista e as tentativas da subversão de princípios do regime político consagrado na Constituição;

- os sucessivos casamentos do PS com o PSD, em questões fundamentais - Tratado de Maastricht, revisão constitucional, e referendo, etc., - renunciando assim aquele Partido a uma atitude coerente de oposição;

- os deputados comunistas pelo seu trabalho e apesar da

redução numérica, formam um colectivo sólido e coeso na defesa em sede parlamentar dos objectivos, dos valores e do projecto que o Partido assume na sociedade portuguesa;

Apesar das dificuldades e insuficiências, os deputados do Partido continuam a exercer uma intensa actividade que permitiu, por exemplo, ser o Grupo Parlamentar com maior número de iniciativas na primeira sessão legislativa que decorreu entre Novembro de 1991 e Outubro de 1992.

Não se conseguiu ainda foi garantir a divulgação junto da opinião pública do real trabalho e iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Na presente legislatura, o nosso Grupo Parlamentar participou de forma empenhada e activa em todas as batalhas políticas travadas na Assembleia da República, sendo de realçar a luta contra as limitações do direito à greve, a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; a abordagem das grandes questões sociais e regionais; e novas iniciativas como as que visavam o desagravamento do preço dos medicamentos e da eliminação das taxas moderadoras, a revogação da PGA e do aumento das propinas, e pela democratização do ensino; na defesa da dignidade e direitos dos militares e dos profissionais das forças de segurança; a defesa do poder local; propostas sobre a toxicoddependência; a acção fiscalizadora sobre o Governo; a luta contra a corrupção e contra a governamentalização das instituições; o desmascaramento da reforma da PAC e a defesa dos baldios, a apresentação de propostas sobre a toxicoddependência e de projectos de deliberação tendo em vista a luta, a defesa dos direitos do povo maubere à sua autode-



PCP

congresso  
PCP

# Tribuna do Congresso

terminação e a independência, e a solidariedade ao povo angolano, ao seu governo legítimo e ao MPLA e a responsabilização expressa da UNITA pelos graves acontecimentos de Novembro último.

Destaques ainda para a questão do Tratado de Maastricht e da revisão constitucional demonstrando que dizemos não ao Tratado porque queremos um Portugal soberano numa Europa de democracia, justiça social, paz e cooperação. Mas mostrando também que o PS se entendeu com o PSD para bloquear e impedir todas as tentativas por nós propostas para um verdadeiro debate nacional e um referendo.

É neste contexto que no debate na generalidade do Orçamento de Estado soa a falso quando o PS procura dar um ar de alternativa diferenciada nas questões fundamentais, pois está amarrado pelas orientações do Tratado de União Económica e Monetária a divergir com o Governo apenas em pormenores.

A posição do Grupo Parlamentar Comunista foi clara:

O Orçamento transfere os custos da política recessiva do Governo para os trabalhadores e outras camadas mais desfavorecidas, caracterizando-se

pela inadequação à realidade e necessidades da economia nacional, pela orientação da convergência monetarista de Maastricht, contra os trabalhadores e pela fuga acrescida do Estado ao exercício das funções sociais a que está obrigado pela Constituição.

Mais uma importante batalha política está em curso na Assembleia da República.

Por marcação do PSD, no próximo dia 17 de Dezembro, vão estar em debate as leis eleitorais, visando subverter o actual regime constitucional e assegurar a perpetuação do PSD no poder.

Se o CDS funcionou de lebre para o PSD avançar com o seu projecto de lei antigreve, agora, nas leis eleitorais, foi o PS que desempenhou esse papel, ao avançar com o seu projecto de candidaturas independentes.

Estes exemplos do actual quadro parlamentar levantam novas e acrescidas dificuldades à acção dos Deputados Comunistas.

Mas garantimos ao Congresso, ao Partido e aos eleitores que continuaremos, também na frente parlamentar a luta pelos valores e ideais de Abril e pela felicidade colectiva do nosso povo.

capacidade negocial do país, com o sacrifício de interesses nacionais fundamentais.

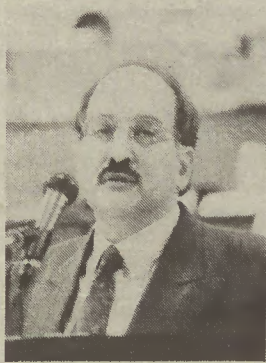
Entretanto, a crescente importância do P.E. como fórum político leva-nos a conceder acrescida atenção a outros domínios. Nomeadamente da cena internacional. Com particular destaque, naturalmente, para os que mais directamente se articulam com o nosso país ou para os quais temos uma particular sensibilidade ou responsabilidade. É o caso de Timor-Leste, com uma participação activa no intergrupo recentemente constituído e pugando pelos direitos do homem no território e pelo direito efectivo do povo maulbere à autodeterminação e à independência; é o caso de Angola, relativamente à qual a nossa intervenção foi decisiva na aprovação recente de uma resolução em que se condena a Unita.

Na nossa acção, nestes como noutros campos, procu-

ramos uma profícua cooperação com outras forças, em particular com os outros partidos comunistas e com outras forças políticas progressistas. Desde logo ao nível do Grupo Coligação de Esquerda, em que nos integramos; procurando alargar a sua influência e reforçar e melhorar a sua intervenção. Mas também com outras forças políticas e outros deputados, nomeadamente em torno de assuntos de particular relevância e gravidade, como é o caso, no momento presente, do Tratado de Maastricht

Não é isenta de dificuldades a nossa acção. Mas estamos certos que ela é reconhecida, e não só pelos comunistas. Continuaremos, por isso, com confiança e, reforçando a nossa ligação com o Partido, a trabalhar em defesa dos interesses do país e dos trabalhadores e a lutar em prol da paz e do progresso na Europa e no Mundo.

## Sobre a educação e o ensino



**Edgar Correia**

Membro da Comissão Política

Se há sector da vida nacional em que são graves os problemas, patentes as responsabilidades políticas do Governo e vastas e massivas as expressões de luta, esse sector é o da educação.

Meses depois da inesquecível e vitoriosa luta dos estudantes do ensino secundário contra a PGA e por um novo regime de acesso ao ensino superior, é agora a vez da vaga estudantil nas universidades, contra o aumento das propinas no ensino superior público, pela melhoria efectiva da acção social escolar e da qualidade do ensino universitário.

As Universidades portuguesas são hoje o epicentro de uma profunda contestação da política educativa do Governo.

São as reuniões gerais de alunos, os plenários, os referendos, as manifestações - como aquela, grandiosa, que teve lugar há duas semanas aqui bem perto, em frente da Assembleia da República.

São as corajosas atitudes adoptadas pelos Senados das principais Universidades e pelas Assembleias de Representantes de muitas escolas do ensino superior público, as tomadas de posição assumidas pela maioria dos Reitores e por muitos professores, quer no sentido de não ser aplicado o decreto nº 20/92 do aumento das propinas, quer de protesto e de luta contra o estrangulamento financeiro das universidades públicas e de defesa activa da autonomia das Universidades.

É constante, também, a intervenção e a luta dos professores portugueses.

Só no ano de 1992 os Sindicatos dos Professores e a sua Federação - a FENPROF - promoveram três greves nacionais que registaram uma elevadíssima participação.

Lutaram e estão em luta os professores pelos seus direitos

de trabalhadores - contra a redução salarial, contra a instabilidade de emprego e por objectivos específicos relativos ao Estatuto da Carreira Docente.

Lutaram e estão em luta os professores, em defesa do ensino público, da gestão democrática das escolas, contra o corte brutal de 34 milhões de contos nas verbas para a educação previsto na proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano.

Lutaram e estão em luta os professores, contra a generalizada falta de condições, da responsabilidade do Governo, que está a impedir a concretização de uma verdadeira reforma democrática da educação, que assegure um ensino de qualidade e uma qualificação para todos, na linha dos princípios, valores e objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na própria Constituição.

Reclamam também as Associações de Pais, do Ministério da Educação, a resolução de inadiáveis problemas concretos - a degradação e a falta de instalações, a sobrelotação de escolas e turmas, a pessoal auxiliar que falta, a acção social escolar que não chega, a segurança que não existe, o alargamento da rede pré-escolar que tarda, o ensino especial que não é apoiado - e que vão marcando negativamente o presente e o futuro de tantos jovens.

Há treze anos que o PSD dirige o Ministério da Educação.

Nas vozes do descontentamento, da reclamação e do protesto que enchem escolas e ruas por todo o País, o veredicto está traçado: a política educativa do Governo não serve.

Não serve porque a desresponsabilização crescente do Estado em relação ao sistema educativo e às suas obrigações para com o conjunto da população portuguesa, é contrária às aspirações de progresso da sociedade e em particular às da juventude, e às necessidades do desenvolvimento (económico, social, científico e tecnológico, e cultural) do País, para mais no contexto da crescente internacionalização e competitividade económicas em que nos encontramos.

Não serve porque a política do Governo de redução do ensino público e, objectivamente, de degradação da sua qualidade, a par da política de criação de um mercado do

ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro e da promoção do ensino privado, está confrontada com a consciência cada vez mais generalizada de que a educação constitui um direito democrático de todos os portugueses, e de que ao Estado incumbe, nos termos constitucionais, garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

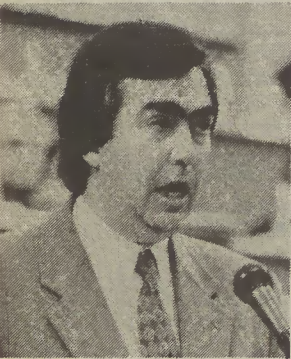
Não serve a política do Governo, porque apesar dos progressos na educação e no ensino verificados após o 25 de Abril, o atraso e a inadequação do sistema educativo nacional continuam a ser muito grandes e têm aumentado nos últimos anos a distância que nos separa dos restantes países da CEE. Quando um em cada seis portugueses, com idade igual ou superior a dez anos é analfabeto - o que significa mais de um milhão de portugueses! - e o analfabetismo funcional continua a aumentar. Porque a educação pré-escolar é frequentada apenas por 30% das crianças, em comparação com os 80% em média da CEE. Porque menos de metade da população com idades entre 3 e 24 anos frequenta qualquer escola, o que nos coloca de longe na cauda da Europa. Porque ao nível do ensino básico, de 9 anos, cerca de um terço dos jovens já está fora da escola nos 5º e 6º anos e cerca de

metade já a abandonou nos três últimos anos. Porque a taxa de escolarização no ensino secundário não atinge sequer os 40% e não chega a um, em cada 5 jovens, a frequência do ensino superior.

Antes do 25 de Abril, depois nos ardentes dias da Revolução, tal como hoje; sempre presentes na primeira linha das lutas e no coração das organizações e movimentos de massas; defendendo a causa maior da democratização do ensino e da elevação do nível escolar e cultural do povo português; assumindo e construindo a educação, a ciência e a cultura como componentes da própria luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo; - a intervenção dos comunistas portugueses tem marcado o que há de mais avançado na realidade e nas aspirações da sociedade portuguesa.

Foi tal luta, é tal luta, que escreveu nas alterações ao Programa do PCP que tendes nas vossas mãos, que é necessária uma política que assuma a educação, a ciência e a cultura como vectores estratégicos para o desenvolvimento integrado do nosso país; e que é necessária, mais, que é urgente, uma política que assegure um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses.

## A acção do Grupo Parlamentar no Parlamento Europeu



**Joaquim Miranda**

Membro do Comité Central

A importância e complexidade do processo de integração, momento actual e pelas incidências que dele decorrem para o país, requerem uma atenção e um acompanhamento constantes por parte do nosso Partido e, desde logo, pelos respectivos deputados no Parlamento Europeu.

A defesa intransigente dos interesses nacionais, a prioridade devida às questões sociais, a preocupação que merecem as vertentes regionais e ambientais e, mais em geral, as causas da paz e do progresso, exigem de nós uma acção permanente.

Em particular, face ao salto qualitativo que se vem ensaiando com o Tratado de Maastricht, cuja concretização implicaria com a soberania e a identidade nacionais e acarretaria problemas acrescidos, entre outros, no domínio económico, nomeadamente pelas regras previstas para a prossecução da convergência nominal e pelo privilégio concedido a esta, em desfavor da convergência - essa sim prioritária - dos níveis de desenvolvimento e dos padrões de vida e mesmo pela ausência dos contornos definitivos do "Pacote Delors".

Também pela proximidade do início do mercado único (já em Janeiro) e do termo dos períodos de transição, factos que colocarão definitivamente a nossa economia numa situação de concorrência aberta e desigual com outras bem mais poderosas.

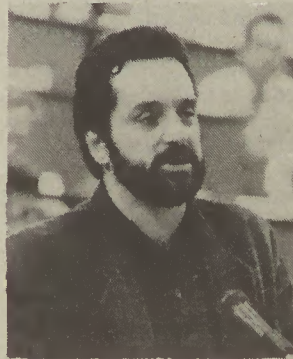
Ainda pela concretização que se avizinha das reformas da Política Agrícola Comum, concebida que foi no pressuposto dos excedentes e orientada que está para dar resposta às exigências norte-americanas em matéria agrícola, mas sem sequer se garantir o reconhecimento das especificidades óbvias e as medidas e meios indispensáveis a uma agricultura com debilidades estruturais e deficitária como a nossa; e outro tanto se poderá dizer da reforma da Política Comum de Pescas, igualmente em fase de arranque.

Ao que acrescem as negociações ao nível do GATT, de cujos resultados dependem, em larga medida, sectores tão relevantes para nós como o têxtil ou a agricultura.

Tais aspectos reclamam da nossa parte uma permanente ligação ao país; que concretizemos com uma participação regular em reuniões, debates, colóquios e efectuando contactos com organizações e com a realidade nacional; com vista a melhor conhecê-la e a traduzir esse conhecimento em iniciativas constantes e diversificadas no P.E. e em geral junto das instituições das Comunidades; procurando reflectir aí as apreensões e críticas que suscitam as políticas e as orientações marcadas pelos interesses das transnacionais e das principais potências europeias e pela secundarização das vertentes social, regional e ambiental, bem como, potenciar aspectos positivos e, em geral, o poder negocial do país.

A estes factos, que relevam por si só a importância e o significado da nossa intervenção nas instituições comunitárias, acresce ainda o posicionamento transigente e conformista do Governo. Governo que claudica em questões relevantes para o país; que tenta reduzir o processo de integração a uma simples questão de transferências financeiras - as quais, sendo importantes, não esgotam nem são o cerne da questão; e que, ao governamentalizar os assuntos europeus, impede uma perspectiva nacional destes e diminui mesmo a

## O Poder Local e as eleições autárquicas de 1993



**Luís Sá**

Membro da Comissão Política

O Congresso do PCP decorre num momento em que se desenvolve uma magnífica luta dos eleitos das autarquias. Já encontrou expressão no Congresso da ANAFRE e na concentração de 28 de Novembro e vai ter seguimento no encerramento das autarquias e na concentração de 11 de Dezembro.

Como único Partido em que as posições oficiais correspondem inteiramente às posições dos eleitos autárquicos e que combate pelo Poder Local dentro e fora das autarquias, dentro e fora da Assembleia da República, saudamos a luta dos eleitos autárquicos pela defesa e dignificação do Poder Local, contra a transferência de encargos sem verbas, contra a asfixia financeira e as constantes ingerências na actividade autárquica.

Ao mesmo tempo, decorreram múltiplas iniciativas do Partido e da CDU que mostram uma elevada consciência de que as eleições autárquicas são uma grande batalha política, uma batalha que é de todo o Partido e que é todo o Partido que tem que travar e vencer.

Há quem fale do "fim do comunismo" ou do PCP como uma relíquia do passado. É significativo que o nosso objectivo seja manter as actuais maiorias, ganhar mais autarquias e manter e conquistar

mais posições em minoria. Estes objectivos encontram projecção no Projecto de Resolução Política deste Congresso.

O trabalho é difícil. Mas temos também um património de realizações e prestígio que pode ser um trunfo inigualável nestas eleições.

Há, naturalmente, defeitos e insuficiências que urge corrigir. Temos que generalizar a participação das populações como um hábito, procurando formas novas e imaginativas de garantir uma gestão amplamente participada; assegurar a colegialidade e democraticidade da gestão e valorizar as assembleias autárquicas e as freguesias; melhorar a informação e a prestação de contas; garantir o máximo escrupulo e isenção nas decisões; valorizar a intervenção e a articulação com os trabalhadores das autarquias; garantir maior atenção aos problemas de conservação de infra-estruturas e equipamentos, ao ajardinamento e arranjos exteriores, aos problemas mais pequenos que às vezes são grandes problemas para quem os tem.

Mas os números e o conhecimento das realidades do País mostram que a nossa insatisfação com o trabalho realizado resulta da comparação com os nossos ideais profundamente democráticos e não da comparação com as outras forças políticas.

Temos níveis de abastecimento de água e de recolha de esgotos que são o dobro da média nacional. As melhores condições de salubridade permitiram que, onde a CDU administra as autarquias, seja bem menor a mortalidade infantil. Mas demos também um salto em frente, no campo da cultura, desporto, educação, actividades para a infância e terceira idade, ambiente, ordenamento e administração urbanística, na intervenção em favor do desenvolvimento.

Temos que aprofundar o debate e ir sempre mais longe. Há problemas insatisfatórios



PCP

congresso  
1992  
PCP

# Tribuna do Congresso

mente resolvidos, como a dificuldade de dar a conhecer e valorizar a nossa importante intervenção em minoria e impedir que reverta a favor da força maioritária. Há também que aprofundar e aperfeiçoar as formas de troca de experiências e de inserção dos eleitos do Partido. Há que combater rotinas e encontrar respostas novas para o que é novo.

Mas importa acima de tudo chamar a atenção para a necessidade da unidade do Partido em torno dos eleitos e da sua intervenção no Poder Local e, em breve, em torno dos candidatos às eleições de 1993.

A referência ao «trabalho, honestidade, competência» como características da CDU não são ocasionais, antes estão ligadas aos projectos e ideais que defendemos. O trabalho assenta nos ideais comunistas e democráticos de dedicação e entrega ao povo. A competência é ganha em grande medida através da colegialidade, de saber ouvir e da receptividade à participação popular. A honestidade decorre de um modo de estar na vida que se caracteriza pela generosidade e pela recusa do individualismo e do espírito de «salva-se quem puder», para o qual tudo vale e tudo é legítimo.

Apesar das imensas dificuldades, é possível encararmos o trabalho que temos pela frente neste ano de 1993 com confiança.

É certo que o PSD prepara as eleições cortando verbas, tentando alimentar campanhas de calúnias contra a CDU, e escolhendo para Secretário-Geral o homem que preparou estas medidas.

É certo que se verificaram profundas transformações demográficas e de classe nas áreas de maior influência autárquica do PCP e da CDU, implicando a transferência de milhares de novos eleitores que não conhecem o nosso trabalho ou a migração de muitos outros que apoiam.

É certo que são muitos os que, em face da inoperância do Governo e da Administração Central, se voltam para as autarquias, esperando que assumam responsabilidades alheias.

Mas podemos e devemos travar esta batalha, de modo a reafirmar a CDU como uma grande e influente força nas autarquias.

Com excepção de Lisboa, em que preconizamos a rápida renovação do acordo com base na correlação de forças actual, será no quadro da CDU que concorreremos às outras autarquias.

Manifestaram-se aspirações de unidade mais larga, designadamente do PCP e do PS, noutros municípios em que a Presidência é do PSD, mas as forças democráticas têm a maioria. Tendo a direcção do PS inviabilizado tais aspirações, o momento é de valorizar a CDU e não de insistir indefinidamente na espera de uma viragem. O PS assume por inteiro as responsabilidades de frustrar as aspirações de unidade democrática.

Em Lisboa, por outro lado, temos que dizer que não estamos perante um município PS mas sim de maioria PS, PCP e outras forças democráticas e em que o PS e PCP têm uma posição de igualdade. Temos que valorizar o trabalho dos comunistas, afirmar a colegialidade e o trabalho das freguesias, das quais 21 são presididas pelo PCP e 16 pelo PS.

As orientações propostas no Projecto de Resolução Política são claras.

Vamos reafirmar a CDU como grande força no Poder Local. O PS não tem autoridade, depois de ter inviabilizado acordos para reclamar o erradamente chamado voto útil, propor desistências mútuas ou outras formas de falsa convergência. Vamos concorrer a todos os municípios e ao maior número de freguesias com listas próprias e vamos concorrer para afirmar a CDU como alternativa ou como presença necessária, que contribui para dinamizar, democratizar e moralizar a gestão autárquica.

Espera-nos um ano de trabalho duro. Mas é um ano essencial para que o PCP possa continuar a ser, nas autarquias, um Partido inovador, que luta e transforma a realidade, um Partido para o nosso tempo, um Partido para o futuro.

juventude, mulheres, militares, profissionais das Forças de Segurança, reformados e deficientes, etc.).

Os problemas concretos e os sucessos alcançados através da luta que uniu toda esta diversidade social estão claramente sistematizados no projecto de Teses e que me dispense de referir. Entretanto, torna-se necessário referir que, apesar da amplitude da luta de massas e da sua extraordinária importância, verificaram-se situações de desenvolvimento irregular, com altos e baixos, nem sempre se conseguindo dar continuidade à luta iniciada.

Outros casos houve em que a resposta através da luta não esteve à altura da gravidade dos problemas, como seja, o caso da luta contra as alterações à lei da greve, cuja gravidade não foi suficientemente compreendida não impedindo assim que o desfecho fosse desfavorável aos interesses dos trabalhadores.

Não esqueçamos, porém, as condições difíceis em que hoje se travam as lutas de massas, não ignoramos nem subestimamos a força do capital e dos meios que dispõem, nem imaginamos o desenvolvimento da luta de massas de forma linear, mas rejeitamos - com base na experiência concreta da nossa vida - as teses daqueles que tendo perdido a confiança na organização e na combatividade das massas populares e em particular da classe operária, nos querem convencer que a luta de massas se esgotou, e que o papel determinante da classe operária deixou de existir. Rejeitamos tal análise, porque esta ideia visa não só desarticular a luta como atingir o Partido fundamental à classe operária, o Partido Comunista Português.

É um facto que se amplia a frente social que se opõe à política de direita, com particular destaque para diferentes sectores de serviços, mas é igualmente um facto que a classe operária se confirma como a força mais determinante, a classe que mais associa as reivindicações concretas às lutas mais gerais na defesa das conquistas democráticas.

É significativo do papel da classe operária que 76% de todas as lutas, e mais de 60% das greves, tenham tido lugar na indústria transformadora.

Nos últimos anos, o Governo e o patronato têm procurado utilizar o CPCS para impedir o desenvolvimento da luta de massas, mas apesar das dificuldades que foram criadas

à luta, é um facto que a concertação social não conseguiu o seu objectivo de neutralizar a luta de massas, e que esta cresceu, o que também não deixa de ser uma resposta àqueles que nas costas dos trabalhadores estão dispostos a "vender" direitos e conquistas a pretexto da "pacificação da sociedade."

Não é uma concertação social que visa amarrar os trabalhadores aos interesses dos exploradores que resolve os problemas dos trabalhadores, mas sim a sua luta. Aliás, isto é demonstrado de forma muito viva a propósito do escandaloso caso de concertação na Itália onde centenas de milhares de trabalhadores na rua põem em causa as negociações de cedência aos interesses do grande capital.

Os problemas específicos e concretos, associados ou não aos grandes problemas sociais, económicos e políticos, são factores de mobilização e dinamização da luta de massas a que devemos dar atenção prioritária.

As greves, as acções nos locais de trabalho, as acções de rua, bem como junto das instituições são formas diversificadas e congregadoras de vontades de resistir e lutar.

A política de direita vai prosseguir, pelo que se impõe continuar e intensificar a luta, não só para resistir à política do Governo PSD, como criar condições para uma alternativa democrática a esta política, desenvolvendo a luta de massas por problemas imediatos e específicos, em conexão com a luta política geral.

Os comunistas nas estruturas de massas e nomeadamente as células de empresa têm um papel decisivo na consciencialização da importância e dinamização da luta de massas.

O nosso Partido tem um papel decisivo e grande responsabilidade no movimento operário e popular em Portugal e na luta desenvolvida. Esta responsabilidade e intervenção advém do prestígio e reconhecimento do papel e acção dos comunistas nas trincheiras das lutas e identificação e solidariedade na luta contra a exploração, pela justiça social, pela defesa do regime democrático.

Nós, os comunistas, estaremos à altura das nossas responsabilidades com a luta dos trabalhadores. Os trabalhadores podem confiar neste Partido - o Partido Comunista Português.

combate à política cultural da direita, às suas discriminações e censuras - lutas e movimentações que associaram à rejeição das políticas do Governo propostas e reclamações de medidas para diferentes áreas. Progrediu-se regionalmente na organização sindical de sectores tão importantes como os professores, os médicos e enfermeiros, com lutas que obtiveram conquistas importantes ou obrigaram a recuos do Governo. Avançou-se na convergência e coordenação de lutas de algumas destas áreas com o movimento operário. A defesa dos interesses socioprofissionais próprios evoluiu de forma desigual nos diversos sectores.

No plano da Direcção do Partido assegurou-se, com resultados positivos, por um lado o funcionamento das estruturas nacionais necessárias ao assegurar o estudo dos problemas, construção das orientações, coordenação e direcção da nossa actividade junto de várias áreas dos intelectuais e quadros técnicos e científicos, e, por outro lado, a realização de uma intervenção continuada, com tomadas de posição, iniciativas, a nível nacional e em diversas regiões. Mas, quanto às possibilidades e necessidades de intervenção muito ficou por fazer.

Promovemos, de forma insatisfatória, o debate sobre esta frente, mas houve organizações em que, tendo sido definida como tarefa prioritária, ao lado de outras, isso se traduziu já em algumas consequências práticas positivas.

Finalmente, tentou-se progredir no sentido da criação de condições para a realização pelo Partido da iniciativa nacional sobre "O Partido e a Intelectualidade, os Intelectuais e a Sociedade". Mas a experiência aconselha que, mantendo-se esse objectivo, se trabalhe para ele, com tempo e boa preparação.

Numa reunião nacional recentemente realizada, em que ficou evidenciada a determinação política e o nível das possibilidades de intervenção dos intelectuais comunistas, confirmaram-se como acertadas as orientações e tarefas fundamentais apontadas no Projecto de Resolução Política.

Assim, importa pormo-nos de acordo quanto ao entendi-

mento do que hoje são os intelectuais e quadros técnicos e científicos e do que queremos falar quando nos referimos a esta frente de trabalho.

Importa estreitar contacto com os valores e aspirações das jovens gerações de intelectuais o que, para além de linhas próprias de trabalho, se poderá traduzir em soluções orgânicas originais.

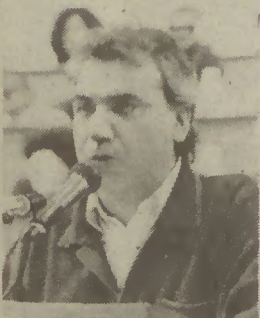
Importa prosseguir a intervenção e iniciativas do Partido em torno de questões diversas que permitam avançar no conhecimento dos problemas dos intelectuais e dos quadros técnicos. E que se traduzam na efectiva participação de militantes nelas, no conjunto da actividade do Partido e na construção das suas orientações e para que diminua a sensação por vezes existente, de que são apenas "utilizados" ou de que carecem de espaços de debate.

Importa prosseguir também a acção reivindicativa e sindical e prosseguir o esforço de convergência e coordenação com o movimento operário, por iniciativa e trabalho de ambas as partes. Importa desenvolver a intervenção no domínio das questões profissionais e a dinamização das respectivas associações, a crítica à política do Governo e propostas para estas áreas.

Importa que prossiga, em diversos aspectos da nossa actividade, a valorização da Cultura, da Ciência e da Arte, na multiplicidade das suas expressões e processos de livre criação e comunicação, e que entre os intelectuais prossiga o seu trabalho criador, essencial aos processos de transformação da sociedade, prossigam a luta pela defesa da identidade e independência nacionais e que se desenvolvam as acções comuns ou convergentes contra a política do Governo e por uma viragem democrática na situação nacional.

Importa, enfim, que se coordene melhor à escala nacional um plano de actividades e o conjunto do trabalho existente e a consolidar nas diversas áreas, e que prossigam junto da Comissão Política, a criação de áreas de trabalho previstas, e a dinamização das áreas já existentes - passos que estão na ordem do dia e que importa concretizar logo após este nosso Congresso.

## As lutas de massas



**Sérgio Teixeira**

Membro da Comissão Executiva Nacional

Nas últimas semanas temos vindo a assistir ao desenvolvimento de importantes lutas de massas contra a política anti-social do Governo, com destaque para os jovens estudantes e os trabalhadores da Administração Central e Local. A manifestação realizada há dois dias veio confirmar a grande combatividade da sua luta e que os trabalhadores da Administração Central e Local estão no bom caminho. No caminho da luta de massas para defender os legítimos interesses e sentidas aspirações.

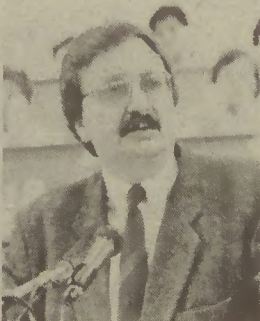
As Teses presentes ao XIV

Congresso abordam de forma circunstanciada o papel determinante da luta de massas na resistência à política de direita do Governo, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do nosso povo.

A responsabilidade pela conflitualidade social não é dos trabalhadores nem das pretensas forças do bloqueio, como pretende o Governo PSD, mas de uma prática política que fere gravemente os interesses das massas e defrauda as suas aspirações.

Os objectivos pelos quais as massas lutam não deixam margem para dúvida: a defesa dos direitos, pela melhoria das condições de vida e socioprofissionais; contra a liquidação de importantes conquistas democráticas; pela resolução dos grandes problemas nacionais. A consistência destes objectivos congregaram uma vasta e diversificada frente social contra a política do Governo e que praticamente atravessou toda a estrutura social portuguesa (trabalhadores da indústria e dos serviços, trabalhadores da Administração Central e Local, agricultores, professores, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da Saúde, magistrados,

## A propósito do nosso trabalho com os intelectuais



**António Abreu**

Membro da DORL

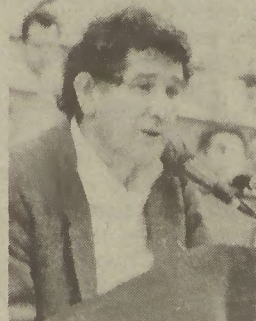
Membro do Comité Central

No que respeita ao nosso trabalho com os intelectuais, importa avaliar o cumprimento das resoluções tomadas no Congresso de há 4 anos quanto a esta frente de trabalho.

Inovou-se na nossa inter-

venção no domínio da ciência e da tecnologia, da educação e do ensino e no campo artístico. Contrariaram-se tendências para a neutralização política dos intelectuais na sua intervenção progressista e houve intervenções em movimentos como - e para referir apenas alguns deste ano - do combate aos pacotes laborais e ao Tratado de Maastricht bem como acções de solidariedade internacional como aconteceu em relação a Cuba, a Angola ou a Timor-Leste. Tiveram grande impacto na sociedade portuguesa, provocando forte empatia noutras camadas, as lutas de massas em torno do Ensino e Educação, de estudantes e professores, as movimentações de investigadores, magistrados, médicos e enfermeiros, de músicos, profissionais de teatro, cinema e património e uma ampla frente de

## A alternativa democrática



**José Casanova**

Membro da Comissão Política

Houve quem escrevesse, comentando este Congresso, que não há nada de novo no discurso do PCP. A afirmação é velha e tem a particularidade de ser sempre e só dirigida ao PCP: ouvimo-la quer quando dizemos as coisas novas que é necessário dizer, quer quando repetimos verdades velhas que é necessário repetir.

Lendo estes comentadores, dir-se-ia que da parte de todas

as outras organizações políticas há uma permanente produção de novidades, um quotidiano discurso novo que, não se sabe por que artes do demónio, estariam vedados aos comunistas. É claro que estes comentaristas que não se importam com a idade do discurso dos outros partidos e exigem ao PCP um discurso diariamente novo, o que desejariam era ver o PCP igual aos outros: no discurso, na prática, nos objectivos.

É preciso dizer-lhes mais uma vez que tenham paciência, que nunca verão esse desejo cumprido, que vão ter que viver desiludidos toda a vida.

Passo a dizer-vos, camaradas, uma coisa que todos nós já ouvimos centenas de vezes e que é o seguinte: afastar a direita do poder e construir uma alternativa democrática é a tarefa das tarefas para as forças da democracia.

Dizemo-lo hoje, temo-lo dito múltiplas vezes e continuaremos a dizê-lo até conseguirmos de facto derrotar a política



PCP

# Tribuna do Congresso

de direita e concretizar uma alternativa democrática.

A aos comentaristas acima referidos teremos que dizer: por muito que isto fira os vossos sensíveis ouvidos, vão ter que continuar a ouvir-nos dizer isto; e mais: vão ter que continuar a ver-nos agir de acordo com o que dizemos, lutando com todas as nossas forças para alcançarmos esse objectivo essencial para os trabalhadores, para o povo, para o País.

Temos a noção das dificuldades da tarefa; mas temos também a noção da possibilidade real de a cumprirmos com êxito e do papel que para esse objectivo desempenha a luta popular. Porque é na luta de massas, essencialmente, que confiamos quando dizemos que é possível derrotar a política de direita.

A política de classe do governo PSD é necessário responder com a unidade e a luta das forças e camadas antimonopolistas, com a unidade e a luta de todos os que são directamente prejudicados com a política do governo PSD. Essa política, desenvolvida na base do uso e do abuso da maioria absoluta obtida pela segunda vez consecutiva pelo PSD, tem dado perigosos passos em frente na concretização dos objectivos estratégicos da direita. Por isso mesmo é uma política de classe, é uma política que afecta sectores cada vez mais amplos da população, que provoca o descontentamento de largos sectores que em 1991 votaram no PSD.

Este conflito crescente entre a política do governo e os interesses de vastas camadas da população cria condições para o reforço da aliança social das forças e camadas antimonopolistas, para a sua mobilização para a luta, numa perspectiva de evolução qualitativa: luta na defesa dos seus interesses imediatos; luta contra a política do governo; luta pela imposição de uma alternativa democrática - a qual, na situação actual, deverá traduzir-se na redução da base eleitoral que em 1991 deu a maioria ao PSD e, na transferência, em futuros actos eleitorais (e desde já nas eleições autárquicas de 1993), dessas opções de voto para o PCP, para a CDU.

É este o papel, é esta a importância determinante das massas em movimento. E importa dizer desde já que a concretização de uma alternativa a este governo e a esta política será tanto mais possível e tanto mais rapidamente conseguida quanto maior for a influência social, eleitoral e política do PCP. Porque o PCP é a força mais consequente, coerente e combativa na oposição à política de direita; porque o PCP é a força que mais se tem batido pelo convergência democrática; porque o PCP conhece profundamente os problemas do País; tem propostas para os resolver e disponibilidade e capacidade para contribuir para essa resolução; porque, por tudo isto, o PCP sendo indispensável para derrotar a política de direita, é igualmente indispensável para conferir à política alternativa o necessário conteúdo social, democrático e patriótico.

Como a realidade mostra todos os dias não é fácil alcançar estes objectivos. Mas é possível alcançá-los se soubermos unir e organizar as forças com potencialidades de intervenção e desenvolver a luta com determinação e confiança.

É esta confiança é tanto mais importante quanto é verdade que hoje se assiste a uma intensa e ampla operação de desmobilização para a luta

de desvalorização da luta, de sobrevalorização das situações em que a luta não nos conduz aos objectivos pretendidos. Com esta operação pretende-se generalizar a desistência, a capitulação.

Se adoptássemos o princípio de só travar lutas fáceis, de só lutar quando temos a vitória previamente assegurada e ao virar da esquina, deixaríamos de lutar e estaríamos irremediavelmente vencidos.

A luta das massas populares não só fragiliza o Governo e a política de direita, não só contribui para a alteração do quadro eleitoral numa perspectiva favorável à esquerda, como tem efeitos fortemente positivos no impulso à convergência democrática.

Nenhuma força democrática está em condições de, sozinha, derrotar a direita e impor uma alternativa democrática - e isso obriga ao entendimento das forças democráticas e, em primeiro lugar, ao entendimento entre o PCP e o PS. Aqui está mais uma afirmação que não é nova e que desejáramos ter de deixar de repetir. Mas o entendimento com o PS é um objectivo difícil de alcançar por múltiplas razões de todos conhecidas, e no plano em que estamos a considerá-lo é necessário que se diga que não é um entendimento com data de concretização marcada. Por isso é preciso lutar por ele e conseguí-lo.

Diz-se, às vezes, que para melhor chegarmos a esse entendimento deveríamos calar as críticas ao PS. Nós rejeitamos entrar nesse "negócio" de em troca de um eventual entendimento com o PS silenciarmos a crítica às suas constantes convergências com a direita: porque não se trata de matérias negociáveis; porque tal negócio não conduziria à alternativa democrática; porque as responsabilidades do PCP face aos trabalhadores e ao povo português são para ser assumidas e cumpridas em todos os momentos e em todas as situações.

Dissemos e dizemos, falando do verdade, que o principal obstáculo à alternativa democrática reside na política do PS, no seu sonho de hegemonia e bipolarização, nas suas convergências com a direita em questões essenciais (revisão da Constituição, leis eleitorais, privatizações, indemnizações aos capitalistas, liquidação da Reforma Agrária, Maastricht, política externa, etc., etc.); que a ofensiva da direita foi mais longe porque em momentos cruciais as forças da democracia não só não contaram com o PS a seu lado na luta como tiveram que o combater enquanto aliado da direita; que o PS em vez de agir para diminuir a influência da direita, age - no dia-a-dia da luta e nas batalhas eleitorais - com a preocupação essencial de procurar diminuir a influência do PCP; que todas estas práticas do PS retiram credibilidade ao objectivo de se alcançar a maioria parlamentar democrática capaz de suportar a alternativa à direita.

Dissemos e dizemos estas verdades e gostaríamos de poder deixar de as dizer. Mas ao dizê-las pensamos que essa é a forma correcta de procedermos e que essa é também a melhor forma de chegarmos à convergência necessária. A unidade conquista-se também pela luta. E se é na unidade dos democratas que reside a força da democracia, a luta por essa unidade constitui, ela própria, um objectivo mobilizador para as massas trabalhadoras.

Queiram ou não queiram os velhos e novos propagandistas da capitulação, é resistindo à

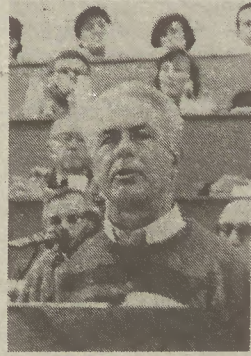
política de classe do Governo e combatendo-a que se criam as condições para a vencer e para conquistar a alternativa.

Queiram ou não queiram os velhos e novos pregoiros da morte do PCP, o PCP está vivo, forte, activo, e é uma

força necessária, indispensável e insubstituível na luta pela democracia, pela defesa dos interesses dos trabalhadores,

do povo, do País - e para a concretização de uma alternativa a este Governo e a esta política.

## Portugal precisa de um Partido assim



**Aurélio Santos**

Membro da Comissão Executiva Nacional

Diz-se nas Teses do Congresso: o PCP é o Partido de que Portugal precisa. Mas esse partido - como é? O que lhe dá essa função indispensável na sociedade portuguesa?

A resposta - encontramos-las nas características que definem a identidade comunista do PCP e lhe conferem, na sociedade portuguesa, uma personalidade própria e uma representação social e política que nenhuma outra força assume.

Questões como a definição que fazemos das alianças sociais básicas e da natureza de classe do Partido, a ligação que no nosso projecto fazemos entre democracia e socialismo - não podem desligar-se, por exemplo, da nossa intervenção na vasta frente social de luta que constitui um traço marcante da sociedade portuguesa e se projecta, no plano político, na unidade democrática que defendemos.

Como também a expressão prática e a forma específica da nossa actividade não podem desligar-se dos princípios orgânicos em que procuramos conjugar unidade e capacidade de intervenção, iniciativa e trabalho colectivo; ou da importância decisiva que atribuímos à ligação com as massas; nem, ainda, dos fundamentos teóricos que, no desenvolvimento criativo do marxismo-leninismo, nos permitem uma concepção coerente do mundo e da sociedade,

nos dão elementos orientadores para a acção.

Falando de princípios definidores da nossa acção, não acenamos para conceitos dogmatizados. Como todos os organismos vivos, o PCP tem características básicas, mas evolui.

Numa situação como a que estamos vivendo, quando se registam grandes e rápidas mudanças na situação internacional e nacional, precisamos de uma visão aberta e corajosa, que transmita às nossas concepções e à nossa prática o enriquecimento e a actualização provenientes da experiência disponível e da reflexão fundamentada. Fizemo-lo nos XII e XIII Congressos, estamos a fazê-lo neste. Mas tal como rejeitamos a repetição de ideias e normas fixas e dogmatizadas, rejeitamos também a revisão oportunista de princípios e conceitos, teorizações apressadas, tentativas de impor, nessa base, novos dogmatismos.

Com a justificação da necessidade de adaptar o Partido às novas situações apareceram neste período desde o XII Congresso algumas contestações aos princípios definidores da nossa identidade comunista, visando principalmente a natureza de classe do Partido, os seus objectivos, a sua base teórica, os seus princípios orgânicos. Em caso algum a contestação produziu alternativas coerentes ou sequer sistematizadas, apontando em geral para um partido desfigurado, esvaziado dos seus objectivos e da sua identidade, resignado a "adaptar-se" ao curso de evoluções consideradas inexoráveis e fatais, e desistindo de uma intervenção autónoma, activa e racional de transformação social.

Não foi esse o caminho que o Partido escolheu. Considerou que as expressões da nossa identidade comunista constituem uma condição necessária para a continuação da luta, são um património que ultrapassa os interesses do

Partido e toca seu papel insubstituível na sociedade portuguesa.

A função que o PCP desempenha na sociedade portuguesa não depende, todavia, apenas da correcta definição dos seus princípios. É pela sua aplicação que se concretiza o papel insubstituível do PCP para os trabalhadores, para o povo português, para o País.

Não é só por ser o partido que é, é por actuar como actua, por ter fortes raízes na sociedade portuguesa, que podemos dizer com verdade: este é o partido de que Portugal precisa.

A implantação do PCP na vida nacional tem como factor decisivo a estreita relação que o Partido criou com a classe operária, com os trabalhadores, com as massas populares. Onde eles vivem e trabalham, onde sofrem e lutam - nós estamos lá. Solidários e activos.

É uma implantação assente na acção diária de muitos e muitos milhares de comunistas, em directa ligação com os problemas e lutas das mais diversas camadas da população à volta dos seus objectivos concretos imediatos, na defesa dos seus interesses e aspirações. São acções onde se concretiza a contradição entre o trabalho e o capital, onde vem ao de cima a realidade da luta de classes. Nelas se realiza o gradual processo de consciencialização dos que não aceitam a ordem social em que vivem mas são incapazes de conceber uma outra, os que travam a luta de classes mas não a identificam como tal. Nessa acção constante, abnegada, realmente revolucionária, ganharam e ganham os comunistas a confiança dos trabalhadores e das massas populares.

Garante isso o futuro do PCP? Não sem a nossa luta. Rejeitamos qualquer visão triunfalista que considere assegurado de bandeja, pelo simples rodar da História, o papel do PCP na sociedade portu-

guesa ou o papel do comunismo no mundo. Esse continuará sendo terreno para a nossa luta.

Mas quando o "país de sucesso" de Cavaco Silva se desmorona; quando caem as promessas e ilusões de uma prosperidade geral assegurada pela economia de mercado de um "capitalismo de rosto humano", quando as cruzadas de reconquista do capital monopolista cortam direitos e liberdades e o imperialismo recupera os espaços perdidos espalhando catástrofes humanas à escala planetária - mais razões temos para afirmar: Portugal precisa de um Partido como o PCP.

Portugal precisa de um partido capaz de reunir vontades e energias para uma intervenção política dedicada ao bem comum e que tenha o respeito pela pessoa humana como valor fundamental da sua acção.

Os trabalhadores precisam de um partido capaz de defender os seus direitos, os seus interesses e o seu papel na sociedade, com total independência em relação ao capital. A juventude precisa de um partido que nela confia como grande força social do presente e do futuro. As diversas camadas da população que estão a ser exploradas, espoliadas e arruinadas pelo capital monopolista precisam de um partido capaz de interligar as suas lutas, dar-lhes sentido estratégico e traduções políticas.

A democracia portuguesa precisa de um partido como o PCP para retomar os caminhos do desenvolvimento e da justiça social, restabelecer os direitos retirados, reforçar e aprofundar a democracia. O país precisa de um partido que associa o patriotismo e a defesa dos interesses nacionais aos valores da solidariedade, do internacionalismo, da cooperação e da paz no mundo.

Portugal precisa de um partido como o PCP, que mantém viva a confiança na decisão dos homens sobre o seu futuro.





# Greves Para amanhã o vestuário

## Anunciadas paralisações de trabalho na Siderurgia e na UCAL

Além da paralisação do vestuário, prevista há uma semana para amanhã, nas unidades fabris da Maia (Porto) e Seixal, os trabalhadores da Siderurgia «são obrigados a recorrer à greve», disse sexta-feira a comissão executiva da FSM MMP. Esta Federação sindical acrescentou que a paralisação se prolonga por sexta e sábado, contra a política da administração, que é de «autêntico terrorismo social».

Essa designação, que consta de um comunicado remetido à comunicação social em 4 do corrente, decorre daquilo que os dirigentes da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal consideram a «não ocupação efectiva de trabalhadores e seus representantes».

Segundo a FSM MMP, os responsáveis pela Siderurgia Nacional violam claramente «os mais elementares direitos contratuais, legais e humanos» ao retirarem pessoal dos seus postos de trabalho, tratando de prejudicá-los pessoalmente, numa «criminosa ofensiva» que os sindicatos são «obrigados a combater».

A direcção da FSM MMP sublinha «ser necessário e urgente que cessem os actos com vista à reprivatização» da SN, devendo encarar-se «medidas para uma efectiva reestruturação e modernização da empresa».

Ao mesmo tempo, deve ser posta em prática «uma correcta política de pessoal, com um efectivo pro-

grama de formação e reciclagem que vise a valorização e qualificação profissional».

### Panasqueira continua sem médico

Como o «Avante!» na altura referiu, os mineiros da Panasqueira continuavam em finais de Novembro sem um clínico de medicina do trabalho há mais de seis meses. Em 30 do mês passado, os trabalhadores recorreram à greve. Tendo-se acentuado ultimamente o descontentamento dos mineiros que, através do sindicato, fizeram várias diligências sem êxito junto da administração da empresa, a paralisação atingiu naquela data mais de 80 por cento.

Elementos divulgados pela Lusa referem que as minas da Panasqueira são as únicas a produzir tungsténio na Comunidade Europeia. A sua produção média mensal ronda as 220 toneladas de concentrados de volfrâmio, seis toneladas de concentrado de estanho e 70 toneladas de con-

centrado de cobre. Essa produção é vendida à indústria nacional e em mercados estrangeiros, como a Espanha, o Reino Unido, os Estados Unidos e o Japão. Na indústria do vestuário estão em causa as negociações do contrato. O acordo com o SINDE-TEX/UGT é considerado «vergonhoso» pela FESETE. Esta não aceita «aumentos» que oscilam entre zero (subsídio de alimentação) e 2 por cento para a costureira que ganha actualmente 47 contos por mês. Tanto a FESETE como a comissão negociadora sindical e os sindicatos do sector fizeram um forte apelo à adesão à greve.

Na UCAL estavam por pagar em 7 do corrente o vencimento de Novembro. Do 13.º mês de 1991 (e um), os trabalhadores tinham recebido apenas 50 por cento. Quanto ao subsídio de Natal de 1992, não se sabia segunda-feira passada se iriam pagá-lo. O mesmo sucedia com os salários de Dezembro.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, a empresa deve «cerca de 350 contos a cada trabalhador e, a alguns, muito mais ainda». Continuavam entretanto num «impasse» as negociações no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social. O Governo não tinha apresentado esta semana qualquer nova proposta sobre aumentos salariais.



## CGTP solidária

Ao manifestar «solidariedade activa» à luta dos trabalhadores da Administração Pública (na foto, quinta-feira em Lisboa), a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN saudou os trabalhadores do sector e considerou que «os aumentos salariais propostos pelo Governo», além de «profundamente injustos e injustificáveis», não podem servir de «exemplo» para «a aplicação da contenção salarial aos restantes trabalhadores».

## Perante a iminente ratificação do Tratado pela Assembleia da República

# Mulheres protestam contra Maastricht

## Sindicatos aprovam posições desfavoráveis

Numerosos organismos e movimentos de mulheres anunciaram para ontem em Lisboa uma «acção de esclarecimento» na Rua Augusta pelas 11 da manhã. Cada organização, afirmam, «expressará, através de placards, folhetos e bancas com materiais, a sua opinião sobre o Tratado de Maastricht». O objectivo é «procurar esclarecer as outras mulheres, recolhendo interrogações, inquietações, dialogante com quem estiver interessado».

Assinam um comunicado de imprensa (o diálogo está aberto à comunicação social), as seguintes organizações: Comissão Nacional de Mulheres da CGTP; Convergência-Movimento de Democracia Partidária para o Desenvolvimento; Departamento de Mulheres do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas; Departamento de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria; Departamento de Mulheres da UDP; Grupo Ser Mulher; MDM-Movimento Democrático de Mulheres; Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e Vestuário do Sul; UMAR-Movimento pela Emancipação Social das Mulheres Portuguesas; Organização das Mulheres Comunistas.

A acção de rua efectua-se no dia em que se inicia na Assembleia da República o

debate acerca da ratificação do Tratado de Maastricht.

Sobre o mesmo assunto, emitiam entretanto posições desfavoráveis as organizações sindicais: Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (FEQUIFA); Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém.

## Debate em Lisboa com eurodeputado

Era entretanto anunciado para 8 do corrente um debate sobre Maastricht e «a problemática social». O eurodeputado Sérgio Ribeiro e os sindicalistas José Luís Judas, Rosa Maria Marques e Fernando Marques foram indicados como animadores do debate, promovido pela Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal.

A FESHOT anunciou a realização da iniciativa quinta-feira passada em Lisboa, através de um comunicado assinado pela comissão executiva daquela organização sindical em cuja sede deveria decorrer o debate para o qual foram convidados os órgãos da comunicação social.

## Salários

# 10 por cento no calçado

Para que se não perdessem os efeitos retroactivos, a 1 de Outubro, «nem se prejudicasse o processo negocial do próximo ano», a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (FESETE) acaba de assinar com a associação patronal do calçado um novo contrato colectivo de trabalho, o aumento da massa salarial situa-se «na ordem dos 10 por cento».

Embora «os valores salariais acordados» tenham ficado «aquém das possibilidades económicas do sector» — acrescentava a FESETE quinta-feira passada — a Federação e os sindicatos decidiram a-

tar esses valores. Para a sua obtenção, recorda a mesma associação sindical que foram «necessários dois dias de greve, devido às posições intransigentes da associação patronal, a APPICAPS».

No novo contrato, como o designa a FESETE, «há uma melhoria na carreira de aprendizagem dos jovens, no que respeita à idade de admissão e formação profissional».

Obteve-se também, a partir de 1 de Janeiro de 1993, a redução do horário de trabalho para 43 horas semanais.

O subsídio de alimentação passou para 150 escudos diários e, em termos salariais, «os grupos maio-

ritários têm um aumento de 9,4 por cento», refere ainda a Federação.

No vestuário (ver greves) está marcada para amanhã uma paralisação.

## Corta-mato na Atalaia

Na Quinta da Atalaia, em prova promovida pela Junta de Freguesia da Amora, efectuou-se domingo um corta-mato. Apoiada pela Câmara do Seixal, a iniciativa contou com um número aproximado de 700 atletas. O campeão olímpico Carlos Lopes, a jovem atleta olímpica Carla Sacramento, individualidades autárquicas e um elemento da direcção da Festa do «Avante!» fizeram a entrega dos prémios.

## CP

## Apoio aos utentes

«Total apoio aos utentes» do apeadeiro da Cruz da Pedra (Lisboa) foi manifestado em plenário pelos corpos gerentes do Sindicato dos Ferroviários do Centro. O Governo e os gestores da CP tinham decidido encerrar aquela estação em 1 do corrente. Os sindicalistas afirmaram em 30 de Novembro que «não há razões técnicas que justifiquem a medida», anunciada pelo Executivo, «repu-diada» pelo Sindicato.



## Somália

# Intervenção militar e soluções políticas

Uma força militar maioritariamente constituída por «marines», e sob comando dos Estados Unidos, ocupa posições em Mogadíscio, capital da Somália. Um país devastado pela fome e pela guerra, dominado por diferentes clãs armados, e onde praticamente toda a gente hoje dispõe de armas.

Objectivo declarado desta operação, impulsionada pelas Nações Unidas e denominada «Renovar a Esperança», é conseguir fazer chegar ajuda alimentar a populações que estão literalmente a ser dizimadas pela fome.

Mas não são poucas as dúvidas que desde já se levantam quanto às consequências de uma acção militar, comandada por um único país — os Estados Unidos (Boutros-Ghali, secretário-geral da ONU, defendera um comando da ONU), e em que, da força de 30 mil soldados que deverão participar nas operações, 26 mil são norte-americanos, pertencendo os restantes a um conjunto de duas dezenas e meia de países.

Que a dramática situação criada exige medidas à altura, parece inquestionável. No relatório apresentado ao Conselho de Segurança da

ONU, em 30 de Novembro, Boutros-Ghali considerou que «não há alternativa senão o recurso à força num país onde em cada dia morrem quase mil pessoas».

Os números são de facto impressionantes (e as realidades são-no certamente ainda mais). Segundo estatísticas que entretanto não consideram as movimentações das populações nómadas (e como tal pecam por defeito), numa população de menos de 8 milhões de habitantes calcula-se que 800 000 são pessoas deslocadas, fugidas das suas terras, numa tentativa de sobrevivência. A fome fez já 150 000 mortos, não contando com os que morrem de doenças também em grande medida ligadas à fome e à guerra, ou vítimas directas de uma guerra onde, além do mais, não se fazem prisioneiros...

As tentativas até à data avançadas no sentido de conseguir a distribuição de alimentos às populações, têm tido pouco êxito. A operação «Cem dias pela Somália», lançada em 12 de Outubro passado, e que tinha como objectivo distribuir 100 000 toneladas de víveres até fim de Janeiro, apenas conseguiu a distribuição de

20 000 em 45 dias. Entretanto, a fome continua a matar muitas centenas no quotidiano, e esmagadora maioria das crianças (de menos de cinco anos) está a morrer.

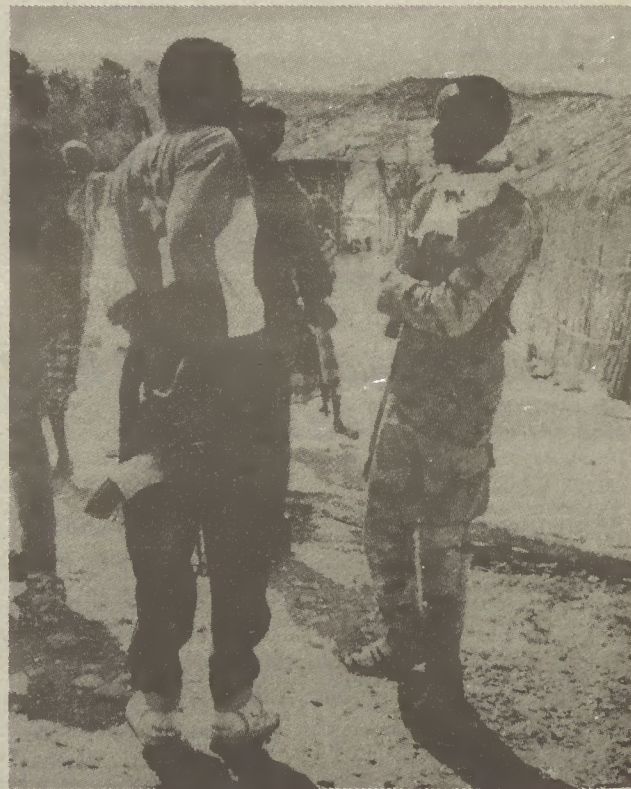
A intervenção de força militar sob comando americano não deixa, por isso, de levantar múltiplas dúvidas e questões de fundo. Algumas são colocadas pelo próprio Henry Kissinger, antigo secretário de Estado norte-americano, que considera que «35 000 militares é praticamente um exército de ocupação» e questiona: «uma operação militar não pode ser determinada unicamente por impulsos humanitários. Será muito difícil para as tropas americanas sair da Somália. Estamos preparados para lá ficar indefinidamente?»

É exactamente uma situação desse género que o secretário-geral da ONU desejaria evitar, ao defender que o mandato, para uma solução deste tipo, deverá ser condicionado a um período definido e os países envolvidos deverão fornecer «regularmente» relatórios sobre a sua actividade, sendo o objectivo limitado à «resolução dos problemas imediatos de segurança e o desarmamento das facções».

As questões práticas mantêm entretanto todo o seu peso. Quanto tempo irão ficar na Somália as forças de intervenção? E depois de uma retirada, o que irá acontecer a um país devastado por uma guerra civil há dois anos, com uma economia arruinada, e praticamente sem qualquer forma de governo?

As perguntas são naturalmente mais fáceis que as respostas. Mas encontrar soluções é cada dia mais imperativo.

«Uma intervenção militar não constitui uma solução a longo prazo — afirma Howard Bell, coordenador da organização americana CARE, que defende — «É



Dois anos de guerra devastaram o país e levaram à generalização das armas, que se vendem e/ou roubam por todo o lado

preciso procurá-la no plano político». Um caminho que será sem dúvida difícil. Mas incontornável.

## COMUNIDADE EUROPEIA

# Cimeira de Edimburgo a dinâmica do desacordo

A cimeira de Edimburgo vai iniciar os seus trabalhos sob o signo do desacordo e da contestação, numa semana marcada pelas manifestações de protesto de dezenas de milhares de agricultores contra o acordo agrícola assinado entre a Comissão Europeia e os Estados Unidos, no âmbito das negociações do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT).

Na sua digressão europeia preparatória da cimeira, John Major não conseguiu o desejado consenso para a sua proposta de compromisso sobre as perspectivas financeiras da Comunidade. Para além do seu próprio país, apenas a Alemanha, Holanda e Itália consideraram a proposta britânica «uma boa base de trabalho». Dos restantes Estados-membros, a França mantém uma posição ambígua, enquanto a Bélgica, Luxemburgo e Dinamarca continuam a dizer preferir a proposta de compromisso de Jacques Delors; os quatro países menos desenvolvidos (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) defendem, por seu turno, a versão original do chamado Pacote Delors 2.

Recorda-se que o Pacote Delors, desde a primeira hora apresentado como a «factura» de Maastricht, previa a duplicação dos fundos estruturais e a aprovação do fundo de coesão, destinado a minorar os desequilíbrios regionais. Rejeitado pelos contribuintes líquidos da Comunidade, o Pacote Delors 2 veio a ser posteriormente reformulado, estendendo o seu período de vigência de cinco (1993/1997) para sete anos (1993/1999), mas prevendo uma nova duplicação dos fundos comunitários no final desse período. Quanto ao fundo de coesão, o montante proposto por Delors é de 15 mil milhões de ecus (2,7 mil milhões de contos).

Substancialmente diferente é a proposta britânica: para os fundos estruturais é avançado apenas um aumento de 50 por cento relativamente ao seu valor de 1992 e para o fundo de coesão é prevista uma dotação global, para os sete anos, de 12,25 mil milhões de ecus (2,2 mil milhões de contos).

A este diferendo, a que há que acrescentar a oposição do Parlamento Europeu ao projecto de orçamento comunitário, justamente considerado insuficiente para satisfazer os propalados objectivos de coesão económica e social, há ainda a acrescentar a «questão» dinamarquesa, a cada vez mais incerta ratificação do Tratado de Maastricht pelos britânicos e a profunda vaga de revolta dos agricultores europeus.

## Desacordo total

A cidade de Estrasburgo foi palco, nos últimos dias, da maior contestação de agricultores ao compromisso assinado entre os EUA e a CEE. Vindos de toda a Europa e ainda do Japão, do Canadá e da Coreia do Sul, cerca de 70 mil agricultores acusaram a Comissão Europeia de ter capitulado face aos norte-americanos em detrimento dos seus interesses.

Idêntica é a apreciação do referido acordo feita pelo Grupo Coligação de Esquerda, do Parlamento Europeu, a que pertencem os eurodeputados do PCP. Numa mensagem de apoio do presidente do Grupo, René Piquet, aos organizadores da manifestação do passado dia 1 de Dezembro, sublinha-se que o acordo agora assinado «ultrapassa o mandato do Conselho» e vai além «da já tão contestada reforma da Política Agrícola Comum (PAC)». O documento faz notar que a «limitação quantitativa das exportações e a obrigação de importar em função do consumo comunitário criará novas e duras dificuldades aos agricultores em todos os sectores da produção» e obrigará a Comunidade «a renunciar a partes importantes do mercado mundial».

Para o Grupo Coligação de Esquerda, que rejeita a capitulação europeia face aos EUA, estes impuseram os seus pontos de vista «com o objectivo claramente afirmado de reforçar o seu domínio sobre o mercado mundial e de dispor à sua vontade da arma alimentar». Por estas razões, a Coligação de Esquerda, juntamente com outros deputados, propõe-se apresentar, na próxima sessão de 14 a 18 deste mês do PE, uma moção de censura contra a Comissão Europeia.

A França, cujos agricultores têm liderado o processo de contestação ao compromisso EUA-CEE, cada vez mais pressionada para exercer o direito de veto que lhe assiste, levou a questão à Assembleia Nacional. O resultado foi esclarecedor: 301 deputados (comunistas, socialistas e independentes) votaram a favor do recurso ao direito de veto, enquanto 251 (dos três grupos de direita) votaram contra.

Armada com este resultado, a França poderá tentar, na cimeira de Edimburgo, recolher apoios para a sua posição. Como moeda de troca, terá no bolso a sua posição, ainda não definida, quanto ao Pacote Delors 2. Com a vantagem de ser, ela própria, um contribuinte líquido da Comunidade.

Uma cimeira agitada, é o mínimo que se pode esperar do conclave de Edimburgo.

## Timor

# Notícias de repressão

Muito pouco se sabe de Timor-Leste, isolada do mundo pela barreira repressiva imposta pela Indonésia. As notícias dispersas que vão surgindo reflectem um quadro de repressão alargada, e talvez de certa desorientação, na sequência do aparecimento de Xanana na televisão, em pseudo-entrevista organizada pelas autoridades indonésias, renegando anos de luta.

Algumas informações provenientes dos movimentos de resistência timorense indicam que Xanana Gusmão teria entrado em greve de fome. A Fretilin denuncia as autoridades indonésias de estarem a «fabricar documentos e confissões» (prática corrente dos regimes repressivos), para apresentarem propaganda pró-indonésia nas previstas conversações com Portugal. Um esforço propagandístico que terá também a ver com a próxima realização de eleições em Junho, período em que — malgrado o regime ditatorial e a repressão — é possível à oposição promover algumas acções e tentar incentivar o debate.

Entretanto, e no quadro da solidariedade como povo de Timor, prosseguem algumas iniciativas. Dia 6 deste mês terminou, em Londres, uma Conferência Internacional sobre Timor-Leste, que invocou os princípios estabelecidos pela Convenção de Genebra para denunciar o facto de a legislação indonésia contrariar as normas do direito internacional.

Em carta enviada ao secretário-geral da ONU, a Plataforma Internacional de Juristas sublinha o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e defende a libertação imediata de Xanana Gusmão.

Prevista a realização de uma conferência internacional, em Setembro, em Nova Iorque, num quadro de iniciativas em que se pretende ter um número alargado de participantes, incluindo chefes de Estado e de governo, representantes dos movimentos de resistência timorenses e da oposição indonésia.

A Plataforma Internacional de Juristas para Timor propõe ainda dirigir esforços para objectivos como a contestação da legalização da venda de Armas à Indonésia, tendo em conta que tanto a ONU como a CE consideram ilegal a ocupação de Timor-Leste, mas até ao momento não tomaram quaisquer medidas.

Nestes mesmos dias foi divulgado um comunicado, a partir de Londres, da Amnistia Internacional, em que são denunciadas as torturas a que Xanana Gusmão foi sujeito.

A Amnistia denuncia, em particular, que pelo menos uma das pessoas presas juntamente com Xanana foi torturada até à morte, e que se registaram mais duas dezenas de prisões. 14 timorenses são dados como «desaparecidos».





## BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



### SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos  
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

DESCONTO ESPECIAL  
15%

Via CTT  À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL  
VIDEO cracfilmes  
Apartado 90  
Queluz Ocidental  
2746 QUELUZ CODEX

### Quinta, 10

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 A Árvore do Mocho Sábio
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 A Segunda Viagem
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Os Mestres da Animação
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Gangsters Falhados (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Denver
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Emille As Filhas de Caleb
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Tempo de Antena (PSN)
- 20.50 Pedra Sobre Pedra
- 21.45 Desenhos Animados
- 21.55 Simpsons
- 22.20 O Fogo de Gabriel
- 23.20 Sexualidades
- 00.10 24 Horas
- 01.00 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Grandes Esperanças
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.20 TV2 Informação
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Imagens e Realidade
- 17.15 Chá das 5
- 17.25 Chá das Cinco
- 18.10 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Uma Noite na Ópera (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 Teatro: «Orestea - Euménides»

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 18.10 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.40 Repórter da Mela-Noite
- 22.35 Conta Corrente
- 23.35 Dêxem Correr o Sangue
- 24.10 Último Jornal
- 24.40 Placard Electrónico

### Sexta, 11

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 A Árvore do Mocho Sábio
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Flecha Negra
- 11.30 Agora é que São Elas
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Ártico
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Um Verão Apaixonante (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Tom & Jerry
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Emille - As Filhas de Caleb
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Desenhos Animados
- 21.50 Marina, Marina
- 22.20 Um Felxe Chamado Wanda (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.20 A Ambulância (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Uma Vida dos Diabos
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora Escolha!
- 15.25 Euroritmias
- 16.20 Odisseia Animal
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Rotações

- 20.00 O Altar dos Holocaustos
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Em Português nos Entendemos
- 23.30 Regresso ao Passado (ver «Filmes na TV»)
- 01.05 Outras Músicas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Elvis
- 17.00 MTV
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.40 A Mosca I (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Boxe
- 00.05 Último Jornal
- 00.15 Cuidado com as Aparências
- 00.40 Os Amores de Lídia

### Sábado, 12

- 08.00 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
- 14.15 Clube Disney
- 15.50 O Terror dos Sete Mares (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Feira de Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.45 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.10 Felicidade
- 22.20 Parabéns
- 23.30 O Príncipe das Trevas (ver «Filmes na TV»)
- 01.15 O Falhado (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Cyrano de Bergerac (ver «Filmes na TV»)
- 13.45 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 19.00 Acção em Miami
- 21.30 Jornal Nacional
- 22.00 Força de Elite
- 23.00 Salomé
- 00.10 TV2 Informação
- 00.30 Contradições

- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Aventuras dos T-Rex
- 14.35 Mundo Novo
- 15.00 O Aventureiro de Hong-Kong (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 MTV
- 17.30 Comando Relâmpago
- 18.35 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.40 Benny Hill
- 22.10 Desporto Espectacular
- 22.40 Água na Boca
- 23.35 Último Jornal
- 23.45 Amnésia (ver «Filmes na TV»)

### Domingo, 13

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top+
- 14.20 Olha que Dois
- 15.15 Beverly Hills 90210
- 16.00 Não Há Como a Nossa Casa (ver «Filmes na TV»)
- 18.05 Sons do Sol
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Felicidade
- 22.25 Casa Chela
- 23.10 Grande Área
- 00.25 Conversa Afiada

- 08.00 Desenhos Animados
- 08.30 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Regiões
- 10.30 Forum Musical

## Televisão

- 11.30 Gente da Frente
- 13.00 Herança
- 13.30 Realce
- 14.00 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 21.45 Palavra Puxa Palavra
- 22.30 Jornal Nacional
- 23.00 Alice Já Não Mora Aqui (ver «Filmes na TV»)
- 01.50 No Cumprimento do Dever

- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.30 Futebol - Barcelona-S. Paulo
- 16.15 A Princesinha (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Terminal Max
- 18.30 Benny Hill
- 18.55 Encontros Imediatos
- 19.20 Giras e Piroas
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Cosby Show
- 21.10 Armadilha Fatal (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Segredos
- 24.15 Último Jornal

### Segunda, 14

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 A Árvore do Mocho Sábio
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Chicos Espertos
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Vida Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.30 O Jogador e a Dama (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 A Árvore do Mocho Sábio
- 17.25 Brinca Brincando
- 18.00 Emille - As Filhas de Caleb
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Apanhados
- 22.25 Entre Famílias
- 23.40 Outras Guerras
- 00.30 24 Horas
- 01.15 Remate
- 01.30 Longa Metragem

- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.10 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Viagem Infinita
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrocel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemagazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Fogo Cruzado
- 23.30 Verão Assassino (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Últimas notas - Rão Kyao

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Tracey Hullman Show
- 17.30 MTV
- 18.05 Responder à Letra
- 18.10 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 De Corpo e Alma
- 21.40 Justiça Negra
- 22.35 Jogo da Verdade
- 23.35 Jogar em Casa
- 00.10 Último Jornal

### Terça, 15

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 A Árvore do Mocho Sábio
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Os Irmãos Coração de Leão
- 11.30 Notas para Si
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Futuro
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.30 Caro Gorbatchov (ver «Filmes na TV»)
- 17.10 Brinca Brincando
- 18.00 As Aventuras de Anne
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas

- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.30 Isto Só Vídeo
- 22.00 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 23.00 Reporteres
- 00.00 24 Horas
- 00.30 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.40 Grandes Esperanças
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.20 Extradimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Magazine de Ecologia
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 Arsenio Hall Show
- 01.15 Últimas Notas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 O Quinteto do Lado
- 17.00 MTV
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 De Corpo e Alma
- 21.35 A Lei do Poder (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Internacional Sic
- 00.05 Último Jornal
- 00.15 Placard Electrónico

### Quarta, 16

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 A Árvore do Mocho Sábio
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Kelly
- 11.30 Mulher
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Mulher Dupla para Dois (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 A Árvore do Mocho Sábio
- 17.10 Brinca Brincando
- 18.00 Ana dos Cabelos Ruvios
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desenhos Animados
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.30 Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 Encontro de Irmãos (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 24 Horas
- 24.00 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Ao Sol
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrocel
- 19.00 Acção em Miami
- 19.50 Magazine Arquitectura
- 20.00 Murphy Brown
- 20.30 Jornal das Nove
- 21.15 Barriga de Aluguer
- 22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 23.30 Artes e Letras - Eugénio Salvador
- 00.30 A Noiva de Frankenstein (ver «Filmes na TV»)
- 02.15 Pop-Off

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Aventura
- 17.00 MTV
- 18.10 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.35 Crimes
- 22.10 O Príncipe de Bel Air
- 22.40 Batalhas Conjugais
- 23.35 O Passageiro Imprevisto
- 00.05 Último Jornal
- 00.15 Placard Electrónico



## Filmes na TV

### Gangsters Falhados

«I Soliti Ignotti», (It./1958). Realização de Mario Monicelli. Interpretação de Vittorio Gassman, Renato Salvatori, Marcello Mastroianni, Memmo Carotenuto, Carla Gravina, Rossana Rory, Claudia Cardinale. P/B, 101 minutos.

Sem dúvida que *Gangsters Falhados* ficou, na memória dos espectadores da época, como uma das mais hilariantes farsas tecidas à volta de um grupo de gangsters completamente desastrados que, tendo elaborado sofisticados planos para o roubo do cofre de um banco, acabam por errar os cálculos e, perfurando a parede errada, ir parar a uma cozinha em que os espera um saboroso macarrão com queijo. A ficha técnica não engana quanto à qualidade dos intérpretes. O que resta saber é se, hoje, ainda nos rimos como ontem. Certamente vale a pena tentar.

Quinta, 15.00, Canal 1

### Uma Noite na Ópera

«A Night At The Opera», (EUA/1935). Realização de Sam Wood. Interpretação de Groucho Marx, Chico Marx, Harpo Marx, Margareth Dumont, Allan Jones, Kitty Carlisle. P/B, 88 minutos.

Sobre se vale ou não a pena tentar é que, pelo contrário, nos restam poucas dúvidas ao pensarmos no que nos espera em *Uma Noite na Ópera*, uma das comédias-chave da carreira dessa imparável parelha de cómicos que eram os Irmãos Marx e que, hoje, inicia um ciclo a eles dedicado. Embora sobejamente conhecido, não vamos aqui desvendar, aos mais novos que o não tenham visto, o enredo deste clássico da farsa cinematográfica. Destaque, apenas, para algumas cenas irresistíveis: a da cabina do barco, a dos falsos aviadores, e a constante mutação de cenários durante a perseguição na Ópera de Nova Iorque. A não perder.

Quinta, 22.40, TV 2

### Um Verão Apaixonante

«Passionate Summer», (Gr. Br./1958). Realização de Rudolph Cartier. Interpretação de Virginia McKenna, Bill Travers, Yvonne Mitchell, Alexander Knox, Ellen Barrie, Carl Mohner. Cor, 100 minutos.

Verdadeira perdição é a que um professor divorciado experimenta nas suas hesitações entre três mulheres que o atraem. No meio do chamado «exotismo» do local da acção, neste caso a Jamaica, os condimentos deste melodrama britânico realizado nos anos 50 são mais do que indicados para esta sessão da tarde.

Sexta, 15.00, Canal 1

### A Mosca

«The Fly», (EUA/1958). Realização de Kurt Neuman. Interpretação de Al (David) Hedison, Patricia Owens, Vincent Price, Herbert Marshall, Kathleen Freeman. Cor, 94 minutos.

Menos indicado para os que sofrem dos nervos com os filmes sobre mutantes seria este clássico dos anos 50. Isto, se a absurda falta de credibilidade patente nesta *ficção científica* (como em quase todas as que exploram o género) não excedesse, como excede, os limites do «razoável». Que dizer, então, desta história em que um cientista, experimentando uma máquina de desintegração, transforma o ser humano em uma minúscula mosca? De rir até às lágrimas é a cena em que a mosca, com voz fininha, grita *Help me! Help me!* O argumento original já deu pano para mangas com algumas sequelas mais seriamente horripilantes, como a de David Cronenberg (1986), o qual se sentiu como peixe na água.

Sexta 21.40, SIC



A cena da cabina dos Irmãos Marx, em «Uma Noite na Ópera»

### Um Peixe Chamado Wanda

«A Fish Called Wanda», (Gr.Br./1987). Realização de Michael Crichton. Interpretação de John Cleese, Jamie Lee Curtis, Kevin Kline, Michael Palin, Maria Aitken, Tom Georgeson. Cor, 104 minutos.

De peixe na água não trata este filme, embora o título isso o sugira. O que se passa é que um grupo de larápios meio desastrados acaba por planejar um fabuloso roubo de jóias que vem a revelar-se absolutamente falhado. O filme fez encher as bilheteiras, e para isso contribuiria, naturalmente, a história e a presença de um dos mais loucos parceiros dos *Monty Python* - John Cleese - bem como a de dois americanos com talento, dos quais se destaca a impagável Jamie Lee Curtis (com Kevin Kline, na pele do seu companheiro «atrasado mental»), a merecer um justo Oscar). Entretanto, embora realizado com a sabedoria e o ritmo de um rotineiro na matéria, o filme contém alguns disparates de mau gosto que nem a todos agradam.

Sexta, 22.20, Canal 1

### Regresso ao Passado

«I Was Happy Here» / «Time Lost and Time Remembered», (Gr. Br./1965). Realização de Desmond Davis. Interpretação de Sarah Miles, Cyrill Cusack, Julian Glover, Sean Caffrey. P/B, 86 minutos.

Mau gosto não é certamente o que vamos encontrar neste bem encenado estudo psicológico de uma mulher que abandona o marido no dia de Natal (ai vêm eles, os filmes da quadra!) para ir cair nos braços de um antigo amor, ali para os lados da costa irlandesa. Sarah Miles tem um grande papel, evoluindo gradualmente da paixão - na redescoberta dos amores passados - até ao novo drama pessoal provocado por todas as desilusões da solidão.

Sexta, 23.30, TV 2

### A Ambulância

«The Ambulance», (EUA/1990). Realização de Larry Cohen. Interpretação de Eric Roberts, James Earl Jones, Red Buttons, Megan Gallagher, Janine Turner, Eric Braeden. Cor, 92 minutos.

Na mais negra solidão ficamos, entretanto, ao buscar em tudo o que é referência credível alguma cábula para lhes dizermos do que este filme trata. Socorremo-nos, assim (em última instância, como geralmente convém), do Boletim de Informação da própria RTP. E ali ficamos a saber que «este thriller perturbador e inquietante passou pelo prestigiado festival do cinema fantástico de Arvoriaz em França». Se apenas por lá passou ou se também lá conseguiu ficar, é coisa que se desconhece. O que sabemos é que o filme é habitado por um «sábio louco», por «cobaias humanas», no meio de um «emocionante espectáculo de acção, horror e paranóia humana». Como se a que já temos não nos bastasse... Brrrrrr!

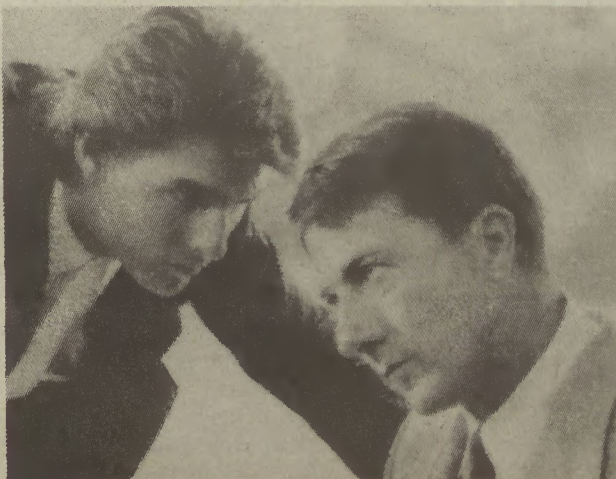
Sexta, 01.20, Canal 1

### Cyrano de Bergerac

«Cyrano de Bergerac», (EUA/1950). Realização de Michael Gordon. Interpretação de José Ferrer, Mala Powers, William Prince, Morris Carnovsky, Ralph Clanton, Lloyd Ncorrigan, Virginia Farmer. Cor, 109 minutos.

Brrrrrrr!, dizia ele, o Cyrano, ao falar com os seus botões e ao olhar para o seu nariz. Como conseguir os favores do amor da bela Roxane, quando a isso certamente o impediria tamanha protuberância? A belíssima peça de Rostand, que recentemente foi objecto da sua melhor adaptação ao cinema (por Jean-Paul Rappeneau), tem aqui a sua segunda versão, a qual, não tentando por um momento disfarçar a sua origem espectacular *hollywoodiana*, veio a revelar-se bem mais credível do que seria de reccer, com uma estupenda criação de José Ferrer no papel principal.

Sábado, 12.00, TV 2



Cruise e Dusty Hoffman, em «Encontro de Irmãos»

### O Aventureiro de Hong Kong

«Soldier of Fortune», (EUA/1955). Realização de Edward Dmytryk. Interpretação de Clark Gable, Susan Hayward, Michael Rennie, Gene Barry, Tom Tully, Alex D'Arcy, Anna Sten. Cor, 96 minutos.

Principal, principal é o dinheirinho que é possível sacar para levar a cabo a proeza. E, se assim o pensou, melhor o fez Clark Gable, na pele de um mercenário que (para tentar ficar nas boas graças da rapariga - Susan Hayward) se aventura pelos confins da China Popular com o fito de, a troco do vil metal, arrancar aos comunistas (que o haviam aprisionado para, porventura, lhe roubar as objectivas...) o marido da dita - que era fotógrafo! Filmado inteiramente em Hong-Kong (pudera!), os comunistas distinguem-se pelas alpargatas!...

Sábado, 15.00, SIC

### O Terror dos Sete Mares

«The Spanish Main», (EUA/1945). Realização de Frank Borzage. Interpretação de Paul Henreid, Maureen O' Hara, Walter Slezak, Binnie Barnes, John Emery, Barton MacLane. Cor, 97 minutos.

Alpargatas não era, propriamente, o tipo de calçado usado pelos antigos piratas dos sete mares. Como poderia aliás sê-lo, se tantos deles usavam perna de pau? Não é o caso deste capitão holandês que escapa à morte nas Caraíbas e se torna um temível corsário - no fundo, com o fito de

vir a vingar-se do déspota espanhol que governava a ilha de onde escapou. E, como sempre acontece nestas coisas, há um navio espanhol, trazendo a bordo a noiva do tal governador - nada menos do que Maureen O' Hara - com quem o pirata, após insistentes e destemidas abordagens, vem a casar. Depois de muita acção, combates nos mares e traições, tudo acaba em bem, com a morte do déspota. Um clássico dos filmes do género e um verdadeiro libelo contra a tirania e a opressão.

Sábado, 15.50, Canal 1

### «Leap of Faith»

(título português, não fornecido na programação mensal), (EUA/1988). Realização de Stephen Gyllenhaal. Interpretação de Anne Archer, Sam Neill, Frances Lee McCain, Louis Giambalvo, James Tolkan, Elizabeth Ruccio. Cor, 100 minutos.

Bastante opressiva é a história deste telefilme, já que relata o drama de uma mulher que, ajudada pelo seu marido, tenta superar através de técnicas médicas convencionais o desenlace do cancro de que padece. As boas interpretações e a intensidade dramática da história não chegam, entretanto, para que o filme escape à mediania do género.

Sábado, 23.45, SIC

### O Príncipe das Trevas

«Prince of Darkness», (EUA/1987). Realização de John Carpenter. Interpretação de Donald Pleasence, Jameson Parker, Victor Wong, Lisa Blount, Dennis Dun, Susan Blanchard, Anne Howard. Cor, 101 minutos.

Género que, em geral, não falha nas «sessões duplas» do Canal 1 é o *terror* ou o *fantástico*, que geralmente nos é trazido a nossas casas pelas criaturas do Diabo ou, mesmo, pelas criaturas de Deus. O certo é que, neste filme de Carpenter, as duas espécies de criaturas como que se juntam para nos inquietar as proximidades do sono. Reparem só: um grupo de cientistas, a pedido de um padre (o sempre inquietante Donald Pleasence) vem estudar o que se passa com um misterioso cilindro encerrado na cripta de uma igreja de Los Angeles. Sem o saberem, descobrindo no interior do cilindro um certo líquido, inadvertidamente o derramam, transformando-se

este no sinistro Satanás que, há nada menos do que 7 milhões de anos, o habitava. O que depois se passa, fica para o leitor descobrir. O que lhe podemos dizer é que, mais uma vez num excelente filme de reduzido orçamento, Carpenter continua a brilhar, a fazer das suas e a elevar-nos, perigosamente, a tensão...

Sábado, 23.30, Canal 1

### O Falhado

«I'll Never Forget What's His Name», (Gr.Br./1967). Realização de Michael Winner. Interpretação de Orson Wells, Oliver Reed, Carol White, Harry Andrews. Cor, 99 minutos.

Tensão, cinismo, ironia, é o que encontramos nesta magnífica tragicomédia de Michael Winner, que relata a luta de um publicitário, cansado de uma vida profissional ao serviço do mercantilismo e da corrupção, para regressar (em vão) aos tempos calmos e simples que já conhecera. Uma poderosa denúncia do meio da publicidade, excelentemente desempenhada por Oliver Reed, com uma esmagadora, se bem que fugaz, aparição de Orson Wells. O que não se percebe, é o que está a fazer este filme a semelhante hora.

Sábado, 01.15, Canal 1

### A Princezinha

«The Little Princess», (EUA/1939). Realização de Walter Lang. Interpretação de Shirley Temple, Richard Greene, Anita Louise, Ian Hunter, Cesar Romero, Arthur Treacher, Marcia Mae Jones. Cor, 91 minutos.

Ora, ora... não diga que não pode com a Shirley Temple! Aproveite esta tarde de Domingo para deixar correr as furtivas lágrimas ao ver este delicioso exemplar do absurdo *made in Hollywood*, com a pequenina estrela a fazer de criancinha victoriana subindo na escala da vida até aos ricos e poderosos.

Domingo, 16.15, SIC

### Não Há Como a Nossa Casa

«Meet Me In St. Louis», (EUA/1944). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação de Judy Garland, Margaret O' Brien, Mary Astor, Luella Brenner, Tom Drake, Marjorie Main. Cor, 109 minutos.

Poderosos e invios são os caminhos da emulação entre os canais televisivos! E que, coincidindo com ligeiro desfazimento no tempo, aqui, no Canal 1, essa outra pequenina Margaret O' Brien, não contente em captar as atenções do espectador em cada cena em que aparece, também faz forte concorrência à Shirley Temple que actua na SIC! Mas, evidentemente, a vantagem vai para este filme, já que, além de Vincent Minelli contar prodigiosamente a história das experiências de uma família americana em 1903 - o ano em que se realizou a Feira Mundial em St. Louis - ainda podemos ver e ouvir Judy Garland em gloriosas canções, como *The Boy Next Door*, *Have Yourself a Merry Little Christmas* e, sobretudo, *The Trolley Song*. Se se decidiu pelo filme da SIC, não desanime. O canal de Rangel passa as letras das canções deste, em rodapé. Uma maravilha!

Domingo, 16.00, Canal 1

### Armadilha Fatal

«52 Pick-Up», (EUA/1986). Realização de John Frankenheimer. Interpretação de Roy Scheider, Ann-Margret, Vanity, John Glover, Robert Trebor, Lonny Chapman, Kelly Preston, Clarence Williams III. Cor, 114 minutos.

Armadilha (que rima com maravilha!) - e fatal - é aquela em que se mete um homem de negócios apanhado num caso de chantagem e de crime. Mas o filme está cheio de pessoas más, e é um



pouco para o comprado, pelo que, se calhar, o melhor é ir à janta, bem mais aliciante...

Domingo, 21.10, SIC

**Alice Já Não Mora Aqui**

«Alice Does't Live Here Anymore», (EUA/1974). Realização de Martin Scorsese. Interpretação de Ellen Burstyn, Kris Kristofferson, Billy Green Bush, Diane Ladd, Lelia Goldoni, Lane Bradbury, Vic Tayback, Jodie Foster. Cor, 107 minutos.

Alice é viúva, mãe de um garoto insuportável, que, após a morte do marido, procura refazer a vida e trabalhar como cantora, mas - falha que está de voz e talento - acaba como empregada de um *snack bar*. É ali que um fazendeiro, também ele divorciado, a encontra e ambos partem para o rancho de que é proprietário. A linearidade com que vos demos conta da história desta odisseia feminina é, no entanto, insuficiente para abarcar a sensibilidade e elegância da encenação de Scorsese demais esta frustração de «um sonho americano», em que Ellen Burstyn foi premiada com um Oscar. Justamente.

Domingo, 23.00, TV 2

**«The Gambler and the Lady»**

O Jogador e a Dama, (Gr.Br/1952). Realização de Patrick Jenkins. Interpretação de Sam Newfield, Dane Clark, Kathleen Byron, Naomi Chance, Meredith Edwards, Anthony Forwood, Eric Pohlman. P/B, 71 minutos.

Justamente porque com azar ao jogo, um inveterado jogador tenta a sorte no amor. O que vem alterar toda a sua vida. Um dramazinho inglês.

Segunda, 15.30, Canal 1

**O Verão Assassino**

«L' Été Meurtrier», (Fr./1983). Realização de Jean Becker. Interpretação de Isabelle Adjani, Alain Souchon, Suzanne Flon, Maria Machado, Jenny Clève, Évelyne Didi, Jenny Gaven, François Cluzet, Manuel Gélin, Roger Carel, Michel Galabru, Cécile Vassort, Martin Lamotte. Cor, 130 minutos.

Em inglês não é o título deste filme, o que demonstra à sociedade de que se trata de um filme francês. Um complexo enigma, diga-se, em que vários crimes se entrecruzam. Mas, apesar da presença de Adjani e Souchon, Jean Becker está definitivamente fora de forma e a encenação é por demais banal.

Segunda, 23.30, TV 2

**«She's Dressed To Kill»**

(título português, não fornecido na programação mensal), (EUA/1979). Realização de Gus Trikonis. Interpretação de Eleanor Parker, Jessica Walter, John Rubinstein, Connie Sellecca, Jim McMullen, Clive Revill, Corinne Calvet, Joanna Cassidy, Peter Horton. Cor, 100 minutos.

Banal é já o facto de, à hora de fecho deste jornal, a RTP ainda não ter disponível o Boletim de Informação, pelo que não podemos encontrar rasto deste filme.

Segunda, 01.30, Canal 1

**Caro Gorbachov**

«Caro Gorbachov», (It./1988). Realização de Carlo Lizzani. Interpretação de Harvey Keitel. Cor, 90 minutos.

Filme que, por tal sinal, também não encontramos nas nossas referências, é aquele que corresponde ao título acima. Nem a fita, nem o intérprete...

Terça, 15.30, Canal 1

**Cinema**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> O Coração da Cidade	-	-	★★★
<b>B</b> O Jogador	-	★★★★	★★★★
<b>C</b> Twin Peaks	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Lawrence Kasdan — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15); Terminal/2 (15.15, 18.00, 21.15) — Lisboa.
- B — Real. Robert Altman — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. David Lynch — Alfa Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15) — Lisboa.

**A Lei do Poder**

«Class Action», (EUA/1990). Realização de Michael Apted. Interpretação de Gene Hackman, Mary Elisabeth Mastrantonio. Cor, 105 minutos.

Interprete acima de toda a suspeita é certamente Gene Hackman, que costuma sentir-se à vontade em todos os papéis que representa. O grande achado do argumento deste filme é tratar-se de um prolongamento do violento confronto entre pai e filha, na vida familiar, transportado para a vida profissional - para o julgamento de um caso. E que ambos são advogados, um de acusação e outro de defesa.

Terça, 21.35, SIC

**História de Amor**

«Love Story», (EUA/1970). Realização de Arthur Hiller. Interpretação de Ali MacGraw, Ryan O' Neal, Ray Milland, John Marley, Katherine Balfour, Russell Nype, Tom Lee Jones. Cor, 99 minutos.

À defesa não é preciso estar para a visão desta fita, de êxito absolutamente consensual. Recordamos que se trata de uma intensa história de amor entre dois jovens estudantes universitários, em New England, ensombreada pela súbita doença da rapariga, e que foi adaptada com inegável eficácia a partir do romance de Erich Segal. Um melodrama moderno que fez esgotar as bilheteiras. Para além da imagem do parzinho, no ouvido ficava ainda a inefável música de Francis Lay, que teve direito a Oscar. Mas terá tudo isto resistido ao tempo?

Terça, 23.30, TV 2

**«Four Sided Triangle»**

Mulher Dupla Para Dois, (Gr.Br./1953). Realização de Terence Fisher. Interpretação de James Hayter, Barbara Payton, Stephen Murray, John Van Eysen, Percy Marmont. P/B, 81 minutos.

Tempo e paciência já não nos resta para falar desta verdadeira idiotice, em que um cientista inventa uma máquina para duplicar o corpo de uma mulher, amada por si e pelo seu amigo.

Quarta, 15.00, Canal 1

**Encontro de Irmãos**

«Rain Man», (EUA/1988). Realização de Barry Levinson. Interpretação de Dustin Hoffman, Tom Cruise, Valeria Golino, Jerry Molden, Jack Muddock, Michael D. Roberts. Cor, 140 minutos.

Amigo dos prazeres da vida e do dinheiro, um jovem a quem o pai acaba de morrer toma conhecimento de que, não só a herança que julgava caber-lhe, lhe não foi atribuída, como, ainda, que um outro seu irmão mais velho, autista, se encontra internado, durante grande parte da vida, numa instituição especializada. E é a história do progressivo encontro entre as personalidades tão diversas destes dois irmãos, e a crescente amizade entre ambos, que fizeram deste comovente e simpático filme um

assinalável êxito, tendo por base as excelentes interpretações de Tom Cruise e, sobretudo, Dustin Hoffman, mas sem esquecer a sensível realização de Barry Levinson. Uma mão cheia de Oscars.

Quarta, 21.45, Canal 1

**Frankenstein, O Homem Que Criou Um Monstro**

«Frankenstein», (EUA/1931). Realização de James Whale. Interpretação de Colin Clive, Mae Clarke, Boris Karloff, John Boles, Edward Van Sloan, Dwight Frye, Frederick Kerr, Lionel Belmore. P/B, 70 minutos.

E, depois deste ensaio, ao estilo do Telejornal de Manuela Moura Guedes, resta-nos falar do último filme da semana. Tendo conhecido as continuações mais diversas, este *Frankenstein* é o grande clás-

sico que tudo iniciou (se bem que, antes desta versão, Robert Florey tivesse rodado duas bobinas de ensaio com Bela Lugosi na personagem do monstro). Quanto a Boris Karloff, que segundo rezam as crónicas havia um dia sonhado em representar Shakespeare, ficaria para sempre inevitavelmente ligado a este papel e a outros, não menos fabulosos, do género. A história é por demais conhecida, pelo que aqui nos limitamos a destacar - para além da referência aos prodígios (à época) da caracterização - terem, este filme e este personagem, ficado a constituir um dos objectos míticos mais prolíficos do cinema. A rever.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

**Teatro**

**AUDITÓRIO DE BENFICA**

Junta de Freguesia de Benfica, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio.

**CASA DA COMÉDIA**

Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: TAROT OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

**COMUNA**

Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna.

**PALCO ORIENTAL**

Calç. Dq. Lafões, 78. Tel. 8586997. 6ª, sáb. e dom. às 22.00: MACBETH, de Shakespeare, enc. de Pedro Wilson.

**RITZ CLUB**

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

**TEATRO DA CORNUCÓPIA**

Rua Ten. Raul Cascais. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.30: AMO-TE, de Abel Neves.

**TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA**

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

**TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO**

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**

Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

**TEATRO S. LUIZ**

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produção da Companhia Teatral do Chiado).

**TEATRO DO SÉCULO**

Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAÇ, de Luís Riaza, enc. Fernanda Lapa, com João Grosso e Rogério Samora.

**TEATRO DA TRINDADE**

Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a sáb. às 18.30. NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

**Tempo**

Nas regiões do Norte e Centro céu pouco nublado com períodos de muito nublado e ocorrência de aguaceiros. Vento moderado soprando por vezes com rajadas. No Sul, céu com períodos de muito nublado e vento fraco a moderado. Formação de geada em todo o território continental.



**PALAVRAS CRUZADAS**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**HORIZONTAIS:** 1 — Verniz da China; a favor de; elevado. 2 — Conjunto dos ramos e das folhas da planta; aplicar. 3 — (Thomas Alva...), inventor da lâmpada incandescente; parreira. 4 — Ocultara; ventilar. 5 — Amarro; tourear; ave corredora. 6 — Divindade egípcia; filho de burro e égua; pronome; artigo antigo; elas. 7 — Tingido; marca. 8 — Érbio (S. Q.); o lado do vento (naut.); direcção; sufixo de agente: Gálio (S. Q.). 9 — Fluido aeriforme; viatura; termo. 10 — Levantaria; cortara rente. 11 — Homem que vive na opulência; arremessar. 12 — Depósito subterrâneo (inv.); (...Tolstoi), autor do romance «Polikuchka». 13 — Círculos; realiza; chão.

**VERTICAIS:** 1 — Errar; ilha grega, entre o Peloponeso e a Ática. 2 — Época precisa em que um facto acontece; casta. 3 — Invólucro acessório da semente de alguns frutos; paladar. 4 — Moradia; um milhar; o fundo do crivo. 5 — Paixão; único; ave pernaltas. 6 — Que duro um ano; desordem (fig.). 7 — Inventa. 8 — Veloz; rega. 9 — Tostar. 10 — Fazer subir; verbal. 11 — Espécie de tatu; pref. que significa vinho; amarras. 12 — Porção; família; brinquedo em forma de pêra que gira apoiado num bico. 13 — Vestuário; guia (fig.). 14 — Mulher nobre; anda à roda. 15 — Faces; amargo.

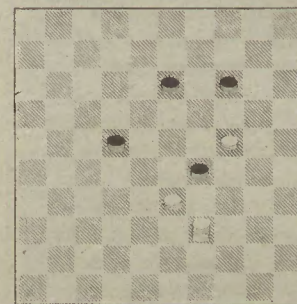
**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTAIS:** 1 — Dinamarqueses; 2 — ter; galã; nu; tal; 3 — azar; rotas; selo; 4 — sem; rãs; bar; 5 — cá; Sul; cão; vê; 6 — ora; gás; faz; dês; 7 — grei; iça; ágil; 8 — boa; dor; mor; zás; 9 — ás; dou; ser; ré; 10 — cãs; dar; sus; 11 — toro; lojas; medo; 12 — ode; si; elas; gás; 13 — esmo; amolador.

**VERTICAIS:** 1 — Tasco; basto; 2 — dez; Argos; ode; 3 — irás; ara; crês; 4 — ré; Dão; 5 — Ag.; mugidos; Só; 6 — mar; lâ; ou; Li; 7 — alor; Sir; dó; 8 — ratão; pajem; 9 — as; fam; ralo; 10 — uns; Ca; os; sal; 11 — eu; bazares; sã; 12 — são; rum; 13 — éter; diz; sego; 14 — Sal; velar; dar; 15 — Lopes; seios.

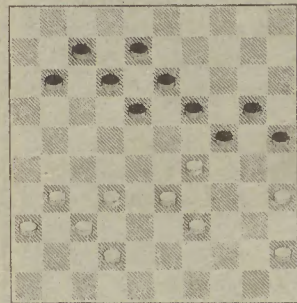
**DAMAS**

CCCXC  
10 de Dezembro de 1992  
PROPOSIÇÃO N.º 1992D099  
Por: NICOLAS RISO  
França, 1962  
Pr.: [4]: 13-14-22-29  
Br.: [3]: 24-33-(39)



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D100  
Por: MARCEL DESLAURIERS  
Canadá  
[Em jogo prático contra E. Fanelli (i), Olimpíadas, 1964]  
Pr.: [10]: 7-8-11-12-13-18-19-20-24-25  
Br.: [10]: 29-31-32-33-35-36-37-39-42-45



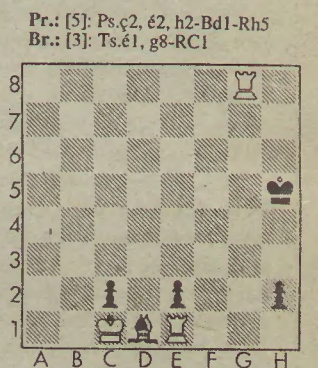
Pretas joga e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CCCXC**  
N.º 1992D099 [N.R.]: 1. 39-25, (29X20\*); 2. 33-29, (13-18); 3. 25-39!, (22-27); 4. 39-28!, (14-19\*); 5. 28X25, (27-32); 6. 25-20, (18-22); 7. 20-9 e 8. 9-14+  
Se: 2. .... (13-19); 3. 25-39! eg. Se: 3. .... (20-25); 4. 39x17, (25-30 A); 5. 29-2; (30x19); 6. 17-3 (18-22); 7. 3x20, (22-27); 8. 20-9 e 9. 9-4!, (19-23); 10. 4-15; 11. 15-10 ou 15-42+ Se: 3. .... (14-19); 4. 30x11, (20-25); 5. 11-29+.  
A Se: 4. .... (14-20) ou (14-14); 5. 17-39 ou 17-28+  
N.º 1992D100 [M.D.]: 1. .... (19-23!); 2. 39-34\*, (23-28!); 3. 32-33\*, (25-30); 4. 34X14, (13-19); 5. 29X20, (18X47=D); 6. 14x23, (47X15)+

A. de M. M.

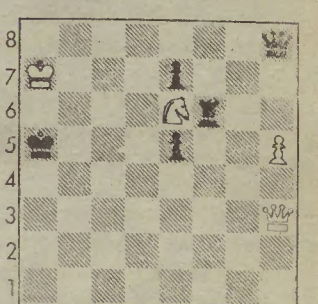
**XADREZ**

CCCXC  
10 de Dezembro de 1992  
PROPOSIÇÃO N.º 1992X099  
Por: ADOLF HERBERG  
3.º Prémio, Olimpíada de Leipzig, 1960  
Pr.: [5]: Ps.ç2, é2, h2-Bd1-Rh5  
Br.: [3]: Ts.é1, g8-RC1



Mate em 7 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X100  
Por: HENRI RINCK  
La Stratégie 1908  
Pr.: [5]: Ps.é5, é7-Tf6-Dh8-Ra5  
Br.: [4]: Pa5-Cé6 — Dh3 — Ra7



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CCCXC**  
N.º 1992DX099 [A.H.]: 1. Tg2!, Rh6; 2. Tg3, Rh7; 3. Tg4, Rh6; 4. Tg1, Rh5; 5. Tg3, Rh4; 6. Tg2, Rh3; 7. Th2++  
N.º 1992X100 [H.R.]: 1. Da3+, Rh6; 2. Db3+, Rç6; 3. Dç4+, Rd6; 4. Rb7, é4; 5. Cf4, Tç6; 6. Dç6+ e g. Se: 5. ...., Ré5; 6. Cg6+ e g.

A. de M. M.



# a talhe de FOICE

## As palavras dos actos

*É despiciendo, até fútil, averiguar de imediato a dimensão histórica do XIV Congresso do PCP - importa, isso sim, constatar que ele já fez história. Fez história no contexto da política portuguesa ao intervir, aqui e agora, com uma qualificada análise da realidade do País e ao definir, a partir de agora, renovados métodos de intervenção de um Partido com a importância do PCP.*

*Fez história na luta do povo português pela liberdade, justiça, progresso e felicidade ao devolver-lhe, intacto na qualidade e revigorado na competência, o seu Partido Comunista com que sempre pôde contar. Fez história no universo partidário nacional ao concretizar, num quadro de crise generalizada, um Congresso que constituiu uma clara mobilização de vontades à volta de objectivos comuns e não uma arena de ambições gladiatoras com bastidores de casbah. Fez história na intervenção político-partidária nacional ao definir um Partido com objectivos claros, uma organização sem fracturas, um quadro ideológico firme e uma linha de acção transparente, confiante e de confiança.*

*Fez história no próprio Partido ao formalizar, no grande acto de confiança e fraternidade que foi este encontro maior dos comunistas portugueses, a pacificação de algumas apreensões quanto aos novos rumos a trilhar, e ao confirmar, na coesão renuversada com que o Partido saiu do Congresso, quão laterais se tornaram as dissensões do passado recente. Fez história no movimento comunista internacional ao apresentar, num mundo em profunda convulsão e crise de valores, um Partido Comunista ideologicamente firme, politicamente determinado, socialmente influente e em si mesmo esclarecido, confiante, lutador e criativo.*

*Fez ainda história ao concretizar, num brilhantismo de difícil precedente em todo o mundo, a substituição em vida e em pleno uso de competências e faculdades de um dirigente com a qualidade, prestígio e grandeza de Álvaro Cunhal, num processo de transferência sem ruptura ou descontinuidade onde o próprio teve uma participação determinante.*

*Todavia, os comunistas não vivem para a história - contribuem para ela no completo acto de viver o tempo no tempo, de quotidianamente construir o futuro pela transformação do presente. Um futuro, por isso, que não é um lugar de sonho, mas onde o sonho tem lugar marcado. O sonho do fim da exploração do homem pelo homem. O sonho dum mundo livre e fraterno. O sonho dum quotidiano de cultura e bem-estar, de justiça e liberdade, de respeito pelo indivíduo e por todos os povos. O sonho, afinal, que a Humanidade tem vindo a construir em infundáveis actos de empenho e entrega ao que de melhor o homem sabe querer.*

*Neste quadro, o XIV Congresso foi mais um desses actos transformadores que o homem sabe querer. Com uma diferença: ele não constituiu um acto em si, mas um grande momento de reflexão sobre o acto maior, e contínuo, que é a luta dos comunistas portugueses pela justiça e progresso no nosso país e a felicidade do nosso Povo.*

*Por isso, as dezenas de discursos produzidos no Congresso nunca se alimentaram de si próprios ou mastigaram palavras a travestir raciocínios. Tudo o que ali foi dito constituiu não apenas a expressão de conhecimentos, intervenções, raciocínios, vontades, apreensões, propostas, críticas, desejos e realidades colhidos numa imensa intervenção individual e colectiva nos problemas concretos e na vida do País, mas sobretudo o produto dum saber de experiência feito.*

*Por isso, o XIV Congresso do PCP não foi um mero acto para produzir palavras. O XIV Congresso do PCP foi o grande momento dado à palavra para explicar os actos.*

*Actos dos comunistas perante si próprios e o País inteiro, no quadro do projecto transformador da sociedade que constitui a essência do PCP. Actos dos outros, sejam os do partido no poder ou dos que, fora dele, têm influência na vida portuguesa.*

*Nessas análises produzidas pelo XIV Congresso do PCP, muito se constatou que grande é a distância entre as palavras e os actos de outros importantes partidos, principalmente o que subiu ao poder à força de promessas.*

*Como resultado maior deste XIV Congresso muito positivo foi, para o País, constatar que no PCP os actos continuam a corresponder às palavras, num momento em que as palavras serviram para explicar os actos.*

HC

## Suíça Não ao EEE

Os eleitores suíços rejeitaram no domingo, por 50,3 por cento de votos, a adesão da Suíça ao Tratado do Espaço Económico Europeu (EEE), confirmando deste modo o "não" da maioria dos cantões ao EEE.

A adesão ao Tratado, assinado em Lisboa no passado dia 2 de Maio, exigia uma dupla maioria, a dos eleitores e a dos cantões suíços. Nada disso se verificou, ao contrário do que faziam prever as últimas sondagens. Dos 78,3 por cento dos eleitores que acorreram às urnas, 49,7 manifestaram-se a favor da adesão e 50,3 contra essa adesão; dos 23 cantões, 16 votaram contra e apenas 7 votaram a favor.

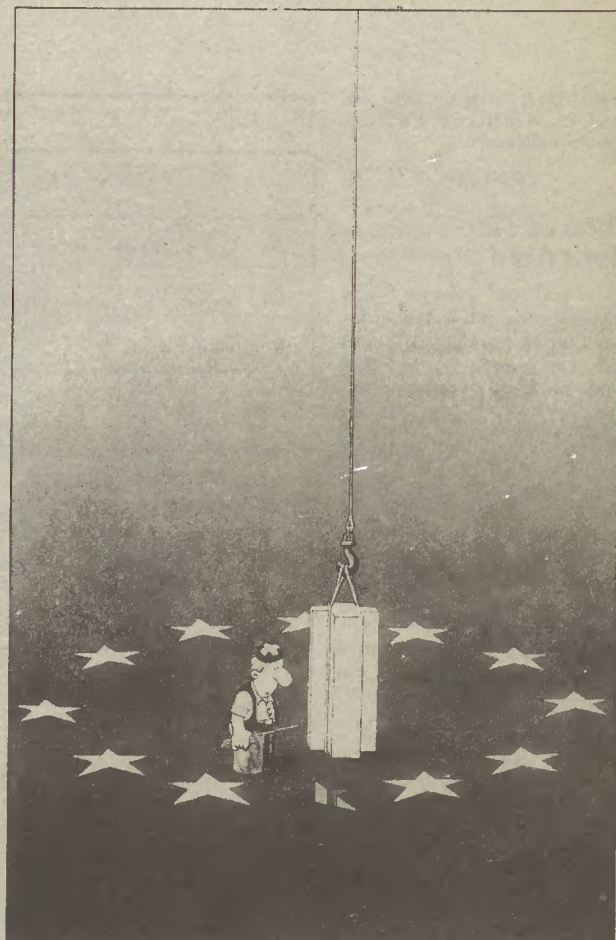
Comentando os resultados, o presidente da Confederação Helvética, René Felber, lamentou o duplo "não" e manifestou-se preocupado com a clivagem registada entre francófonos e germanófonos, já que a Suíça "francesa" se pronunciou

favorável ao EEE, ao contrário da Suíça "alemã". O presidente suíço considerou ainda que os resultados do referendo exprimem "uma ruptura grave entre as autoridades governamentais, os parlamentares, as autoridades cantonais e o povo".

A Comissão Europeia, por seu turno, considerou que "o povo suíço optou pelo isolamento", enquanto o presidente do Parlamento Europeu, Egon Klepsch, classificou o resultado de "lamentável" e defendeu a imposição de pressões à Suíça para que seja realizado um novo referendo. Uma posição no mínimo "lamentável" para o representante de um órgão que afirma prezar o respeito pela vontade dos povos livremente expressa.

Diferente foi a reacção da Áustria, que embora lamentando o resultado do referendo sublinhou o seu respeito pela decisão "democrática" do povo suíço.

Recorda-se que a adesão



ao EEE - mercado interno dos países da CEE e da EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), a partir de 1993 - implica a aceitação do princípio da liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Fortemente defendido pelo

grande patronato e banqueiros suíços, que participaram intensamente na campanha não hesitando mesmo em ameaçar com o desemprego em caso de vitória do "não", o EEE não convenceu os suíços, mas dividiu-os. O futuro dirá com que consequências.

## Grande manifestação em Munique

Como que em resposta, necessariamente urgente, à declaração do grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, quarenta mil

pessoas manifestaram-se domingo em Munique contra o racismo e a xenofobia.

Na declaração de 1 do corrente, aqueles parlamentares

salientam que emigrantes e refugiados se tornaram «o alvo quotidiano dos activistas de extrema-direita na Alemanha e em vários Estados membros» da Comunidade.

Num comunicado de imprensa divulgado naquela data, com a comunicação do grupo a que pertencem os eurodeputados do PCP, afirma-se a dado passo que:

«O grupo Coligação de

Esquerda lembra o alerta lançado no Conselho de Maastricht em Novembro de 1991 sobre as razões dessa evolução (negativa, naturalmente) que reflecte o profundo mal-estar criado pelas políticas económicas que favorecem a injustiça, o desemprego em massa, a marginalização de camadas importantes da população e o agravamento das disparidades sociais e regionais».

## Prevista a filiação do STAL na CGTP

A assinatura de um protocolo, que «favorecerá certamente a filiação do STAL na CGTP-IN», estava prevista para a passada quinta-feira. Numa nota às agendas da comunicação social desse dia, o gabinete de imprensa da CGTP adianta que essa filiação «beneficiará os trabalhadores da Administração Local e o conjunto do movimento sindical».

## Tratado de Maastricht

O grupo parlamentar do PCP considera que «o Tratado de Maastricht é inconstitucional», mesmo após — sublinha — «a recente revisão constitucional acordada entre o PSD e o PS».

Numa nota aos órgãos de comunicação social, datada de segunda-feira, o grupo parlamentar acrescenta que, «por esse motivo, decidiu recorrer da admissão da proposta de resolução que apro-

va, para ratificação, o Tratado de União Europeia assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992».

A ratificação, conforme recorda o grupo parlamentar do PCP, «envolve delegações e (ou) transferências de poderes soberanos, que o Artigo 7.º, n.º 6 da Constituição da República, introduzido na última revisão constitucional, tal como se encontra formulado, não permite».

## Plenários nos Olivais

Terminado o Congresso, as organizações do Partido lançam-se ao trabalho para dar corpo às orientações nele consagradas. A primeira organização a anunciar um plenário com esse objectivo foi a da freguesia dos Olivais, que no próximo sábado discutirá, no Centro de Trabalho local, a partir das 16 horas e com a participação do camarada Abílio Martins, a Resolução Política aprovada.

Ainda nos Olivais (no Centro de Trabalho, Rua da

Quinta da Fonte, 7, Bairro da Encarnação) mas no dia 16 à noite, o objectivo será apreciar aspectos práticos da mesma Resolução no que se refere às eleições autárquicas, numa reunião dirigida a todos militantes dos sectores profissionais residentes na freguesia.

Em Alcabideche, militantes e amigos reúnem-se no sábado a partir das 16 horas num debate-convívio em que estará presente o camarada Carlos Grilo.

## Faleceu Álvaro Ferreira Alves

Foi na passada segunda-feira a enterrar o ilustre médico e prestigiado cidadão Alvaro Ferreira Alves.

Médico cirurgião de grande prestígio nacional e internacional, foi assistente das faculdades de Medicina de Lisboa e Porto e é autor de vários trabalhos ligados à cirurgia geral e à ortopedia.

Foi presidente da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e presidiu às primeiras jornadas internacionais sobre Escolioses realizadas em Portugal.

Destacada personalidade antifascista, pertenceu ao MUD-Juvenil e participou nas campanhas eleitorais de Norton de Matos, Ruy Luís Gomes, Arlindo Vicente e Humberto Delgado e em todos os congressos da Oposição Democrática. Foi deputado municipal em Vila Nova de Gaia, membro do Conselho Nacional do MDP/CDE e membro fundador da Intervenção Democrática (ID), para cujo Conselho Nacional foi eleito.

À família do dr. Álvaro Ferreira Alves, o Secretariado do CC do PCP enviou um telegrama que publicamos a seguir:

«Foi com muito pesar que tomámos conhecimento, em pleno Congresso, da morte do Dr. Álvaro Ferreira Alves, destacada figura de intelectual e democrata.

O Dr. Álvaro Ferreira Alves é um exemplo de dignidade e coerência na luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo no nosso país.

Sempre ao lado dos trabalhadores, teve uma intensa militância antifascista e prestigiada participação nos movimentos unitários democráticos. Recentemente, concretizou uma grande aspiração da sua vida: a filiação no Partido Comunista Português.

Comovidamente, endereçamos à sua família a nossa solidariedade e condolências.

Almada, 6 de Dezembro de 1992

O Secretariado do Comité Central»